



RI Relatório Integrado 2023

01

Introdução

1.1	Sobre este relatório	04
1.2	Materialidade	05
1.3	2023 num relance	07
1.4	Destaques do ano	08

02

O compromisso da nossa liderança

2.1	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	13
2.2	Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	15

03

O Grupo José de Mello

3.1	Quem somos	19
3.2	A nossa história	20
3.3	O que nos guia	23
3.4	O nosso portfólio	25
3.5	Onde estamos	28
3.6	As nossas pessoas	29

04

A nossa estratégia

4.1	Como criamos valor	39
4.2	A nossa estratégia de negócio	40
4.3	A inovação no centro dos nossos negócios	50
4.4	Envolvimento com os <i>stakeholders</i>	55
4.5	A resiliência das nossas operações - gestão de riscos e oportunidades	60

05

O nosso desempenho

5.1	Os nossos resultados financeiros	70
5.2	Atuamos na sociedade	78
5.3	Preservamos o planeta	86

06

O nosso modelo de governo

6.1	Quem nos governa	92
6.2	A responsabilidade da nossa gestão	102

07

Anexos

7.1	Demonstrações Financeiras Individuais e Documentos Complementares	112
7.2	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Documentos Complementares	153
7.3	Posições acionistas	237
7.4	Tabela GRI	239

01

02

03

04

05

06

07



01

Introdução

1.1	Sobre este relatório	04
1.2	Materialidade	05
1.3	2023 num relance	07
1.4	Destaques do ano	08



01

02

03

04

05

06

07



1.1

Sobre este relatório

GRI 2-2, GRI 2-3, GRI 2-5, GRI 2-14



Este é o segundo exercício de reporte integrado de informação financeira e de sustentabilidade da José de Mello Capital, S.A., de agora em diante mencionada como “José de Mello”, “José de Mello Capital”, “JdM” ou “sociedade-mãe”. Ao longo do relatório, é apresentada a consolidação da informação económica, ambiental social e de *governance*, considerada como mais relevante para o Grupo José de Mello – José de Mello Capital e respetivas empresas participadas – e para os seus *stakeholders*.

Considerando o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023, o relatório reflete a consolidação dos dados das seguintes empresas participadas: CUF, S.A.; Bondalti Capital, S.A.; José de Mello – Residências e Serviços, SGPS S.A. e WineStone, S.A.. Sempre que se verifique qualquer exceção, será devidamente assinalada.

O documento foi preparado em conformidade com as normas do *International Integrated Reporting Framework* (IIRC), da Value Reporting Foundation, para a elaboração de relatórios integrados e com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), *framework* internacional para o reporte de sustentabilidade. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as orientações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas na União Europeia.

Simultaneamente, a José de Mello está a trabalhar para adaptar o seu reporte às exigências decorrentes da regulamentação da União Europeia, nomeadamente no que concerne ao alinhamento com a Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (*Corporate Sustainability Disclosure Directive* – CSRD).

A auscultação de *stakeholders* e a análise de materialidade contribuíram para a definição da estrutura do presente relatório, que espelha assim os principais impactos decorrentes da atividade da José de Mello e os potenciais desafios de criação de valor. Adicionalmente, e no âmbito do seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, são apontados os contributos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, bem como a Agenda de Sustentabilidade do Grupo, que identifica os seus principais compromissos, metas e ações.

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, assim como a informação ESG (*environmental, social e governance*) e demais conteúdos do relatório. A aprovação reflete a convicção de que estes documentos retratam de forma realista e transparente a situação financeira do Grupo, fornecendo uma visão abrangente e verdadeira das suas políticas, procedimentos, gestão, práticas e resultados operacionais, de acordo com as normas e diretrizes assumidas.

As demonstrações financeiras, anexas a este documento, foram sujeitas a verificação por parte de uma entidade externa independente, a RSM & Associados – SROC, Lda., alinhada com cada “Certificação Legal das Contas”. A informação de sustentabilidade não foi sujeita a verificação externa.

Qualquer pedido de esclarecimento referente às informações reportadas poderá ser remetido via e-mail para: info@josedemello.pt ou comunicacao@josedemello.pt

01

02

03

04

05

06

07

1.2

Materialidade

GRI 2-12, GRI 2-14, GRI 3-1, GRI 3-2



Para identificar os temas ESG, sobre os quais a sua atuação deve ser prioritária, a José de Mello realizou, em 2022, uma análise de materialidade. Deste modo, foi possível compreender as áreas com impactos mais significativos da José de Mello bem como as que têm maior impacto na organização.

Este processo, que teve como base a auscultação de *stakeholders*, seguiu uma metodologia alinhada com as diretrizes das normas GRI e com o conceito de dupla materialidade, antecipando a resposta aos requisitos que decorrem da Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa da União Europeia. Esta abordagem permite às empresas apurar a materialidade dos temas de sustentabilidade, equilibrando a capacidade geral de criar valor com o interesse dos *stakeholders*:



Materialidade Financeira

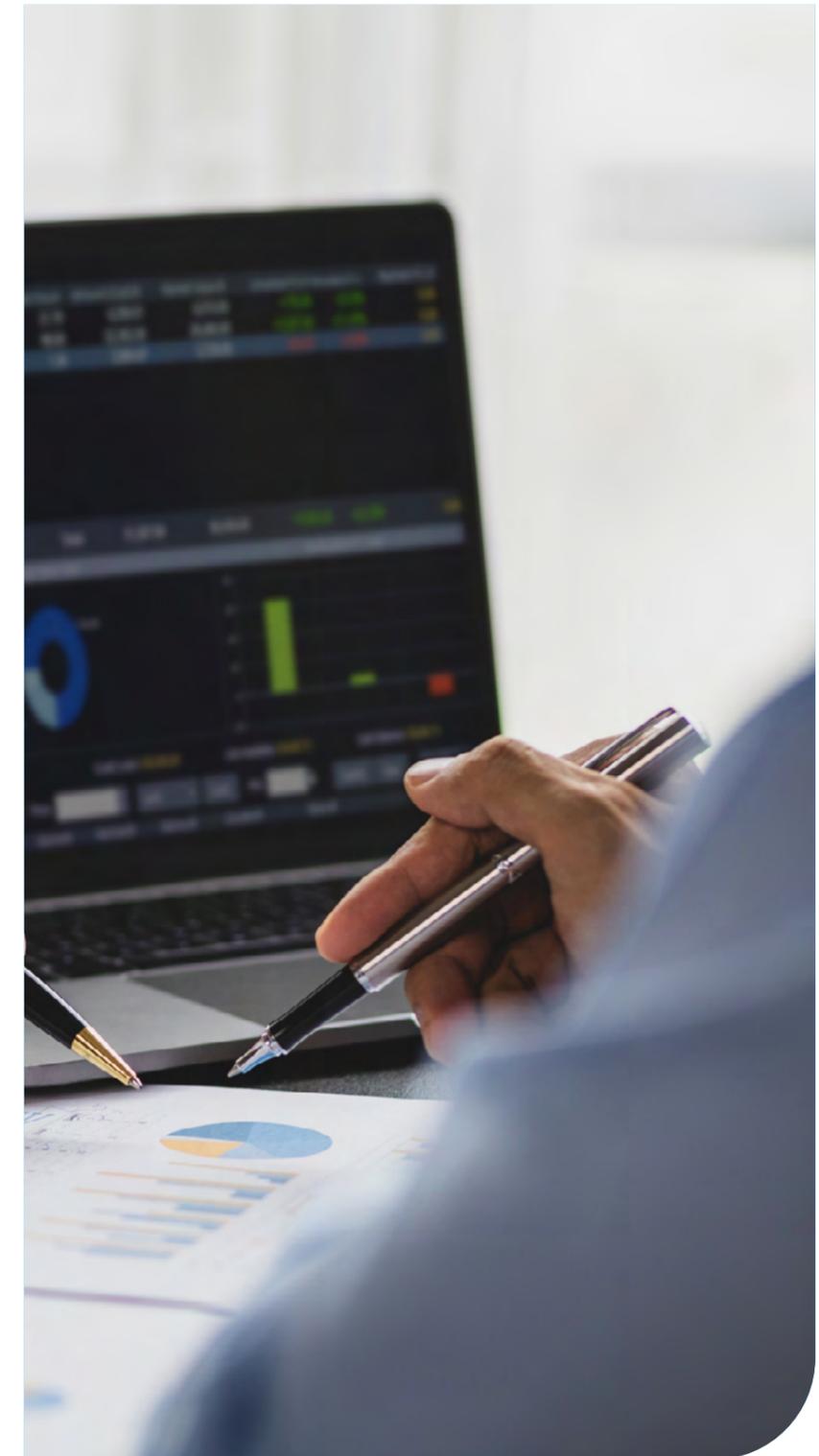
Relevância, atendendo aos impactos das questões ESG no potencial de criação de valor da José de Mello



Materialidade de Impacto

Relevância, tendo em consideração os impactos nas Pessoas, no ambiente e na economia, decorrentes da atividade da José de Mello

Este exercício decorreu em seis fases (conforme apresentado na figura), tendo resultado na identificação de **nove temas materiais**, que se apresentam como a base da Agenda de Sustentabilidade da José de Mello.



01

02

03

04

05

06

07

1. Análise de *benchmark* e identificação de temas potencialmente materiais



A. INVESTIMENTO RESPONSÁVEL

A José de Mello acredita que a integração de estratégias e práticas ambientais, sociais e de *governance* (ESG) nas decisões de investimento e na gestão dos ativos adicionará valor ao Grupo.

Ver índice 4.2 A nossa estratégia de negócio

2. Mapeamento de grupos de *stakeholders*



D. GESTÃO DA MARCA E DA REPUTAÇÃO

A reputação da empresa perante os seus *stakeholders* deve ser preservada, por esta razão, são implementadas estratégias e ferramentas de comunicação corporativa, para avaliar a perceção da marca José de Mello.

Ver índice 4.5 Envolvimento com os *Stakeholders*

G. ATRAÇÃO, RETENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS

Porque trará valor humano à José de Mello, é prioritária a implementação de estratégias e iniciativas que consideram a importância das Pessoas, assim como a definição de orientações para a melhoria das competências e da atuação da gestão.

Ver índice 3.6 As nossas pessoas

3. Levantamento de entidades e contactos a auscultar



B. DESEMPENHO ECONÓMICO E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A José de Mello coloca como prioridade a promoção de estratégias que potenciem a eficiência das operações e do desempenho financeiro dos negócios.

Ver índice 5.1 Os nossos resultados financeiros

E. INOVAÇÃO

Faz parte da cultura do Grupo desenvolver iniciativas potenciadas pela inovação, valorizando o risco e a exploração de novas ideias e parcerias.

Ver índice 4.3 A inovação no centro dos nossos negócios

4. Validação do mapeamento de *stakeholders* com a gestão de topo



H. DIVERSIDADE E INCLUSÃO

É crucial promover a diversidade e a inclusão, entendidas como reconhecimento, respeito e valorização das diferenças entre as pessoas.

Ver índice 3.6 As nossas pessoas

5. Auscultação aos *stakeholders*



C. ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

É essencial para a organização assegurar uma conduta ética sustentada em boas práticas de gestão corporativa e no bom funcionamento de órgãos de fiscalização e controlo.

Ver índice 6.2 A responsabilidade da nossa gestão

F. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Porque a preservação do capital natural é essencial para a sobrevivência do negócio do Grupo, é promovida a mitigação das alterações climáticas, através da gestão das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia, bem como a promoção da adaptação e resiliência.

Ver índice 5.3 Preservamos o Planeta

6. Discussão interna e validação com a Comissão Executiva



I. ENVOLVIMENTO COM A SOCIEDADE

A José de Mello está, desde sempre, ligada a entidades que contribuem para o desenvolvimento da sociedade e implementação de ações com impacto social, que visam a melhoria da qualidade de vida da população.

Ver índice 5.2 Atuamos na Sociedade

01

02

03

04

05

06

07



1.3

2023

num relance



- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07

¹Market-based

1.4

Destques do ano



O ano de 2023 foi repleto de desafios, que colocaram à prova a resiliência da José de Mello e dos seus negócios. Não obstante, foram alcançadas importantes concretizações, nomeadamente ao nível da estratégia de crescimento do Grupo, somente possíveis pelo empenho e dedicação das suas Pessoas.

Nesta secção todas as ações desenvolvidas ao longo do ano pela José de Mello são categorizadas segundo os três eixos estratégicos e nove temas materiais, considerados na Agenda de Sustentabilidade. Quanto às participadas, cujos temas materiais se distinguem da José de Mello, as suas ações são classificadas segundo os três eixos estratégicos de ação.

A CRIAÇÃO DE VALOR

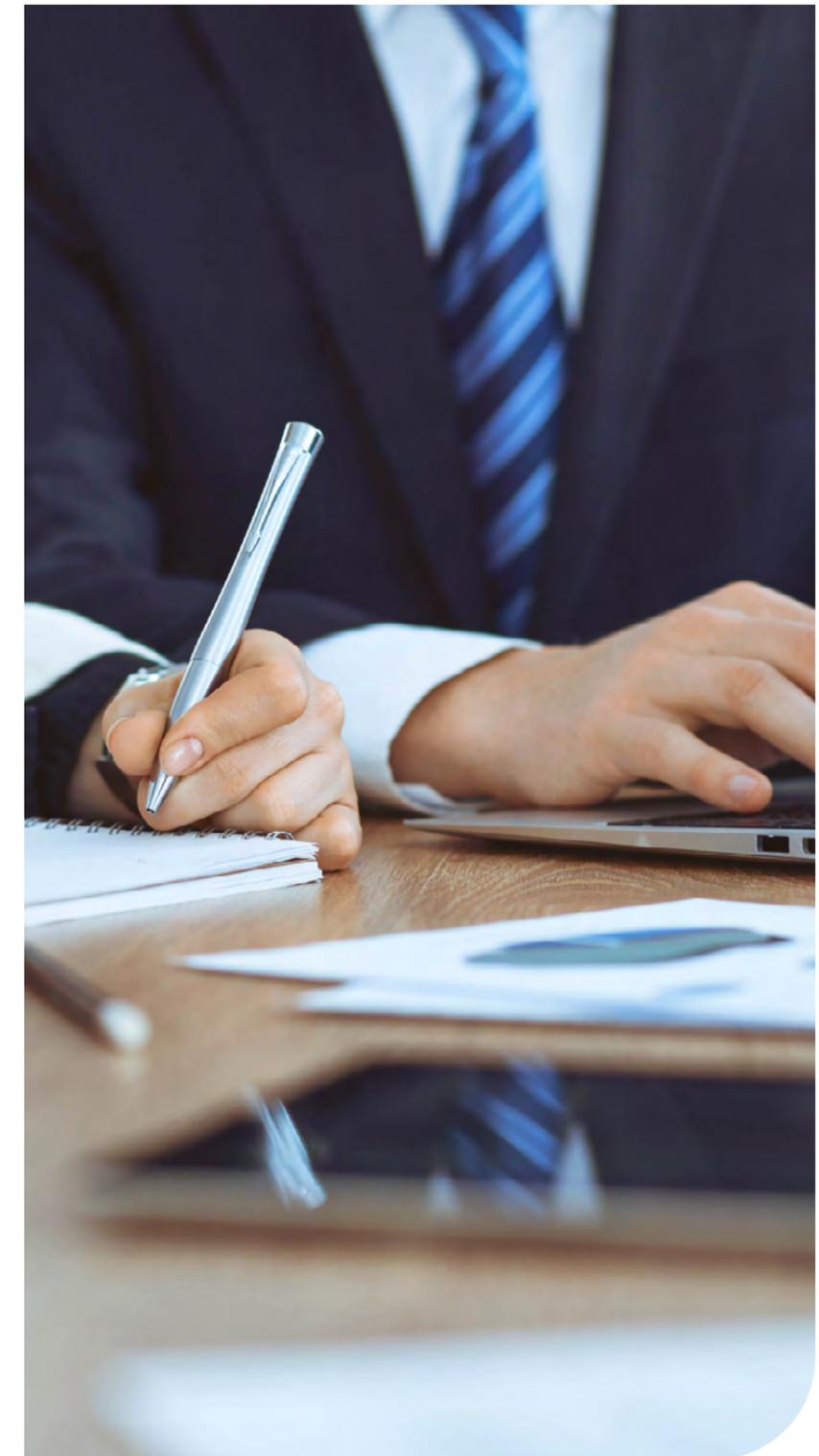
1. Investimento responsável
2. Desempenho económico e eficiência operacional
3. Ética, transparência e integridade
4. Inovação
5. Gestão da marca e da reputação

B PLANETA

6. Alterações climáticas

C PESSOAS

7. Atração, retenção e desenvolvimento de capital humano
8. Envolvimento com a sociedade
9. Diversidade e inclusão



01

02

03

04

05

06

07

2023



JANEIRO



FEVEREIRO



MARÇO



ABRIL

C
7 CUF, Bondalti e José de Mello associam-se ao “Pacto para Mais e Melhores Empregos para os Jovens”, promovido pela Fundação José Neves

C
8 Nova edição do programa “Braço Direito”, da Junior Achievement Portugal, junta 53 jovens do ensino secundário que acompanham um dia de trabalho de voluntários do Grupo José de Mello

A
3 José de Mello aprova Agenda e Roteiro de Sustentabilidade

A Área de negócio Ravasqueira Vinhos passa a integrar o perímetro de consolidação da José de Mello

A Clínica CUF Leiria inicia atividade

A
3 José de Mello e participadas concluem processo de revisão dos valores transversais do Grupo José de Mello - Desenvolvimento Humano, Inovação, Competência e Integridade

C
8 Fundação Amélia de Mello, em colaboração com as empresas participadas, lança Prêmios de Investigação Alfredo da Silva nas áreas do Empreendedorismo, Inovação Tecnológica, Mobilidade e Indústria, e Saúde

A Bondalti inaugura escritórios em Madrid

A Abre Clínica CUF Medicina Dentária Santarém

C
8 Ser solidário, iniciativa transversal do Grupo José de Mello, entrega apoios à Cerciستا, Associação Padre Amadeu Pinto e Associação de Apoio à Juventude Deficiente

A Rede CUF chega aos Açores através de aquisição do Hospital Internacional dos Açores, localizado na ilha de São Miguel

A CUF é classificada como a empresa do setor da saúde mais responsável ao nível do ESG de acordo com o estudo “Merco Responsabilidade ESG”

A Pelo oitavo ano consecutivo, CUF é reconhecida como “Marca de Confiança”, na sua categoria, pela revista Seleções do Reader’s Digest

C CUF lança nova edição do programa Miles para capacitação em gestão de 16 instituições sociais

B Pelo terceiro ano consecutivo, Bondalti recebe medalha de platina Ecovadis, atribuída por esta organização mundial à avaliações da sustentabilidade das empresas

C
7 32 Quadros do Grupo José de Mello participam no Advanced Leadership Program, desenvolvido em parceria pela Universidade Católica Portuguesa e pela Kellogg School of Management

A Bondalti apresenta nova identidade visual, reflexo de uma nova ambição de crescimento e internacionalização

B Reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade, Bondalti adere ao United Nations Global Compact Network Portugal

01

02

03

04

05

06

07

2023



MAIO

- A** Estudo “Randstad Employer Brand Research” identifica a **CUF** como uma das empresas mais atrativas para trabalhar em Portugal
- A** **CUF** alcança o primeiro lugar nos European Private Hospital Awards, na categoria de Green Hospitals and Social Responsibility e Best Application



JUNHO

- C** **Fundação Amélia de Mello**, em parceria com a Casa do Impacto e em colaboração com as empresas participadas, lança programa Impact Journey com o objetivo de apoiar o empreendedorismo jovem nas áreas da Indústria Agrícola, Água, Educação e Saúde
- A** **José de Mello** publica o seu primeiro Relatório Integrado
- B** **CUF** adere ao United Nations Global Compact Network Portugal e reforça o seu compromisso com a sustentabilidade
- A** Lançamento da **Bondalti Water**, especializada na conceção de soluções e execução de projetos e serviços no âmbito do ciclo integral da água



JULHO

- C** **CUF** integra grupo de trabalho Diversidade Equidade e Inclusão (DEI) do BCSO Portugal
- A** Pelo segundo ano consecutivo, a **CUF** é a vencedora da categoria Saúde dos Prémios Marketeer
- A** Lançamento da **Lifthium Energy**, projeto empresarial inovador de refinação de lítio verde



AGOSTO

- C** 114 voluntários do **Grupo José de Mello** marcam presença na Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023
- A** Papa Francisco abençoa primeira pedra do Campus Veritatis da Católica Lisbon School of Business and Economics, futuro Edifício José Manuel de Mello

01

02

03

04

05

06

07



2023



SETEMBRO

C 8 Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos acolhe a 12ª edição do Dia do Voluntário com a participação de 100 voluntários das diversas empresas do **Grupo José de Mello**

C 7 **Grupo José de Mello** e Universidade Católica celebram 20 edições do Programa de Gestão para Executivos (PAGE)

A **CUF** anuncia compra do Grupo Clínica Médica Arrifana de Sousa e reforça presença no norte do país



OUTUBRO

C 7 “Movidos a Talento” é o mote da Reunião de Quadros do **Grupo José de Mello** que celebra a importância das Pessoas e do seu talento no contexto da ambição de crescimento do Grupo

A É anunciado o investimento no futuro Hospital **CUF** Covilhã, com abertura prevista em 2027

A **CUF** concretiza a aquisição de participação maioritária na Atlanticare

A Relatório do Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) destaca a **Bondalti** como exemplo de boas práticas

A É lançada a **WineStone**, nova plataforma de negócio José de Mello para reforçar a atuação no setor dos vinhos

A **WineStone** alarga o seu portfólio, juntando à Ravasqueira as marcas Quinta do Retiro Novo, Krohn, Quinta do Côtto e Paço de Teixeira

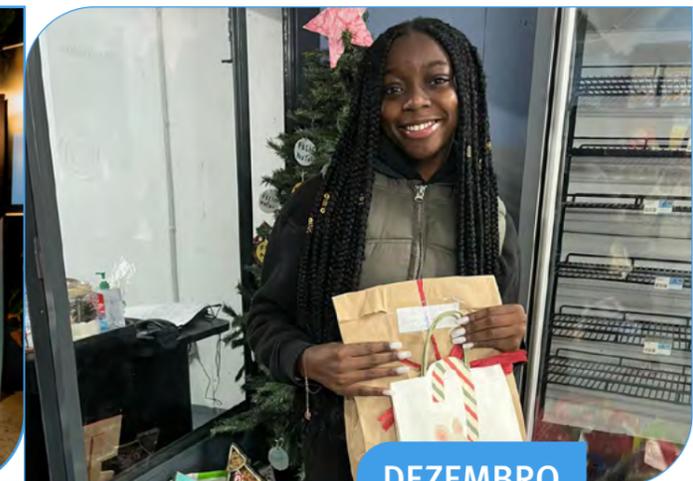


NOVEMBRO

A 4 Grow by **José de Mello** organiza a segunda edição do evento “Grow by the River” na semana do Web Summit e distingue a *startup* MyCareforce no âmbito do Grow Innovation Award

A **CUF** estreia-se no TOP 10 das 100 empresas com melhor reputação corporativa em Portugal, de acordo com o estudo “Merco Empresas”

A **Bondalti** distinguida nos Prémios de Exportação e Internacionalização do Jornal de Negócios na categoria “Grandes Empresas”



DEZEMBRO

C 8 “Árvore do apadrinhamento”, iniciativa transversal do **Grupo José de Mello**, abrange 1561 crianças, oriundas de 27 instituições de várias regiões de Portugal

A 1 **José de Mello** emite obrigações de sustentabilidade para financiamento das obras de remodelação da sua sede

A **CUF** reforça acessibilidade do site através de nova ferramenta dirigida a pessoas com incapacidades ou deficiências

A Cerimónia de atribuição de bolsas de estudo para licenciatura e mestrado a filhos de colaboradores da **José de Mello**, com o apoio da Fundação Amélia de Mello

01

02

03

04

05

06

07



02

O compromisso da nossa liderança

2.1	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	13
2.2	Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	15



01

02

03

04

05

06

07



2.1

Mensagem do Presidente

do Conselho de Administração

GRI 2-22



Numa perspetiva macroeconómica internacional, o exercício de 2023, foi essencialmente marcado pela melhoria das condições financeiras globais, num contexto de redução da inflação, apesar de uma elevada volatilidade de preços, pelo aumento dos custos de serviço de dívida e por um mercado de trabalho com um alto nível de empregabilidade.

Estas dinâmicas conduziram a um aumento generalizado das taxas de juros de referência, nomeadamente na Zona Euro e nos Estados Unidos da América.

Portugal não ficou imune aos efeitos do contexto macroeconómico internacional, mas conseguiu registar, em 2023, uma taxa de inflação abaixo da média da Zona Euro e um desempenho económico positivo quando comparado com os outros países.

Aqui chegados, é importante anteciparmos, na medida do que é possível face à informação conhecida, as variáveis e circunstâncias que podem vir a marcar 2024.

Antes de mais, no plano internacional, diria que é expetável um ano desafiante, dado o número elevado de eleições em economias relevantes, com um peso crescente dos chamados partidos populistas, o que comporta eventuais riscos políticos e económicos, e dada a continuidade das tensões geopolíticas, com destaque para a guerra na Ucrânia, para as relações entre os Estados Unidos e a China e para a situação no Médio Oriente.

É, por isso, previsível que venhamos a assistir à intensificação de políticas protecionistas, nomeadamente na Europa e nos Estados Unidos da América.

É também previsível que os bancos centrais comecem a reduzir as taxas de juro de referência e que, apesar de algum receio de estagnação, ou mesmo recessão, em economias relevantes, possamos assistir a um aumento de operações de mercado, quer em volume, quer em valor de transações.

É ainda previsível um ligeiro aumento do desemprego, muito embora a resiliência dos mercados seja hoje mais evidente do que num passado recente.

Relativamente a Portugal, prevê-se uma desaceleração do crescimento económico e uma maior pressão para aumentos salariais, a par de níveis baixos de desemprego, num contexto de alguma incerteza política em função dos resultados das eleições legislativas realizadas em março deste ano.

Temos, portanto, muitos desafios políticos, económicos e sociais pela frente, o que exige um forte compromisso de toda a sociedade, nomeadamente dos dirigentes políticos, dos empresários e gestores e dos portugueses em geral.

Por parte das empresas, quero salientar o importante papel que tem sido desempenhado pela Associação Business Roundtable Portugal (Associação BRP) e pelos seus associados, entre os quais se inclui o Grupo José de Mello, na promoção de um Portugal mais justo, mais próspero e mais sustentável.

Reitero, assim, a vontade e o empenho que todos temos na Associação BRP de contribuir para acelerar o crescimento económico e social de Portugal.

Pela parte que nos diz respeito, o Grupo José de Mello, que teve em 2023 resultados consolidados muito positivos, ligeiramente acima do ano anterior, que já havia sido um ano histórico, tudo fará para dar continuidade ao compromisso de longa data de contribuir para o desenvolvimento da economia nacional e para a prosperidade e sustentabilidade das comunidades onde temos atividade, em Portugal e fora de Portugal.

01

02

03

04

05

06

07

A solidez financeira que hoje temos e a ambição de crescimento que continuamos a materializar, com muitas concretizações a esse nível em 2023 e também já no início de 2024, é fruto do compromisso e da união familiar da base acionista que nos caracteriza e que assume uma visão de longo prazo e um forte alinhamento com a gestão que é implementada a partir da holding José de Mello e em todos os nossos negócios.

O momento que vivemos, de ambição e confiança, mas sempre pautado por critérios de prudência e gestão de risco, deve-se também muito ao profissionalismo, entrega e sentimento de pertença ao Grupo José de Mello de todas as nossas Pessoas, que são verdadeiros embaixadores da nossa cultura, do nosso Propósito e dos nossos Valores.

Vasco de Mello



Abril de 2024



01

02

03

04

05

06

07

2.2

Mensagem do Presidente

da Comissão Executiva

GRI 2-22



As empresas do Grupo José de Mello conseguiram dar, em 2023, uma resposta muito positiva aos desafios de contexto que marcaram o último exercício, de entre os quais destaco os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, no plano geopolítico, e a inflação vigente e o aumento das taxas de juro, no plano económico.

No plano interno, considero relevante mencionar a demissão do Governo e a consequente dissolução da Assembleia da República, decretada em janeiro de 2024, que deu origem à marcação de eleições legislativas, realizadas em março e cujos resultados não afastam totalmente cenários de incerteza política.

Para a boa resposta que as nossas empresas deram em 2023, com uma atividade repleta de importantes concretizações no decurso do exercício, foi fundamental a forma profissional e exemplar como as nossas lideranças, e as suas equipas, souberam concretizar a estratégia de crescimento que definimos a partir da José de Mello e em cada uma das empresas.

Foi esse espírito de concretização e de dedicação de todas as nossas Pessoas, a par de uma base de ativos muito sólida, que conduziram a mais um ano histórico em termos consolidados, com resultados líquidos que ascenderam a 95 milhões de euros, um pouco acima do ano anterior, e capitais próprios de 1.045 milhões de euros.

Os bons resultados, o forte nível de investimento realizado pelas principais empresas participadas do Grupo – CUF, Bondalti e Brisa –, que atingiu 251 milhões de euros, e a continuação da trajetória de redução da dívida permitiram, uma vez mais, o reforço da nossa solidez financeira, sem a qual não seria possível mantermos intacta a ambição de crescimento para os próximos anos, a partir de Portugal.

Antes de dar o devido destaque às concretizações mais relevantes, quero realçar que 2023 foi o primeiro ano da WineStone, criada para agregar e gerir os nossos ativos no setor do vinho, enquanto sociedade integrada no nosso perímetro de consolidação.

2023, UM ANO DE CONCRETIZAÇÕES RELEVANTES

A atividade das nossas empresas foi, como já evidenciei, repleta de importantes concretizações.

A Bondalti registou resultados muito positivos, com níveis de produção elevados e ganhos de quotas de mercado, o que compensou a pressão sobre os preços de venda e a desaceleração da economia europeia. Manteve um posicionamento de referência na transição climática e o objetivo de neutralidade carbónica em 2030. Já no início de março de 2024, lançou uma Oferta Pública de Aquisição sobre a espanhola Ercros, num processo que decorrerá nos próximos meses e que conduzirá, em caso de sucesso, à criação de uma referência industrial química a nível ibérico.

A CUF manteve a trajetória de forte crescimento e uma grande capacidade de resposta ao aumento da procura, com resultados positivos, tendo alargado a sua oferta a mais portugueses, com a abertura da clínica de Leiria e o arranque da construção do futuro hospital na mesma cidade, com as aquisições do Hospital Internacional dos Açores, do Grupo Arrifana de Sousa e de 51% da Atlanticare, a que se juntou a continuação do desenvolvimento de modelos inovadores, designadamente a hospitalização domiciliária e soluções digitais e tecnológicas. A CUF foi também reconhecida como

01

02

03

04

05

06

07



“Marca de Confiança” na sua categoria, pela revista Seleções do Reader’s Digest, pelo oitavo ano consecutivo, e venceu, igualmente na sua categoria, os Prêmios Marketeer, pelo segundo ano consecutivo.

Tendo superado pela primeira vez os mil milhões de euros de proveitos, a Brisa conseguiu, em 2023, uma melhoria de desempenho nas suas unidades de negócio e registou um aumento do tráfego nas autoestradas. Em linha com o plano estratégico Vision 28, a Brisa tem como objetivos centrais desenvolver e fazer crescer as suas diferentes áreas de negócio, continuando a construir uma carteira de ativos de mobilidade e a reforçar a sua exposição a mercados internacionais.

Com elevados níveis de ocupação nas suas duas unidades, a José de Mello Residências e Serviços manteve, em 2023, uma qualidade de serviço verdadeiramente distintiva.

Sendo este o primeiro exercício cuja atividade e contas integram o perímetro de consolidação da José de Mello, a área de negócio dos vinhos prosseguiu a tendência de crescimento de vendas, aumentando as exportações e melhorando a rendibilidade. Após o lançamento da WineStone, a nova marca institucional do Grupo José de Mello para o setor dos vinhos, foram reforçadas as equipas e foi iniciado o ambicioso processo de crescimento que juntou à Ravasqueira a Quinta do Côtto, Paço de Teixeira, Quinta do Retiro Novo e, já em 2024, a Quinta de Pancas.

O exercício de 2023 fica igualmente marcado pela criação da Lifthium Energy, sociedade que tem como objetivo alavancar as competências industriais do Grupo a partir da Bondalti e desenvolver um projeto inovador de refinação de lítio verde para a cadeia de valor das baterias, contribuindo, assim, para a eletrificação e descarbonização da economia. A nova fase de decisão de investimento neste projeto empresarial deverá ocorrer entre o final de 2024 e o início de 2025.

SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E GESTÃO DE TALENTO

O sucesso da estratégia de crescimento que definimos para o Grupo José de Mello, nos atuais negócios, em novas áreas e com reforço da exposição a mercados internacionais, depende, em grande medida, da forma como conseguirmos conciliar os contributos complementares das nossas agendas de Sustentabilidade, Inovação e Gestão de Talento.

Neste sentido, quero destacar a concretização, no último exercício, da maioria das ações previstas no nosso Roteiro de Sustentabilidade, o que materializa o compromisso que assumimos de prosseguir um crescimento empresarial sustentável.

Ainda neste domínio, é relevante evidenciar a edição, em 2023, de um primeiro Relatório Integrado José de Mello, uma emissão de obrigações de sustentabilidade, o cálculo da nossa pegada de carbono e a definição de uma estratégia de investimento de impacto.

Numa perspetiva diretamente ligada à cidadania empresarial, merece referência um conjunto de iniciativas desenvolvidas no decurso do exercício, nomeadamente a participação ativa e empenhada na Associação Business Roundtable Portugal, o apoio dado à Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023, a atribuição de bolsas de estudo a filhos de colaboradores, em parceria com a Fundação Amélia de Mello, e a adesão, por parte da José de Mello, CUF, Bondalti e Brisa, ao “Pacto para Mais e Melhores Empregos para os Jovens”, promovido pela Fundação José Neves.

Para as nossas principais empresas participadas, o último exercício foi mais um bom exemplo de importantes distinções no domínio da sustentabilidade: a CUF foi classificada como a empresa do setor da saúde mais responsável ao nível do ESG de acordo com o estudo “Merco Responsabilidade ESG”, a Bondalti conquistou, pela terceira vez consecutiva, a certificação EcoVadis Platina e a Brisa foi novamente distinguida pelo ranking GRESB, para além de ter sido a empresa melhor classificada pelo estudo Merco, no setor de infraestruturas e construção.

Ao nível da Inovação, é importante evidenciar o nosso envolvimento no ecossistema nacional de empreendedorismo, com destaque para o programa Grow, que já celebrou mais de 50 parcerias, e para a terceira edição do Grow Innovation Award.

Relativamente à Gestão de Talento, prosseguimos a implementação de um projeto de alcance transversal a todo o Grupo, que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento das nossas Pessoas, sendo este um importante contributo para o crescimento do nosso Grupo.

Foi neste contexto que concretizámos, em 2023, programas de liderança dirigidos à gestão executiva e primeiras linhas de todos os nossos negócios, em parceria com instituições de ensino de referência.

Ainda em 2023, desenhámos um Programa de Mobilidade Interna, que foi lançado em março de 2024 e que oferece às nossas Pessoas a oportunidade de participarem em processos de recrutamento interno, reforçando-se, desta forma, o crescimento e a valorização profissionais.

Com o objetivo de conciliar a vida profissional, com a vida pessoal e familiar das nossas Pessoas, quero também salientar que a José de Mello viu renovada, no início de 2024, a certificação EFR (Entidade Familiarmente Responsável).

01

02

03

04

05

06

07

Antes de terminar esta minha mensagem, não posso deixar de agradecer aos nossos parceiros acionistas a partilha de uma visão estratégica comum nas empresas em que criamos valor juntos.

Quero expressar, uma vez mais, o meu agradecimento pela dedicação e profissionalismo de todas as nossas Pessoas e reiterar o nosso compromisso com o crescimento sustentável do Grupo e com o desenvolvimento económico e social de todas as comunidades em que estamos presentes, dentro e fora de Portugal.

Salvador de Mello



Abril de 2024



01

02

03

04

05

06

07

03

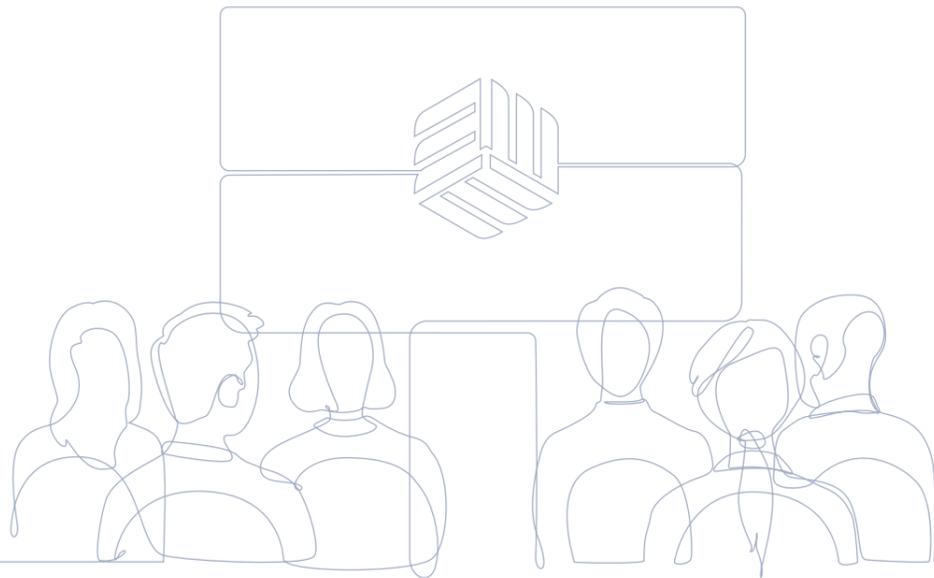
O Grupo José de Mello

3.1	Quem somos	19
3.2	A nossa história	20
3.3	O que nos guia	23
3.4	O nosso portfólio	25
3.5	Onde estamos	28
3.6	As nossas pessoas	29



3.1

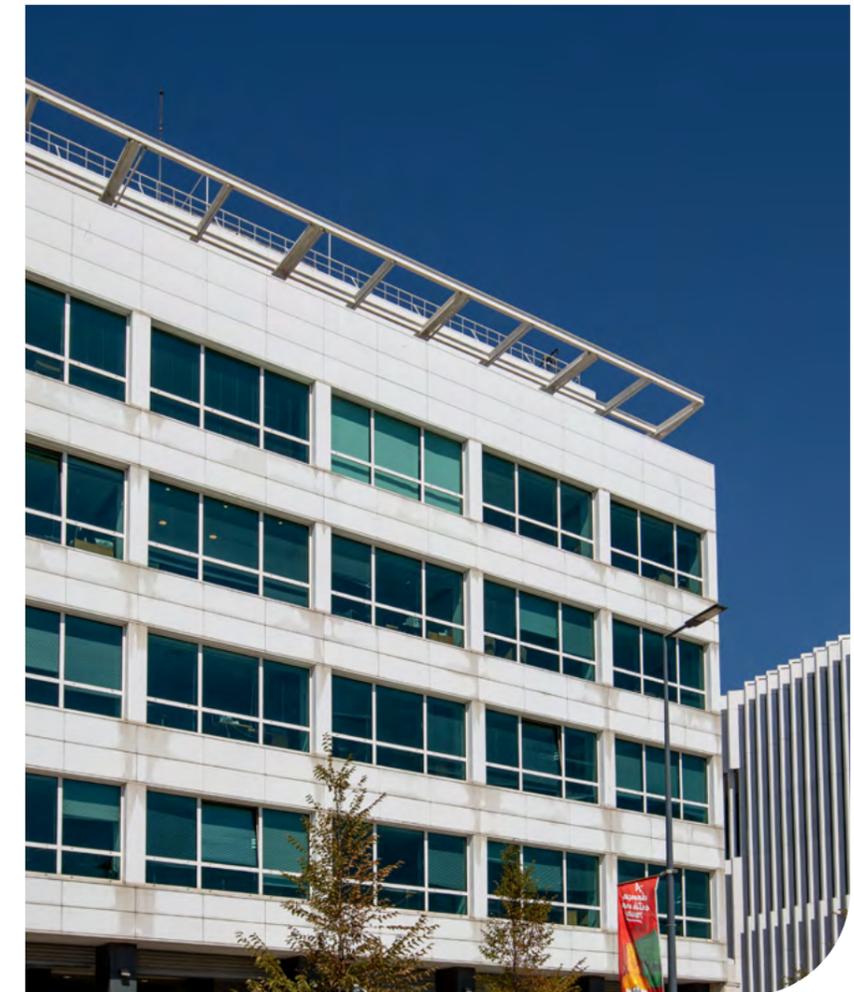
Quem somos



O Grupo José de Mello é um grupo empresarial português com uma história de mais de 120 anos marcada por resiliência, confiança e empreendedorismo.

Com uma estrutura acionista estável e de base nacional, é reconhecido como um dos maiores grupos económicos de Portugal. A sua atuação diversificada compreende um conjunto de participações empresariais em diferentes setores da economia, incluindo prestação de cuidados de saúde, indústria química e tratamento de águas, infraestruturas rodoviárias e mobilidade, serviços e soluções para seniores e produção e comercialização de vinhos.

Suportado por uma cultura organizacional distinta, o Grupo José de Mello tem como principais Valores, transversais a todas as empresas participadas, o Desenvolvimento Humano, a Inovação, a Competência e a Integridade. Colocando a dignidade das Pessoas no centro de suas operações, o Grupo promove o desenvolvimento das capacidades individuais, incentivando a autonomia e a aprendizagem contínua. Além disso, fomenta uma mentalidade empreendedora e em constante procura por novas soluções e oportunidades para criar valor e impulsionar o crescimento.



Com uma visão estratégica de longo prazo, o Grupo José de Mello aspira à excelência e à consistência em todas as suas atividades, promovendo a responsabilidade individual e o trabalho em equipa. O Grupo assume ainda um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável de Portugal.

01

02

03

04

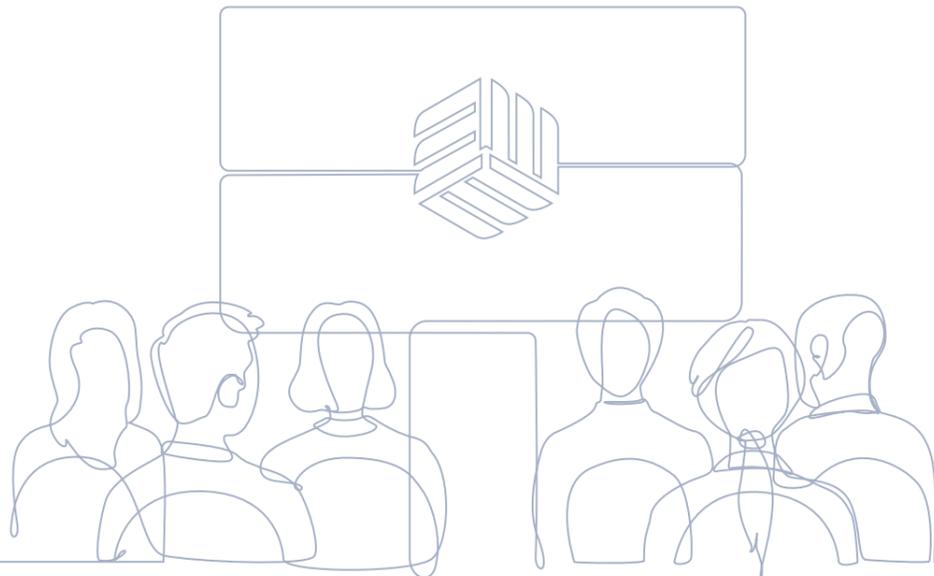
05

06

07

3.2

A nossa história



1898

Fundação por Alfredo da Silva, ao assumir o estatuto de acionista e líder da CUF



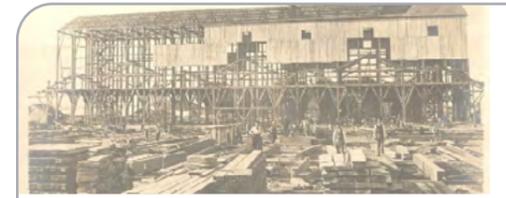
1920

Entrada na Casa José Henriques Totta



1908

Inauguração das primeiras fábricas da CUF no Barreiro



1927

Criação da Tabaqueira



- Fundação
- Expansão
- Reconstrução
- Resiliência e recuperação
- Ambição e crescimento

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



1942

Criação da Companhia de Seguros Império



1961

Fundação da Lisnave



1975

Nacionalização do Grupo CUF. No auge da sua atividade, o Grupo CUF era o maior grupo privado português com 110.000 empregados e representava 5% do PIB



1945

Inauguração do Hospital da CUF (Infante Santo)



1964

Criação da Fundação Amélia de Mello



1979-1998

Início da reconstrução do Grupo com a aquisição da Uniteca (1979); Constituição da *holding* José de Mello (1988); Criação do Banco Mello (1991). Aquisições: Império (1992); Soponata (1993); Quimigal (1997). Constituição da José de Mello Saúde (1998)

● Fundação ● Expansão ● Reconstrução ● Resiliência e recuperação ● Ambição e crescimento

01

02

03

04

05

06

07



2000-2001

Venda da Lisnave. Entrada na Brisa e Efacec. Fusão do Banco Mello e da seguradora Império com o BCP, o maior banco privado português. Inauguração do Hospital CUF Descobertas



2013

OPA sobre a Brisa



2020-2022

CUF passa a marca única na saúde. Grupo José de Mello vende 40% da Brisa. Alteração na liderança executiva do Grupo, definição do Propósito e de uma estratégia de crescimento. Bondalti investe na área de negócio de tratamento de águas



2009-2011

Início da gestão dos hospitais de Braga e de Vila Franca de Xira. Expansão do Pólo Químico de Estarreja



2017-2019

Criação do programa Grow. Negócio dos químicos industriais com nova marca Bondalti e nova fábrica em Espanha. Expansão da rede de hospitais e clínicas CUF



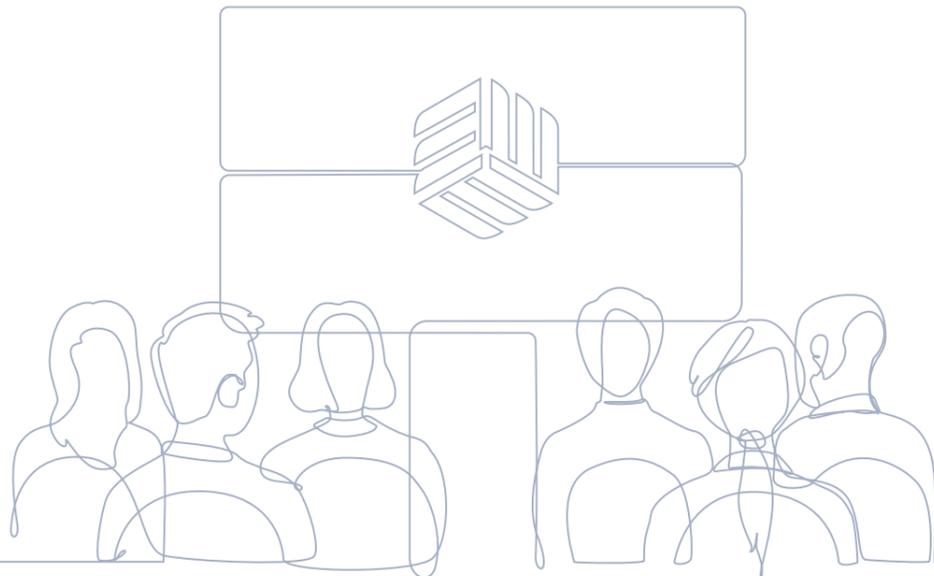
2023

Bondalti apresenta uma nova identidade visual. CUF prossegue plano de expansão da sua rede e chega à Ilha de São Miguel com a aquisição do Hospital Internacional dos Açores que passa a designar-se Hospital CUF Açores. Criação da WineStone, para gerir ativos no setor dos vinhos, e da Lifthium Energy, para desenvolver um projeto de refinação de lítio



3.3

O que nos guia



Enquanto líder empresarial em Portugal, comprometido com a excelência, o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável, o Grupo procura criar valor e promover o crescimento económico em várias áreas-chave da economia portuguesa, mantendo uma atuação diversificada e uma abordagem estratégica orientada para o futuro.



Propósito

Cultivamos o nosso legado de excelência, empreendedorismo e talento para promover a prosperidade e o desenvolvimento sustentável a partir de Portugal



Estratégia

Em constante movimento e assente em Dimensão e Criação de Valor, o Grupo lidera áreas vitais da economia portuguesa. Assume uma estratégia orientada para o futuro, o que significa capacidade para gerir negócios maduros, para identificar novas oportunidades de negócio, com elevado potencial, e para liderar processos de reestruturação de empresas ou negócios



Visão

Ser um Grupo com uma intervenção diversificada na economia e uma referência internacional na criação de valor e crescimento sustentável

01

02

03

04

05

06

07

A cultura do Grupo assenta nos seus Valores, que orientam a conduta e gestão em todos os negócios. Tanto em operações consolidadas, quanto em projetos futuros, o **Desenvolvimento Humano**, a **Inovação**, a **Competência** e a **Integridade** são elementos fundamentais para o sucesso do Grupo José de Mello.



Desenvolvimento Humano

Colocamos a dignidade das Pessoas no centro das nossas decisões e contribuimos para o desenvolvimento das suas capacidades, fomentando a autonomia e a aprendizagem contínua.

Fomentamos uma cultura empreendedora e uma mentalidade aberta e curiosa, na procura constante de novas soluções e oportunidades criadoras de valor.



Inovação



Competência

Incentivamos uma atitude permanente de fazer mais e melhor, através da responsabilidade individual e do trabalho em equipa, ambicionando a excelência e a consistência.



Integridade

Promovemos um comportamento ético e honesto, criando relações de confiança e lealdade, tratando todos com equidade e verdade.

01

02

03

04

05

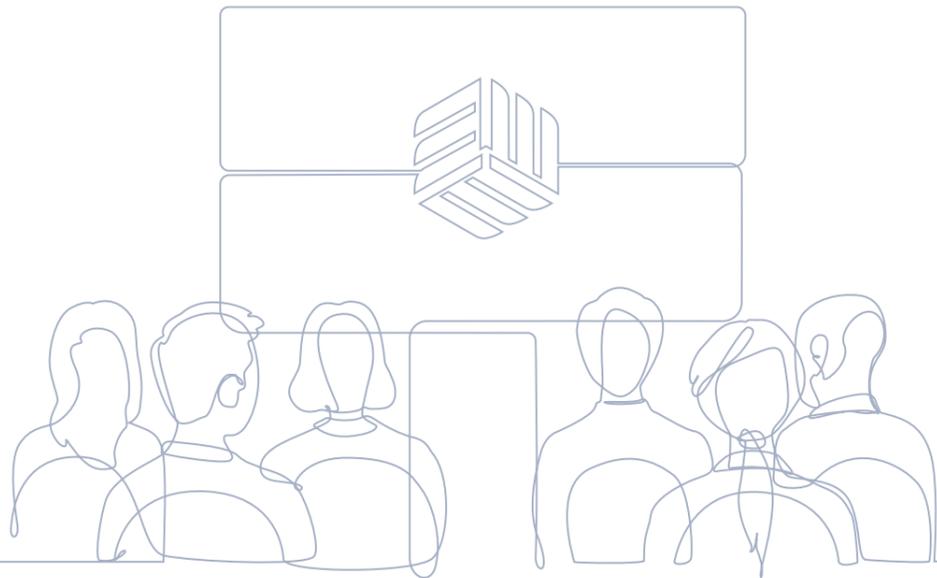
06

07

3.4

O nosso portfólio

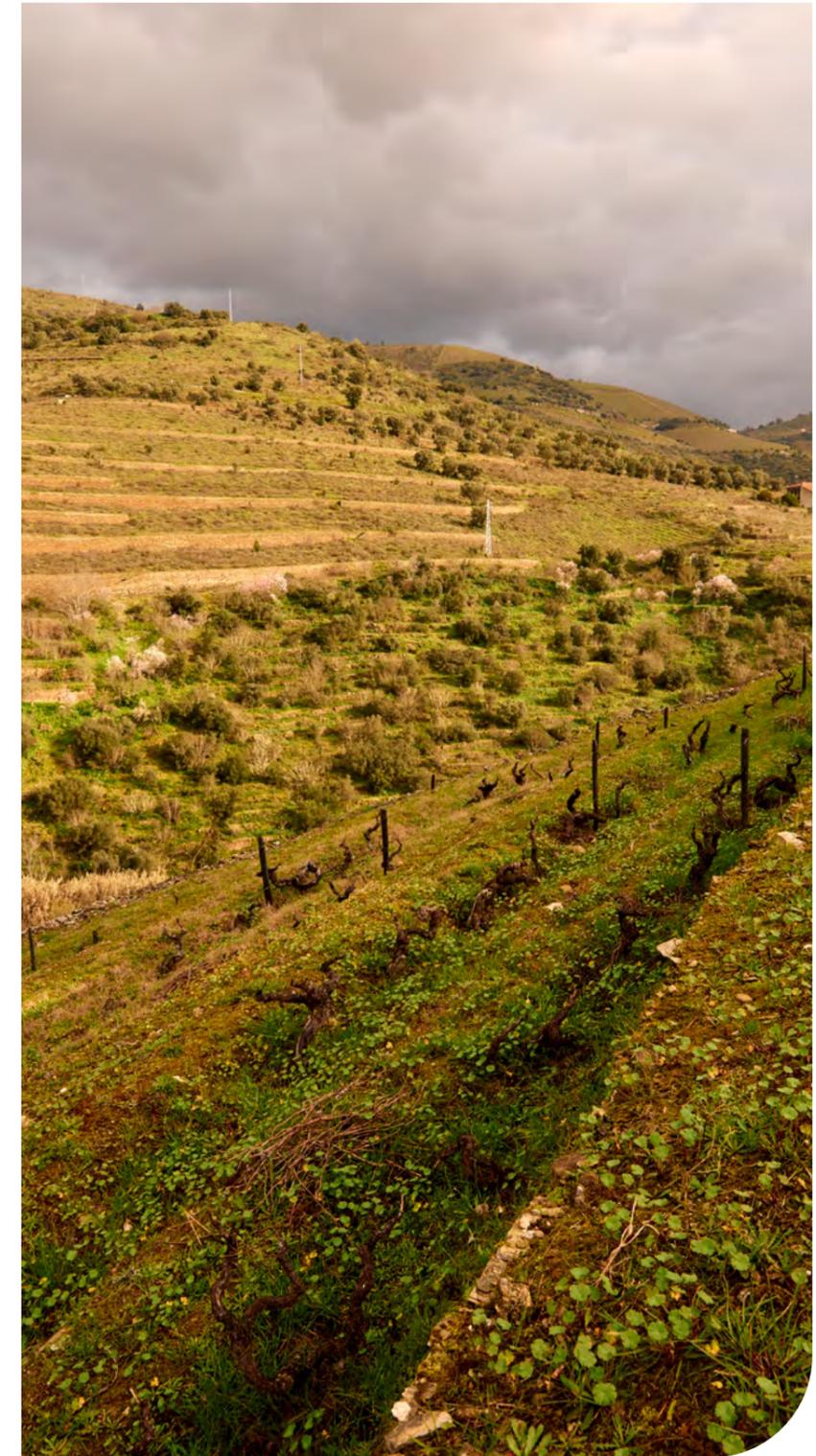
GRI 2-6



O Grupo José de Mello destaca-se pela sua intervenção diversificada em vários setores-chave da economia, através de participações em empresas com um posicionamento competitivo.

Em 2023, alargou o seu portfólio com a entrada de uma nova plataforma de negócio, a WineStone, e um projeto de refinação de lítio verde, a Lifthium.

O Grupo está sujeito a um conjunto de riscos externos e internos que podem ter implicações no desempenho, na geração de caixa, ou no valor da José de Mello e participadas. A diversificação de portfólio permite mitigar, em parte, os riscos existentes. Adicionalmente, como forma de mitigar os riscos identificados, o Grupo José de Mello procura, continuamente; garantir o alinhamento da estrutura de capital com o perfil de risco definido, executar os planos de negócios das participadas para capturar oportunidades de eficiência e melhorar a estrutura de capitais, gerir de forma ativa e transparente a relação com os parceiros acionistas e prosseguir a estratégia de diversificação definida com análise e concretização de novos investimentos, com uma análise de risco criteriosa por parte do seu comité de investimento.



01

02

03

04

05

06

07

BONDALTI Participação: 100%

Com presença nacional e internacional, a Bondalti é o principal grupo privado português do setor da indústria química. As suas atividades produtivas são essencialmente focadas na cadeia de valor de cloro-álcalis (PCA), no segmento dos químicos inorgânicos, e, no segmento dos químicos orgânicos, na cadeia de valor da anilina e derivados (PAD). Ocupa atualmente uma posição competitiva nestes mercados, sendo líder ibérica na produção de cloro e hipoclorito, líder europeia em vendas de anilina e mononitrobenzeno (MNB), bem como um dos principais produtores mundiais não-integrados de anilina.

O seu modelo de negócio estende-se, também, à conceção de soluções e à execução de projetos e serviços no âmbito do Ciclo Integral da Água, não só no mercado ibérico, mas também internacional.

Para mais informações sobre a Bondalti e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos website e/ou o Relatório Integrado 2023.

523 M€ de proveitos operacionais	96 M€ de EBITDA	51 M€ de resultado líquido
1,7 mil t produtos químicos industriais produzidos	1060 ktCO ₂ e emitidas (âmbito 1, 2 ¹ e 3)	752 colaboradores
45 mil horas de formação	2,4 M€ investidos na comunidade	

 Produção de químicos e tratamento de águas

CUF Participação: 65,85%

Líder na prestação privada de cuidados de saúde de qualidade em Portugal, a CUF procura diariamente promover uma oferta de serviços com os mais elevados níveis de qualidade e conhecimento, respeitando o primado da vida, sem descuidar os seus impactos ambientais.

Para uma prestação de cuidados de saúde adaptada às necessidades individuais de cada pessoa, a CUF desenvolve a sua atividade de forma integrada e abrangente, aliando uma rede de 21 hospitais e clínicas, 32 a partir de 2024, ferramentas digitais e novas formas de prestação de cuidados de proximidade.

Desde o início, promove a evolução constante da Medicina, participando no desenvolvimento do País, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias com as principais instituições universitárias e científicas. A par disto, aposta no desenvolvimento de programas de ensino, formação e investigação, que promovem a permanente atualização e inovação dos seus profissionais e da comunidade científica e médica.

Para mais informações sobre a CUF e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos website e/ou o Relatório Integrado 2023.

756 M€ de proveitos operacionais	120 M€ de EBITDA	38 M€ de resultado líquido
24 unidades de saúde	2,9 M de consultas	64,5 mil de cirurgias
4,3 mil partos	165 ktCO ₂ e emitidas (âmbito 1, 2 ¹ e 3)	15 mil colaboradores
+97 mil horas de formação	477 mil € investidos na comunidade	

 Prestação de cuidados de saúde

Grupo Brisa Participação: 16,73%

A Brisa é uma operadora de mobilidade com uma forte experiência nacional e internacional na operação de infraestruturas rodoviárias. Com uma base sólida no desenvolvimento e gestão de serviços de mobilidade, sob a marca comercial Via Verde, tem desempenhado um papel chave no financiamento, definição, construção e operação de uma rede de autoestradas que abrange os principais eixos rodoviários de Portugal, cobrindo o país de norte a sul e de este a oeste.

Para mais informações sobre a Brisa e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos website e/ou o Relatório Integrado 2023.

1 004 M€ de proveitos operacionais	755 M€ de EBITDA	255 M€ de resultado líquido
1 549 Km concessionados	9,8 M Km patrulhados	31 unidades Colibri Via Verde
1,7 M de inspeções	4,9 M€ de veículos equipados com identificadores Via Verde	2 995 colaboradores
5,3 ktCO ₂ e emissões de carbono (âmbito 1 e 2 ¹)		

A Brisa não integra o perímetro de consolidação do Grupo José de Mello.

 Infraestruturas rodoviárias e mobilidade

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07

¹ Market-based





Participação: 69,585%

A José de Mello Residências e Serviços é um centro de excelência no desenvolvimento de soluções residenciais e de programas assistenciais de recuperação e reabilitação ortopédica, geriátrica e neurológica. Para o efeito, assume a gestão de duas unidades residenciais que operam sob a marca Domus Vida, em Lisboa e no Estoril.

Para mais informações sobre a José de Mello Residências e Serviços e o seu desempenho, por favor, consulte o respetivo website.

8,5 M€
de proveitos operacionais

1,6 M€
de EBITDA

53 mil €
de resultado líquido

2
unidades residenciais

0,9 ktCO₂e
(âmbito 1, 2¹ e 3)

215
colaboradores

900
horas de formação



Soluções e serviços para seniores



Participação: 100%

A WineStone, fundada em 2023 a partir do desempenho da Ravasqueira Vinhos na última década, gere agora ativos não apenas na região do Alentejo, mas também no Douro, Vinhos Verdes e, desde o início de 2024, também em Lisboa. Possui um portfólio alargado de marcas, que integra a Ravasqueira, Quinta do Retiro Novo, Krohn, Quinta do Côtto e Paço do Teixeiró. Com um posicionamento centrado na preservação do património vitivinícola natural e humano do passado, a empresa está atualmente empenhada em executar um plano de desenvolvimento para levar as marcas mais admiradas de Portugal para o mercado global.

Para mais informações sobre a WineStone e o seu desempenho, por favor, consulte o website.

24 M€
de proveitos operacionais

2,7 M€
de EBITDA

1,67 M€
de resultado líquido

23,3 M€
em vendas de vinho

0,3 ktCO₂e
(âmbito 1 e 2¹)

77
colaboradores

496
horas de formação



Produção comercialização e distribuição de produtos vinícolas



Participação: 100%²

A Lifthium é uma empresa, em fase de projeto, dedicada à produção de lítio verde. Tem a ambição de se tornar o principal protagonista global na refinação de lítio verde, contribuindo para a eletrificação da mobilidade por meio de fontes de energia renováveis e processos avançados com baixa pegada de carbono.

Para mais informações sobre a Lifthium e o seu desempenho, por favor, consulte o website.

² 85% participação direta, 15% de participação indireta através da Bondalti.



Produção de hidróxido de lítio

01

02

03

04

05

06

07

¹ Market-based

3.5

Onde estamos

GRI 2-1

Nota

Em janeiro de 2024 a CUF concluiu o processo de aquisição do Grupo Clínica Arrifana de Sousa, iniciado em 2023, alargando a sua presença no norte do país, nomeadamente nos concelhos do Tâmega e Sousa (Penafiel, Paredes, Lousada, Marco de Canaveses e Amarante)

Em janeiro de 2024, a WineStone adquiriu a Quinta de Pancas, situada no concelho de Alenquer, na região vitivinícola de Lisboa

 Clique na localização para ativar a lista de unidades



+





















 Escritórios  Unidades produtivas  Logística

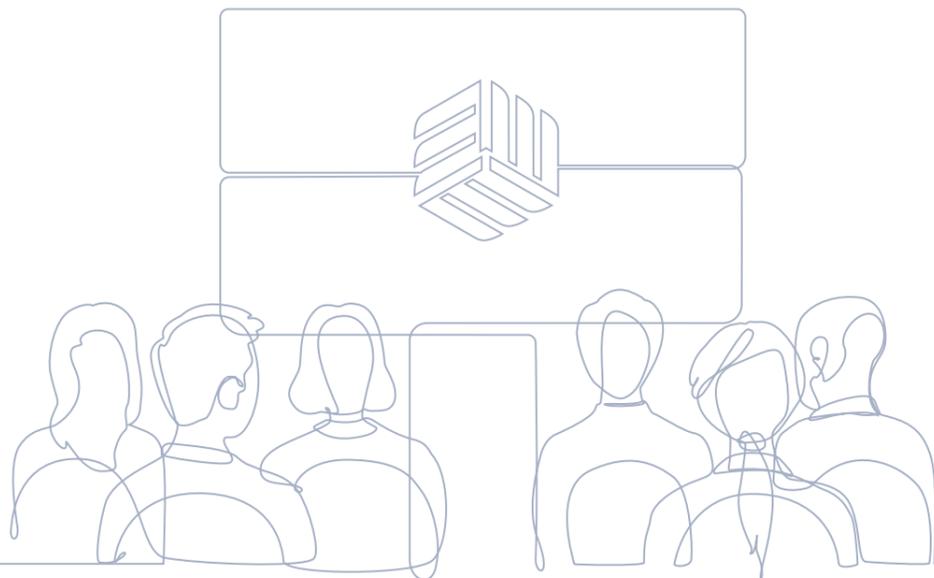
- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



3.6

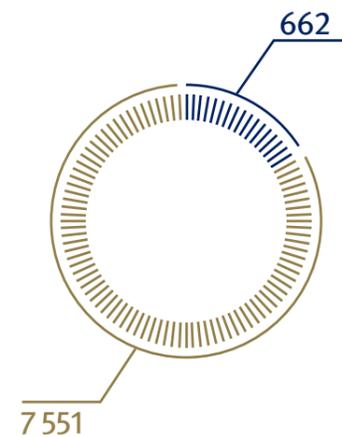
As nossas Pessoas

GRI 2-7, GRI 3-3, GRI 401-2, GRI 404-1, GRI 405-1, GRI 406-1



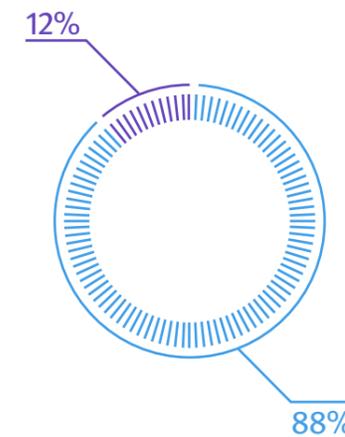
A José de Mello acredita que os conhecimentos e competências de cada uma das suas Pessoas representam um ativo valioso, apostando por isso na sua valorização e impulsionando a concretização de todo o seu potencial, em todas as áreas de negócios.

Total de colaboradores por regime de contrato



- Colaboradores a part-time
- Colaboradores a full-time

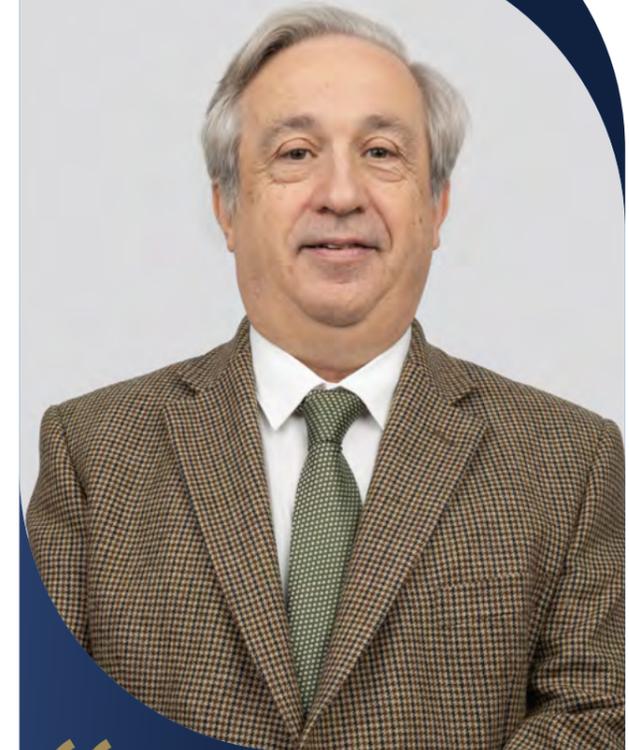
Total de colaboradores por tipo de contrato



- Colaboradores permanentes
- Colaboradores temporários

Neste contexto, e colocando as Pessoas no centro das preocupações, o Grupo tem implementado, desde 2021, um Projeto de Talento Transversal com o objetivo de garantir a sustentabilidade do talento e promover o desenvolvimento dos colaboradores. Este projeto, que teve continuidade em 2023, integra um conjunto de iniciativas que impacta diretamente a capacidade de concretização de uma estratégia de atração e fidelização do talento a curto e médio/longo prazo.

TESTEMUNHO



“

A importância das nossas Pessoas e o contributo de todos, líderes e suas equipas, para o sucesso do Grupo José de Mello foi o tema central da nossa Reunião de Quadros 2023. Uma oportunidade para reforçarmos o espírito de pertença e partilhar testemunhos e experiências que comprovaram que as nossas Pessoas e os seus talentos, são a força que nos move e um pilar fundamental da sustentabilidade do Grupo.”



Luis Wissmann
Diretor de Pessoas e Gestão de Talento
José de Mello

01

02

03

04

05

06

07



Diversidade e inclusão

Defendendo uma cultura inclusiva, integradora e diversa, as empresas do Grupo são espaços onde todas as Pessoas são bem-vindas, e onde é promovido um ambiente de trabalho permanentemente atento ao seu bem-estar, saúde e segurança, proporcionando condições que contribuem ativamente para a sua motivação e produtividade.

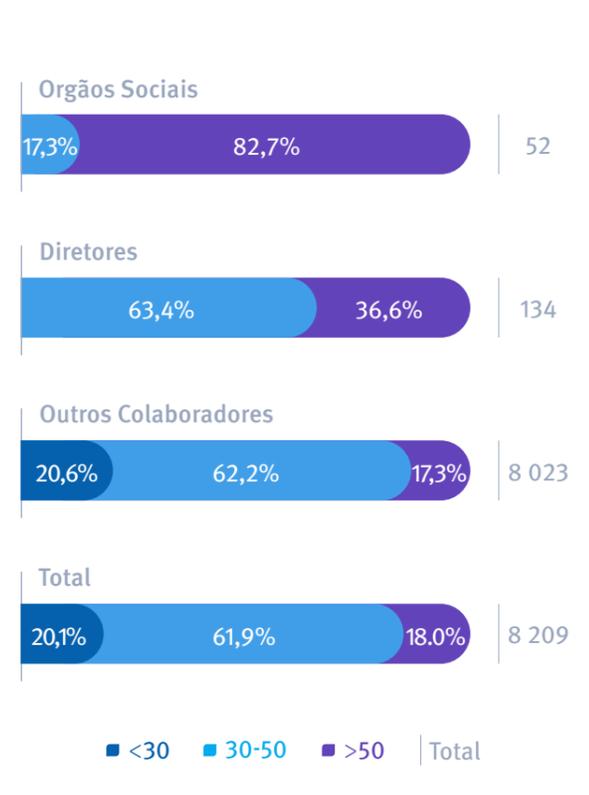
0

Casos de discriminação registados em 2023

Colaboradores por género e categoria profissional



Colaboradores por faixa etária e categoria profissional



Esta abordagem é consolidada no compromisso formal de promoção da diversidade e inclusão, assumido pelo Grupo José de Mello, que é focado em quatro pilares de intervenção fundamentais:



GERACIONAL

Aposta no rejuvenescimento das equipas, sem descuidar a sua multiplicidade geracional, que se reflete num estímulo à partilha de conhecimentos e fortalecimento de relações intergeracionais



SOCIOCULTURAL

Integração de pessoas com diferentes *backgrounds*, culturas, etnias ou personalidades que possibilitem um novo olhar e formas de estar, para melhor fazer face aos desafios atuais e futuros



GÉNERO

Promoção da paridade, de um equilíbrio efetivo e da igualdade de oportunidades a todas as Pessoas, independentemente do seu género



INCAPACIDADES

Promoção da igualdade de oportunidades e integração de pessoas com deficiência



01

02

03

04

05

06

07

A operacionalização das medidas associadas a este compromisso é da responsabilidade da equipa de trabalho de Diversidade e Inclusão, apoiada, sempre que necessário, por áreas ou direções específicas da José de Mello. A aprovação e monitorização das mesmas, por sua vez, é da responsabilidade do Comité de Diversidade e Inclusão, recentemente nomeado.

Em 2023, no âmbito, do pilar geracional, em particular da valorização dos profissionais sénior qualificados, assente em valores de cooperação, em objetivos comuns, e no compromisso de transformar contextos, mentalidades e atitudes, a José de Mello tornou-se **parceiro promotor da Associação dNovo**.

No que concerne à atração de talento Jovem, a José de Mello, foi uma das empresas signatárias do **“Pacto para Mais e Melhores Empregos para os Jovens”**, uma iniciativa da Fundação José Neves (FJN), com o Alto Patrocínio do Presidente da República, que promove a contratação, retenção e melhoria das condições do emprego jovem, garantindo-lhes emprego de qualidade e com salários adequados.

Para melhor assegurar um ambiente de trabalho saudável e cómodo, promotor do trabalho em equipa, do sentimento de pertença e do bem-estar dos colaboradores, foi aprovado durante o ano de 2023 um **projeto de workplace strategy**, para remodelação do edifício sede do Grupo José de Mello na Avenida 24 de Julho. Deste modo, pretende-se potenciar as novas formas de organização do trabalho, tendo em conta as exigências e necessidades atuais das Pessoas da empresa, bem como assegurar as alterações de acessibilidade necessárias ao devido acolhimento e integração de pessoas com deficiência motora.

Certificação EFR - Entidade Familiarmente Responsável

A par disto, enquanto **Entidade Familiarmente Responsável – EFR**, a José de Mello mantém uma aposta contínua em programas e iniciativas, assentes em cinco pilares estratégicos – apoio à família, desenvolvimento profissional e pessoal, flexibilidade temporal e espacial, igualdade de oportunidades e qualidade no local de trabalho –, que refletem um compromisso comum: o bem-estar de todos os colaboradores (físico, emocional, social, profissional e financeiro). Neste âmbito, encontram-se atualmente mapeadas 39 medidas, entre as quais se destacam as consultas de Medicina Geral e Nutrição, a dispensa para acompanhamento de pais ou ascendentes diretos, e o Programa de Voluntariado do Grupo José de Mello (mais informação em **“5.2 Atuamos na Sociedade”**).

Durante o ano de 2023, decorreu o processo de auditoria para renovação da certificação EFR na José de Mello e M Dados, atribuída pela Fundação Másfamilia, já no decorrer do ano de 2024. Este processo compreendeu a realização de um inquérito de avaliação de satisfação das 39 medidas efr a todos os colaboradores José de Mello, que contou com uma **taxa de participação de 82%**.

Por via do mesmo, foi perceptível que todos os colaboradores conhecem a equipa EFR e reconhecem o seu esforço para comunicação das medidas existentes, para a melhoria das medidas e benefícios existentes e o seu valor. O regime de trabalho híbrido (possibilidade de realizar teletrabalho), aplicado na José de Mello, mantém-se como uma opção muito valorizada pelos colaboradores, que reconhecem a José de Mello como organização que se preocupa e valoriza as suas Pessoas. Os colaboradores consideram que é clara a aposta da Administração na Conciliação e admitem a existência de uma boa comunicação e relação laboral com a maioria das chefias.



Desenvolvimento das Pessoas

O Grupo continua a investir no desenvolvimento e retenção dos seus talentos. Os **assessments** aplicados em 2022 a todos os colaboradores C-Level e primeiras linhas, permitiram apurar o gap de competências face ao perfil de liderança do Grupo. Estes resultados foram analisados em duas sessões do Comité de Talento, servindo de base à discussão de planos de sucessão e desenvolvimento. Para colmatar as lacunas identificadas, foi desenvolvido um Programa de Liderança **“Advanced Leadership Program”** em parceria com a Universidade Católica e Kellogg, que contou, em 2023, com a **participação de 50% das Primeiras Linhas do Grupo**. Paralelamente, com o propósito de reforçar as capacidades de liderança do Grupo, foi desenhado e implementado o programa de **“Leader as a Coach”** para os colaboradores C-Level.

À semelhança dos anos anteriores, foi promovida mais uma edição do Programa Avançado de Gestão para Executivos - **PAGE** para os quadros do Grupo. No arranque desta que foi a sua 20ª edição, em jeito de celebração, foram convidados todos os alunos que dele fizeram parte, e chamadas a palco personalidades que contribuíram para o seu sucesso e para a vivência do Desenvolvimento Humano, enquanto valor transversal do Grupo.



No cenário de um grupo empresarial em contínua expansão, na Bondalti o ano de 2023 surge como um marco no fortalecimento das competências voltadas para a **transformação digital** e pelo **rejuvenescimento do Capital Humano**, com especial ênfase na **atração e retenção de novas gerações de profissionais**.

Neste âmbito, para agilizar e melhorar a transparência de todos os processos administrativos de recursos humanos, foi lançado o **Portal do Colaborador**. Uma plataforma que capacita os colaboradores a atualizarem os seus dados e a realizarem tarefas rotineiras, como agendar férias ou declarar horas extraordinárias, promovendo assim uma maior autonomia e eficiência em toda a gestão de pessoal.



Mais informação em
"Relatório Integrado Bondalti 2023"

Diversidade e inclusão

A Bondalti assume o compromisso de promover uma cultura corporativa inclusiva, integradora e diversa, pautando a sua atuação pelo acolhimento, valorização e equidade de oportunidades para todos aqueles que consigo trabalham, em alinhamento com a abordagem estabelecida pelo Grupo.

Para promover a integração de pessoas com diferentes origens socioculturais, etnias ou personalidades, que possibilitem um novo olhar e formas de estar dentro da organização, a Bondalti recorre à utilização de **Blind CVs** na devolução da *shortlist* de candidatos a um cargo na organização. Esta prática envolve retirar dos currículos a identificação de género, idade, nacionalidade, contexto sociocultural e formação base, mantendo apenas a experiência e a formação adicional.

Em 2023, à semelhança da José de Mello, foi uma das empresas signatárias do **"Pacto para Mais e Melhores Empregos para os Jovens"**, cujos objetivos incluem um aumento, até 2026, de 14% de jovens contratados, de 7% de jovens qualificados com salários adequados e de mais 3% com funções adequadas.

Desenvolvimento das Pessoas

Todos os anos, os colaboradores da Bondalti são convidados a pronunciarem-se sobre as suas necessidades de formação, numa dinâmica de self-proposed training, sendo estas integradas no plano anual de formação. Além das ações formativas identificadas pelos colaboradores, a empresa promove o desenvolvimento de competências transversais, em temas diversos tais como línguas, segurança, ferramentas digitais de produtividade.

A formação encontra-se também alinhada com o processo de gestão de talento, na medida em que, resultante dos assessments realizados, a formação é incorporada nos planos de desenvolvimento individual, garantindo que está ajustada às necessidades de cada pessoa.

É igualmente incentivado o envolvimento dos colaboradores em eventos e congressos nacionais e internacionais, com o objetivo de partilharem conhecimento, participarem em debates e manterem-se atualizados sobre os desenvolvimentos mais recentes na sua área.

Em 2023, os colaboradores da Bondalti realizaram **44 756 horas formação**.

TESTEMUNHO



Para além do programa formativo de excelência, o ALP (Advanced Leadership Program), foi uma oportunidade de partilhar experiências e boas práticas entre pares. Para mim foi muito especial poder participar, desde o seu desenho até à sua concretização. Foi muito gratificante perceber, no final, o quanto cada um dos participantes se sentiu impactado pela experiência. Saímos um grupo mais coeso e com novas perspetivas individuais, mas também com novas ideias para a gestão das equipas."



Rosa Calinas
Diretora de Pessoas e Gestão de Talento
Bondalti Capital

01

02

03

04

05

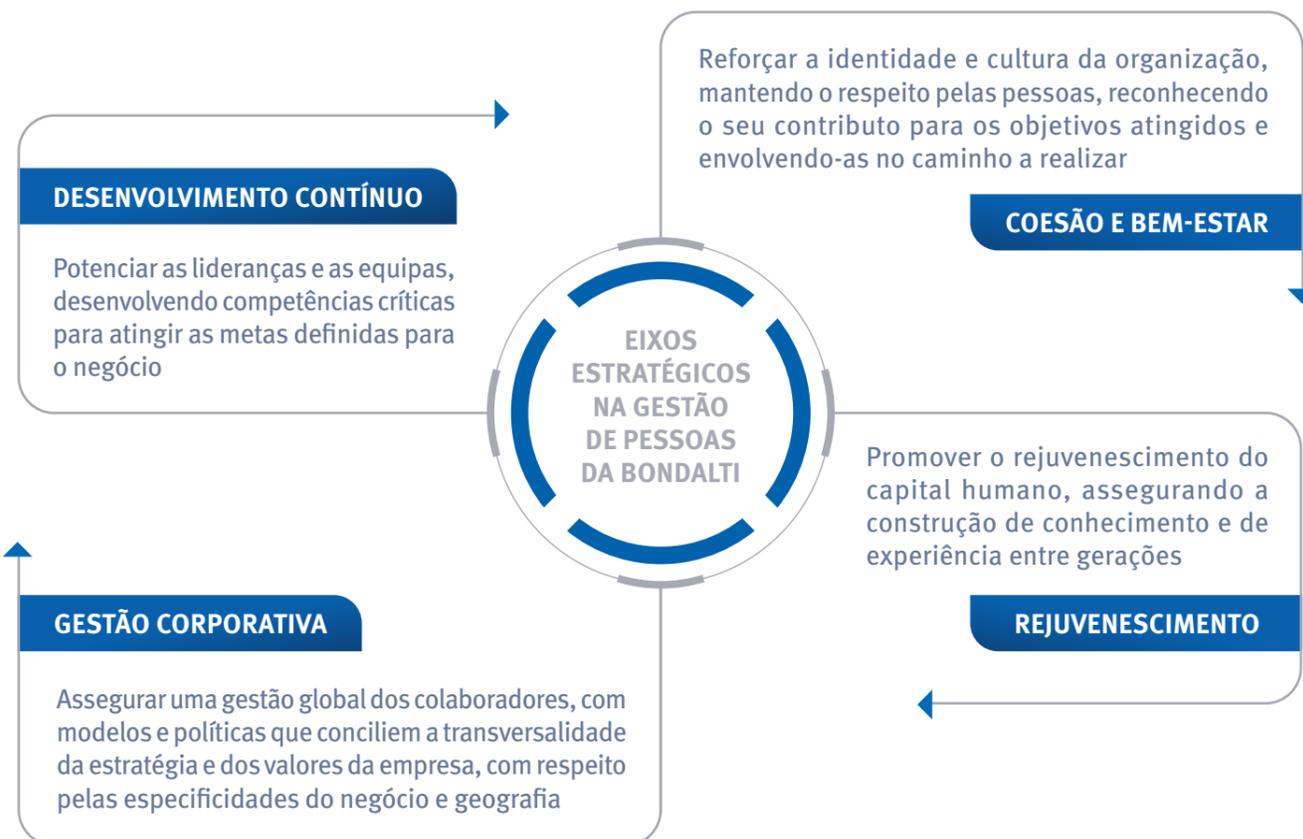
06

07

Segurança e Saúde no Trabalho (SST)

A Bondalti possui a ambição de alcançar, em 2025, uma cultura interdependente ao nível da Segurança, que pressupõe que qualquer indivíduo deve preocupar-se com ele próprio e com os outros, sem necessidade de ser corrigido. Além disto, acredita que todo e qualquer acidente pode ser evitado, sendo o seu objetivo atingir zero acidentes de trabalho, ainda que a natureza das suas atividades comporte naturalmente riscos elevados.

O ano de 2023 fica marcado pela procura de melhoria da segurança comportamental, nomeadamente por via do projeto **As Regras Salvam Vidas (RSV)**, no âmbito do qual, no dia 28 de abril, Dia Mundial da Segurança, foram lançados pósteres, cartazes, folhetos e sessões de trabalho, sobre um conjunto de críticas para o desempenho da atividade da empresa, sem sinistralidade laboral. Estes esforços incluíram, também, o desenvolvimento das melhores práticas associadas a essas regras, com vista a torná-las mais presentes nos comportamentos quotidianos e, algumas, até obrigatórias. Além disto, deu-se continuidade à revisão multidisciplinar dos procedimentos, para aprimorar estratégias de implementação que garantam a sua aceitação por todas as Pessoas e a sua aplicabilidade ao contexto real.



01

02

03

04

05

06

07

Também na CUF, os temas da atração e retenção de talento são fundamentais para dar seguimento ao seu plano de negócios. A CUF promove a sua *employee value proposition*, com recurso a um plano de *employer branding* que compreende vários momentos de comunicação online (site, redes sociais), e *offline* (*open days*, feiras de emprego, presença em conferências, artigos de opinião), que dão a conhecer ao talento aquilo que a CUF faz, valoriza e que experiência pode encontrar ao trabalhar na empresa. A gestão eficaz das Pessoas reflete-se diretamente em diversas áreas, incluindo **saúde e bem-estar, atração e retenção de talento, e competência e eficiência.**

Desenvolvimento das Pessoas

A CUF procura maximizar a retenção e a atração de talento, enquanto fomenta um processo de **Gestão de Desempenho** agregador de valor. Além deste processo, a CUF disponibiliza aos seus colaboradores **planos de formação e desenvolvimento** e recorre ao recrutamento interno.

O plano de formação contempla ações de formação de carácter presencial, em sala, mas também ações de formação online, acessíveis através da plataforma SIGA. Em 2023, foram ministradas **97 380 horas de formação** sobre múltiplas temáticas, de entre as quais se destacam a formação com Foco no Cliente (formação Sorriso), a formação de *Health Care Management* e a de Saúde Mental na Gestão.

No que diz respeito ao desenvolvimento dos colaboradores, existem na organização múltiplos projetos a decorrer, nomeadamente no âmbito do Programa CUF Inspira, sendo os mesmos uma excelente forma de exposição a novos temas e de desenvolvimento de novas competências.



Mais informação em
"Relatório Integrado CUF 2023"

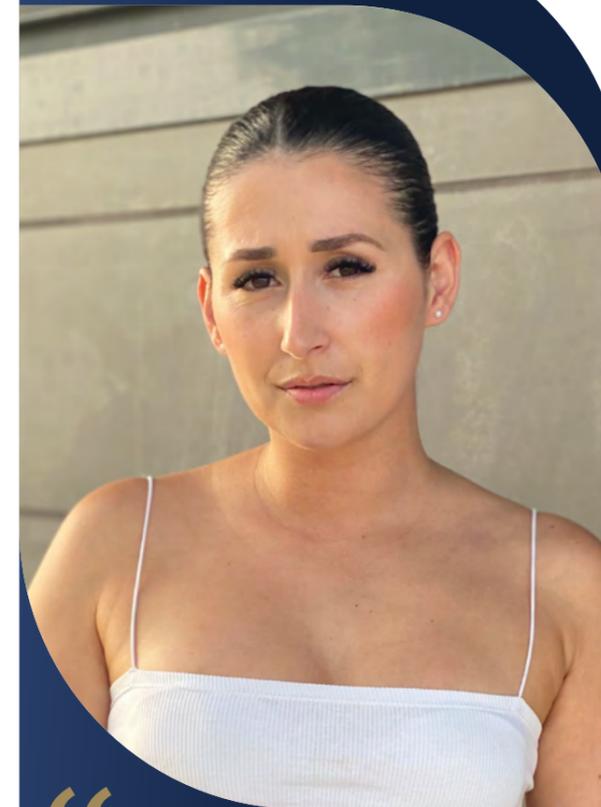
TESTEMUNHO



O Programa CUF Inspira é uma afirmação pública do compromisso social, económico e ambiental da CUF. Os resultados de impacto em 2023 foram muito expressivos, com destaque para os 7844 apoios dirigidos a colaboradores e respetivas famílias, bem como para as parcerias estratégicas com 25 entidades da economia social que intervêm nos territórios onde a CUF está presente."

Mariana Ribeiro Ferreira
Diretora de Cidadania Empresarial
CUF

TESTEMUNHO

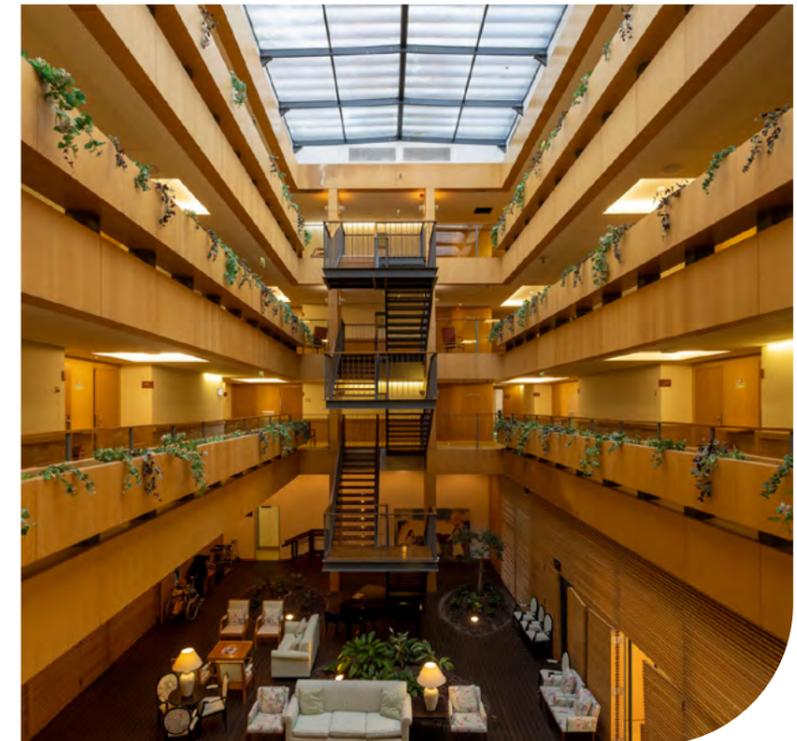


A Bolsa Go Up não só nos ajuda monetariamente, como reforça alguns benefícios, como flexibilização de horários, marcação de férias, dispensa para realização de exames. De momento encontro-me no 3º ano da licenciatura em Sociologia e trabalho como administrativa na CUF Alvalade, perspetivando poder um dia integrar a equipa de RH da empresa. Ser trabalhador-estudante é complexo e exigente e ter uma empresa com iniciativas deste tipo dá-nos força para continuar."

Ana Rita Salsedas
Bolsista Go Up
CUF Alvalade



As atividades da José de Mello Residências e Serviços são desenvolvidas de pessoas para pessoas. A prestação de um serviço que proporciona conforto e bem-estar aos seus residentes faz com que seja determinante que os colaboradores das Residências Domus Vida ocupem também um papel central na empresa. Importa assegurar formação, confiança e motivação, de forma a impulsionar o desempenho de funções com o máximo de rigor.



01

02

03

04

05

06

07

Diversidade e inclusão

A CUF reconhece a importância da diversidade, equidade e inclusão, o que se reflete na sua cultura organizacional, através da promoção e valorização de um ambiente de trabalho onde as diferenças e singularidade de cada indivíduo são consideradas como impulsionadoras fundamentais para a coesão da empresa.

Neste âmbito, integra um conjunto de grupos de trabalho, destacando-se a realização e participação em iniciativas de formação e sensibilização e a participação ativa em iniciativas como o Cluster ODS 5 do GRACE, no Grupo de Trabalho DEI do BCSD e o Inclusive Community Forum. Complementarmente, em 2023, o Presidente da Comissão Executiva da CUF aderiu ao Fórum Líderes pela Igualdade, movimento que procura contribuir para locais de trabalho e lideranças diversos e inclusivos e foram estabelecidas parcerias com organizações sociais, de diversas geografias, que alavancam a contribuição social e económica, através da empregabilidade e contratação de pessoas em situação de risco e exclusão social, como a APPJ - Associação de Promoção de Públicos Jovens em Risco, de Ponta Delgada; a Escola Segunda Oportunidade de Sintra e a Associação ES+ ou a EPIS – Associação Empresários pela Inclusão.

Em alinhamento com o compromisso de contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência, foram, ainda, realizados estágios inclusivos em parceria com as entidades parceiras APSA e BIPP-Semear.



Diversidade e inclusão

A José de Mello Residências e Serviços promove o recrutamento inclusivo, nomeadamente através da colaboração estreita com gabinetes de inserção profissional e associações de apoio à empregabilidade inseridas nas comunidades mais próximas. Este recrutamento assenta, essencialmente, em três fatores de diversidade:



RECÉM-FORMADOS

Através de parcerias de estágios curriculares, estabelecidas com universidades e escolas de formação, para que os alunos recém-formados possam desenvolver os seus estágios em contexto real



PESSOAS COM BAIXOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

Sem o ensino secundário concluído, investindo na sua formação ao abrigo de protocolos com o IEFP e outras entidades



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sempre que possível e viável, em colaboração com a CERCI Cascais, são disponibilizadas vagas de estágios direcionadas a pessoas com deficiência, ainda que, pela natureza das atividades desenvolvidas nas residências, a sua integração possa revelar-se complexa

Em 2023 foi fortalecida a colaboração com o Centro Português para os Refugiados (CPR) e iniciaram-se novos processos de recrutamento em cooperação com a Associação Portuguesa de Emprego Apoiado (APEA). O trabalho em conjunto com estes promotores da integração social e profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade, permite que as Residências contribuam para a empregabilidade e inclusão social.

Ainda neste contexto, teve início o primeiro curso para Assistentes de Geriatria, como parte do programa PRO_MOV, visando a requalificação profissional de indivíduos em situação de desemprego ou com o emprego em risco. Este curso, promovido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., conta com 18 participantes e terá estágios profissionais nas instalações da Domus Vida Estoril e Domus Vida Lisboa.

Desenvolvimento das Pessoas

Não obstante os desafios inerentes a um setor com elevado índice de rotatividade de pessoal, a José de Mello Residências e Serviços procura adotar estratégias que vão ao encontro das necessidades e expectativas dos seus colaboradores, promovendo assim a sua retenção e satisfação. A empresa investe em programas de desenvolvimento profissional, incentivos de reconhecimento e iniciativas que fomentam uma cultura de trabalho saudável e sustentável.

Como tal, são disponibilizados alguns benefícios, como a oferta de pequeno-almoço e lanche. A par disto, em 2023 a José de Mello Residências e Serviços, continuou a apoiar a formação profissional dos colaboradores, em parceria com a Fundação Amélia de Mello. Entre os cursos promovidos e administrados, destacam-se formações sobre Liderança e gestão de equipas, formação para formadores e Língua Portuguesa para estrangeiros. Foram também atribuídas 43 bolsas para livros escolares destinadas aos filhos de colaboradores, através do reembolso de parte das despesas de aquisição.

Ao nível do desenvolvimento dos colaboradores, a José de Mello Residências e Serviços voltou a investir na participação em formação especializada, identificada pelo colaborador, tendo em conta a sua área e função, ou pela própria participada. Em 2023, foram ministradas **900 horas de formação**.

Segurança e Saúde no Trabalho (SST)

Em 2023, a José de Mello Residências e Serviços continuou o trabalho de sensibilização junto dos seus colaboradores, relativamente à prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Como resultado, o índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória diminuiu cerca de 37%, quando comparado com 2022, bem como o número de acidentes de trabalho (de 9 acidentes em 2022 para 6 em 2023), que correspondem a lesões por esforço, embate com objetos ou outras causas.

01

02

03

04

05

06

07





Conscientes das exigências atuais do mercado de trabalho, a WineStone assume a missão de promover de forma ativa o envolvimento e reconhecimento dos seus colaboradores.



Diversidade e inclusão

A empresa reconhece a importância da diversidade e inclusão temas para o desempenho e desenvolvimento de seu capital humano, independentemente de quaisquer incapacidades, pelo que se encontra profundamente comprometida com a promoção dessa cultura. Para o efeito integra o **Comité de Diversidade e Inclusão** do Grupo José de Mello dedicado ao acompanhamento e desenvolvimento de iniciativas relacionadas com o tema.

Além disto, desenvolve um conjunto de iniciativas de atribuição de **benefícios** que visam contribuir para o bem-estar, e conciliação da vida pessoal, profissional e familiar de todas as suas Pessoas.

Desenvolvimento das Pessoas

Anualmente, a WineStone realiza um processo de avaliação de desempenho, que tem como base a concretização de objetivos transversais e específicos de cada área, previamente definidos, bem como da *performance* de determinadas competências-chave, consideradas fundamentais às respetivas funções.

Deste processo, resulta o reconhecimento do trabalho desenvolvido e a identificação de oportunidades de melhoria, competências a serem trabalhadas e módulos formativos a serem aplicados.



Oferta de um kit de boas-vindas aos colaboradores



Oferta de cabazes de Natal a todos os colaboradores



Preços muito atrativos na compra de vinho



Aumentos salariais transversais no início do ano e do subsídio de alimentação existente

Segurança e Saúde no Trabalho (SST)

A WineStone está atenta à mitigação de riscos relativos aos acidentes de trabalho, assumindo o compromisso de garantir condições de segurança aos seus colaboradores, prevenindo acidentes e lesões, e promovendo um ambiente laboral seguro. Isso inclui a disponibilização de EPIs, correção de sinalética, formação em segurança e promoção de saúde laboral.

01

02

03

04

05

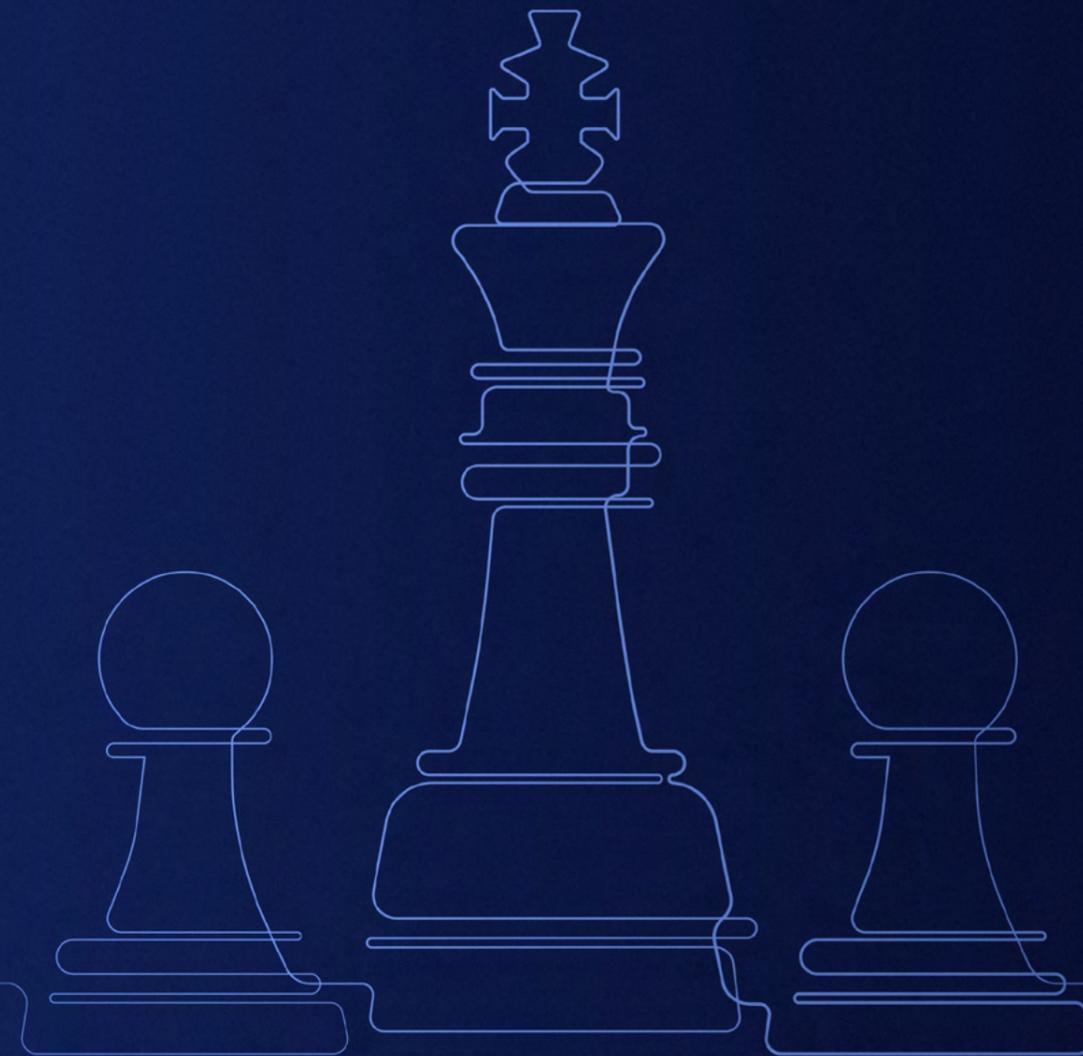
06

07

04

A nossa estratégia

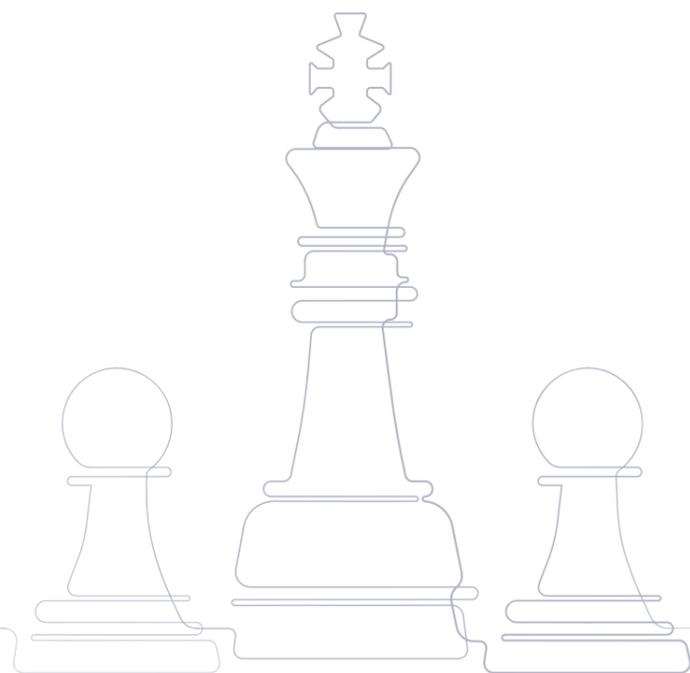
4.1	Como criamos valor	39
4.2	A nossa estratégia de negócio	40
4.3	A inovação no centro dos nossos negócios	50
4.4	Envolvimento com os <i>stakeholders</i>	55
4.5	A resiliência das nossas operações - gestão de riscos e oportunidades	60



- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07

4.1

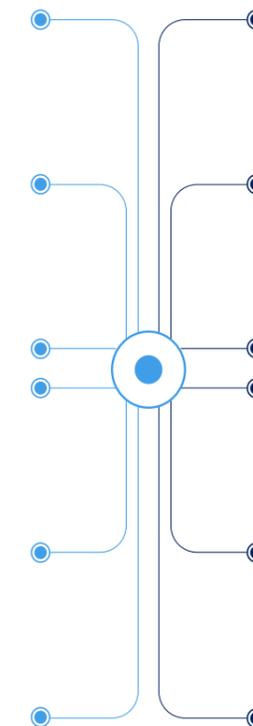
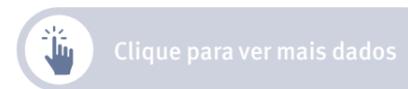
Como criamos valor



O modelo de negócios do Grupo José de Mello é composto por um conjunto de empresas participadas, cujas atividades e operações são desempenhadas por equipas qualificadas, que trabalham ativamente para criar valor para todos os seus *stakeholders*.

O Grupo aposta continuamente na diversificação do seu portfólio, assumindo um posicionamento altamente competitivo, no mercado nacional e internacional, caracterizado pela promoção do desenvolvimento e respeito pelas Pessoas, pelo empenho na minimização dos seus impactos ambientais, e pela integridade, competência e inovação na gestão dos seus ativos.

Contexto macroeconómico



01

02

03

04

05

06

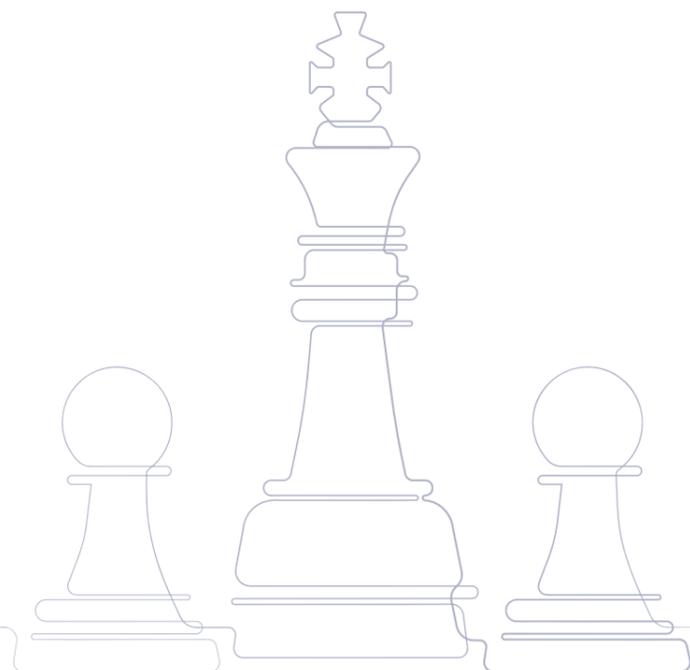
07

¹ Location-based

4.2

A nossa estratégia de negócio

GRI 2-12, GRI 2-13, GRI 2-14, GRI 2-23 E GRI 413-1



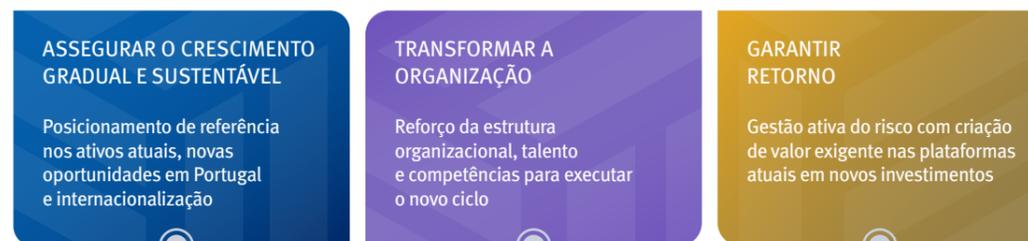
O Grupo José de Mello procura dar cumprimento ao propósito e objetivo de criação de valor para todos os *stakeholders*, através de um ciclo de desenvolvimento estratégico que tem como horizonte temporal 2021-2030.

Do processo de reflexão estratégica, que levou à definição deste ciclo, resultou ainda a definição de uma ambição de crescimento para os seus negócios e de investimento em novas áreas, dentro e fora de Portugal, que se materializou, em 2023, pela integração da WineStone no seu portfólio e pela constituição da Lifthium.

Esta abordagem é orientada por objetivos estratégicos concretos, cujo cumprimento requer, da parte da José de Mello, uma forte visão e capacidade de flexibilização para adequar as suas orientações estratégicas, em particular ao nível da gestão de talento, *performance*, sustentabilidade e inovação, à realidade contextual, que se encontra em permanente mutação.

A estratégia de atuação do Grupo integra, portanto, vetores qualitativos e, ainda, objetivos quantitativos, dos quais decorrem planos de negócio a curto, médio e longo prazo, definidos pela Comissão Executiva da José de Mello e aprovados pelo Conselho de Administração e acionistas.

Ambição



Objetivos estratégicos

- Crescimento dos negócios atuais e competências para executar o novo ciclo
- Maior diversificação de portfólio
- Aumento da exposição internacional
- Estrutura de capital robusta
- Compromisso e foco na Sustentabilidade
- Aposta reforçada na Inovação
- Competências reforçadas para o novo ciclo

TESTEMUNHO



“

A Enologia é a paixão, mas por detrás existe a operação, a eficiência e eficácia de processos. A oportunidade de crescer além Alentejo, onde provámos a nossa capacidade, e alargar a nossa presença às regiões do Douro, Vinhos Verdes e Lisboa foi um desafio aceite, tendo sido preponderante encontrar as pessoas adequadas e próximas de cada uma destas regiões. A construção da equipa e a complementaridade foi crucial para nós. Agora, com a calma que os dias e as estações do ano nos impõem, cabe-nos consolidar esta ambição com os nossos vinhos, a nossa cultura e as nossas pessoas.”



Vasco Rosa Santos
Administrador Executivo - COO
WineStone

01

02

03

04

05

06

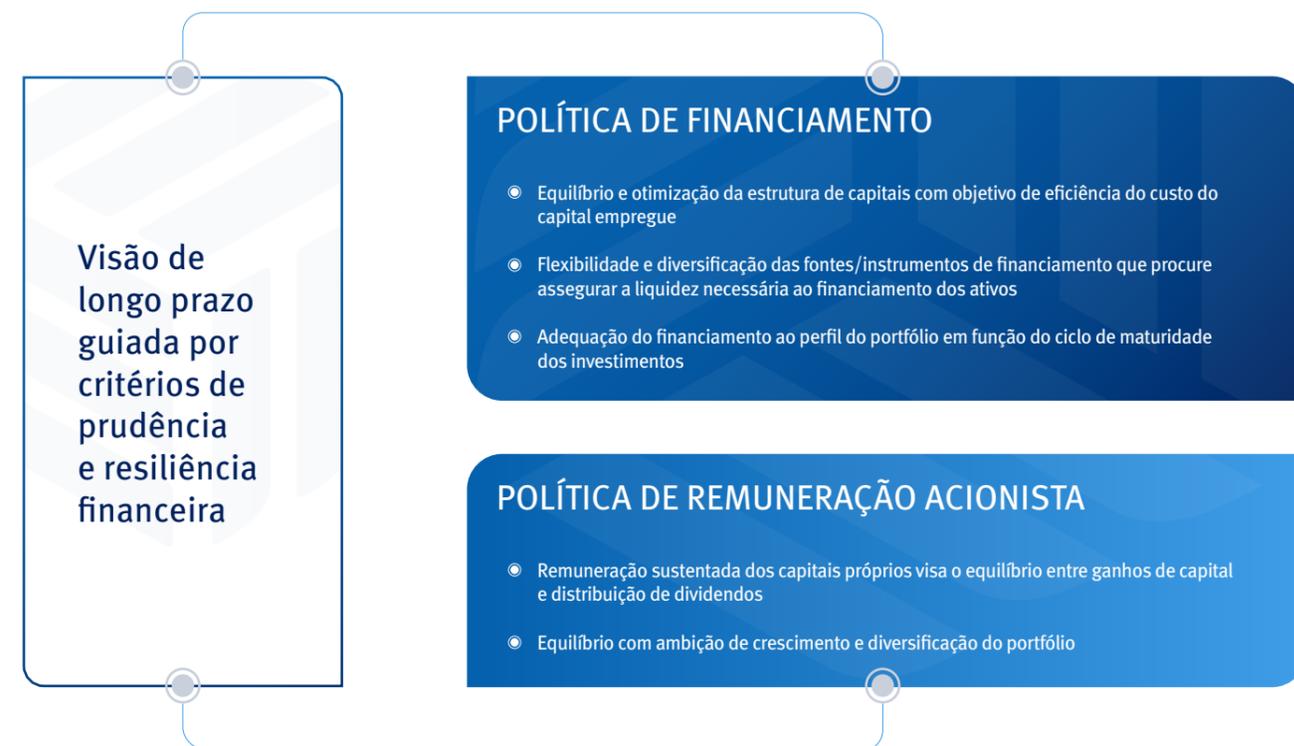
07



Sendo o equilíbrio do seu portfólio fundamental para a concretização da sua ambição de crescimento, importa assegurar, paralelamente, a implementação das estratégias definidas especificamente para cada negócio, o que compete às respetivas comissões executivas, com o devido acompanhamento dos seus conselhos de administração e da Comissão Executiva da José de Mello.

Sustentabilidade Financeira e Remuneração Acionista

Para sustentar a estratégia de financiamento e facilitar a ambição de crescimento, o Grupo José de Mello procura atuar segundo uma prudência financeira adequada, que favoreça a resiliência do seu portfólio. Para o efeito rege-se por num conjunto de princípios financeiros orientadores, que se encontram refletidos na sua Política de Financiamento e na sua Política de Remuneração Acionista, devidamente alinhadas e articuladas entre si.



01

02

03

04

05

06

07

Investimento Responsável

Qualquer nova oportunidade de investimento, seja ela dirigida à José de Mello ou a qualquer uma das empresas participadas, é sujeita a um processo de análise de investimentos, estabelecido em conformidade com os objetivos acionistas e com a ambição de crescimento do Grupo. Por esta via, o Grupo José de Mello procura agilizar a execução e a tomada de decisão, com recurso a um modelo de governo robusto, responsável por executar um processo de análise e seleção estruturado e coerente, composto por critérios, metodologias de avaliação e fases de aprovação pré-definidas, transversais a todos os investimentos.

O processo de análise de investimentos decorre em três etapas fundamentais: preparação, execução e integração. A fase de preparação é concretizada pela definição da estratégia e da atualização da política de investimentos. Segue-se a fase de execução do potencial investimento, que compreende a análise e negociação do mesmo. A última etapa do processo refere-se à integração do investimento no portfólio.

1

Preparação

Nesta fase, são identificadas oportunidades de investimento alinhadas com a estratégia de portfólio definida. Para o efeito, são considerados critérios de seleção referentes ao tipo de ativos, setor de atuação e equipa de gestão.

Ativos

com um posicionamento sólido no mercado e exposição internacional

Setores

com perspectivas de crescimento no longo-prazo, alinhados com tendências ESG

Gestão

com experiência e boa reputação, alinhada com os Valores da José de Mello

2

Execução

A fase de execução permite prevenir ou mitigar impactos negativos e potenciar os positivos, seja pelo alinhamento com o Propósito e estratégia de portfólio, seja pela abordagem aos temas ESG e análises de rentabilidade, entre outros. Para tal, são analisados um conjunto de critérios face aos objetivos definidos, sendo a decisão final baseada nas diversas dimensões, de forma integrada.

Entendendo a abordagem aos **temas ESG** enquanto fator de competitividade, o Grupo José de Mello integra **na avaliação de novos negócios e investimentos** critérios referentes a estas matérias, de forma faseada, de acordo com a profundidade da avaliação. Numa fase inicial, de análise preliminar, com recurso à materialidade do setor, são identificados os temas ESG mais relevantes atendendo aos riscos e oportunidades do ativo. Posteriormente, aquando da realização de uma análise mais aprofundada do negócio ou investimento, são avaliadas, de forma qualitativa, as práticas de ESG do ativo, bem como o seu desempenho, se estiverem disponíveis dados quantitativos (por exemplo: emissões de Gases com Efeito de Estufa, investimento na comunidade, ou indicadores de diversidade).

3

Integração

Por último, na fase de integração, é definido um plano de criação de valor que explora potenciais sinergias com as restantes entidades do Grupo, a ser comunicado, monitorizado e implementado de forma eficaz. Para isso, o plano deve ser provido de modelos de governo estruturados, medidas de planeamento e controlo de gestão, para além de projetos de inovação e sustentabilidade, entre outros.

TESTEMUNHO



“

A dedicação e resiliência das equipas envolvidas na integração do Hospital CUF Açores são um fator determinante para o sucesso desta operação realizada em três grandes dimensões: pessoas, processos e ferramentas. Foi essencial criar um ambiente de colaboração e comunicação aberta desde o início, para compreender as necessidades e expectativas dos colaboradores, garantindo uma transição agregadora e bem-sucedida.”



Giovanni Nigra
Diretor de Unidade
CUF Açores

01

02

03

04

05

06

07

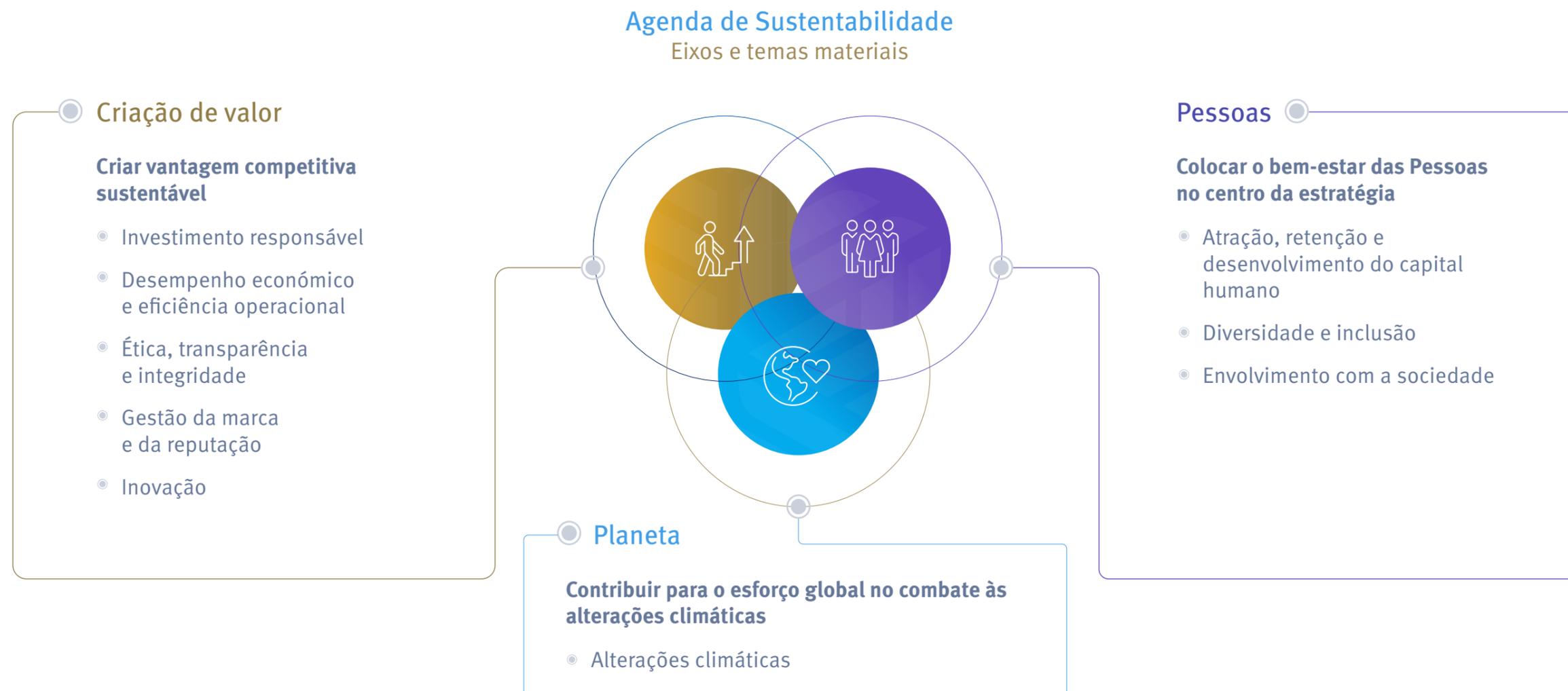


Abordagem à Sustentabilidade

A abordagem aos temas ESG é integrada no Grupo José de Mello de uma forma holística. Os impactos, riscos e oportunidades ambientais, sociais e de *governance* são, assim, amplamente considerados na estratégia do Grupo e de cada participada, desde a análise de novas oportunidades de negócio e investimentos à gestão quotidiana das suas Pessoas e operações.

Para concretizar o desenvolvimento sustentável, conforme estabelecido no seu Propósito, de forma eficiente e eficaz, a José de Mello definiu uma Agenda de Sustentabilidade baseada nos temas materiais da empresa, relevantes para a sua capacidade de gerar, manter, ou destruir valor económico, ambiental ou social, para si mesma, para os seus parceiros e para a sociedade em geral, tendo em consideração os impactos, riscos e oportunidades que lhes estão associados.

A Agenda de Sustentabilidade foi elaborada em estreita colaboração com a Direção de Inovação e Sustentabilidade (DIS) e aprovada pelo Conselho de Administração. Integra o compromisso da José de Mello em três eixos estratégicos - Criação de Valor, Planeta, e Pessoas - que por sua vez agregam nove temas considerados materiais, que sustentam a importância das Pessoas no centro da estratégia, o foco na criação de vantagens competitivas e a responsabilidade de contribuir para o combate às alterações climáticas.



01

02

03

04

05

06

07

A operacionalização desta Agenda é consolidada num Roteiro de Sustentabilidade, estruturado em torno dos três eixos estratégicos e dos nove temas materiais, que abrange 17 compromissos, 44 metas e 103 ações concretas, cada uma com responsáveis, indicadores e prazos associados. A sua monitorização é realizada trimestralmente em reuniões promovidas pela DIS com as várias direções da empresa. O Conselho de Administração é informado sobre o grau de execução das metas e ações previstas, de forma a regular, no início de cada ano. Adicionalmente, de forma extraordinária, são comunicados a este órgão os desenvolvimentos neste âmbito, sempre que se verifique necessário.

Roteiro de Sustentabilidade

Compromissos por eixo



Criação de valor

1. Apostar no investimento responsável como promotor do crescimento sustentável dos negócios e da geração de valor a longo prazo
2. Promover o desempenho financeiro, favorecendo a implementação de estratégias que potenciem a eficiência das operações, a agilidade interna e a rentabilidade da empresa
3. Garantir a conformidade legal dos processos, operações, políticas e regulamentos internos
4. Fortalecer práticas de gestão transparentes e éticas
5. Reforçar o envolvimento com associações setoriais e outros organismos
6. Comunicar periodicamente, a nível interno e externo, os compromissos, metas e desempenho na área da sustentabilidade
7. Acompanhar e gerir a reputação do Grupo José de Mello
8. Reforçar uma cultura que valorize o papel da inovação como veículo para a promoção dos negócios e novos investimento



Planeta

9. Contribuir para o cumprimento das metas de redução de emissões através da descarbonização do Grupo



Pessoas

10. Fortalecer o sentimento de pertença dos colaboradores
11. Contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores
12. Reforçar uma cultura organizacional que promova a atração e retenção de talento
13. Assegurar a segurança, a saúde e o bem-estar dos colaboradores
14. Sensibilizar colaboradores para a temática da sustentabilidade
15. Assegurar uma política retributiva competitiva no mercado
16. Promover uma cultura inclusiva, integradora e diversa, em que todos são bem-vindos, cada um é valorizado e pode concretizar o seu potencial
17. Contribuir para o desenvolvimento da sociedade

Das ações operacionalizadas em 2023, destaca-se a publicação do primeiro Relatório Integrado da José de Mello, a formalização da abordagem de avaliação ESG dos novos investimentos (mais informação em “[Investimento Responsável](#)”) e a preparação de uma Sustainability Bond, em parceria com o Banco Montepio, para financiamento das obras de remodelação do edifício sede. A par disto, em particular, no eixo do Planeta, pode destacar-se o cálculo das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) da José de Mello, a consolidação, pela primeira vez, das emissões de GEE do Grupo e o apuramento dos riscos e oportunidades climáticas da José de Mello (mais informação em “[5.3 Preservamos o Planeta](#)”). No eixo das Pessoas, foi aprovada a Estratégia de Investimento de Impacto (mais informação em “[5.2 Atuamos na Sociedade](#)”).

TESTEMUNHO



“

O objetivo do projeto de remodelação da nossa sede foi claro: impactar positivamente as condições de trabalho dos colaboradores. A Agenda de Sustentabilidade foi o motor de investimento e financiamento deste projeto que, pelas suas características, foi considerado elegível para ser financiado por Obrigações de Sustentabilidade – Sustainability Bonds. Foi muito gratificante ver o envolvimento e o contributo ativo das várias áreas de competência da José de Mello para esta Agenda.”



Miguel Pacheco
Diretor Financeiro
José de Mello

01

02

03

04

05

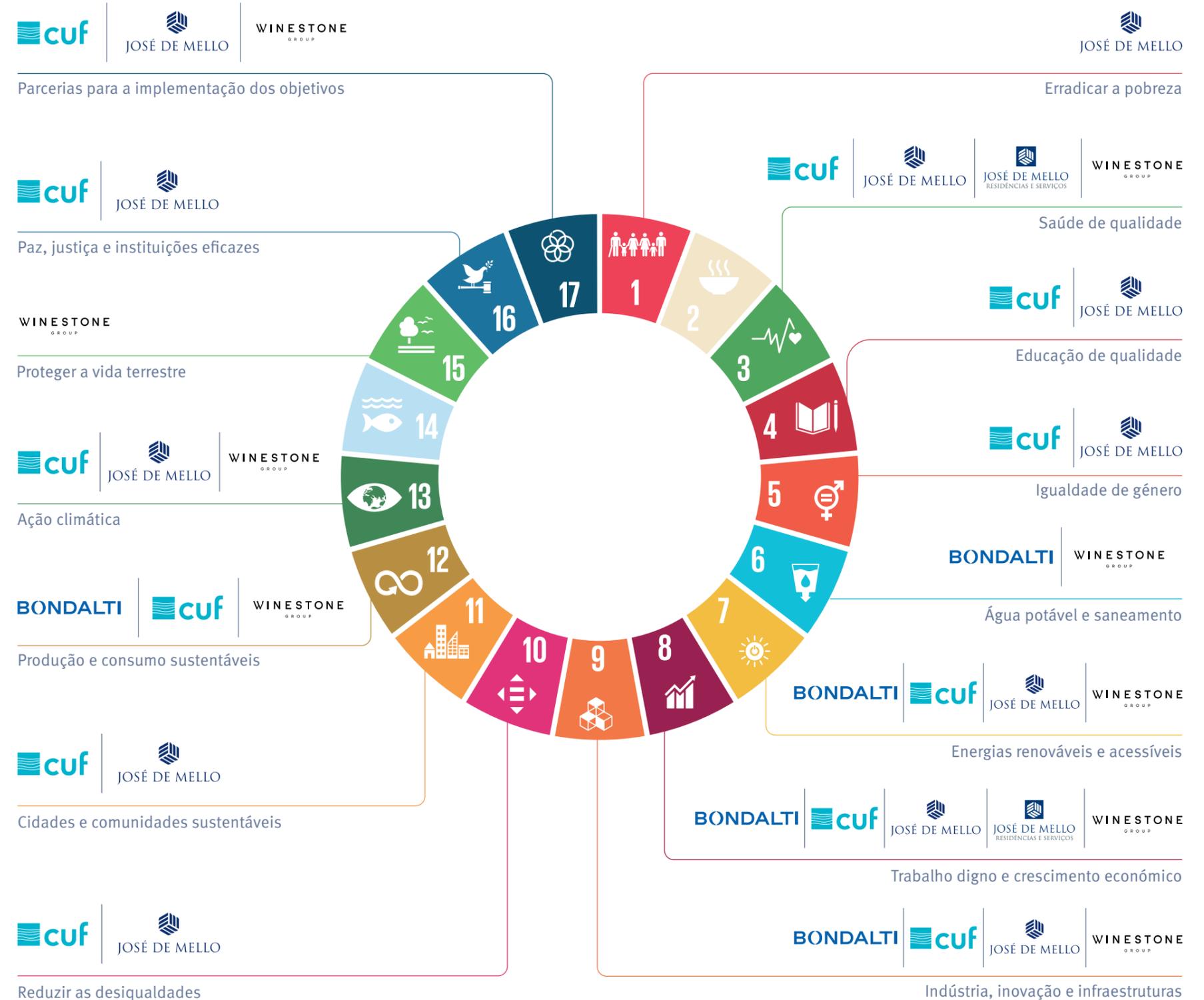
06

07

Contributo para os ODS

Os impactos da José de Mello materializam-se, sobretudo, através da atuação dos seus negócios e das suas repercussões para a economia e para a sociedade. Neste âmbito, verificam-se contribuições positivas para 15 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, nomeadamente os relacionados com a saúde, a água, as energias renováveis, a inovação, o trabalho digno e o crescimento económico. Por sua vez, o contributo direto da José de Mello recai sobre 12 ODS, em decorrência de ações concretas espelhadas na sua Agenda de Sustentabilidade, nomeadamente no que concerne aos impactos relacionados com o seu desempenho financeiro, gestão de recursos humanos, preservação ambiental e envolvimento com as comunidades.

No que diz respeito ao cumprimento do ODS 17 “Parcerias para a implementação dos ODS”, as empresas do Grupo José de Mello têm vindo a estabelecer diversas parcerias, a assumir um conjunto de compromissos, a implementar certificações e a integrar entidades privadas, públicas e sociais, que têm como objeto a maximização da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.



- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07

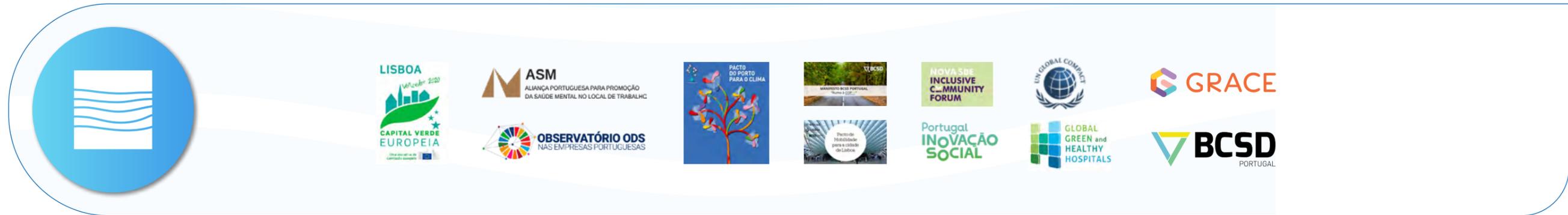




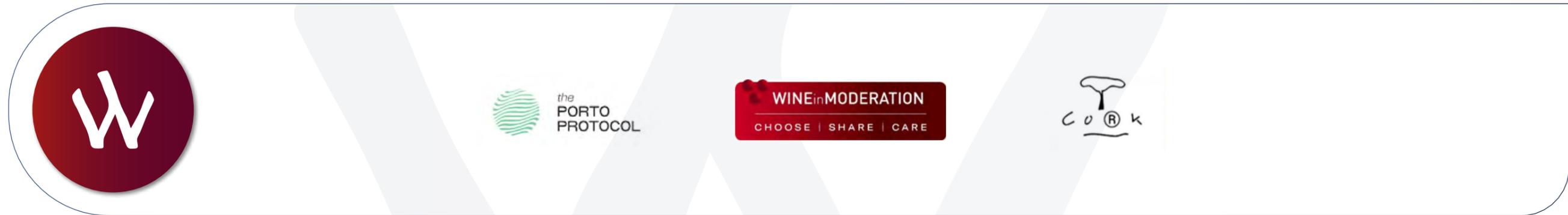
JOSÉ DE MELLO



BONDALTI



CUF



WINESTONE

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07





O Propósito da Bondalti - Contribuir para um mundo melhor, criando uma Química inovadora e sustentável - espelha o seu posicionamento estratégico da responsabilidade com que encara a sua atividade. Assim, a empresa procura ativamente contribuir para os objetivos de desenvolvimento sustentável, cuidando dos seus próprios impactos, e, em simultâneo, por via de inovação com novos produtos capazes de contribuir para a descarbonização da economia.

Para assegurar a pertinência e relevância destes esforços, a Bondalti, procura focar a sua atuação nos temas que mais impactam o seu potencial de criação de valor. Assim, em 2023, realizou uma nova análise de materialidade tendo em conta a nova perspetiva de **dupla materialidade**.

O conceito e análise de dupla materialidade apoia as organizações na identificação e mitigação de riscos não financeiros, incluindo riscos relacionados com alterações climáticas, questões éticas, impacto social e governação inadequada. Fortalece a resiliência das organizações perante os seus *stakeholders* e desafios emergentes.

O processo que decorreu em ambas as áreas de negócio da Bondalti - Químicos Industriais e Tratamento de Águas, teve como resultando uma matriz consolidada do negócio, que permitiu identificar os temas de sustentabilidade que devem, de forma prioritária ser considerados na sua estratégia de negócio.



Mais informação em
"Relatório Integrado Bondalti 2023"



01

02

03

04

05

06

07

A CUF, na sua atuação diária, para concretização da sua estratégia, procura criar valor nas comunidades em que se insere, em conformidade com um conjunto de critérios de sustentabilidade, nas dimensões social, ambiental e de *governance*, de forma a garantir o seu contributo para o bem comum e para o cumprimento dos ODS.

Os temas e objetivos de sustentabilidade têm vindo a ser integrados no modelo de governo, na forma como são geridas as prioridades estratégicas e ainda no desenho das políticas e procedimentos de gestão. A abordagem à sustentabilidade da CUF é orientada pelos 15 tópicos materiais, apurados no processo de análise de dupla materialidade, e pela sua ligação aos ativos e eixos da Estratégia 21-25.

O ano de 2023 ficou marcado pela publicação da Política de Sustentabilidade da CUF, através da qual a empresa afirma o seu empenho em desenvolver esforços para gerar impactos positivos nas Pessoas, no seu bem-estar, saúde e desenvolvimento, bem como na preservação de recursos naturais, que se estende à sua cadeia de valor. Este empenho é consolidado na identificação de 11 compromissos ESG, na esfera ambiental, social e de *governance* da organização, cujo progresso é avaliado anualmente, numa abordagem integrada.

Durante o ano de 2023, a CUF deu início a diversos projetos que permitirão avançar na concretização de metas específicas para cada compromisso ESG, monitorizadas com recurso a indicadores concretos, procurando alcançar um desempenho relevante, que seja percecionado por todos os *stakeholders*.

A monitorização regular dos projetos e compromissos assumidos em matéria de sustentabilidade é assegurada pela Comissão de Inovação e Sustentabilidade.

Procurando ampliar a sua rede de cooperação para cumprimento dos seus compromissos, a CUF aderiu ao United Nations Global Compact (UNGC), sendo o primeiro prestador de cuidados de saúde em Portugal a integrar a iniciativa das Nações Unidas dedicada à sustentabilidade corporativa.

Com o mesmo propósito, em 2023, a empresa integrou diversos grupos de trabalho, que funcionam como fóruns de discussão e partilha de boas práticas para trabalhar os temas da sustentabilidade, entre os quais se destacam:



Grupo de trabalho de Comunicação Sustentável

Cluster Igualdade de Género



Grupo de trabalho de Diversidade, Equidade e Inclusão



Mais informação em "Relatório Integrado CUF 2023"

A José de Mello Residências e Serviços oferece serviços de alojamento e de apoio a idosos.

A sua estratégia de negócio recai sobre a aposta na criação de uma oferta de serviços ampla, prestados por profissionais qualificados, com equipamentos e instalações adequados e de qualidade.

A identificação das necessidades, requisitos e preferências dos residentes e dos seus familiares, e sobretudo a compreensão das interações e complexidades de cada caso, são fundamentais para a adaptação dos serviços prestados a cada pessoa em concreto.

Desta forma, a utilidade e qualidade percebidas são maiores e permitem uma maior potencialização do valor criado.



01

02

03

04

05

06

07



A WineStone assume o compromisso de produzir vinhos de forma responsável, com impacto positivo nas Pessoas, nos ecossistemas e nas comunidades, criando valor a partir de Portugal.

A empresa integrou, desde a sua constituição, a gestão dos temas ESG no seu modelo de negócio, nomeadamente por via da definição da sua Visão, compromissos e Plano de Ação de Sustentabilidade, com base nos resultados do processo de análise de materialidade. Esta ampla reflexão partiu de uma compreensão aprofundada sobre o enquadramento da Ravasqueira Vinhos no contexto externo geral e no contexto do setor, de uma análise a empresas de referência do setor vinícola, e da própria Agenda de Sustentabilidade da José de Mello, e compreendendo as seguintes fases:



Compromissos por tema material



1. Bem-estar e Segurança Laboral

- Garantir a segurança das pessoas em todas as operações.
- Reforçar a cultura organizacional para a atração e retenção de talento.
- Fomentar uma cultura de inclusão e diversidade.
- Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.
- Incentivar o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos colaboradores.
- Impulsionar a empregabilidade local.



2. Gestão de Recursos e Economia Circular

- Garantir a eficiência no consumo de água e energia.
- Promover o reaproveitamento dos resíduos e subprodutos da operação.
- Promover a utilização de soluções inovadoras e sustentáveis nas embalagens.



3. Biodiversidade e Ecossistemas Naturais

- Garantir práticas agrícolas sustentáveis.
- Proteger a biodiversidade dos ecossistemas naturais onde nos encontramos.



4. Alterações Climáticas

- Garantir a descarbonização das atividades.
- Capacitar a empresa para se adaptar aos riscos climáticos.



5. Desempenho Económico

- Crescer em Portugal e nos mercados de exportação, assegurando rentabilidade distintiva e equilíbrio financeiro.
- Diversificar, produzindo nas principais regiões vitivinícolas do país.



6. Qualidade e Segurança dos Produtos

- Garantir qualidade e segurança de todos os vinhos produzidos e engarrafados pela empresa.



7. Ética, Transparência e Integridade

- Reforçar práticas de gestão éticas e transparentes.
- Garantir a continua atualização dos processos, políticas e regulamentos internos.



8. Sustentabilidade na Cadeia de Valor

- Apoiar os fornecedores no cumprimento de critérios ESG.
- Apoiar os clientes na sua jornada de sustentabilidade.



9. Consumo e Marketing Responsável

- Promover conhecimento e práticas sobre o consumo responsável.
- Desenvolver produtos e soluções inovadores para o consumidor do futuro.

01

02

03

04

05

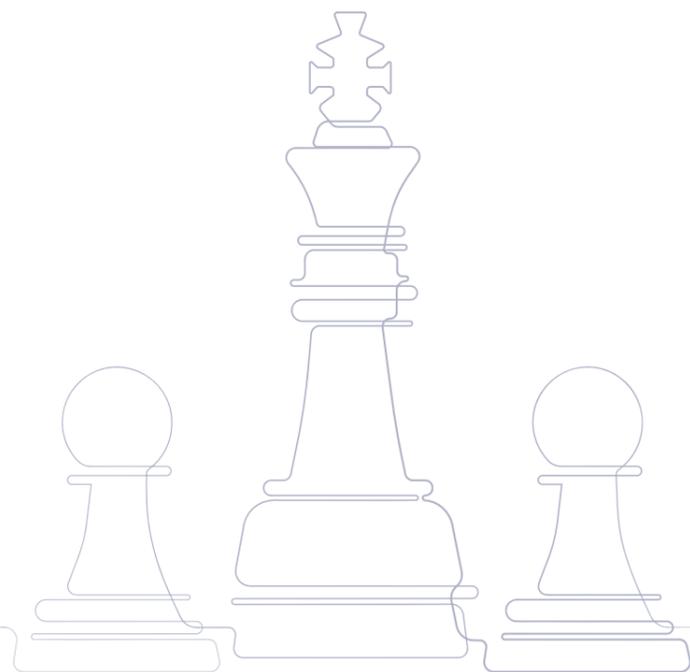
06

07

4.3

A inovação no centro

dos nossos negócios



A inovação desempenha um papel fulcral no posicionamento competitivo de todas as empresas do Grupo José de Mello. Entendida, de forma estratégica, como um dos pilares da atuação do Grupo, traduz-se num exercício constante de conceção, experimentação e implementação de novas ideias e soluções, catalisador de sinergias internas e externas, que garante a criação de valor para todos os *stakeholders*.

Desde 2020, a gestão da inovação é executada segundo um modelo estruturado em cinco eixos de atuação, sobre o qual incide um plano de atividades anual, cuja implementação é da responsabilidade da equipa de inovação, em articulação com as diferentes direções da José de Mello e as equipas de inovação das empresas participadas.



Clique na cor para ver cada eixo de atuação



436 propostas apresentadas pelos colaboradores em concursos de ideias, das quais **29** foram aprovadas

8 novos pilotos com *startups* que representam um investimento de **74** mil €

146 contactos com *start-ups*, das quais **33** estão em análise para uma potencial parceria

143 publicações científicas nas quais surgem colaboradores do Grupo

TESTEMUNHO



“

A CUF acompanha as mudanças tecnológicas adaptando-as e implementando-as no contexto clínico. Com a “Clara”, assistente virtual CUF, desenvolvida em parceria com a startup Tucuvi, foi possível perceber que é viável utilizar a inteligência artificial como ferramenta facilitadora na prestação de cuidados seguros e com qualidade, permitindo ao enfermeiro fazer uma gestão mais eficiente do seu tempo, priorizando o Cuidar do Cliente.”



Célia Leitão
Enfermeira Diretora
CUF Cascais

01

02

03

04

05

06

07

A esta equipa compete, igualmente, acompanhar as principais tendências relacionadas com o portfolio de empresas atual e, conseqüentemente, identificar riscos e oportunidades tecnológicas associadas, e avaliar novas oportunidades de investimento.

Este trabalho é acompanhado de perto pelo Comité de Inovação, que reúne anualmente os representantes das áreas de inovação de todas as empresas, com o propósito de reforçar a cultura do Grupo nestas matérias, através da partilha de conhecimento e da organização conjunta de iniciativas transversais. Em 2023, as empresas do Grupo organizaram, de forma rotativa, quatro encontros de inovação sobre temas transversais, como a adoção de inteligência artificial, a digitalização de infraestrutura, a gestão de mudança, e a importância de uma estratégia de inovação. Estes momentos promovem a sensibilização para as principais tendências tecnológicas e societárias, e contribuem para o estabelecimento de sinergias.

Para reforçar a importância deste Comité, a sua composição foi alargada a quatro convidados externos a quem caberá, no futuro, apoiar a José de Mello na identificação dos riscos e oportunidades associados, em particular, às áreas de parcerias com *startups*, digitalização, descarbonização, e cultura organizacional.

Das várias iniciativas desenvolvidas em 2023, destaque para a atividade do programa GROW, que continua a ser um dos principais veículos de promoção de inovação de forma transversal em todo o Grupo, viabilizando parcerias com *startups* que permitem testar e validar novas soluções em ambiente real, através da infraestrutura e talento das várias empresas. Em 2023, foram lançados nove novos pilotos com startups e teve lugar a terceira edição do Grow Innovation Award, que distinguiu a MyCareforce, plataforma de contratação de equipas clínicas para preenchimento de turnos, cujo piloto decorreu no Hospital CUF Tejo.

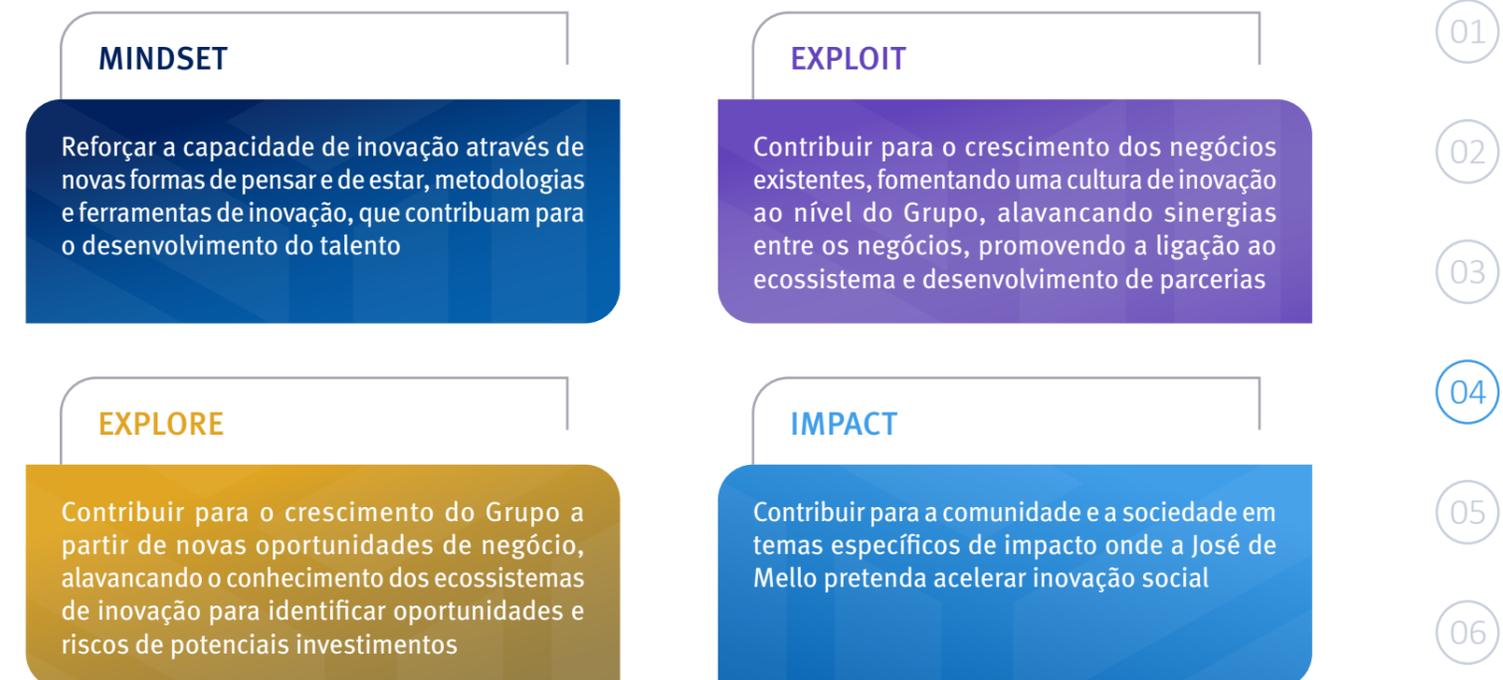
Realce também para a criação de uma comunidade interna de *beta-testers*, constituída por mais de 800 Pessoas das várias empresas, que se disponibilizaram para testar novos produtos, serviços e tecnologias e assim acelerar a sua chegada ao mercado.

A par deste trabalho, continuou-se a promover as sinergias externas, facilitando a ligação dos negócios ao ecossistema de *startups*, por via da sua presença em vários eventos de *networking* com empreendedores (por exemplo: South Summit, WebSummit, entre outros).

As empresas do Grupo associaram-se também à Fundação Amélia de Mello e à Casa do Impacto¹, para desenvolver um programa pioneiro de apoio ao empreendedorismo jovem.

Por fim, a José de Mello realizou uma reflexão interna sobre o seu modelo de inovação, de forma a assegurar a sua capacidade de resposta face aos desafios atuais. Esta reflexão teve por base um processo de auscultação interna e externa (com representantes dos negócios e do ecossistema de inovação), e um *benchmark* aos modelos de inovação das principais empresas portuguesas. Esta reflexão conduziu a uma ampla revisão do modelo de inovação da José de Mello, com um maior alinhamento entre a estratégia e o plano de atividades.

O novo modelo de inovação, que será implementado a partir de 2024, estabelece quatro eixos de intervenção:



¹ Polo de empreendedorismo e inovação social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)



Em matéria de inovação, 2023 foi um ano igualmente marcante para a Bondalti. A empresa definiu uma nova estratégia e abordagem de inovação para o próximo triénio, e redesenhou o Programa de Inovação para criar, desenvolver e implementar novas ideias que tenham impacto nas Pessoas, no negócio e na transição para um modelo de economia mais verde e digital.

O novo Programa de Inovação assenta num modelo de experimentação e de colaboração com o ecossistema envolvente, com o objetivo de antecipar necessidades, aprender, e traduzir essa aprendizagem em oportunidades criadoras de valor para os *stakeholders*, diferenciando e garantindo a capacidade da empresa para responder aos desafios futuros da indústria e assegurar a sua competitividade numa economia mais sustentável. Esta estratégia é operacionalizada através da marca - ImpactLab - que dá o nome a uma nova plataforma digital concebida para levar a inovação a todos os níveis da organização e a fomentar o espírito empreendedor e interdepartamental. Paralelamente, a Bondalti conta ainda com o contributo de plataformas de 'Open Innovation' que conecta 'Seekers' (organizações que procuram quem solucione desafios) com 'Solvers' (*startups*, empreendedores individuais) que têm ou desenvolvem soluções específicas a desafios.

Para gerir a estratégia e o portfólio de inovação foi criado um Comité de Impacto. Cabe a este Comité proporcionar um fórum para discutir e avaliar novas ideias, avaliar a sua viabilidade e potencial impacto, e dar prioridade às iniciativas, conduzindo-as a um lançamento bem-sucedido.



Mais informação em
"Relatório Integrado Bondalti 2023"

A visão da Bondalti em termos de inovação consiste em fomentar uma cultura empreendedora enquanto explora novas oportunidades verdes, nas seguintes macro-áreas:

- Novos modelos de negócios
- Eficiência e eficácia operacional
- Circularidade
- Produtos de baixa pegada carbónica
- Incorporação de energias renováveis

Sendo uma organização de referência, com atividade relevante em diversos setores-chave da economia, a Bondalti desenvolve projetos de I&D de forma sistemática e contínua. Focadas nas áreas *core* da empresa, estas ações têm âmbito alargado, abrangendo tanto soluções para desafios existentes, como a melhoria da eficiência operacional, do desempenho ambiental ou da segurança dos processos.

A Bondalti procura realizar todo o potencial oferecido pelas novas ferramentas digitais no contexto industrial. Em 2023, foram implementados dois projetos de análise de dados com grande foco na área de automação e controlo. O trabalho "Modelo de Funcionamento de Reatores de Anilina", em parceria com a Universidade de Coimbra, desenvolveu modelos computacionais para compreender o padrão das paragens e arranques de produção, com vista ao desenvolvimento de um novo *software* preditivo e de apoio à tomada de decisão. Foi ainda desenvolvida uma ferramenta designada "Monitorização do desempenho de permutadores de calor", para monitorizar o desempenho térmico destes equipamentos e melhorar a sua eficiência energética.

TESTEMUNHO



O 'ImpactLab' da Bondalti é o coração da inovação, um espaço de colaboração onde se criam e desenvolvem soluções com impacto nas pessoas, no negócio, e na transição para um modelo de economia mais verde e digital. Aqui ouvimos os stakeholders, para conhecermos e anteciparmos as suas necessidades, libertamos a criatividade e exploramos, com coragem, novas oportunidades que nos permitam diferenciar-nos, moldando o futuro mais sustentável e inspirando outros a fazerem o mesmo.



Patrícia Rodrigues
Coordenadora de Inovação
Bondalti Capital

01

02

03

04

05

06

07

A inovação faz parte do ADN da CUF, compreendendo todo o impacto na prestação de cuidados de saúde e de transformação interna. A abordagem da empresa à inovação tem como objetivo tornar a CUF pioneira na implementação de soluções e tecnologias que tragam mais valias reais à prestação de cuidados e à eficiência operacional.

Esta cultura de procura por soluções inovadoras está fortemente enraizada no espírito empreendedor das equipas clínicas e de gestão, que impulsionam a busca por novas oportunidades geradoras de valor e conhecimento. Para alcançar este desígnio, a CUF mantém-se constantemente atualizada com as melhores práticas internacionais e acompanha de perto as tendências emergentes na área da saúde.



A CUF foca a sua atuação estratégica em termos de inovação em três âmbitos:



 Clique no ícone para ativar o âmbito

Desta abordagem resulta um conjunto de soluções processuais e novas tecnologias, que contribuem efetivamente para a melhoria da eficiência e eficácia dos serviços prestados aos doentes. Em destaque tem estado um conjunto de iniciativas relacionadas com o desenvolvimento de ferramentas digitais que facilitam a acessibilidade dos doentes a cuidados de saúde, e a utilização de Inteligência Artificial na área da Imagiologia, o que tem trazido benefícios em diversas áreas.

 Mais informação em "Relatório Integrado CUF 2023"

TESTEMUNHO



“

Prevenir para não cair! Foi o lema para que as equipas da CUF se unissem numa reflexão sobre a prevenção de quedas nos hospitais. A diversidade de perspetivas gerou ideias inovadoras ligadas à implementação de novos procedimentos e tecnologias de monitorização dos doentes. As ideias geradas foram avaliadas pelas equipas de gestão do risco, sendo que na sua maioria já foram implementadas.”



Sara Marques
Gestora de Produção
CUF Tejo

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07

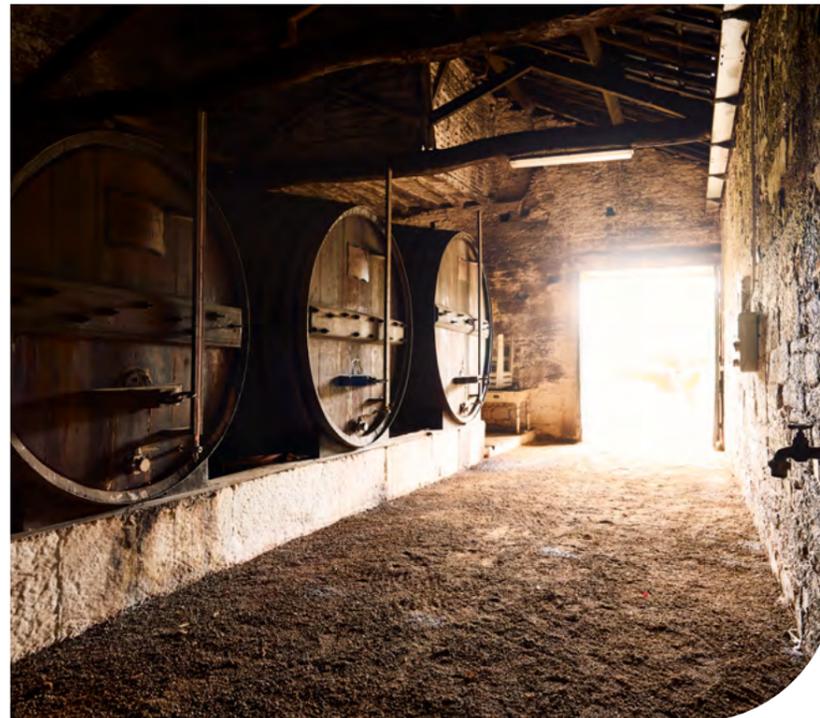


A José de Mello Residências e Serviços não dispõe de uma área formal responsável pela gestão da inovação. No entanto, a empresa participa regularmente nas atividades transversais do Grupo, que asseguram a identificação e potenciação de oportunidades e a atualização referente a temas relevantes. A dimensão desta empresa potencia uma maior proximidade entre as equipas e, conseqüentemente, uma simplificação dos processos, que contribui para uma grande flexibilidade e rapidez na avaliação de pilotos ou projetos.

Em 2023 deu-se continuidade ao projeto-piloto com a *startup* Actif, que disponibiliza de forma digital um conjunto de exercícios físicos e cognitivos. Ao longo deste ano registaram-se desenvolvimentos importantes na solução oferecida, que conta agora com objetivos e modelos de remuneração adaptados ao setor em que atua.



A WineStone encara a inovação como um tema intrínseco à cultura organizacional, de forma descentralizada, que tem evidenciado uma maturidade crescente em resultado do desenvolvimento do negócio. A inovação é vista acima de tudo como uma ferramenta de melhoria da eficiência na gestão, processos e tecnologia, com impactos diretos na produção e na rentabilidade da empresa.



Em termos de processo e foco no futuro, a WineStone identifica grandes oportunidades de evolução, nomeadamente em três áreas fundamentais:

01

PRODUTO

- Gestão da margem recorrendo a uma análise fina da composição dos produtos, negociação conjunta e procura por alternativas mais sustentáveis
- Capacidade de customização cliente/mercado contínua
- Processos de standardização de componentes de produto (secos) e negociação centralizada para aumento de economias de escala

01

02

03

02

PROCESSOS

- Digitalização dos negócios, da produção à comercialização
- Melhoria da comunicação interna com o propósito de reduzir o *time-to-market*

04

05

06

03

NEGÓCIO

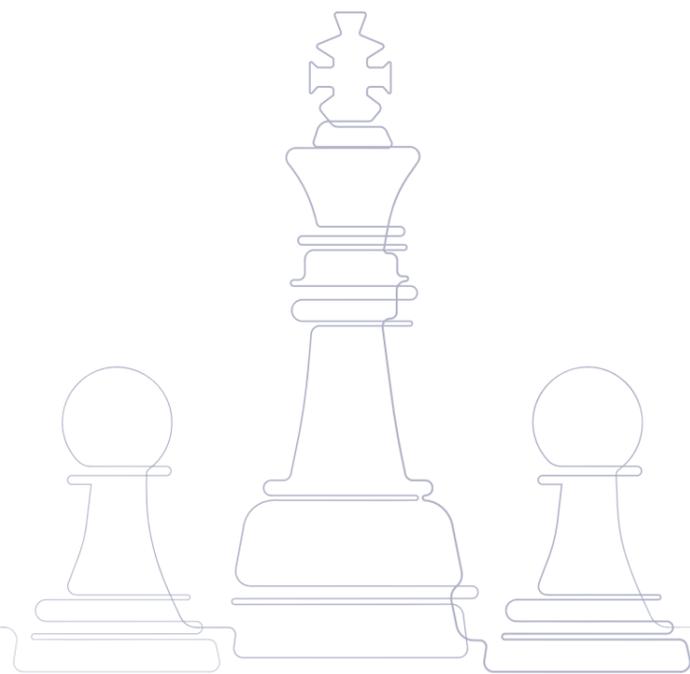
- Redefinição dos portfolios dos novos projetos para que sejam complementares tanto no mercado nacional como na exportação
- Promoção da análise de segmentos de mercado e categorias tangentes à indústria do vinho (conceitos novos)

07

4.4

Envolvimento com os stakeholders

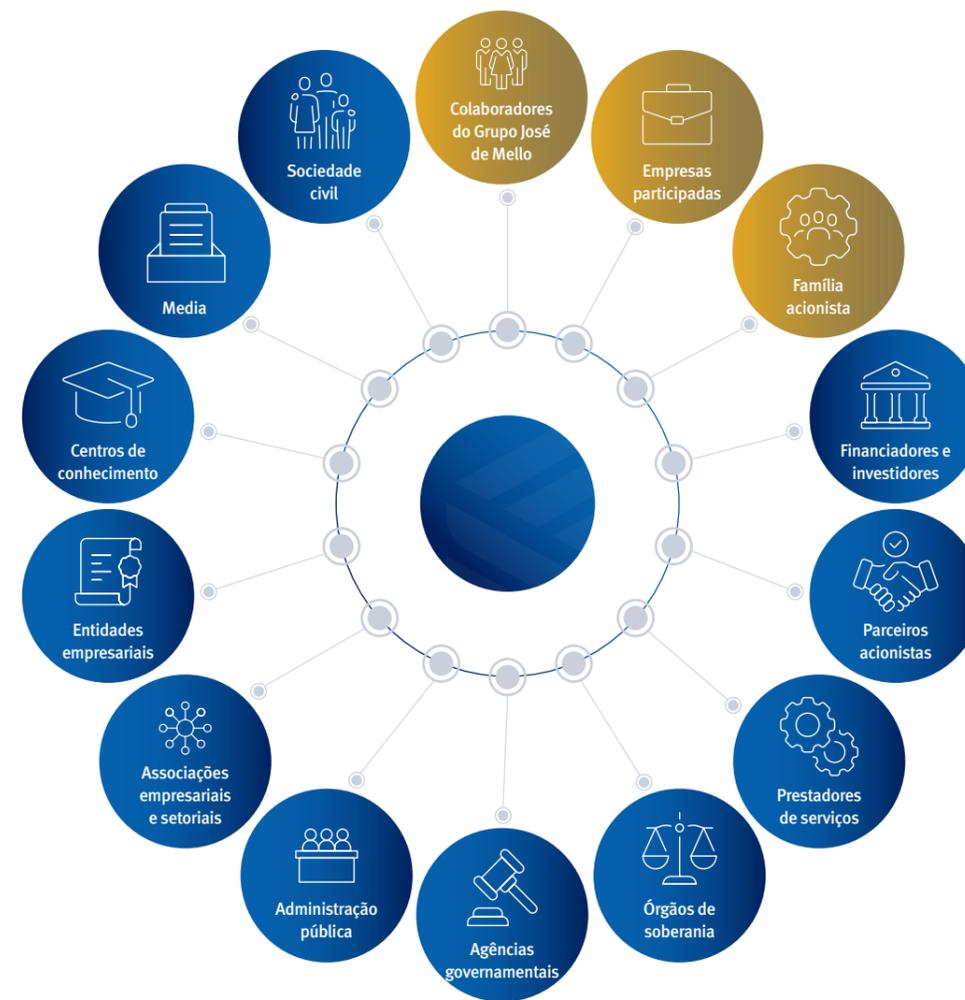
GRI 2-12, GRI 2-25, GRI 2-26, GRI 2-29



A José de Mello encara o diálogo e o estabelecimento de relações de proximidade e parceria com os seus *stakeholders*, internos e externos, como fator de sucesso da sua estratégia empresarial. Neste sentido, o Grupo assume a missão de fomentar, nas suas atividades e nas empresas participadas, uma escuta ativa das opiniões, experiências, necessidades e expetativas de todos os interlocutores.

Este modo de atuação permite identificar riscos e oportunidades, alinhar os interesses dos *stakeholders* com a estratégia de negócio e de sustentabilidade, inspirar à inovação, criatividade e melhoria contínua, gerar impacto económico, social e ambiental relevante para toda a sociedade, criar valor partilhado e fortalecer a reputação da marca José de Mello.

Neste contexto, a José de Mello desenvolveu um conjunto de iniciativas de envolvimento com os *stakeholders*, personalizando as diferentes formas de comunicação consoante as especificidades e exigências de cada grupo. Complementarmente, um conjunto de ferramentas transversais, como as redes sociais, o website corporativo, eventos e relações com os media.



- Stakeholders internos
- Stakeholders externos

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



Existe, ainda, um canal de denúncia e comunicação de irregularidades, através do qual os *stakeholders* podem apresentar as suas preocupações quanto à conduta da José de Mello. Neste âmbito, a empresa assegura a conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente na proteção dos denunciantes e na garantia de confidencialidade e não retaliação, sendo disso exemplo a criação de um processo interno que garante a análise e monitorização de todas as denúncias recebidas, permitindo assim detetar antecipadamente situações com potenciais impactos negativos para o Grupo e seus *stakeholders*.

A José de Mello desenvolveu igualmente um conjunto de mecanismos de gestão dos principais impactos, riscos e oportunidades relacionados com a gestão da marca e reputação, nomeadamente:



Participação regular da Direção de Comunicação, enquanto área funcional responsável pelos riscos reputacionais, na identificação, avaliação e ações de mitigação dos riscos reputacionais



Monitorização diária de notícias sobre a José de Mello e empresas participadas



Desenvolvimento de estudos de marca e de reputação



Diálogo contínuo com áreas de comunicação das empresas participadas e realização regular de Comités de Comunicação



Elaboração de relatórios de comunicação, com o objetivo de avaliar notícias publicadas e identificar antecipadamente temas com potencial mediático e eventuais riscos relacionados

No que concerne à análise da perceção dos diferentes *stakeholders*, a José de Mello recorre, entre outros, a estudos de marca e reputação, e participa em iniciativas que permitem aferir a visão de investidores, agentes de avaliação de risco e sociedade relativamente à sua posição reputacional no mercado.

Em 2023, a José de Mello participou numa nova edição do **RepScore**, reforçando a importância que atribui à análise da evolução do risco reputacional e dos atributos em que se destaca, bem como a sua relevância enquanto fonte de informação para uma tomada de decisão mais esclarecida quanto a possíveis ações a desenvolver.

Neste estudo, e face à edição anterior, o índice global de reputação da José de Mello (que agrega a avaliação de quatro dimensões – racional, emocional, responsabilidade social e ESG) evoluiu de “moderado” para “robusto”, a que corresponde um risco reputacional “baixo”. Este resultado permitiu à José de Mello ocupar o Top 3 de reputação na categoria “Holdings”.

A par disto, foi concluído um **estudo de mercado**, desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos Aplicados da Católica Lisbon Business & Economics, cujo propósito foi conhecer as principais perceções e atributos associados à marca José de Mello para diferentes *stakeholders*, e avaliar o seu posicionamento enquanto marca empregadora (*employer branding*). Este estudo permitiu recolher um conjunto de dados e informação de suporte à gestão e definição da estratégia.

Relativamente à **presença nos media**, e não obstante uma política de comunicação *low profile*, foram desenvolvidos contactos personalizados com *opinion makers* e media, mantendo-se uma política regular de *media relations*, procurando a cada momento gerar um bom nível de *brand equity*. Além disto, o presidente executivo, Salvador de Mello, realizou uma entrevista de fundo ao **Observador** (março) e um encontro com alguns media (junho), este último a pretexto de uma apresentação pública de resultados e estratégia de crescimento.

01

02

03

04

05

06

07



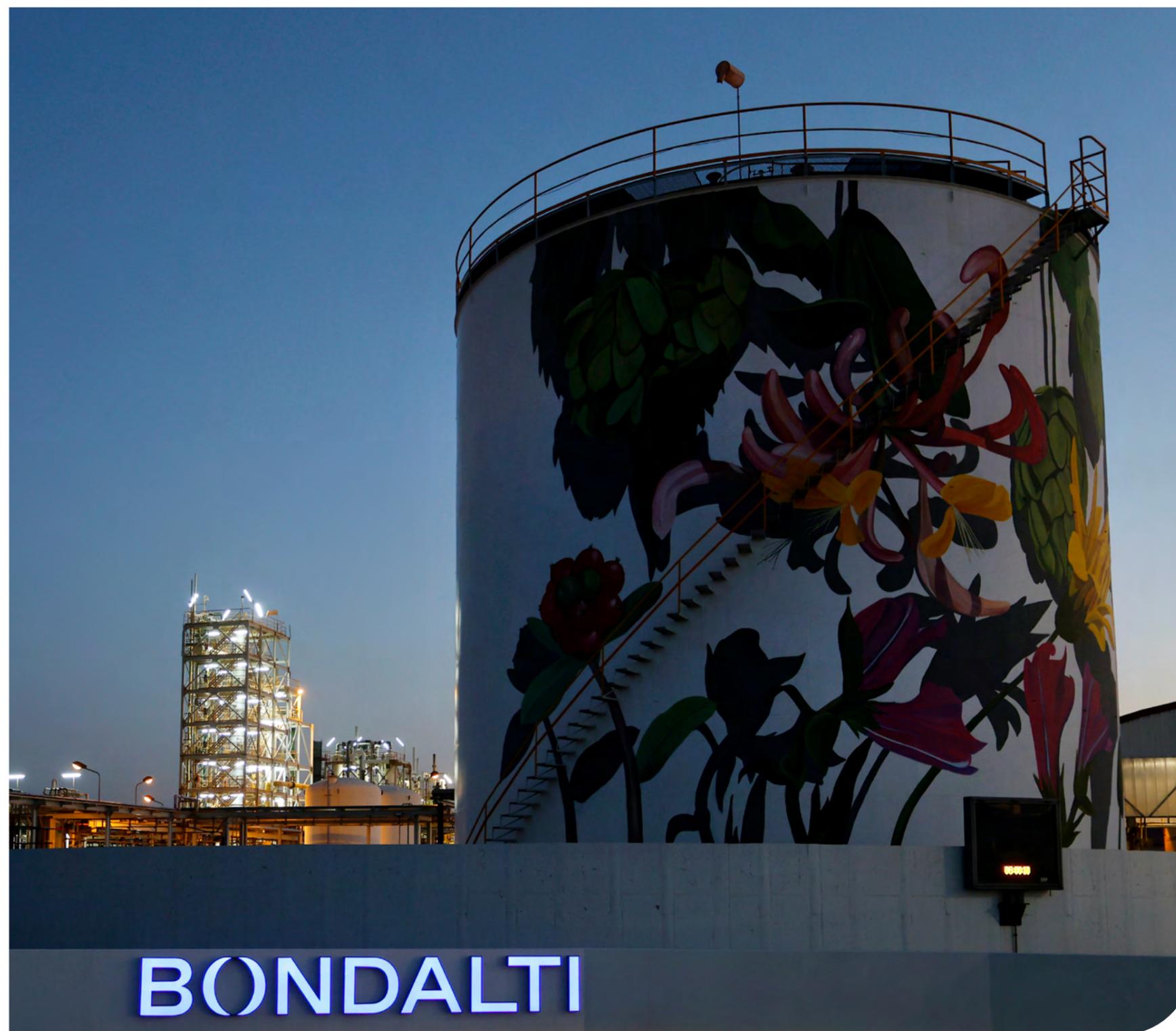
Os *stakeholders* da Bondalti são identificados, mapeados e avaliados através de uma matriz na sua relevância de acordo com a influência na Bondalti e a dependência face à Bondalti (e vice-versa), bem como pelas responsabilidades que lhe cabem relativamente a estes grupos. Entre os grupos que merecem maior destaque, encontram-se os fornecedores e os clientes.

Com os fornecedores, pela ampla consciência de que os impactos das organizações não ocorrem só nas suas operações próprias, importa assegurar um forte alinhamento no que concerne aos princípios e valores defendidos, nomeadamente aos princípios do desenvolvimento sustentável. Deste modo, a Bondalti tem a expectativa de que os seus fornecedores reconheçam e atuem de acordo com o conteúdo do seu Código de Conduta para Fornecedores, para além de cumprirem as suas obrigações contratuais e as Condições Gerais de Compra da Bondalti (mais informação em “[Gestão responsável da cadeia de fornecedores](#)”).

Sendo a qualidade do produto e a satisfação dos clientes um dos temas materiais para a Bondalti, os processos de envolvimento com este grupo estão no foco da Bondalti. Na Bondalti Chemicals, em Estarreja, realiza-se a cada dois anos um inquérito que tem por objetivo determinar o nível de satisfação dos clientes em relação aos produtos e serviços que a Bondalti fornece, assim como sobre possíveis oportunidades de melhoria nos temas de atendimento, serviço comercial, produto, documentação, fornecimento e assistência técnica. O último inquérito realizado foi referente ao ano 2022.



Mais informação em
“Relatório Integrado Bondalti 2023”



01

02

03

04

05

06

07

A CUF procura promover uma relação de abertura, parceria, excelência e de melhoria contínua com os seus *stakeholders*, reconhecendo que estes são fundamentais na identificação de desafios e oportunidades. Acresce um trabalho diário para garantir uma experiência cada vez mais positiva para todos.

Desta forma, implementou um conjunto de mecanismos de comunicação, que permitem que todos os seus *stakeholders* possam expor e partilhar os seus comentários. As partilhas recebidas, independentemente do canal utilizado, são avaliadas, respondidas e, sempre que aplicável, integradas nos processos de melhoria das atividades.



Canal de denúncias³



Formulário de exposições



Interação através de diversas plataformas de redes sociais

³Em cumprimento de requisitos legais e de responsabilidade ética, garante a possibilidade de apresentar denúncias confidenciais e anónimas.

Com o objetivo de compreender a opinião dos seus clientes face à sua experiência na rede CUF, deu-se continuidade ao **Programa de Voz do Cliente**, que se traduz na auscultação destes *stakeholders*, através de inquéritos, diferenciados por área assistencial, que incluem uma

avaliação da Satisfação Global e Net Promoter Score(NPS). As respostas aos questionários são analisadas e agregadas, permitindo assim identificar oportunidades de melhoria. Complementarmente, é produzido mensalmente um relatório com os principais indicadores, resultados e recomendações para a organização, endereçando os temas de maior preocupação às respetivas áreas. Em 2023, registou-se um NPS de 62,6% (+5 p.p. do que em 2022).

Em paralelo, a CUF tem realizado pilotos de revisão de processos internos, com o objetivo de tornar a relação com o cliente mais consistente, uma vez que estes sistemas impactam diretamente a jornada do cliente e, conseqüentemente, a sua experiência. Após a implementação de cada piloto, a CUF ausculta os clientes impactados de modo a compreender a sua satisfação e opinião, sendo os outputs deste processo posteriormente incorporados na definição dos processos em causa. Em 2023, foram auscultados 92.000 clientes.

Com orgulho, a CUF voltou a ser reconhecida em 2023, nomeadamente através da atribuição das seguintes distinções:

- **PRÉMIO MARKETEEER**
promovido pela revista Marketeer, distingue as marcas com melhor desempenho em Portugal no âmbito do Marketing, Publicidade e Comunicação
- **PRÉMIO MARCA DE CONFIANÇA 2023**
categoria de Clínicas e Hospitais Privados - avaliação da revista Seleções do Reader's Digest, que reflete a opinião dos consumidores sobre a confiança que depositam nas várias marcas de diferentes produtos e serviços



Mais informação em
"Relatório Integrado CUF 2023"

A José de Mello Residências e Serviços reconhece que as especificidades do setor em que atua exigem que, de forma consistente, regular, e transparente, se estabeleçam relações de confiança com os residentes, famílias e colaboradores. Neste sentido, procura associar a marca Domus Vida a um serviço de excelência, que promova, acima de tudo, o bem-estar e a qualidade de vida dos clientes.

A credibilidade e reputação da marca assenta num trabalho de experiência, qualidade e cuidado, associado a todas as tarefas diárias, independentemente do grau de visibilidade externa. Desta forma, a empresa garante, como sua prática natural, a procura permanente pela adequação dos recursos físicos e humanos, consciente de que a boa reputação é um dos ativos mais importantes no seu negócio.

Para compreender as necessidades e expectativas dos seus *stakeholders*, identificar oportunidades de melhoria, implementar novos procedimentos e práticas, avaliar a qualidade dos seus serviços e a satisfação dos residentes e seus familiares, a José de Mello Residências e Serviços realiza **inquéritos de satisfação**.

01

02

03

04

05

06

07



A WineStone garante que a gestão responsável da sua marca e reputação é considerada ao longo da cadeia de valor e em diferentes níveis, através da promoção de momentos de interação com os seus vários *stakeholders*:



Fornecedores

Inquéritos de satisfação e avaliação sobre determinadas dimensões (ex.: sustentabilidade)



Clientes

Avaliação de níveis de serviço



Comunidade

Projeto piloto de protocolo de colaboração com o Agrupamento de Escolas de Arraiolos (estágio e bolsas para estudante locais)



Consumidores

Monitorização de *Apps* de consumo (ex.: Vivino, redes sociais) e revisão de todos os conteúdos disponíveis sobre as marcas da WineStone



Media

Clipping e categorização quantitativa e qualitativa da exposição mediática

A reputação na WineStone é avaliada a dois níveis distintos: B2B - procurando fortalecer a confiança, transparência, segurança e, conseqüentemente, o seu desempenho comercial B2C - através das marcas que gere e que representam os seus valores aspiracionais e reforçam a fidelização dos consumidores.

Nesse sentido, foram monitorizados um conjunto de **indicadores de avaliação da performance da WineStone** ao nível de perceção da sua marca e reputação:

+ de **300M**

de impressões nos media, com uma taxa de tom positivo acima de **59%** (neutro **39%** e tom negativo apenas de **2%**)

3.95

em 5 de média de pontuação na aplicação **Vivino** (crescimento de **5%**)

6.5

em 10 na perceção dos fornecedores sobre o desempenho em relação à Sustentabilidade

Além disso, em 2023, a WineStone recebeu os seguintes reconhecimentos:

- 182 medalhas nos vinhos produzidos pela WineStone
- 20 vinhos com pontuações superiores a 90 pontos pela critica especializada nacional e internacional
- Nomeação como Marca do Ano pela Revista de Vinhos
- Cinco medalhas de bronze nos Prémios Lusófonos da Criatividade, pela campanha “Guarda Rios Simplifica”

01

02

03

04

05

06

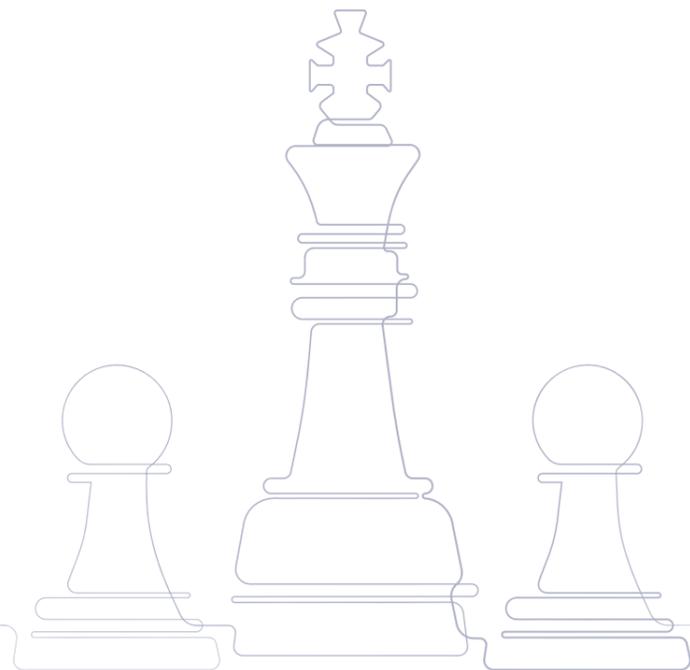
07

4.5

A resiliência das nossas operações

gestão de riscos e oportunidades

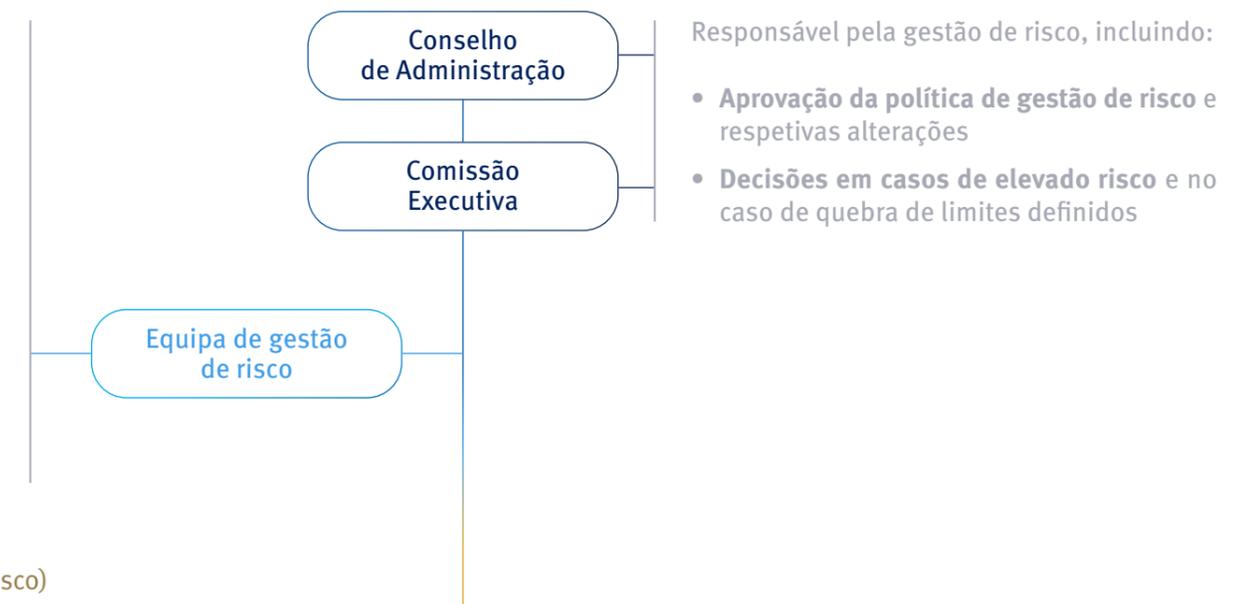
GRI 2-23, GRI 2-25, GRI 201-2



A continuidade e o crescimento dos negócios do Grupo José de Mello dependem de um processo de tomada de decisão ponderada e informada e do acompanhamento permanente dos principais fatores com influência na sua atividade, que constituem desafios ao cumprimento dos seus objetivos estratégicos. A identificação e a gestão adequada dos riscos permitem uma maior preparação, proatividade e celeridade na resposta aos mesmos, por forma a minimizar ou eliminar potenciais efeitos negativos associados, impulsionando a sua capacidade de criar valor.

Na José de Mello o processo de identificação de riscos é orientado pela sua **Política de Gestão de Riscos**, que fomenta o enraizamento de uma cultura de gestão de riscos na organização, em especial nas primeiras linhas de resposta aos riscos. A sua concretização é executada por um conjunto de intervenientes multidisciplinares com distintos focos de atuação e responsabilidades.

- Avaliação contínua da **política de risco** e identificação de eventuais necessidades de revisão, coordenando o processo de desenvolvimento e atualização da política de risco
- **Agregação da informação de gestão de risco** dos diferentes responsáveis e **elaboração de documentos de reporte**
- **Análise da evolução da exposição de risco** (globalmente e de cada risco), desafiando áreas responsáveis pelo risco
- **Acompanhamento e alinhamento das Políticas de Gestão de Risco** das participadas



Áreas funcionais da JdM (responsáveis pelo risco)

Administrativa e Responsabilidade Social	Comunicação	Contabilidade e Consolidação	Financeira	Desenvolvimento de Negócio
Inovação e Sustentabilidade	Jurídica	Pessoas e Gestão de Talento	Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão	Tecnologias de Informação

- **Identificação e avaliação contínua** dos riscos da respetiva área
- **Gestão do risco no dia-a-dia** de forma a mitigar probabilidade de ocorrência e impacto dos diferentes risco
- **Preparação de mecanismos de resposta** no caso de quebra dos limites de risco definidos
- **Atualização periódica da evolução dos riscos** para reporte

01

02

03

04

05

06

07

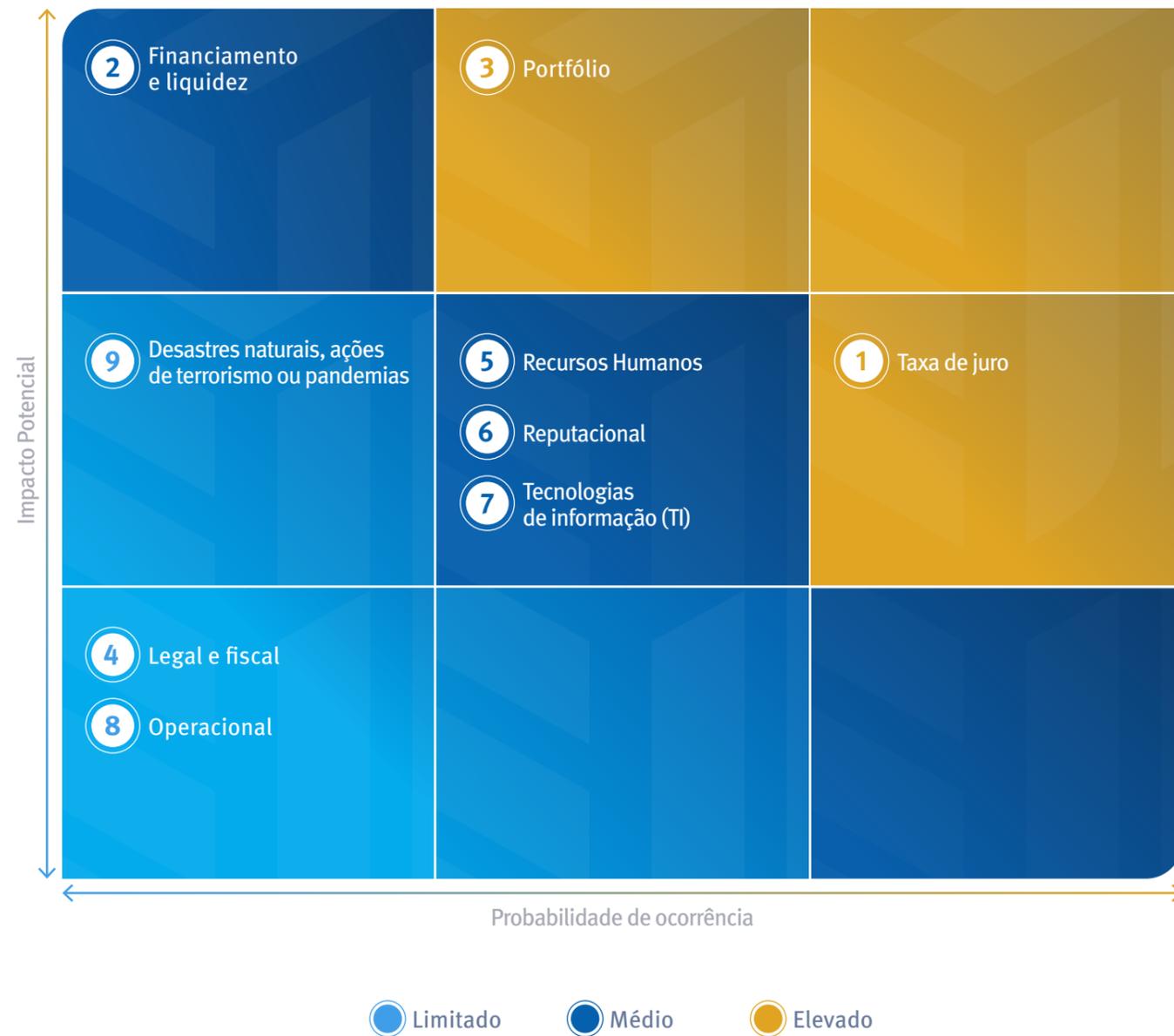
Assim, em situação de escalada de risco, a resposta da José de Mello segue as seguintes etapas:

	01 Identificação e reporte do risco	02 Avaliação da situação e definição de plano de resposta	03 Desenvolvimento de plano de mitigação / correção	04 Discussão em Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração
TIMING	Contínuo	Imediato	Dependente da decisão tomada na etapa 2. (Avaliação da situação)	Dependente da decisão tomada na etapa 2. (Avaliação da situação)
DESCRIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de situação de elevado risco (colocando em causa a tolerância ou limites definidos) • Comunicação entre responsáveis do risco e equipa de gestão de risco 	Dependendo do risco, decidir sobre: <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de comunicação à Comissão Executiva e/ou ao Conselho de Administração (incluindo timing para discussão) no imediato • Tempo para preparação do plano de mitigação / correção 	<ul style="list-style-type: none"> • No caso de elevada probabilidade de o risco se materializar, preparação de plano de mitigação da ocorrência ou impacto do risco • Preparação de plano de resposta no caso de materialização do risco 	Discussão e aprovação em Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração
RESPONSÁVEL	Áreas responsáveis pelo risco ou equipa de gestão de risco	Equipa de Gestão de Risco em conjunto com responsáveis do risco (e Administrador com Pelouro)	Áreas responsáveis pelo risco com apoio da equipa de gestão de risco	Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



MATRIZ DE RISCO



Para cada risco identificado na matriz, apresentam-se de seguida as respetivas **ações de mitigação**, de forma não exaustiva.

Legenda materialidade

- A. Atração, retenção e desenvolvimento de capital humano
- B. Investimento responsável
- C. Inovação
- D. Desempenho económico e eficiência operacional
- E. Ética, transparência e integridade
- F. Gestão da marca e da reputação
- G. Alterações Climáticas
- H. Envolvimento com a Sociedade
- I. Diversidade e inclusão

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



1 TAXA DE JURO



Descrição

- Aumento do indexante devido a alterações macroeconómicas e das políticas monetárias, com reflexo no custo da dívida com taxa variável ou em novos financiamentos
- Aumento do *spread* da dívida da José de Mello em novos financiamentos

Probabilidade de ocorrência:

Correlação com Riscos:

Materialidade:

Elevada

2, 3

B, D

Ações de Mitigação

- Analisar o impacto das taxas de referência nos custos financeiros e nos dividendos recebidos pela José de Mello influenciados pelo impacto das taxas de juro / inflação nos negócios do portfólio do Grupo
- Analisar continuamente a situação de mercado, procurando o equilíbrio correto entre taxa fixa e variável, em função do perfil de portfólio da José de Mello
- Garantir uma gestão financeira ativa e prudente para assegurar custos de dívida competitivos em cada financiamento

2 FINANCIAMENTO E LIQUIDEZ



Descrição

- Redução de dividendos dos negócios ou agravamento de outros fluxos previstos (entre recebimentos e pagamentos) que impactem a gestão de caixa da José de Mello
- Incapacidade de serviço da dívida e de outras responsabilidades por falta de liquidez
- Endividamento excessivo
- Incapacidade de acesso a capital para executar a estratégia de portfólio definida, provocada pela situação do Grupo ou pelo contexto externo e regulatório dos mercados financeiros e da economia

Probabilidade de ocorrência:

Correlação com Riscos:

Materialidade:

Limitada

1, 3

B, D, F

Ações de Mitigação

- Acompanhar a evolução e projeção dos indicadores relevantes para os *covenants* dos financiamentos para antever e agir previamente sobre eventuais desvios
- Acompanhar a execução dos planos de negócio e da política de dividendos pelas participadas
- Acompanhar a evolução dos orçamentos anuais para assegurar liquidez suficiente para servir as necessidades operacionais e estratégicas da José de Mello

3 PORTFÓLIO



Descrição

- Alterações macroeconómicas (crescimento económico, inflação, política monetária, entre outras) com impacto no desempenho, geração de caixa e valor dos negócios e da José de Mello
- Risco de flutuações no valor de cada ativo implicarem flutuações fortes nos resultados e capitais próprios económicos do Grupo
- Concentração geográfica e setorial
- Execução de novos investimentos, quer na avaliação de entrada quer no desempenho dos novos ativos
- Relação com os diferentes parceiros acionistas e operacionais

Probabilidade de ocorrência:

Correlação com Riscos:

Materialidade:

Elevada

1, 2

B, C, D, E, F, G

Ações de Mitigação

- Garantir o alinhamento entre a estrutura de capital da José de Mello e o perfil de risco definido
- Continuar a executar os planos de negócios das participadas, permitindo capturar oportunidades de eficiência, reduzir riscos e melhorar a estrutura de capitais
- Continuar a diversificar portfólio de ativos, de acordo com a estratégia definida
- Assegurar o funcionamento do comité de investimentos e aplicação do manual de investimentos (critérios, *governance*, responsabilidades, entre outros), para mitigar riscos de execução de novos investimentos
- Gerir ativamente e de forma transparente a relação com parceiros acionistas

01

02

03

04

05

06

07

4 LEGAL E FISCAL



Descrição

- Incumprimento da legislação e obrigações de *compliance*
- Responsabilidades fiscais referentes a ações tomadas no passado contestadas pela Autoridade Tributária ou outros organismos do Estado
- Alterações legislativas e regulatórias
- Incumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)

Probabilidade de ocorrência:	Correlação com Riscos:	Materialidade:
Limitada	2, 6	B, E, F

Ações de Mitigação

- Assegurar a avaliação detalhada das potenciais implicações legais das decisões adotadas seguindo uma lógica prudente
- Garantir a existência de uma equipa legal e contabilística capacitadas, recorrendo a apoio externo quando necessário, quer a propósito das decisões adotadas em relação aos seus impactos legais e/ou fiscais, quer das alterações legislativas
- Para situações de maior risco e/ou complexidade, garantir a fundamentação formal (documentada) por parte de entidades externas
- Divulgação das alterações legislativas e das normas publicadas com maior relevância

5 RECURSOS HUMANOS



Descrição

- Capacidade de atração e retenção de talento
- Dependência de recursos chave
- Inexistência de competências adequadas na organização
- Acidentes laborais

Probabilidade de ocorrência:	Correlação com Riscos:	Materialidade:
Média	3, 6	A, C, D, E, F, H, I

Ações de Mitigação

- Assegurar a robustez da marca empregadora (*employer branding*) e enriquecer a proposta de valor para colaboradores (*employee value proposition*)
- Capacitar e desenvolver as equipas, nomeadamente através da formação
- Desenvolver e estruturar planos de sucessão para recursos chave

6 REPUTACIONAL



Descrição

- Danos na imagem da José de Mello como resultado da operação e ações da José de Mello, das participadas ou por parceiros do Grupo

Probabilidade de ocorrência:	Correlação com Riscos:	Materialidade:
Média	1, 2, 3, 5	A, D, E, F, H, I

Ações de Mitigação

- Acompanhar relatórios de comunicação, aplicando uma abordagem preventiva aos temas mais críticos
- Promover e acompanhar relatórios anuais de reputação
- Manter um diálogo permanente com os responsáveis de comunicação dos negócios do portfólio do Grupo
- Acompanhar artigos na imprensa e desenvolvimentos nas redes sociais sobre os negócios do Grupo e sobre a José de Mello, com desenvolvimento de planos de resposta internos ou externos caso necessário

01

02

03

04

05

06

07

7 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO



Descrição

- Ciberataques provocados por comportamentos de risco dos colaboradores ou pela utilização de sistemas de informação desadequados, colocando em causa a privacidade e segurança dos dados e a continuidade da operação
- Falhas na *performance* dos sistemas e infraestrutura de IT

Probabilidade de ocorrência:	Correlação com Riscos:	Materialidade:
Média	6	C, D, F

Ações de Mitigação

- Realizar atualizações regulares da infraestrutura e softwares de segurança, assegurando que em caso de latência de implementação existe um *patching* virtual dinâmico
- Assegurar a gestão de identidades
- Implementar um sistema de análise comportamental
- Formar os utilizadores em cibersegurança
- Efetuar testes de penetração internos e externos
- Periodicamente, realizar auditorias de segurança

8 OPERACIONAL



Descrição

- Processos desadequados na José de Mello ou de incumprimento dos processos definidos
- Ocorrência de ações fraudulentas provocadas por Pessoas internas ou externas à organização

Probabilidade de ocorrência:	Correlação com Riscos:	Materialidade:
Limitada	6	B, C, E, F

Ações de Mitigação

- Assegurar que todos os colaboradores têm conhecimentos sobre o Código de Conduta
- Garantir que o canal de denúncia da José de Mello está de acordo com a legislação de *whistleblowing*
- Informar e capacitar os novos colaboradores para processos gerais e para aqueles relativos à sua área específica

9 DESASTRES NATURAIS, AÇÕES DE TERRORISMO OU PANDEMIAS



Descrição

- Ocorrência de desastres, ações de terrorismo ou pandemias que coloquem em causa a segurança dos colaboradores, os ativos do Grupo e/ou a operação do Grupo

Probabilidade de ocorrência:	Correlação com Riscos:	Materialidade:
Limitada	2, 3, 5	D, G

Ações de Mitigação

- Seguir as recomendações das autoridades de saúde, segurança e proteção civil
- Definir um plano de emergência para cada situação
- Garantir que as participadas mapeiam o risco e identificam e desenvolvem ações de mitigação

Em 2023 não foram identificados quaisquer novos riscos face a 2022. No entanto, foram implementadas, por parte dos seus responsáveis, em coordenação com a área de gestão de risco, as respetivas medidas de mitigação, que são regularmente revistas e atualizadas, consoante a evolução do cenário de risco. Estes processos são devidamente acompanhados pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração.

01

02

03

04

05

06

07



A Bondalti integra na sua cultura uma abordagem à gestão de risco que se caracteriza pela proatividade, mobilização da organização e melhoria sistemática. Esta cultura vai além do cumprimento das obrigações regulatórias, abarcando a adoção voluntária de diversos Sistemas de Gestão de Qualidade e a gestão contínua dos controlos de risco e a avaliação de novos desafios internos e externos.

A **Política de Assunção de Risco** estabelece que a Bondalti aceita apenas um nível de risco muito baixo de impacto em Pessoas e no Ambiente, e um nível baixo em impactos económicos, reputacionais e de continuidade das operações. Com base nestes critérios, a empresa identificou 26 riscos que, atendendo ao potencial de incerteza que representam para a prossecução dos seus objetivos, são geridos de uma forma estruturada, sistemática, partilhada e transparente.

O processo de gestão de risco é baseado na Norma ISO 31000:2018 e no COSO ERM (Enterprise Risk Management) e estrutura-se segundo o **Modelo das Três Linhas**, com a **primeira linha** associada às atividades de entrega de produtos e serviços aos clientes da organização e com a responsabilidade pela gestão do risco atribuída às atividades onde o risco se origina, a **segunda linha** apoiando a gestão de risco e compreendendo funções com objetivos específicos da gestão de risco (compliance, segurança de tecnologia e informação, sustentabilidade, garantias de qualidade,...), incluindo-se nesta a área de Gestão de Risco, e, na terceira linha, a **Auditoria Interna e as auditorias externas**, que, de forma independente e objetiva, prestam garantias e assessoria sobre a efetividade e adequação da governance e da gestão de risco.

Em 2023, foi implementado um modelo de **Gestão de Risco em Projetos de aplicação transversal** em projetos de elevado valor estratégico para a empresa, que permite identificar, analisar e avaliar os riscos de um projeto, e acompanhar a gestão desses riscos em cada fase de investimento.

Ainda em 2023, a Bondalti aprovou a criação de um **Comité de Auditoria**, ao qual compete avaliar e monitorizar os processos de governance e os processos e controlos de gestão de risco. É ainda da sua responsabilidade a proposta de medidas de melhoria e a receção de comunicações de irregularidades apresentadas por colaboradores e quaisquer outras partes interessadas.



01

02

03

04

05

06

07



Mais informação em
"Relatório Integrado Bondalti 2023"

A Gestão de Risco da CUF pretende apoiar o crescimento sustentado dos negócios e salvaguardar o valor da empresa, atuando como catalisador e promotor de uma cultura de risco em todas as áreas, capitalizando o conhecimento interno para a identificação dos riscos, o seu entendimento profundo e a sua mitigação.

O **processo de identificação e supervisão dos riscos**, incluindo os riscos ESG, é suportado por uma metodologia transversal e sistemática. Partindo da identificação dos objetivos da organização, cada direção, serviço e/ou segmento de negócio identifica os eventos que podem eventualmente influenciar a sua concretização, os seus responsáveis, as causas, as consequências e as medidas de mitigação em curso. Prossegue-se com a avaliação do risco, que prevê a atribuição de graus de “probabilidade de ocorrência” e “impacto” pelos responsáveis, de acordo com as escalas em vigor.

Em função do nível de risco, é definida a **estratégia** a adotar para o seu tratamento - eliminar, transferir, mitigar ou aceitar o risco - e é realizada uma **monitorização contínua** através da obtenção de indicadores e reporte aos destinatários de forma regular.

Dependendo da maturidade da gestão de cada risco, em 2023, a estratégia de gestão e mitigação contemplou a sua caracterização, a definição de um plano de abordagem, o reforço ou desenvolvimento de medidas e o respetivo acompanhamento, com recurso a indicadores concretos.

Em particular no que concerne à gestão de riscos ESG, alinhada com a Estratégia de Descarbonização da CUF e do Grupo José de Mello, foi ainda realizado um exercício de identificação de riscos e oportunidades, à luz da *Task-force on Climate-Related Financial Disclosures*, do qual resultou a identificação de novos riscos climáticos, incluídos no dicionário de riscos e de novas oportunidades.

Durante o ano de 2024, estes riscos serão alvo de um maior desenvolvimento no âmbito do processo de gestão de riscos, nomeadamente através da definição de cenários climáticos e também de modelação financeira para reduzir e/ou mitigar alguns destes riscos e encarar outros como oportunidades.



01

02

03

04

05

06

07



Mais informação em
“Relatório Integrado CUF 2023”



Constituída recentemente, a WineStone não teve a oportunidade de desenvolver um plano formal para a Gestão de Risco até à data da conclusão do presente Relatório Integrado. Não obstante, os maiores pontos de vulnerabilidade do negócio encontram-se identificados, nomeadamente alterações ao consumo e a sua regulamentação, as alterações climáticas, dependências na cadeia de valor e a incerteza do contexto socioeconómico global.

No campo da Segurança Alimentar, foram elaborados os Planos de *Food Fraud e Food Defense* para a Ravasqueira Vinhos. O **Plano de Food Fraud** tem como objetivo identificar a possibilidade de ocorrências de adulteração deliberada e intencional nos produtos fornecidos (como adulteração organolética, substituição, rotulagem indevida, contrafação, etc.), bem como definir as respetivas medidas de controlo e mitigação. Este plano decorre de uma análise de risco, da qual resulta a identificação de potenciais atividades fraudulentas, considerando incidentes históricos de fraude, fatores económicos, facilidade de atividade fraudulenta, complexidade da cadeia de fornecimento, medidas de controlo implementadas e o nível de confiança no fornecedor.

O **Plano de Food Defense** consiste na avaliação de vulnerabilidade das instalações e procedimentos implementados à ocorrência de fraude, contaminações deliberadas e acessos indevidos. Este plano é fundamentado na realização de uma análise de risco que tem em conta a probabilidade de ocorrência de determinada situação desfavorável, a capacidade de implementar medidas preventivas e a reversibilidade ou não das situações. Para assegurar a melhoria contínua e a redução e/ou mitigação dos riscos identificados, ambos os planos devem ser revistos anualmente.



01

02

03

04

05

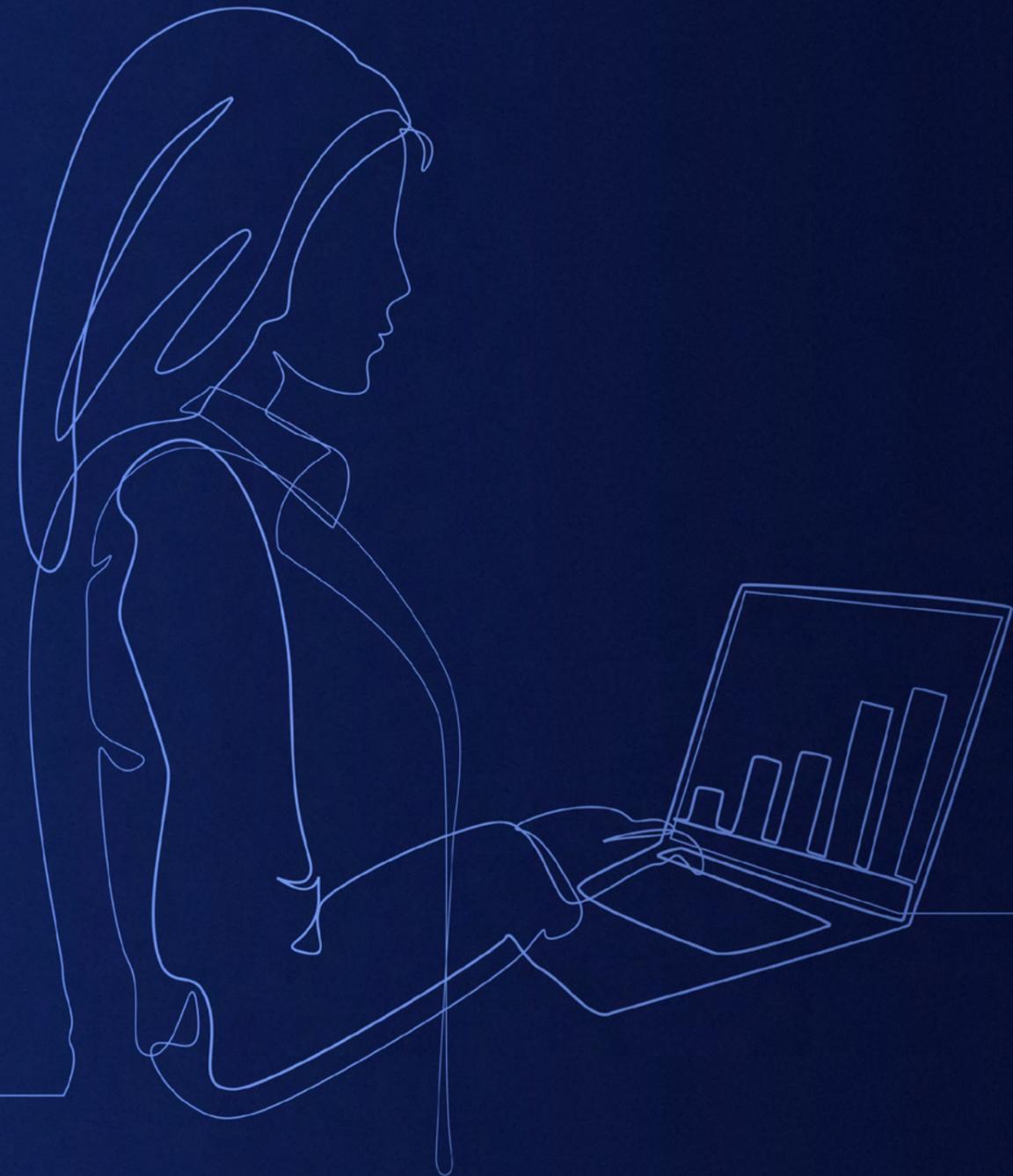
06

07

05

O nosso desempenho

5.1	Os nossos resultados financeiros	70
5.2	Atuamos na sociedade	78
5.3	Preservamos o planeta	86



01

02

03

04

05

06

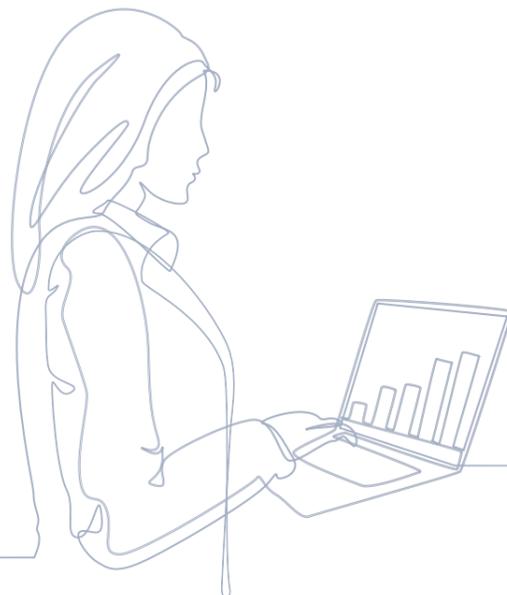
07



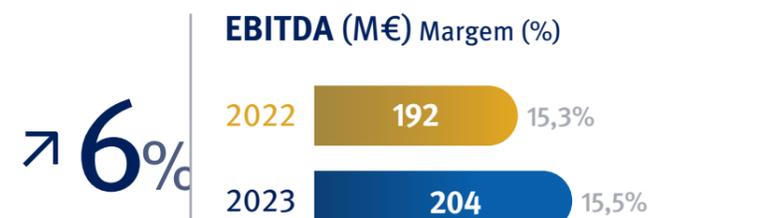
5.1

Os nossos resultados financeiros

GRI 201-1



Desempenho Financeiro



Nota: Indicadores consolidados

O ano de 2023 caracterizou-se pela manutenção de fatores adversos, como o aumento das taxas de juro de referência, a continuação da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o conflito entre Israel e o Hamas, que impactaram negativamente no mercado energético e na cadeia de distribuição de bens e serviços, provocando um aumento generalizado de preços, com especial incidência nos combustíveis, energia e matérias-primas.

A economia portuguesa, após um certo dinamismo no início do ano, estagnou e cresceu 0,8% no último trimestre de 2023, escapando à recessão técnica, tendo, contudo, garantido um crescimento do PIB de 2,2% para a totalidade do ano. A dívida pública reduziu (em termos absolutos em relação a 2022) e ficou, pela primeira vez em 14 anos, abaixo dos 100%. A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento. Apesar da tendência de diminuição nos últimos meses, em particular nos preços dos produtos alimentares, a taxa de inflação média anual foi de 5,2% em 2023.

Neste contexto, o Grupo José de Mello manteve, contudo, a sua trajetória de crescimento e alcançou resultados e indicadores muito positivos, alguns deles, mesmo, históricos.

Os **rendimentos operacionais** consolidados atingiram 1 319 milhões de euros, o que representa um crescimento de 5% face a 2022.

A evolução dos gastos operacionais acompanhou o crescimento de atividade das várias unidades de negócio, com um aumento de 5%, totalizando 1 115 milhões de euros.

Tendo por base a referida evolução dos rendimentos e dos **gastos operacionais**, o resultado operacional (EBITDA) aumentou 12 milhões de euros para os 204 milhões de euros, tendo a margem EBITDA registado um crescimento de 0,2pp para 15,5%.

01

02

03

04

05

06

07

A rubrica de **amortizações, imparidades e provisões**, líquida de reversões, totalizou 78 milhões de euros (+15% face a 2022), dando origem a um **EBIT** consolidado de 126 milhões de euros (crescimento de 1% face ao período homólogo).

Os **resultados financeiros** de 2023 foram negativos em 5 milhões de euros, diminuindo 1 milhão de euros face ao ano anterior, negativamente impactados pela subida das taxas de juro.

O resultado antes de imposto (**EBT** consolidado) não sofreu alteração entre os dois exercícios, sendo de 121 milhões de euros. Ainda assim, o **resultado líquido** situou-se nos 95 milhões de euros, apurado com base num imposto sobre o rendimento de 11 milhões de euros e em interesses sem controlo de 13 milhões de euros. O **resultado por ação** aumentou para 19,03 euros, como resultado do já referido crescimento da atividade.

Em dezembro de 2023 o **ativo** era de 2 471 milhões de euros, constituído essencialmente pelos ativos fixos tangíveis, pelo *goodwill*, pelos investimentos financeiros e por depósitos bancários, que representam, no seu conjunto, 80% dos ativos consolidados do Grupo.

Ao longo de 2023 o **investimento** superou os 168 milhões de euros, mais do que duplicando o investimento do ano anterior.

Apesar do aumento dos níveis de investimento, o Grupo manteve a sua trajetória de redução do seu passivo financeiro, reduzindo a **dívida líquida** consolidada em 197 milhões de euros, atingindo um valor de 721 milhões de euros.

Pela primeira vez o **capital próprio** ultrapassou os mil milhões de euros, um aumento de 77 milhões de euros face ao exercício anterior, para o qual contribuiu, apesar da distribuição de dividendos (sobre a forma de distribuição de resultados transitados) de 6,6 milhões de euros, o resultado líquido consolidado do exercício.

INDICADORES CONSOLIDADOS

(milhões de euros)	2022	2023	Varição
Proveitos Operacionais	1 255	1 319	5%
EBITDA	192	204	6%
Margem EBITDA, %	15,3%	15,5%	+ 0,2 P.P.
EBIT	125	126	1%
Margem EBIT, %	9,9%	9,6%	- 0,3 P.P.
Resultado Líquido	92	95	3%
Investimento	77	168	119%
Ativo Líquido	2 485	2 471	-1%
Capitais Próprios	969	1 045	8%
Dívida Líquida	917	721	-21%

CONTRIBUTO POR NEGÓCIO

(milhões de euros)	Consolidado		Bondalti		CUF		JMRS		WineStone		Outros ¹	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Proveitos Operacionais	1 255	1 319	609	523	636	756	7,7	8,5	N.A.	24	3	9
EBITDA	192	204	105	96	99	120	1,2	1,6	N.A.	3	-12	-16
Margem EBITDA, %	15,3%	15,5%	17,2%	18,3%	15,5%	15,9%	15,1%	18,5%	N.A.	11,1%	N.A.	N.A.
EBIT	125	126	80	69	58	73	-0,1	0,6	N.A.	2	-14	-18
Margem EBIT, %	9,9%	9,6%	13,2%	13,1%	9,1%	9,6%	-1,5%	7,6%	N.A.	10,2%	N.A.	N.A.
Resultado Líquido	92	95	52	51	35	38	-0,48	0,05	N.A.	2	18	17
Dívida Líquida	917	721	72	45	483 ²	503 ²	7	6	N.A.	6	355	160
Investimento	77	168	18	36	58	102	-	0,3	N.A.	29	1	2

¹ Inclui Sociedades Instrumentais (José de Mello Capital e José de Mello Investimentos), Pequenas Plataformas (M Dados, Lifthium e José de Mello Imobiliária) e anulação de transações intra-grupo

² CUF considera, no cálculo de rácios financeiros para efeitos do seu relatório de gestão, que a dívida financeira líquida é deduzida de instrumentos financeiros



Desempenho Operacional

A Bondalti alcançou em 2023 resultados muito positivos, em linha com 2022, num ano novamente marcado pela fiabilidade e segurança das operações.

Na Bondalti Chemicals o ano de 2023 ficou marcado por um aumento do volume de produção no segmento dos orgânicos e na generalidade do segmento dos inorgânicos, destacando-se a entrada em novos clientes e novos mercados e um aumento de quota de mercado em Espanha nos inorgânicos, contribuindo para a consolidação da atividade na Bondalti Cantábria. Os preços de venda tiveram uma correção face ao ano de 2022, embora tenha sido possível defender as margens através da gestão criteriosa dos custos de produção. Durante o ano deu-se início ao projeto de reconversão da electrólise de NaCl com impacto relevante no volume de investimento do ano.

A Bondalti Water Solutions registou em 2023 um volume de negócios similar ao ano anterior. De salientar que em resultado da atividade comercial desenvolvida, foi possível fechar o ano com uma carteira de encomendas muito robusta, que perspetiva um ano de 2024 de crescimento do volume de negócios e aumento das margens. O ano de 2023 foi também de consolidação do atual modelo de gestão, com a correspondente articulação das atividades operacionais e comerciais desenvolvidas nas diferentes geografias.

Produção de químicos industriais (mil t)

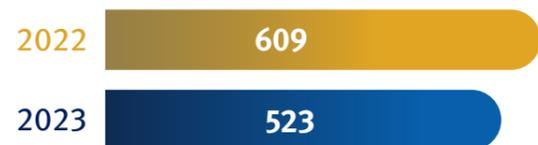
↗ 4%



Desempenho Financeiro

Proveitos Operacionais (M€)

↘ 14%



EBITDA (M€) Margem (%)

↘ 8%



Resultado Líquido (M€)

↘ 1%



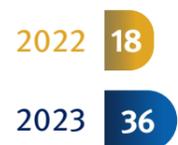
Dívida Líquida (M€)

↘ 38%



Investimento (M€)

↗ 97%



O desempenho financeiro registado pela Bondalti em 2022 tinha atingido recordes históricos, sendo já expectável uma variação do mesmo no exercício de 2023. Apesar da redução verificada, os resultados são, ainda assim, muito positivos quando comparados com os valores históricos da Bondalti.

Os **proveitos operacionais** foram de **523 milhões de euros**, o que representa uma redução de 14% face a 2022.

O **EBITDA** alcançou um valor de **96 milhões de euros**, inferior em 8% ao valor registado em 2022, com uma margem EBITDA de 18,3%.

O **resultado líquido** foi de **51 milhões de euros**, com uma deterioração de 1 milhão face a 2022.

Durante 2023, a Bondalti investiu **36 milhões de euros**, e em paralelo reduziu a **dívida líquida** em 28 milhões de euros, atingindo um valor de **45 milhões de euros**.



Mais informação em "Relatório Integrado Bondalti 2023"

01

02

03

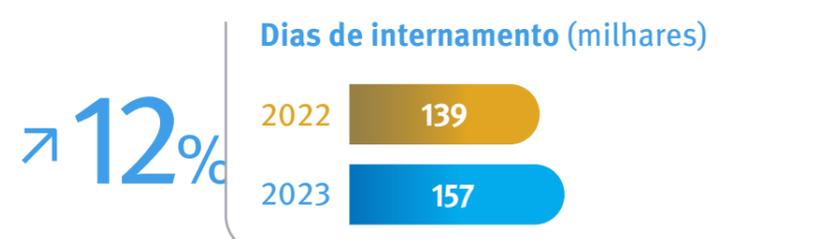
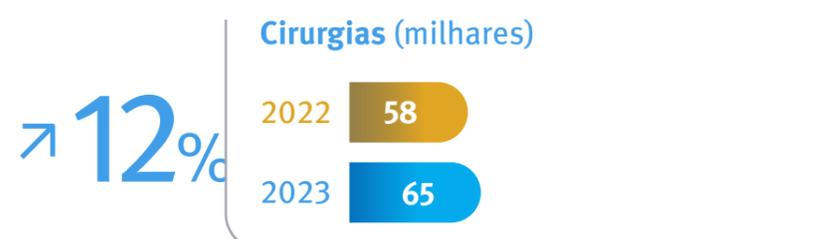
04

05

06

07

Desempenho Operacional

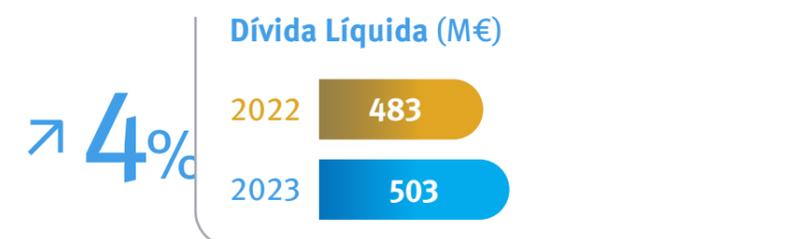
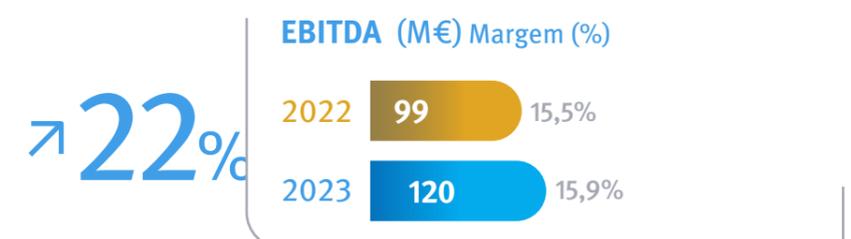


No exercício de 2023, a CUF manteve o crescimento sustentado da sua atividade assistencial, tendo-se verificado uma evolução positiva nestes indicadores face aos períodos homólogos, o que demonstra a confiança da população na rede CUF.

Destacam-se as consultas, dias de internamento e cirurgias, com aumentos superiores a 12% face a 2022. Os serviços de urgências e partos aumentaram 10,5% e 7,2%, respetivamente, quando comparados com valores do ano anterior.

Adicionalmente, destaca-se a abertura das novas unidades Clínica CUF Leiria em janeiro, Clínica CUF Medicina Dentária de Santarém e CUF Montijo em fevereiro, e Hospital CUF Açores em março.

Desempenho Financeiro



Em 2023, a CUF registou resultados muito positivos.

A CUF alcançou **756 milhões de euros de proveitos operacionais**, o que representa um crescimento de 19% face a 2022, e atingiu um **EBITDA de 120 milhões**, com crescimento de 22% face ao valor registado em 2022. A margem EBITDA foi de 15,9%, com um aumento de 0,4p.p. relativamente ao período homólogo.

O **resultado líquido** foi de **38 milhões de euros**, superior em 3 milhões de euros ao valor observado no ano anterior.

O **investimento** realizado em 2023 foi de **102 milhões de euros**, relativamente superior ao observado no período homólogo. Em linha com o elevado nível de investimento, verificou-se um **aumento da dívida líquida** em 20 milhões de euros para **503 milhões**, com uma melhoria dos rácios financeiros devido ao aumento dos níveis de atividade e melhoria do desempenho financeiro.

Mais informação em "Relatório Integrado CUF 2023"

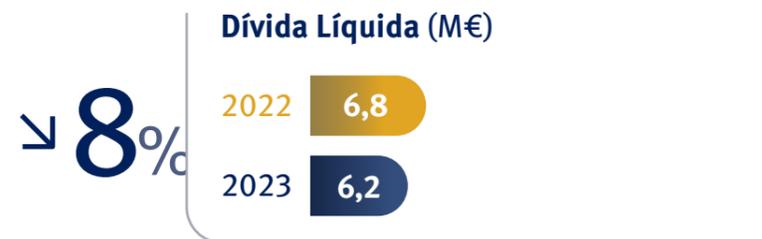
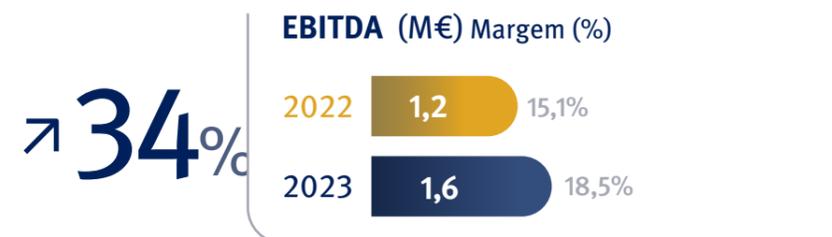


Desempenho Operacional

O ano de 2023 na José de Mello Residências e Serviços foi marcado por níveis históricos de ocupação, com uma taxa de ocupação média de 96%, um crescimento de 8p.p face a 2022.



Desempenho Financeiro

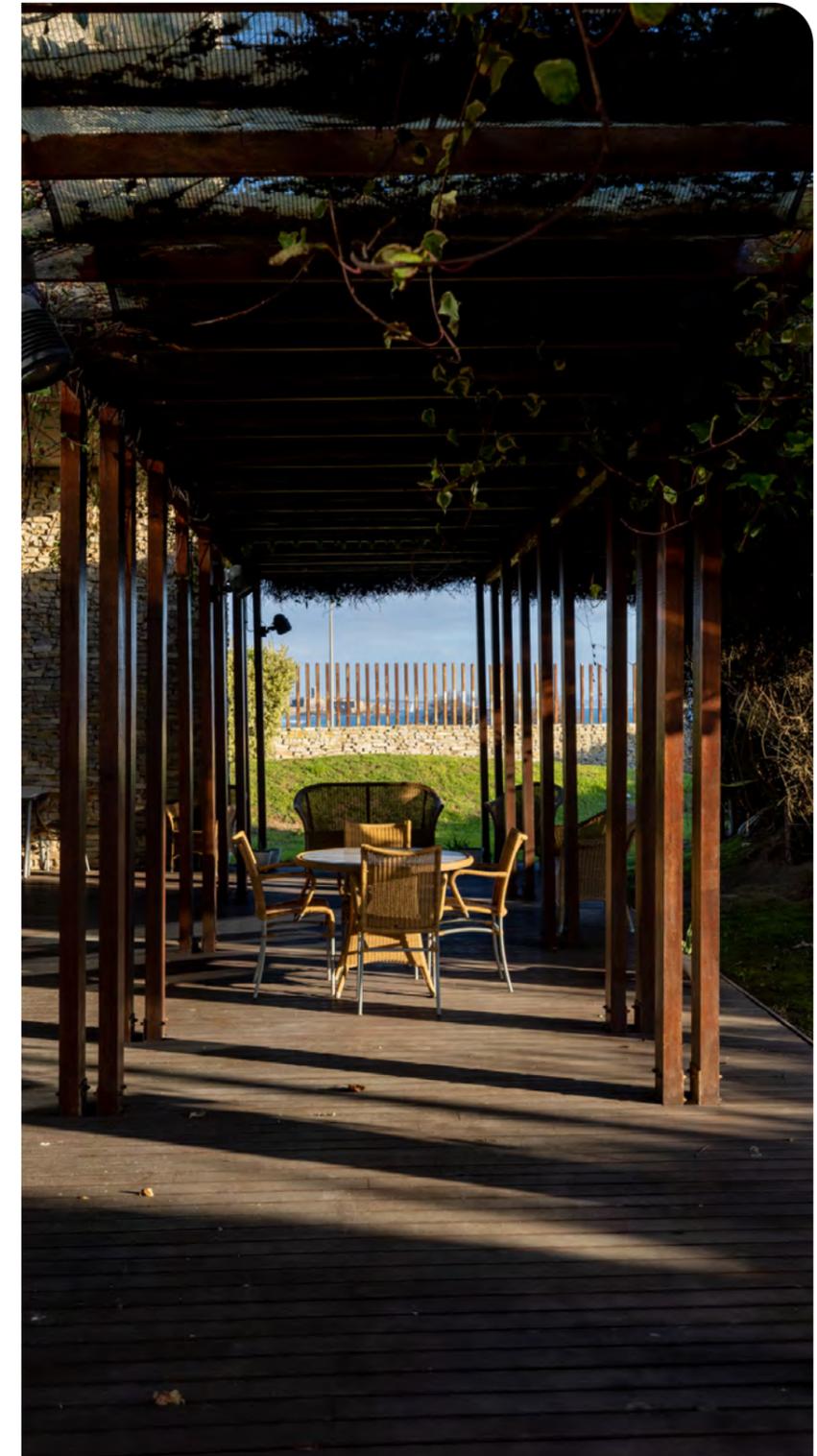


Em 2023, os proveitos operacionais foram de **8,5 milhões de euros**, o que representa um aumento de 9% face ao período homólogo.

O **EBITDA** verificou um crescimento de 34% face a 2022, atingindo um valor de **1,6 milhões de euros**, mantendo-se a pressão sentida nos custos da operação.

O **resultado líquido** foi positivo, tendo alcançado **53 mil euros**, com um aumento de 528 mil euros face a 2022.

Em 2023, registou-se uma redução da **dívida líquida** em 1 milhão de euros, para **6 milhões de euros**.



01

02

03

04

05

06

07



Desempenho Operacional

Para a WineStone o primeiro trimestre de 2023 foi marcado pela organização do WineStone Group e incorporação da Ravasqueira Vinhos na José de Mello.

Como seguimento da estratégia de crescimento definida, concretizou-se a aquisição da Quinta do Côtto e Paço de Teixeira em setembro e Quinta do Retiro Novo e marcas Weise e Krohn em outubro.

No final de 2023, a WineStone tinha 105 hectares de vinha e processou 1,6 mil toneladas de uva.

Uva (ton)



Área de Vinha (ha)



Desempenho Financeiro

Proveitos Operacionais (M€)



EBITDA (M€) Margem (%)



Resultado Líquido (M€)



Dívida Líquida (M€)



Investimento (M€)



Em 2023 a WineStone regista atividade essencialmente relativa ao exercício da Ravasqueira, e ainda residual nas restantes quintas, com **proveitos operacionais de 24 milhões de euros**.

A WineStone alcançou um **EBITDA de 2,7 milhões de euros**, com uma margem de 11,1% e um **resultado líquido de 1,67 milhões de euros**.

Em 2023, foi realizado um **investimento de 29 milhões de euros**, um valor que maioritariamente inclui a incorporação da Ravasqueira na José de Mello Capital. A **dívida líquida atingiu 6 milhões de euros**.



Nota: Indicadores de 2022 referem-se à sociedade Ravasqueira Vinhos. WineStone incluída pela 1ª vez no perímetro da José de Mello em 2023

Situação económica e financeira individual

Os investimentos financeiros da Sociedade apresentam, no final de 2023, um total de 601 milhões de euros (623 milhões de euros, em 2022), refletindo, sobretudo, o efeito da mensuração das participações financeiras detidas pelo método de equivalência patrimonial.

O total do ativo, no montante de 1 267 milhões de euros reflete uma redução de cerca de 18 milhões de euros face ao ano anterior, justificada, pelo reconhecimento de uma perda por imparidade sobre o total do crédito que resultou da conversão dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis da MGI (73 milhões de euros) em exercícios anteriores e pela diminuição dos investimentos financeiros, em resultado das reservas e lucros distribuídos pelas participadas, parcialmente compensados pelas variações positivas da aplicação do método de equivalência patrimonial e reforço de suprimentos e prestações acessórias realizados. A redução do passivo, de 319 milhões de euros para 223 milhões de euros, decorre, essencialmente, da redução dos empréstimos obtidos, assim como da reversão de provisão constituída em exercícios anteriores, substituída pela perda por imparidade já referida.

O capital próprio totaliza 1 044 milhões de euros e o seu aumento face ao exercício anterior (967 milhões de euros, em 2022) decorre, essencialmente, do resultado apurado no exercício e dos ajustamentos de partes de capital resultantes da valorização das suas participadas. Contribui, também, para esta variação o pagamento de dividendos aos Acionistas no montante de 6,6 milhões de euros.

Os custos do exercício totalizam 104 milhões de euros, dos quais se destacam 73 milhões de euros de perdas por imparidade, 15 milhões de euros de gastos com o pessoal, 6,4 milhões de euros de gastos de financiamento, 4,4 milhões de euros de outros gastos e perdas (que incluem 3,7 milhões de euros de cobertura de prejuízos em participada) e 4,3

milhões de euros de fornecimentos e serviços externos. Os rendimentos ascendem a 200 milhões de euros e são provenientes, essencialmente, de ganhos imputados a empresas do Grupo resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras, no montante de 102 milhões de euros e de reversão de provisões e perdas por imparidade, no valor global de 75 milhões de euros. O total dos serviços prestados ascende a 3,5 milhões de euros.

Do exposto, o exercício encerrou com um resultado positivo no montante de 95,9 milhões de euros.

Considera-se que a Sociedade dispõe de recursos adequados para dar continuidade à sua atividade de prestação de serviços e cumprir integralmente com as suas obrigações, apesar do contexto de incerteza a nível mundial.

Em cumprimento do disposto na legislação em vigor, declara-se que, à data do balanço, não existem dívidas em mora à Segurança Social, nem existem dívidas ao Sector Público Estatal cujo pagamento esteja em mora.

Declaração de conformidade

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração submete à apreciação dos acionistas o Relatório Integrado referente ao exercício de 2023, na firme convicção de que, tanto quanto é do seu conhecimento, i) a informação nele contida foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da José de Mello e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação; ii) expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da José de Mello e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e iii) contém uma descrição dos principais riscos com que a José de Mello se defronta na sua atividade.

TAXONOMIA DA UNIÃO EUROPEIA

A Taxonomia da União Europeia (UE) funciona como um sistema de classificação de atividades ambientalmente sustentáveis, através de um conjunto de critérios técnicos estabelecidos pelos Atos Delegados, que traduzem os objetivos climáticos e ambientais da UE. São definidas atividades que podem contribuir substancialmente para seis objetivos ambientais – Mitigação das alterações climáticas, Adaptação às alterações climáticas, Proteção sustentável dos recursos aquáticos e marinhos, Transição para a economia circular, Prevenção e controlo da poluição e Proteção e restauração de biodiversidade e ecossistemas.

Com a implementação deste regulamento, recaem sobre as empresas abrangidas novas obrigações de reporte de indicadores financeiros: proporção de volume de negócios, proporção de despesas de capital e proporção de despesas operacionais das atividades alinhadas pela Taxonomia. Para definir uma atividade como alinhada pela Taxonomia, esta deve contribuir substancialmente para um dos seis objetivos ambientais definidos, não prejudicar significativamente nenhum dos outros cinco e ser exercida em conformidade com as salvaguardas mínimas sociais.

Apesar da José de Mello não estar, atualmente, abrangida pelo regulamento da Taxonomia, é do interesse do Grupo aferir antecipadamente a aplicação da Taxonomia na totalidade das suas participadas através de uma análise de elegibilidade e alinhamento das suas atividades.

01

02

03

04

05

06

07

Perspetivas 2024

Após um crescimento de 2,2% em 2023, a economia portuguesa continuará a apresentar um crescimento baseado no investimento e nas exportações, convergindo com a área do euro, embora exista uma amplitude relevante entre as perspetivas económicas das diferentes instituições. Em média projeta-se um abrandamento do crescimento para 1,4% em 2024, e um crescimento de 1,9% em 2025.

Os riscos em baixa para a evolução da atividade advêm de um abrandamento mais pronunciado na China e no comércio internacional, de um impacto mais adverso do que o incorporado nas projeções das atuais condições financeiras e de um reforço da restritividade da política monetária. Para a inflação, os riscos de novos choques sobre os preços das matérias-primas ou de uma maior persistência das pressões internas serão contrabalançados pela materialização dos riscos em baixa sobre a atividade económica.

Ainda assim, apesar da incerteza associada às cadeias de abastecimento, preços de compra e custos logísticos, o Grupo José de Mello irá continuar a monitorizar os desenvolvimentos e os impactos na sua cadeia de valor, não sendo expectáveis impactos significativos na sua *performance* financeira.

Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício de 2023 foi de 95 936 226,26 euros, propondo-se a sua aplicação em Resultados Transitados.

Lisboa, 9 de maio de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vasco Maria Guimarães José de Mello

Presidente

João Pedro Stilwell Rocha e Melo

Pedro Maria Guimarães José de Mello

Vice-Presidente

Luís Eduardo Brito Freixial de Goes

Salvador Maria Guimarães José de Mello

Vice-Presidente

Maria Amélia Guimarães José de Mello Bleck

António Mota de Sousa Horta Osório

Maria Isabel Torres Baptista Parreira Jonet

Gonçalo Maria Guimarães José de Mello

Pablo Arturo Forero Calderon

João Maria Guimarães José de Mello

Raúl Catarino Galamba de Oliveira

João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho

Rui Alexandre Pires Diniz

01

02

03

04

05

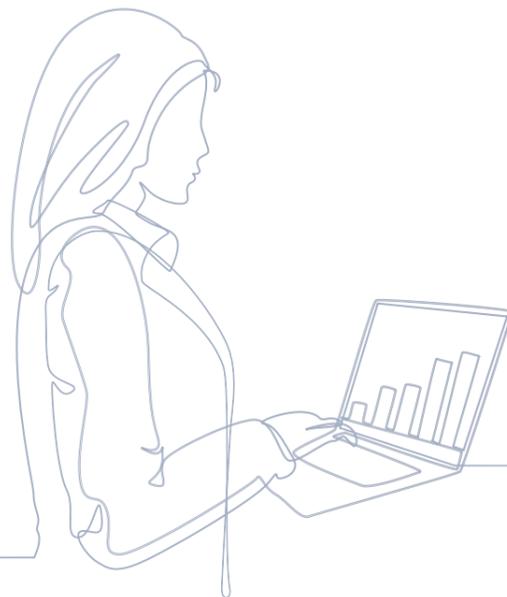
06

07

5.2

Atuamos
na sociedade

GRI 3-3



O Grupo José de Mello sempre atribuiu, desde a sua fundação, grande importância ao seu envolvimento com a Sociedade, implementando iniciativas que foram moldando a sua cultura e Valores ao longo do tempo.

Ao adotar esta abordagem na sua estratégia de sustentabilidade, o Grupo reafirma o seu papel enquanto agente de mudança positiva e procura soluções inovadoras para os desafios sociais e ambientais enfrentados pelas comunidades locais e globais, de forma contínua.

Em 2022, este compromisso foi reforçado pela José de Mello, tendo sido destacado como um tema material durante o processo de auscultação aos *stakeholders* para a elaboração da Agenda de Sustentabilidade, e posteriormente integrado no respetivo Roteiro de Sustentabilidade.

Durante o ano de 2023, a José de Mello promoveu uma reflexão profunda sobre o seu impacto na comunidade, resultando na aprovação da sua Estratégia de Investimento de Impacto. Com esta Estratégia, a José de Mello compromete-se a contribuir de forma significativa para a transformação de Portugal, através da sua atuação nas áreas da Educação e Empreendedorismo.

Esta Estratégia identifica 4 pilares e 10 temas de atuação, que abrangem 13 objetivos e mais de 50 ações nas quais a empresa se irá focar a partir de 2024.

Durante o ano de 2023, para além das iniciativas de Responsabilidade Social Interna até agora existentes no Grupo, como a Árvore do Apadrinhamento, o Programa Ser Solidário e o Programa de Voluntariado, também foi possível aos colaboradores da José de Mello apoiar organizações sociais escolhidas por si, através da utilização da aplicação Passo-a-Passo, que mede a atividade física diária e converte o movimento em euros.

Destaque ainda para a participação de 114 voluntários, entre colaboradores e familiares de colaboradores, na Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023, que decorreu de 1 a 6 de agosto, em Lisboa.

TESTEMUNHO



“

Viver a Jornada Mundial da Juventude enquanto team leader da equipa José de Mello, foi extraordinário! O objetivo era dar o meu tempo, mas acabei por receber infinitamente mais. Poder acompanhar cada uma das nossas voluntárias e integrar a equipa que acolheu mais de 1500 peregrinos com deficiência, foi verdadeiramente transformador. Graças à iniciativa da José de Mello, há um “antes” e um “depois” das JMJ!”

**Mafalda Alegria**Técnica de Pessoas e Gestão de Talento
José de Mello

01

02

03

04

05

06

07



Financiamento de projetos inovadores com potencial transformador

Impacto financeiro em situações de fragilidade social, conforme solicitado

Apoio a jovens empreendedores

Neste ano, foram distribuídos diversos donativos decorrentes de Emergência Social, destacando-se destes o apoio à Academia do Johnson, que promove a educação e os valores de cidadania na prevenção de situações de risco de crianças e jovens que vivem nos bairros do concelho da Amadora. Em 2023, o apoio dado pela José de Mello foi apenas monetário, mas antecipa-se que este venha a adquirir também um formato de mentoria, da responsabilidade dos colaboradores da equipa da José de Mello.



TESTEMUNHO



“

Sempre achei admirável a história da relação da CUF com os seus trabalhadores e comunidade. Em 2023, quando entrei na José de Mello, foi-me dada a oportunidade de estruturar a Estratégia de Investimento de Impacto da empresa. Reconhecendo o legado histórico do Grupo, estou muito satisfeita com o resultado do nosso trabalho, realizado em colaboração com várias direções da empresa, e que reflete o sério compromisso da Administração da José de Mello com este tema.”



Ana Lopes
Diretora Adjunta de Inovação e Sustentabilidade
José de Mello

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



No total, a José de Mello contribuiu com cerca de **315 mil €** de donativos para organizações sociais em 2023.



O Programa de Voluntariado tem como propósito fortalecer os laços comunitários promovendo a ação voluntária e crescimento pessoal e profissional dos participantes. Cada instituição parceira possui um Gestor de Voluntários dedicado, responsável por coordenar a participação dos voluntários e a comunicação com a Comissão Coordenadora, que inclui representantes do Grupo. No final de cada ano letivo, é realizada uma avaliação do programa por meio de um inquérito aos colaboradores e instituições.

A José de Mello conta ainda com uma bolsa de voluntariado disponível para a realização de ações pontuais.

343 voluntários

18 instituições parceiras



Programa que prevê o apoio, por parte dos colaboradores, a instituições de solidariedade social. Cada colaborador tem a opção de contribuir voluntariamente com um valor mínimo de 1 euro, descontado mensalmente do seu salário. No final do ano, cada empresa do Grupo contribui com uma quantia complementar. As instituições que serão beneficiadas com as doações são escolhidas pelos colaboradores por votação.

3 instituições apoiadas

15.000€ doados



Projeto inovador de duplo impacto: promover a saúde e o bem-estar dos colaboradores e contribuir para a concretização de projetos e iniciativas com impacto social em diferentes áreas de atuação. Andar, correr, subir e descer escadas ou pedalar, o movimento dos colaboradores José de Mello conta como donativo a organizações sociais.

9 instituições apoiadas

12.000€ doados

01

02

03

04

05

06

07



Tendo como objetivo operar uma transformação no impacto da empresa no mundo que a rodeia, a Bondalti pretende passar progressivamente de um modelo de filantropia para uma dinâmica de investimento social. Durante 2023 foi definida a **Estratégia de Responsabilidade Corporativa da Bondalti 2030 - Programa Together Matters**, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas. A sua implementação terá início em 2024, compreendendo objetivos de médio prazo e programas anuais para identificar os parceiros estratégicos, bem como as melhores oportunidades para gerar um impacto positivo na sociedade e no planeta.



01

02

03

04

05

06

07

Em 2023, a Bondalti realizou um investimento de 2,3 M€ no âmbito das ações do seu programa de Responsabilidade Social, ainda em vigor.

Pacto para mais e melhores empregos para os jovens

A Bondalti é uma das empresas signatárias do “Pacto para mais e melhores empregos para os jovens”, iniciativa da Fundação José Neves (FJN), com o Alto Patrocínio do Presidente da República, cujo objetivo é unir esforços, públicos e privados, para a promoção e melhoria das condições do emprego jovem, alinhadas com as expectativas individuais e nacionais. O “Pacto” envolve, além da Bondalti e outras empresas do Grupo José de Mello, várias organizações empresariais e entidades públicas, tais como o Conselho Nacional da Juventude, o Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Observatório do Emprego Jovem.



Bolsas de Estudo Bondalti e Fundação Amélia de Mello

A Bondalti e a Fundação Amélia de Mello atribuíram Bolsas de Estudo – criadas em 2018 – a nove estudantes do Instituto Superior Técnico, em 2023: cinco alunos de diferentes cursos viram a sua bolsa renovada e registaram-se quatro novas atribuições.



Mais informação em “Relatório Integrado Bondalti 2023”

TESTEMUNHO



Desde 2019 que estamos a fornecer diariamente água potável produzida nos nossos sistemas de osmose inversa à Escola do Bairro do Sossego, Kilamba em Angola. Mais de 600 crianças usufruem de água de qualidade com impacto positivo na sua saúde, assiduidade e desempenho escolar. Asseguramos o transporte da água para a Escola e toda a manutenção do sistema de fornecimento. Estamos, assim, totalmente inseridos na comunidade ao nosso redor.”



Mário Freire
Administrador Executivo
Bondalti Water Solutions

01

02

03

04

05

06

07





A CUF trabalha ativamente para se estabelecer como uma entidade próxima das comunidades dos territórios onde está inserida. Para isso, estabelece relações de parceria e cooperação com entidades locais e promove iniciativas, que visam promover o bem comum e o desenvolvimento sustentável das comunidades, levando em consideração as suas preocupações e necessidades. Neste âmbito, entre outros, a CUF integra Conselhos Locais de Ação Social, investe na comunidade, promove ações de literacia em saúde, impulsiona o emprego inclusivo, promove a capacitação em gestão e mentoria e realiza ações de voluntariado corporativo. Durante o ano de 2023, foram disponibilizadas mais de 7700 horas, em horário de trabalho, a mais de 230 voluntários, em diversas iniciativas de voluntariado corporativo, tendo sido organizadas 4 ações pela CUF.



477 mil €
em donativos



38,4 mil
bens doados a instituições



+ de 7745
horas de voluntariado



42
instituições apoiadas com
doação de bens



+ de 230
voluntários



482 mil €
investidos em medidas de
Responsabilidade Social
Interna

Em 2023, concentrada em gerar impactos sociais positivos, a CUF fortaleceu a sua atuação junto das comunidades locais, nomeadamente, através de um reforço na aposta na formação e capacitação em saúde, tanto para os colaboradores quanto para os beneficiários de entidades da economia social, num total de mais de 41.000 horas de formação gratuita, para mais de 400 formandos.

Programa de Formação para Cuidadores Profissionais

Em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian, a CUF lançou um programa de formação gratuito para Cuidadores Profissionais de IPSS e desempregados, focado no apoio familiar e comunitário, visando capacitar profissionais. Este curso certificado, ministrado pela CUF Academic Center e pela **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)**, tem como metas aprimorar a qualidade dos serviços das IPSS, promover o bem-estar biopsicossocial dos assistidos, valorizar a profissão e aumentar a empregabilidade.

+ de 960 | horas de formação presencial

InPulsar

Em 2023, a CUF consolidou a sua parceria com a InPulsar, uma instituição de Leiria, que atua em regiões económica e socialmente desafiadoras, concentrando-se no apoio a crianças, jovens, famílias e integração comunitária. Esta parceria inclui a doação de bens clínicos para ações de saúde preventiva e a realização de formações de capacitação para a equipa técnica da InPulsar, tendo sido doados mais de 1000 bens clínicos e não clínicos em 2023. Além disso, a empresa foi reconhecida pela qualidade do seu envolvimento comunitário, recebendo prémios de sustentabilidade em 2023.

01

02

03

04

05

06

07



Mais informação em
"Relatório Integrado CUF 2023"



Em 2023, a WineStone iniciou formalmente o seu trabalho de gestão do envolvimento com a sociedade, partindo dos resultados do processo de apuramento da materialidade da empresa. O trabalho desenvolvido em 2023 centrou-se, em termos de geografia, à região do Alentejo.

A WineStone está, portanto, comprometida em gerar valor para a sociedade, especialmente nas comunidades onde está inserida. Acreditando que o envolvimento com a sociedade é essencial para o desenvolvimento de um negócio sustentável, a sua abordagem é centrada em temas como:



Empregabilidade e economia local



Educação para identificação e captação de talento



Educação para consumo responsável



Empreendedorismo social



Envolvimento dos colaboradores

De forma estratégica, e para que as iniciativas sejam efetivamente significativas e eficazes, a empresa estabeleceu o seu âmbito de intervenção em áreas como educação, turismo, viticultura e enologia e inovação, consoante as realidades e geografias em que opera, e desenvolveu uma Agenda e Roteiro de Sustentabilidade para 2024 e anos seguintes. Os objetivos, compromissos, ações, metas e iniciativas estabelecidos serão avaliadas regularmente, por forma a garantir a maximização dos seus impactos positivos.



Procurando criar um impacto positivo tangível nas comunidades onde opera, a WineStone deu início à implementação de um conjunto de iniciativas concretas.

Celebração de um protocolo de colaboração com o Agrupamento de Escolas de Arraiolos em parceria com a Fundação Amélia de Mello, que envolve bolsas e estágios

Promoção do Empreendedorismo Social através do Impact Journey, operacionalizado pela Casa do Impacto, em colaboração com a Fundação Amélia de Mello

Participação em iniciativas transversais do Grupo José de Mello, como o **Programa de Voluntariado, Ser Solidário e Natal Solidário**

01

02

03

04

05

06

07





A José de Mello Residências e Serviços, enquanto estrutura residencial para pessoas idosas, desempenha um papel fundamental na sociedade. Oferece serviços de alojamento e de apoio a um dos grupos mais vulneráveis. Pela sua natureza, não só atende às necessidades de apoio nas atividades da vida diária das pessoas idosas, mas também contribui para o bem-estar geral da comunidade, promovendo a inclusão e a qualidade de vida.

Através deste compromisso, a empresa presta um serviço essencial, com um impacto positivo significativo na sociedade, ajudando a fortalecer os laços comunitários e a promover uma cultura de respeito e cuidado para com os idosos.

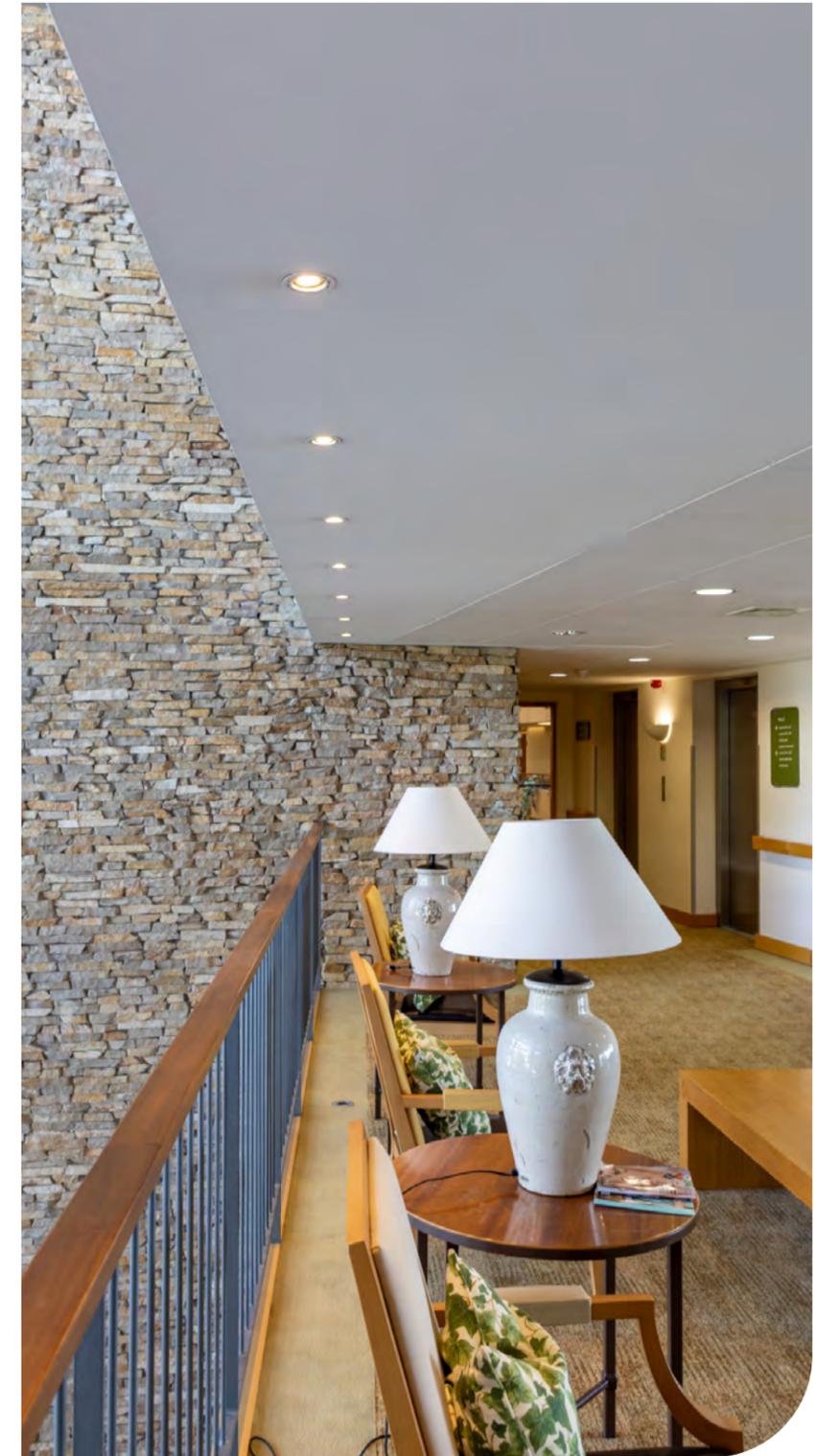


Para além disso, a José de Mello Residências e Serviços atua também em diversas frentes:

Parcerias no campo cultural e de lazer para **promover o contacto e a aprendizagem intergeracional**, reiniciando iniciativas conjuntas com escolas e instituições locais após a normalização das atividades pós-pandemia

Além da sua atividade principal, a empresa incentiva a participação dos colaboradores em iniciativas do Grupo, como a **Árvore do Apadrinhamento e o Programa de Voluntariado**

Além destas, dispõe de uma parceria com a Refood, onde entrega refeições não utilizadas, quando sobram, e marca regularmente presença em painéis de debate sobre temas sociais, nomeadamente os que são realizados pelo Centro Nacional de Refugiados ou neste ano de 2023, a conferência "Perspetivas e oportunidades para o sector sénior em Portugal" organizada pelo AESE Business School em colaboração com a Universidade Católica Portuguesa.



01

02

03

04

05

06

07

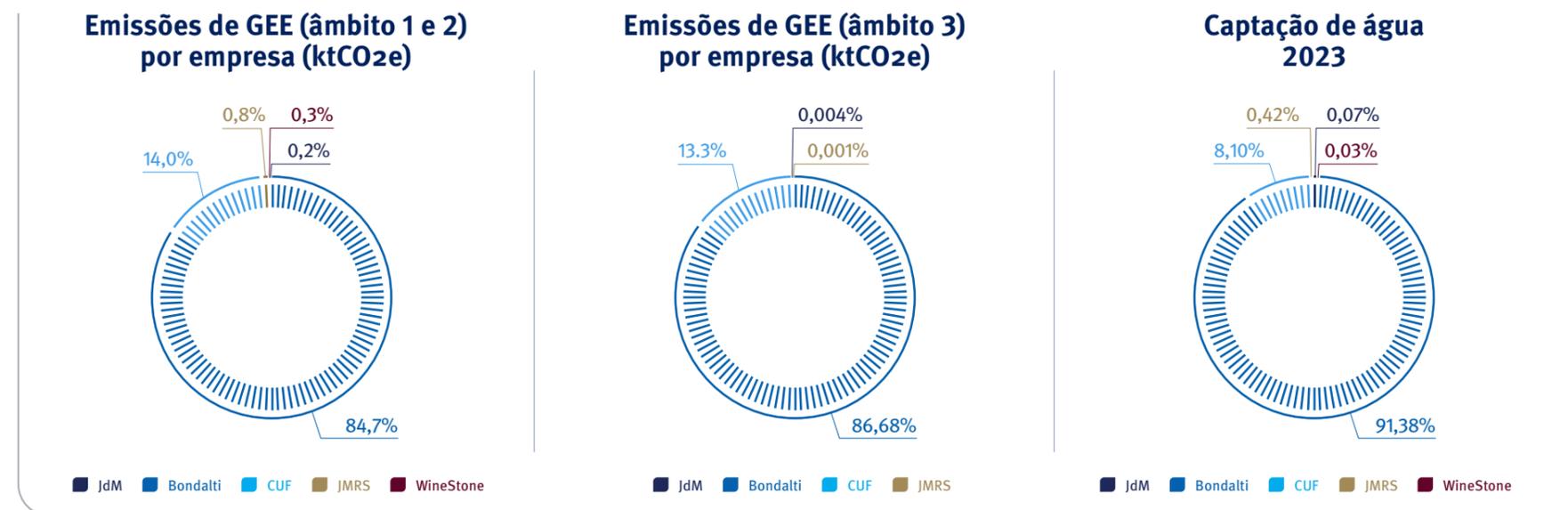
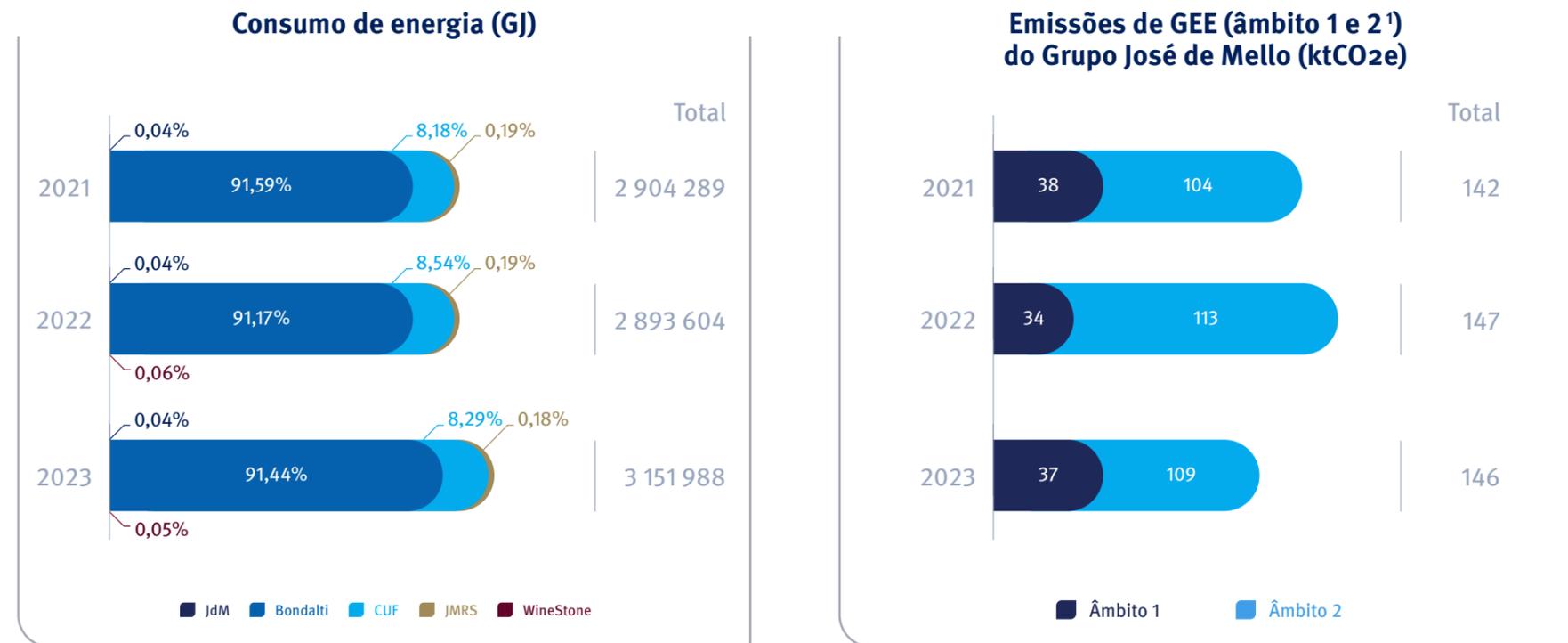
5.3

Preservamos o planeta

GRI 3-3, GRI 302-1, GRI 303-3, GRI 305-1, GRI 305-2



O Grupo José de Mello procura ativamente promover a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável de forma holística em todas as suas operações, mantendo o sucesso, crescimento e resiliência financeira do seu negócio, sem descuidar o seu impacto ambiental.



¹ Location-based

01

02

03

04

05

06

07



Os principais impactos ambientais associados à atividade da José de Mello decorrem do consumo de combustíveis não renováveis na frota automóvel e de energia não renovável no *mix* de eletricidade consumida no edifício sede, pelo que as alterações climáticas são um tema material para a empresa.

Como tal, a José de Mello iniciou, em 2023, o processo de estruturação do seu Plano de Transição Climática, identificando os respetivos eixos de atuação, instrumentos e ações para reduzir o seu impacto no clima, tendo por base o exercício de cálculo da Pegada de Carbono, e uma avaliação de riscos e oportunidades climáticos, incluindo os impactos financeiros associados:

Risco	Tipo	Potencial Impacto Financeiro
Desvalorização de ativos	Regulamentação atual e emergente	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de receitas • Queda nos valores ou na vida útil dos ativos, levando a depreciações ou à perda de valor dos ativos • Dificuldade no acesso a crédito • Menores rendimentos dos seus investimentos
Eventos climáticos extremos	Físico agudo	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos prémios de seguro • Queda nas receitas das participadas, devido à diminuição da sua capacidade operacional • Aumento dos custos associados à aquisição de consumíveis e materiais (José de Mello e participadas) • Aumento dos custos associados à aquisição de água ou energia (José de Mello e participadas)
Não conformidade legal	Regulamentação atual e emergente	<ul style="list-style-type: none"> • Restrições no acesso a capital devido ao não alinhamento da atividade com os critérios estabelecidos pela Taxonomia • Restrições no acesso a capital devido a uma reputação negativa
Reputação negativa	Reputacional	<ul style="list-style-type: none"> • Redução nas receitas devido à redução da procura de produtos e serviços
Preço do carbono	Regulamentação atual e emergente	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos custos associados à aquisição de consumíveis e materiais (José de Mello e participadas) • Aumento dos custos operacionais (participadas)

Risco	Tipo	Potencial Impacto Financeiro
Investimento em fontes renováveis de energia	Fontes de energia	<ul style="list-style-type: none"> • Maior acesso a capital, no contexto da Taxonomia • Redução dos custos operacionais devido a um menor preço da energia
Novos produtos e serviços	Produtos e serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das receitas devido ao maior aumento da procura • Aumento das receitas pelo acesso a novos mercados e consumidores
Financiamento verde	Mercados	<ul style="list-style-type: none"> • Maior acesso a capital
Antecipação da estratégia de neutralidade carbónica	Resiliência	<ul style="list-style-type: none"> • Maior acesso a capital público e privado • Aumento das receitas devido ao aumento na procura • Redução dos custos operacionais

Da análise realizada em 2023, é possível antecipar a importância da implementação de medidas de redução do consumo de eletricidade no edifício sede da José de Mello, nomeadamente as que já estão em curso, como a substituição dos equipamentos de ar condicionado e caixilharias. Por outro lado, será igualmente relevante dar continuidade à transição progressiva da frota automóvel. Neste momento, a grelha de viaturas propostas aos colaboradores da José de Mello já integra apenas veículos híbridos e elétricos.



01

02

03

04

05

06

07





Dando continuidade ao seu Programa de Transição Climática, que tem como grande objetivo reduzir substancialmente a pegada carbónica das suas operações até 2030 (50% ao nível das emissões diretas (âmbito 1) e 100% ao nível das emissões indiretas (âmbito 2). A Bondalti alcançou uma redução de 23% face a 2020, das suas emissões carbónicas (âmbito 1 e 2) ao nível dos químicos por tonelada produtiva face a 2022. Ao nível da pegada carbónica global (incluindo âmbito 3), a Bondalti Chemicals atingiu uma redução de 6% em relação à média do triénio representando uma redução de 7% por tonelada de produto produzido. Neste contexto, destaca-se a aposta intensiva no desenvolvimento do projeto de hidrogénio verde, que permite descarbonizar o processo produtivo de anilina – um dos produtos comercializados pela Bondalti – assim como criar impacto ambiental positivo para a sociedade em geral, através da injeção na rede de gás.

Adicionalmente, foram desenvolvidas novas soluções e práticas mais sustentáveis e dada continuidade à implementação das já iniciadas. Entre elas, destacam-se o Projeto de Reconversão Tecnológica, que visou a substituição de aparelhos antigos (eletrolisadores) por equipamentos mais avançados e com consumos inferiores, a instalação de uma nova caldeira elétrica, para substituição do gás pela eletricidade na produção de vapor e, assim, reduzir significativamente as emissões produzidas neste processo, o cálculo da pegada de carbono de produto na Bondalti Chemicals, entre muitas outras ações.

Ao nível da gestão dos recursos hídricos, um tema extremamente importante para a Bondalti, atendendo ao seu processo produtivo, foi a definição de uma estratégia de uso eficiente, centrada na circularidade da água no sistema industrial. Esta estratégia permitiu reutilizar 23% da água captada. No âmbito desta medida, os efluentes com origem no funcionamento de

arrefecimento são reincorporados noutros processos, e no caso dos sistemas que, em vez de consumirem, produzem água, esta é purificada para voltar a ser utilizada, por exemplo, para a produção de vapor.

Tal como no ano anterior, em 2023 o consumo de água foi diretamente proporcional à sua produção. Em termos de gestão das águas residuais, todas as unidades de negócio reencaminham os seus efluentes para estações de tratamento.

Além destas, destacam-se outras conquistas e contributos da Bondalti para a redução do seu impacto ambiental e para a promoção da preservação do planeta:



Taxa de valorização de resíduos
de 97% dos resíduos não perigosos e 94% dos resíduos perigosos



Não-conformidades ambientais
Redução superior ao objetivo de 50%.
Redução real de 85%



Licenciamento ambiental
Conclusão do licenciamento Parque de Aveiro e 1ª etapa do licenciamento da Bondalti Chemicals de 8 novos projetos



Projeto Earth
Estudar a dispersão de eventuais contaminantes do solo

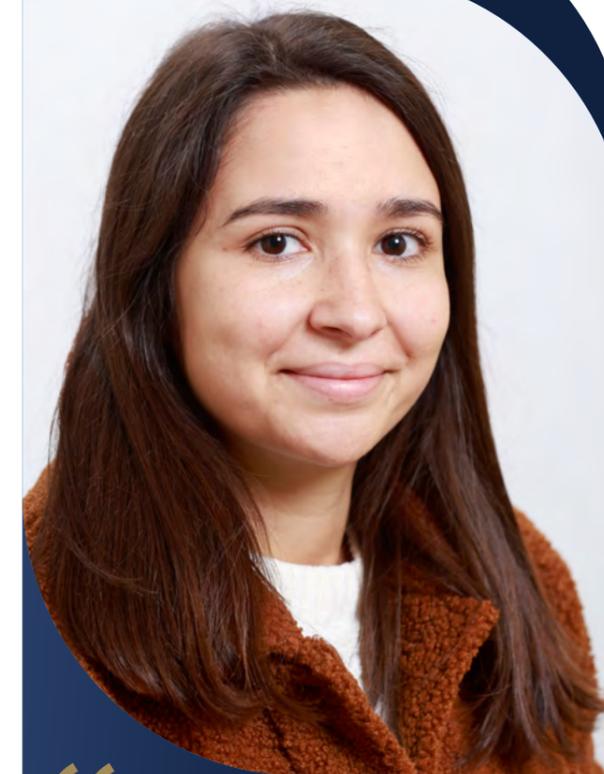


Ações junto da comunidade
Sensibilização ambiental (Estarreja)



Mais informação em
"Relatório Integrado Bondalti 2023"

TESTEMUNHO



A BTT – Bondalti Tech Talks é uma iniciativa que fomenta o debate em torno de soluções tecnológicas emergentes que possam contribuir para a neutralidade carbónica. Conseguimos identificar oportunidades para aprimorar os processos industriais e desenvolver novos negócios alinhados com os nossos objetivos estratégicos. Um excelente momento de partilha de conhecimento e de experiência entre colaboradores e especialistas, com visões distintas que se complementam e aportam valor ao nosso negócio.”



Filipa Franco
Team Leader Investigação e Desenvolvimento
Bondalti Chemicals

01

02

03

04

05

06

07

Em 2023, a CUF realizou um exercício de identificação de riscos e oportunidades climáticas, alinhado com a *Task-force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD) (mais informação em [Relatório Integrado CUF 2023](#)), que resultou na identificação de quatro temas em cada um dos eixos, perspetivando-se, a curto prazo, o seu desenvolvimento dentro da gestão de riscos, incluindo a definição do processo de diligência devida para as questões de sustentabilidade na CUF.

Riscos

- Eventos climáticos extremos
- Escassez de água
- Preço do carbono
- Não conformidade legal

Oportunidades

- Investimentos em fontes renováveis de energia
- Investigação e inovação
- Investigação em equipamentos mais eficientes
- Financiamento verde

Ainda neste contexto, a CUF tem vindo a preparar as suas infraestruturas técnicas hospitalares, que naturalmente exigem condições muito específicas, a potenciais riscos climáticos, logo desde a fase de projeto, com a integração de análises de variações de índices climáticos. Neste âmbito, num hospital construído recentemente, foram, por exemplo, instaladas barreiras automáticas, ativadas por sensores, para evitar inundações em caso de pluviosidade excessiva.



Em termos energéticos, a CUF deu continuidade às suas ações de redução de consumos, através da implementação das melhores práticas, da atualização dos processos para opções mais eficientes, e da aposta em planos de integração de energias renováveis nas suas instalações, em particular mediante a instalação de painéis solares. Deu também início à análise do potencial de recurso a novos métodos de autoconsumo energético a instalar.

-1,6%

do consumo global de energia em 2023, face a 2022
(não contempla a expansão da rede registada)

Não obstante o aumento de atividade e abertura do Hospital CUF Açores e da Clínica CUF Montijo, verificou-se uma redução do consumo global de água da CUF (inferior a 1%). Não considerando o consumo destas unidades, obteve-se uma redução do consumo de água de 3%, evidenciando a maturidade da organização na utilização deste recurso e as medidas implementadas para sensibilizar os colaboradores para a sua redução. Destaca-se ainda a redução do consumo de água de 35% no Hospital CUF Porto e de 25 % na Clínica CUF Alvalade



Mais informação em
"Relatório Integrado CUF 2023"



Alinhada com a Estratégia de Descarbonização do Grupo, a José de Mello Residências e Serviços realizou a sua primeira medição da Pegada de Carbono, abrangendo os âmbitos 1 e 2 e seis categorias de âmbito 3. Este foi um exercício que permitiu à empresa conhecer o seu verdadeiro impacto no clima, capacitando-a para identificar os riscos e oportunidades associados.

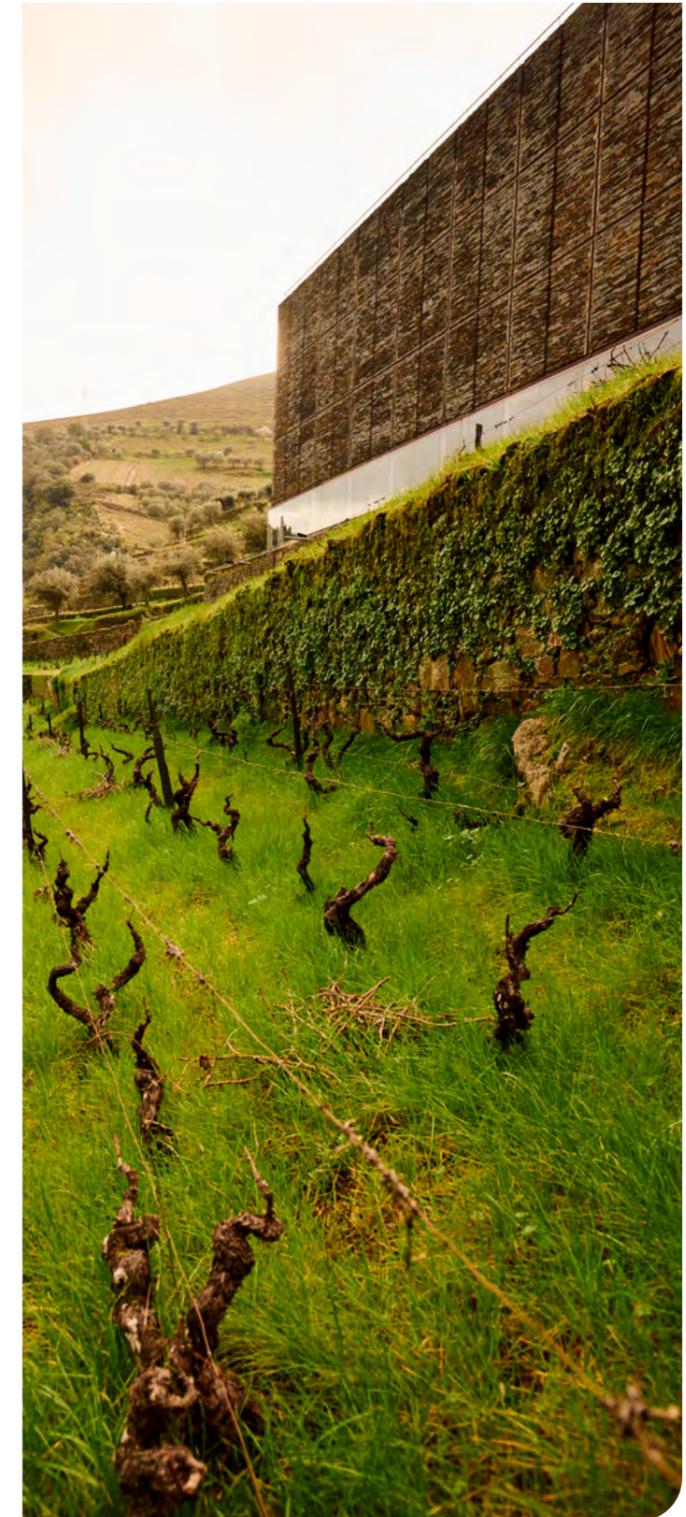
Os principais impactos relacionados com a atividade da José de Mello Residências e Serviços prendem-se com o consumo de combustíveis fósseis, associados ao mix de eletricidade e de gás consumidos nas suas instalações. Os principais riscos e oportunidades que o negócio enfrenta nestas matérias estão relacionados com o cumprimento de requisitos legais e a possibilidade de investimento em fontes de energia renovável, respetivamente.



Em 2023, a WineStone definiu a sua Agenda de Sustentabilidade, tendo por base uma análise de materialidade, da qual decorreu o estabelecimento dos temas materiais da empresa, nos quais se integram a Gestão de Recursos e Economia Circular, a Biodiversidade e Ecossistemas Naturais e as Alterações Climáticas. A Agenda de Sustentabilidade da WineStone será operacionalizada e traduzida num Roteiro cujas ações serão implementadas a partir de 2024.

No que respeita ao tema da Biodiversidade e Ecossistemas Naturais, foi realizada em 2023 uma primeira caracterização da biodiversidade na vinha e zona de influência da ação agrícola da Ravasqueira. Esta será a base de trabalho para um futuro sistema de gestão do capital natural e da promoção da qualidade e diversidade da vinha, e do próprio vinho, nesta propriedade e que será alvo de aprofundamento em 2024.

Também durante o ano de 2023, a WineStone fez o seu primeiro exercício de cálculo da Pegada de Carbono, com foco apenas na atividade da Ravasqueira, incluindo o âmbito 1, 2 e sete categorias de âmbito 3. Encontra-se ainda prevista, a curto-prazo, a realização da mesma análise relativamente às restantes empresas detidas e geridas pela WineStone. Complementarmente, o Roteiro de Sustentabilidade da WineStone prevê para 2024 a elaboração de um *roadmap* para a Descarbonização da Ravasqueira e o início dos trabalhos no plano de adaptação às alterações climáticas da WineStone.



01

02

03

04

05

06

07



06

O nosso modelo de governo

6.1	Quem nos governa	92
6.2	A responsabilidade da nossa gestão	102



01

02

03

04

05

06

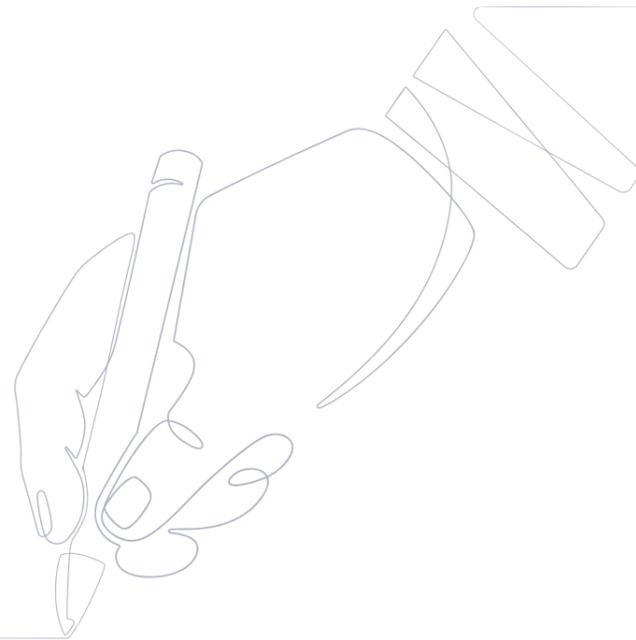
07



6.1

Quem nos governa

GRI 2-9, GRI 2-11, GRI 2-12, GRI 2-13 E GRI 2-18



O modelo de governo da José de Mello foi projetado para apoiar a concretização do seu Propósito, garantindo a excelência na gestão, ética e integridade do seu portfólio e respetivas atividades, respeitando as melhores práticas de governo no seu setor de atividade.

O funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e a conduta dos seus membros são regidos por requisitos legais, pelos Estatutos, pelo Código de Conduta e pelos respetivos Regulamentos. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com a lei e os Estatutos. A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração de acordo com os Estatutos e o respetivo Regulamento. Os mandatos em vigor a 31 de dezembro de 2023, referem-se ao período 2021-2023.

Conselho de Administração

Vasco de Mello (presidente)	João de Mello	Maria Isabel Jonet
Pedro de Mello (vice-presidente)	João Azevedo Coutinho	Pablo Forero
Salvador de Mello (vice-presidente)	João Pedro Rocha e Melo	Raúl Galamba de Oliveira
António Horta Osório	Luís Brito de Goes	Rui Diniz
Gonçalo de Mello	Maria Amélia Bleck	

Comissão Executiva

Salvador de Mello (presidente)	João Pedro Rocha e Melo
João de Mello	Luís Brito de Goes
João Azevedo Coutinho	Rui Diniz

Secretária da Sociedade e Compliance
Leonor Sampaio

Direções

Administrativa e Responsabilidade Social Duarte Meirelles	Desenvolvimento de Negócio Vasco Luís de Mello Bárbara Santos	Comunicação Fernando Marques	Contabilidade e Consolidação Paula Quintas Teresa Moutinho	Financeira Miguel Pacheco
Inovação e Sustentabilidade João Mil-Homens	Jurídica Rui Ramalhal Maria Ana Manoel	Pessoas e Gestão de Talento Luís Wissmann Susana Brito	Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão Francisco Meneses Nuno Cochito	Tecnologias de Informação Rui Gil

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



Mesa da Assembleia Geral

Constituição

Presidente

Leonor Sampaio Santos

Vice-Presidente

Maria Ana Pinto da Fonseca Manoel Falcão

Secretário

Rute Isabel Dias Salgueiro

Competências

Compete à Mesa da Assembleia Geral, através do seu presidente, convocar e dirigir as reuniões da Assembleia Geral dos acionistas da sociedade.

Conselho de Administração

Presidente

Vasco Maria Guimarães José de Mello

Vice-Presidentes

Pedro Maria Guimarães José de Mello

Salvador Maria Guimarães José de Mello

Vogais

João Maria Guimarães José de Mello

João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho

João Pedro Stilwell Rocha e Melo

Luís Eduardo Brito Freixial de Goes

Rui Alexandre Pires Diniz

Gonçalo Maria Guimarães José de Mello

Maria Amélia Guimarães José de Mello Bleck

António Horta Osório
(Independente)

Maria Isabel Torres Baptista Parreira Jonet
(Independente)

Pablo Forero
(Independente)

Raúl Catarino Galamba de Oliveira
(Independente)

A administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por catorze membros, eleito pelos acionistas em Assembleia Geral.

Este órgão é responsável pela gestão dos negócios da sociedade e pela definição e acompanhamento das suas orientações estratégicas.

Cabe-lhe, ainda, deliberar sobre todas as matérias que, por lei, não são delegáveis na Comissão Executiva.

01

02

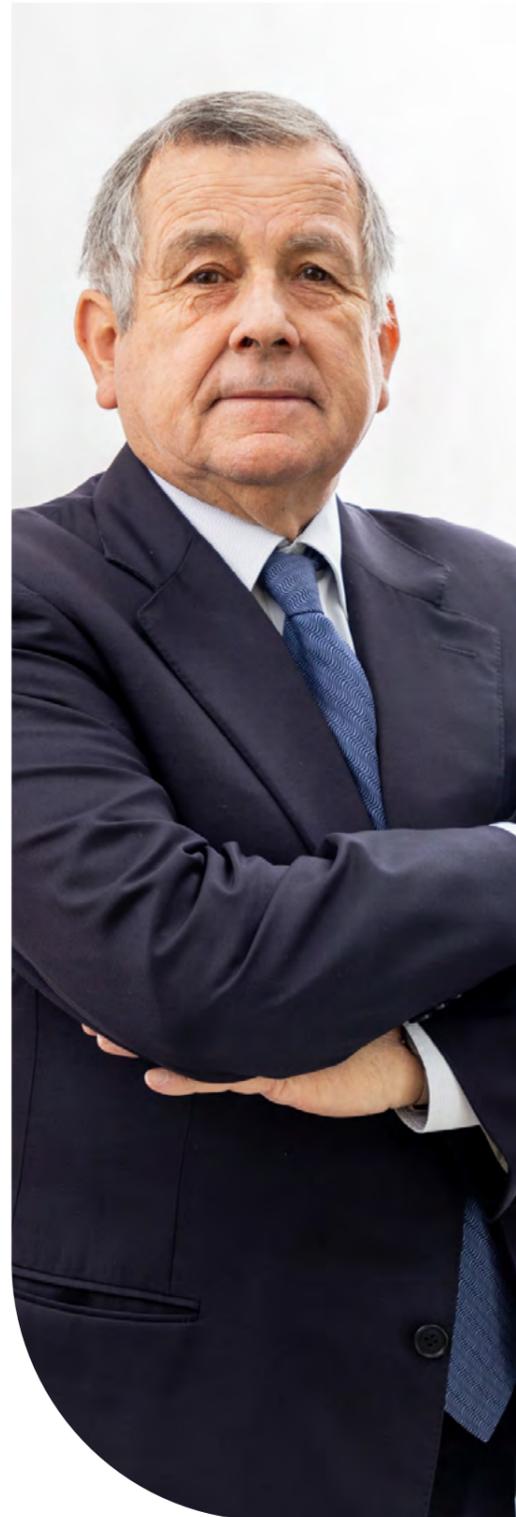
03

04

05

06

07



Vasco Maria Guimarães de Mello

É presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e da Brisa e também presidente da direção da Fundação Amélia de Mello e da Associação Business Roundtable Portugal, para além de presidente da Assembleia Geral da COTEC Portugal.

Iniciou o seu percurso profissional no Citigroup em Nova Iorque, quando frequentou, em 1978 e 1979, o training program desta instituição, após o que foi desafiado pelo pai, José Manuel de Mello, para participar, em Portugal, no processo de reconstrução do grupo empresarial, ficando sobretudo com responsabilidades na área financeira. Entre 1992 e 2000, foi presidente do Banco Mello e da Companhia de Seguros Império, tendo desempenhado, em parte desse período, funções de membro do Conselho de Administração da SIC. Na sequência da reconfiguração do Grupo José de Mello em 2000, após a fusão dos ativos financeiros no Banco Comercial Português, assumiu funções de vice-presidente da José de Mello, a que passou a presidir em 2004. Foi também vice-presidente do Conselho Superior do Banco Comercial Português (2000 a 2007), membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP e membro dos conselhos de administração da ONI e da concessionária espanhola Abertis.

É licenciado em Gestão de Empresas pelo American College, na Suíça.



Pedro Maria Guimarães José de Mello

É vice-presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e presidente dos conselhos de administração da Sociedade Agrícola D. Diniz e da Sociedade Agrícola do Vale de Perditos.

Iniciou o seu percurso profissional no início da década de 80, no setor têxtil, nos Estados Unidos da América e na Suíça, após o que regressou a Portugal, para assumir funções de administração executiva em diversas empresas do mesmo setor no Porto. Assumiu depois inúmeros cargos de gestão em diferentes empresas participadas do Grupo José de Mello, nomeadamente na Soponata, Lis Sado, Efacec e M Dados, como presidente do Conselho de Administração, e Lisnave, CUF e Bondalti Capital, como vice-presidente do Conselho de Administração. Foi também membro do Conselho de Administração da Petrolgal.

É licenciado em Engenharia Têxtil pela Universidade de Barcelona.

01

02

03

04

05

06

07



Salvador Maria Guimarães José de Mello

É vice-presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e presidente da Comissão Executiva desde janeiro de 2021, no contexto de uma nova etapa de desenvolvimento do Grupo José de Mello. É também presidente do Conselho de Administração da CUF.

Iniciou a sua atividade profissional na Lisnave, tendo sido administrador da empresa entre 1992 e 1995, após o que assumiu funções de administrador executivo da José de Mello Capital. Em 2001, passou a desempenhar funções de presidente da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da José de Mello Saúde (atual CUF), tendo sido responsável por uma forte dinâmica de crescimento, resultando na expansão da empresa a uma rede de duas dezenas de hospitais e clínicas, afirmando-a como a líder na prestação de cuidados de saúde privados em Portugal e posicionando-a como a marca de saúde mais reconhecida pelos portugueses. Foi também Presidente do Health Cluster Portugal entre 2017 e 2021.

É licenciado em Ciências Económicas e Administração de Empresas na Universidade de Neuchâtel, na Suíça.



António Horta Osório

É administrador não executivo da José de Mello Capital, presidente do Conselho de Administração da BIAL e vice-presidente do Grupo Impresa. É também administrador não executivo da Fundação Champalimaud e da Stichting/Enable INPAR e Senior Advisor na Mediobanca e Cerberus, entre outras empresas.

Com mais de 30 anos de experiência na indústria dos serviços financeiros, desenvolveu uma carreira internacional de sucesso. Em 2021, foi condecorado “Cavaleiro” pela rainha Elizabeth II pelo seu trabalho na banca no Reino Unido e pelos serviços voluntários nas áreas da saúde mental e da cultura. Foi presidente do Conselho de Administração do Grupo Credit Suisse, entre maio de 2021 e janeiro de 2022, tendo sido previamente Chief Executive Officer do Lloyds Banking Group, a convite do governo britânico, tendo conseguido devolver o banco à esfera privada, com o reembolso total do dinheiro dos contribuintes. Antes de ingressar no Lloyds, ocupou várias funções de gestão no Grupo Santander, em particular como Chief Executive Officer em Portugal, no Brasil e no Reino Unido, onde fundiu vários bancos no Santander UK. Foi também administrador não executivo do Banco de Inglaterra, a título pessoal, entre 2009 e 2011, e trabalhou para o Citibank e a Goldman Sachs, entre 1987 e 1993.

É licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa em Lisboa, possui um MBA pelo INSEAD e um Advanced Management Program pela Harvard Business School. É Doutor Honoris Causa pela Universidade de Edimburgo, Universidade de Bath, Universidade de Warwick, Universidade de Birmingham e Universidade Católica Portuguesa.

01

02

03

04

05

06

07



Gonçalo Maria Guimarães José de Mello

É administrador não executivo da José de Mello Capital e sócio fundador da Menlo Capital.

Desenvolveu a sua carreira no Grupo José de Mello durante mais de 15 anos, passando pela área financeira, na M Fiduciária, e pela área química, tendo sido, entre outras funções, administrador da Quimitécnica e da Fisipe. Em 2012, fundou a sua própria empresa de private equity, a Menlo Capital, na qual tem desenvolvido a sua atividade profissional, sendo administrador de várias empresas participadas pelos fundos e veículos geridos pela empresa.

É licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade de Lausanne (HEC) e MSc em Gestão pela Universidade de Stanford.



João Maria Guimarães José de Mello

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Bondalti Capital.

Com mais de 30 anos de experiência profissional no setor químico, integra o Conselho Geral da COTEC – Associação Empresarial para a Inovação, em representação da Bondalti Capital, e é vice-presidente da Assembleia Geral da Associação da Indústria Portuguesa. Foi presidente da Direção e da Assembleia Geral da APQuímica – Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação.

Com formação em Gestão de Empresas pela École d'Administration et de Direction d'Entreprises, na Suíça, concluiu posteriormente os estudos universitários em Técnicas Têxteis Industriais na Universidade Católica de Lovaina, em Tournai, tendo ainda realizado formação em várias áreas de gestão e completado o programa Liderança para Top Managers, no International Institute for Management Development (IMD), na Suíça.

01

02

03

04

05

06

07



João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho

É administrador executivo da José de Mello Capital, administrador não executivo da Bondalti Capital e presidente do Conselho de Administração da Ravasqueira, M Dados e José de Mello Residências e Serviços.

Com mais de 35 anos de experiência profissional, iniciou a sua carreira na Coopers & Lybrand, tendo sido depois diretor da área de banca de investimento do Deutsche Bank em Portugal. Foi também administrador executivo do Banco Mello de Investimento e da Brisa, na qual detinha o pelouro financeiro e responsabilidades por diversas áreas e empresas subsidiárias. Foi ainda administrador e posteriormente presidente do Conselho de Administração da Companhia de Concessões Rodoviárias, no Brasil.

É licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, completou o Programa de Formação em Gestão de Liderança para Top Managers no IMD International, na Suíça, e o Advanced Management Program na Harvard Business School, nos Estados Unidos da América.



João Pedro Stilwell Rocha e Melo

É administrador executivo da José de Mello Capital, vice-presidente não executivo da CUF e administrador não executivo da Bondalti Capital.

Iniciou o seu percurso profissional na área da banca de investimentos, tendo sido presidente da Comissão Executiva do Banco Mello de Investimentos, administrador do Banco Mello, da Companhia de Seguros Império e da Mello Valores. Foi também vice-presidente executivo da Brisa, entre 2002 e 2020, e presidente da Via Verde Portugal, entre 2003 e 2008. Foi ainda vice-presidente da ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores, entre 2015 e 2022, e membro da direção da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, entre 2006 a 2019.

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e concluiu um MBA pela Universidade Nova de Lisboa.

01

02

03

04

05

06

07



Luís Eduardo Brito Freixial de Goes

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente dos conselhos de administração da MGI Capital, José de Mello Imobiliária, José de Mello Investimentos, Tecnocapital, Comitur Imobiliária, Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo e Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária. É também administrador não executivo da Brisa, da José de Mello International e da GEMP Invest.

Com mais de 30 anos de experiência profissional, Luís Brito de Goes iniciou o seu percurso profissional na Deloitte, tendo sido depois especialista nas áreas de corporate e financeira na sociedade de advogados Vieira de Almeida. Ingressou na José de Mello em 2000, como diretor Jurídico, tendo assumido, ao longo dos anos, inúmeras funções de gestão em diferentes áreas e empresas participadas do Grupo José de Mello.

É licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa.



Maria Amélia Guimarães José de Mello Bleck

É administradora não executiva da José de Mello Capital e membro do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola do Vale de Perditos.

Iniciou o seu percurso profissional há 40 anos, dedicando-se, por um período de dez anos, à área da enfermagem em diversas instituições hospitalares, públicas e privadas, tendo sido também voluntária noutras instituições de carácter social, em Portugal e São Tomé e Príncipe. Posteriormente, foi administradora executiva do Hospital CUF Infante Santo e, em fases diferentes, administradora executiva e não executiva da José de Mello Saúde (atual CUF).

Depois de frequentar, em Lausanne e em Lisboa, duas escolas de Educação da Infância, iniciou a sua formação de base como enfermeira na École d'Infermières Bois-Cers, em Lausanne, tendo concluído a formação superior em enfermagem, já em Lisboa, na Escola de Enfermagem de São Vicente de Paulo. Na área da gestão, acumulou diferentes formações ministradas pela KPMG (Gestão Financeira para Não-financeiros), Mölnlycke Health Care (Qualidade nos Serviços de Saúde) e AESE Business School (Seminário Avançado de Gestão e Investimento em Serviços de Saúde).

01

02

03

04

05

06

07



Maria Isabel Torres Baptista Parreira Jonet

É administradora não executiva da José de Mello Capital.

Iniciou a sua carreira na Sociedade Portuguesa de Seguros e trabalhou no Comité Economico e Social, em Bruxelas, entre 1987 e 1992. Colabora como voluntária no Banco Alimentar desde 1994, sendo presidente do Banco Alimentar contra a Fome de Lisboa e da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, tendo estruturado um modelo de gestão inovador que permitiu a criação de uma rede nacional de apoio alimentar. É fundadora e Presidente da ENTRAJUDA, de gestão de organizações do sector social, e tem vasta experiência em sustentabilidade e gestão de voluntários. Foi presidente da Federação Europeia dos Bancos Alimentares entre 2012 e 2017. Concebeu e implementou também várias soluções tecnológicas inovadoras destinadas ao combate à pobreza, à inclusão social e à responsabilidade social.

É licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e completou a Pós-Graduação em Informática de Gestão da Universidade Nova de Lisboa.



Pablo Forero

É administrador não executivo da José de Mello Capital e presidente do Conselho de Administração da CaixaBank Asset Management SGIIC e administrador independente do banco HSBC Europe.

Com mais de 40 anos de experiência profissional, iniciou o seu percurso na Arthur Andersen, tendo sido depois responsável pelas áreas de tesouraria e mercado de capitais do Manufacturers Hannover Bank, Chief Investment Officer da J P Morgan Asset Management, onde foi também administrador executivo. Foi ainda administrador executivo do Banco CaixaBank e presidente da Comissão Executiva do Banco BPI, em Portugal.

É licenciado em Economia e Macroeconomia pela Universidad Autonoma de Madrid.

01

02

03

04

05

06

07



Raúl Catarino Galamba de Oliveira

É administrador não executivo da José de Mello Capital, presidente do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal e membro do Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria e da CUF.

Foi senior partner na McKinsey, desenvolvendo a sua atividade de serviço a clientes no sector financeiro (bancos, seguradoras e operadores de pagamentos) na Europa, América do Sul e Médio Oriente. Ao longo da sua carreira, desempenhou diversas responsabilidades de gestão na McKinsey, incluindo managing partner de Portugal e Espanha, managing partner da prática de global risk management e membro do Board of Directors global.

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, onde concluiu também um Master em Sistemas, e concluiu um MBA pela Universidade Nova de Lisboa.



Rui Diniz

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente Executivo da CUF. É também membro do Conselho de Administração da Fundação Alfredo de Sousa e membro da direção da ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores.

Iniciou a sua atividade profissional na McKinsey, onde esteve durante 14 anos, tendo desempenhado funções como consultor, senior partner e office manager do escritório da consultora em Portugal. Foi ainda vice-presidente executivo da Efacec e administrador não executivo da Brisa durante 10 anos, além de ser promotor e fundador do Inclusive Community Forum da Nova SBE, uma iniciativa que tem como missão estruturar e desenvolver iniciativas orientadas a uma melhor inclusão de pessoas com deficiência na comunidade.

É licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa.

01

02

03

04

05

06

07

Comissão Executiva

Constituição

Presidente

Salvador Maria Guimarães José de Mello

Vogais

João Maria Guimarães José de Mello

João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho

João Pedro Stilwell Rocha e Melo

Luís Eduardo Brito Freixial de Goes

Rui Alexandre Pires Diniz

Competências

A Comissão Executiva exerce a gestão corrente da atividade da sociedade, no âmbito da delegação de poderes que lhe foi conferida pelo Conselho de Administração, cabendo-lhe, designadamente, a coordenação e acompanhamento permanente da gestão e dos projetos desenvolvidos pelas suas participadas.

Secretário da Sociedade

Leonor Sampaio Santos

Suplente

Rute Isabel Dias Salgueiro

O Secretário da Sociedade presta apoio especializado aos órgãos sociais no exercício dos respetivos deveres, assegurando a conformidade da sua atuação com a legislação aplicável, com os estatutos da sociedade e com os seus regulamentos internos.

Fiscal Único

RSM e Associados – SROC, Lda.

Suplente

António José Lino do Patrocínio Santos

O Fiscal Único tem como principal competência a fiscalização da atividade da sociedade.

Comissão de Remunerações

Presidente

Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

Vogais

Maria Luísa Guimarães José de Mello do Amaral Cabral

Pedro Norton de Matos

Pedro Maria Guimarães José de Mello

Vasco Maria Guimarães José de Mello

Cabe à Comissão de Remunerações elaborar e propor para aprovação da Assembleia Geral da Sociedade a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, bem como fixar a sua remuneração.

01

02

03

04

05

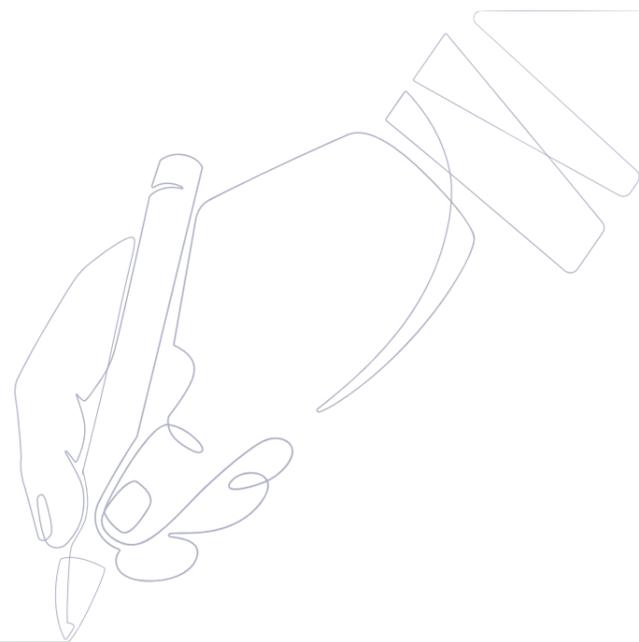
06

07

6.2

A responsabilidade da nossa gestão

GRI 2-15, GRI 2-23, GRI 2-26, GRI 2-27, GRI 204-1, GRI 205-3, GRI 206-1



O bom nome e reputação do Grupo José de Mello são o resultado de uma atuação pautada por uma postura de transparência, rigor e ética, orientada pelos Valores do Desenvolvimento Humano, Inovação, Competência e Integridade, bem como uma abordagem à Sustentabilidade de forma transversal.

O Grupo José de Mello reconhece como fator de sucesso e crescimento do seu negócio a adoção de uma gestão responsável. Por este motivo, rege todas as atividades, próprias e das suas participadas, pelos mais exigentes princípios de ética. O Grupo reconhece também que cada *stakeholder*, em especial as suas Pessoas, são um importante elemento nesta jornada de integridade e excelência e, como tal, abraça o desafio de transformar esta cultura numa missão coletiva.

Nesse sentido, a José de Mello implementou um Programa de *Compliance* Integrado, desenvolvido de acordo com as especificidades das suas atividades e áreas críticas, em conformidade com as mais recentes normas e regulamentos legais. Este Programa é composto pelas seguintes ferramentas estratégicas:

PROGRAMA DE COMPLIANCE



Clique no ícone para ver cada regulamento



Estes documentos são aplicáveis a todos os *stakeholders*, sendo assegurada a sua comunicação, via e-mail ou intranet, e atualização sempre que necessário. Adicionalmente, são promovidos momentos de formação e sensibilização aos colaboradores, e informadas todas as entidades que estabelecem relação com o Grupo da sua existência e obrigatoriedade de cumprimento.

Neste contexto, é responsabilidade da José de Mello assegurar que não existem situações de retaliação de qualquer espécie, resultantes da comunicação de irregularidades por violação do disposto em documentos estratégicos, sendo este um motivo de justa causa de despedimento. Igualmente, qualquer pessoa que apresente um relatório de uma violação que se saiba ser falso ficará sujeito a medidas disciplinares, incluindo despedimento, quando apropriado.

Em 2023, em linha com as melhores práticas nesta matéria, a área de Compliance foi autonomizada da Direção Jurídica, com vista a garantir uma maior independência e a inexistência de conflitos de interesses.

01

02

03

04

05

06

07



Em 2023 a Bondalti implementou um conjunto de ações e mecanismos que visam fortalecer a ética na gestão dos seus negócios. Na sequência da entrada em vigor do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), a Comissão Executiva da Bondalti desenvolveu um **Programa de Cumprimento Normativo**, que tem por objetivo prevenir, detetar e sancionar os atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo contra ou através da organização.

No âmbito deste programa, a Bondalti realizou as seguintes ações:

- Revisão e atualização do código de ética, agora designado por Código de Ética e Conduta, bem como o Regulamento do Provedor de Ética e Responsável pelo Programa de Cumprimento Normativo da Bondalti;
- Adoção do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), que identifica, analisa e classifica os riscos e situações que podem expor a Bondalti a atos de corrupção e infrações conexas e as medidas preventivas e corretivas que permitem reduzir a probabilidade e o impacto da sua ocorrência;
- Modificação do Canal de Denúncias, que permite a apresentação e o seguimento seguro de denúncias;
- Designação de um Provedor de Ética, e responsável pelo Cumprimento Normativo – cargo atribuído a João Fugas, Administrador não-executivo.

Durante 2024, a Bondalti tem, ainda, prevista a realização de programas de formação interna a todos os seus colaboradores, incluindo chefias, com vista a que conheçam e compreendam as políticas e procedimentos implementados.



01

02

03

04

05

06

07



Mais informação em
"Relatório Integrado Bondalti 2023"



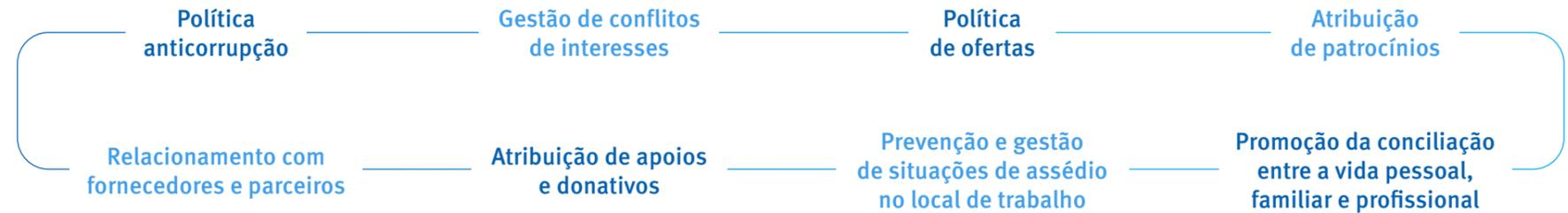
Alinhada a abordagem do Grupo José de Mello, a CUF acredita que o seu modelo de gestão deverá seguir os mais altos níveis de integridade, justiça, compliance, boas práticas comerciais e comportamento responsável.

Nesse sentido, tem implementado o seu **Código de Conduta – Uma Comunidade que se Dedicar a Cuidar de Pessoas**, um guia orientador, que visa espelhar a cultura organizacional da empresa, e estabelecer as diretrizes de conduta interna dos colaboradores e das relações com todos os seus *stakeholders*. Em 2023, foram reforçados os mecanismos de ética da CUF, nomeadamente o seu Código, em temas como a prevenção da corrupção, integridade e lealdade à empresa, parcerias com fornecedores, e responsabilidade ambiental.



Mais informação em
“Relatório Integrado CUF 2023”

Adicionalmente, a CUF conta com um conjunto de Políticas e Procedimentos Internos, que complementam o referido Código, acessíveis a todos os colaboradores, sobre as quais lançou, em 2023, uma formação completa, obrigatória a toda a organização:



Além disso, a CUF apresentou o seu **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)**, uma ferramenta de gestão estratégica, que reforça e consolida os procedimentos e mecanismos de combate à corrupção. Neste contexto, este documento foi partilhado com todos os colaboradores, tendo posteriormente sido divulgado aos seus *stakeholders* externos.

De forma a regular todas estas questões, foi definida uma **Comissão de Acompanhamento do Código de Conduta**, órgão consultivo que tem, entre outras, a função de promover a divulgação, a aplicação e o cumprimento das políticas e procedimentos. Para o efeito, é ainda disponibilizado um canal aberto de comunicação para assuntos relacionados com esta temática, cuja monitorização é assegurada por este órgão.

Ao nível do canal de denúncias, a CUF garante a confidencialidade, proteção de dados, sigilo e a ausência de conflitos de interesse no tratamento e análise das denúncias recebidas, salvaguardando a proteção do denunciante contra qualquer forma de retaliação, possibilitando a comunicação de forma anónima, cumprindo todos os termos legais.



codigodeconduta@cuf.pt



A José de Mello Residências e Serviços assume a missão diária de priorizar a saúde e bem-estar dos seus residentes, promovendo de forma holística os seus valores corporativos, e regendo as suas atividades de acordo com o seu Código de Conduta próprio.

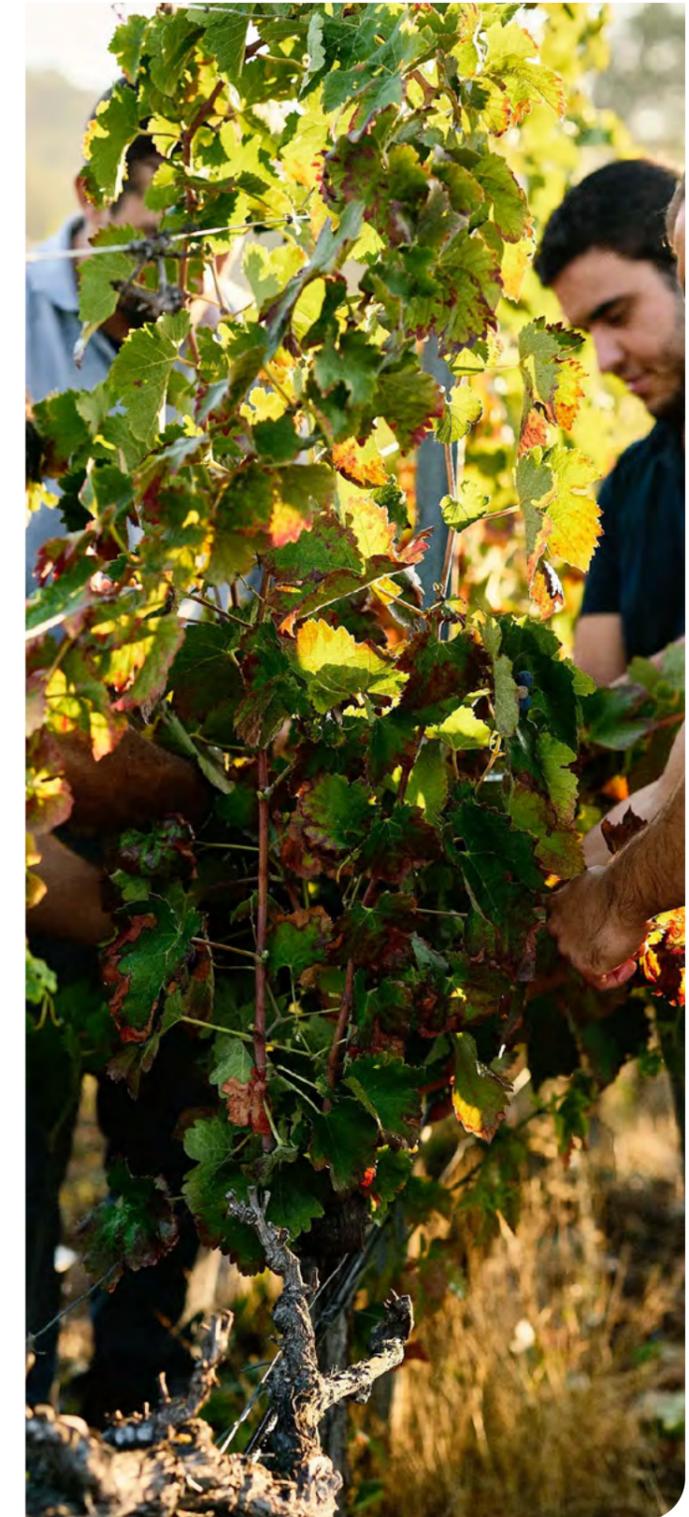
Em 2023, a José de Mello Residências e Serviços reforçou a capacitação dos seus profissionais em ética e deontologia profissional, através de momentos de formação, nomeadamente por meio de trabalho em grupo, com o objetivo de uniformizar os princípios e as normas de comportamento que devem guiar as ações em contexto laboral.



Para continuar a crescer de forma sustentada, a WineStone procura guiar a sua conduta diária pelos valores do Grupo José de Mello, assegurando o respeito máximo pelas normas e compromissos éticos, por parte dos seus *stakeholders*, em particular dos seus colaboradores.

Consequentemente, reconhece como um fator de sucesso do negócio, incluindo a sua abordagem à sustentabilidade, a definição de um conjunto de princípios éticos, complementares ao estabelecimento de relações de confiança, responsabilidade e fidelidade. Assim, a WineStone integra na sua atividade os requisitos que se relacionam com os códigos de ética e transparência das entidades com quem tem relações comerciais.

Visando uma definição clara e transversal das suas linhas de orientação de natureza ética e deontológica, a WineStone assume o compromisso de estabelecer, em 2024, o seu próprio Código de Ética e Conduta.



01

02

03

04

05

06

07



Gestão responsável da cadeia de fornecedores

O Grupo José de Mello trabalha diariamente para estabelecer uma relação de proximidade e confiança com os seus fornecedores. Aposta numa gestão cuidada da cadeia de abastecimento, baseada nos princípios de ética, *compliance* e transparência, valorizando parceiros que tenham as mesmas preocupações, neste âmbito.

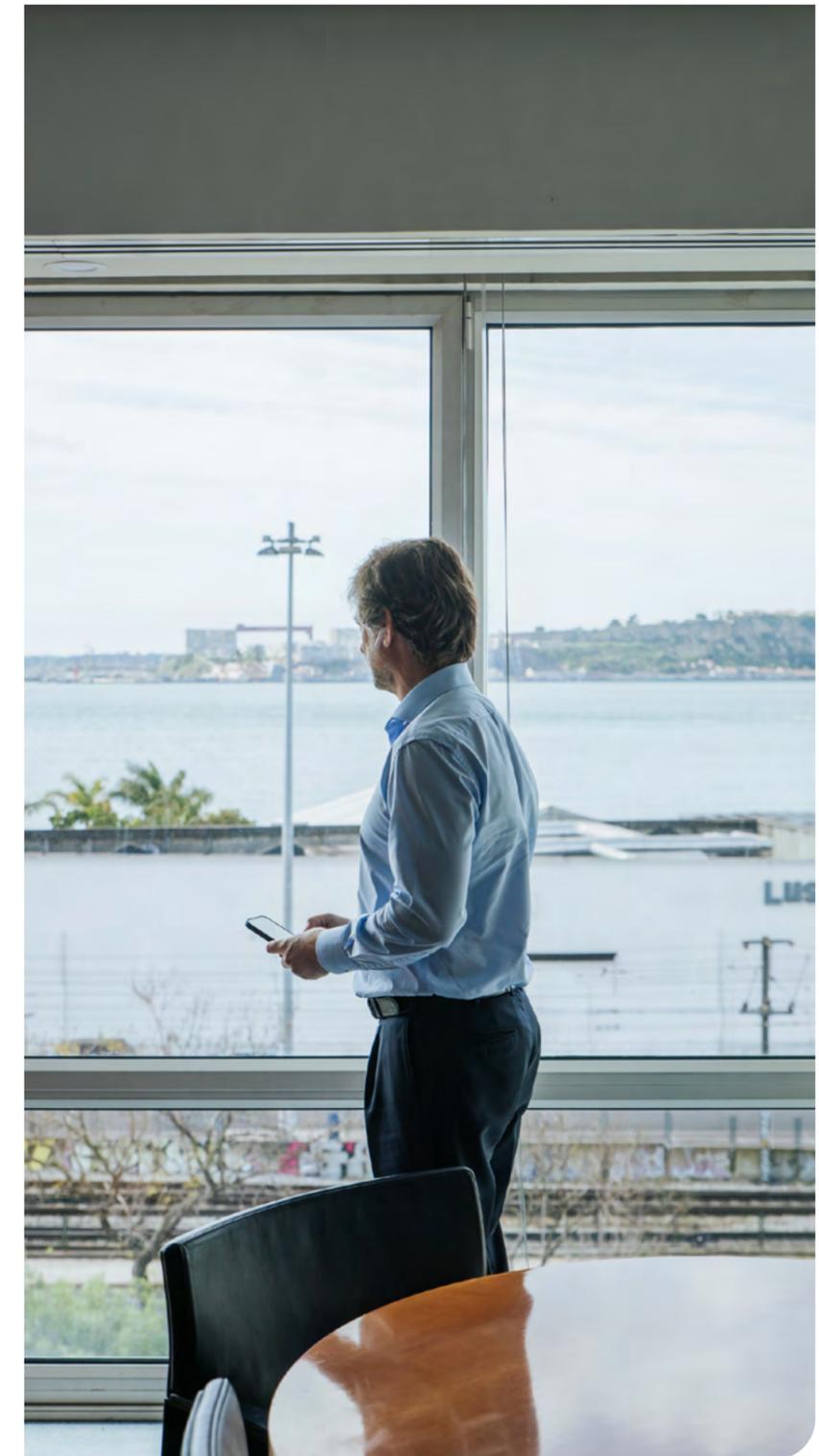
Nesse contexto, e consciente que esta é uma responsabilidade de ambas as partes, o Grupo José de Mello incentiva todos os seus fornecedores e parceiros a alinhar a sua atuação com os Valores e Propósito do Grupo, assumindo como sua esta missão estratégica, designadamente ao nível da adoção de práticas sustentáveis, na salvaguarda das melhores condições de trabalho e de uma gestão responsável dos temas ESG.

O Grupo José de Mello conta com uma central de negociação de produtos e serviços transversais a todas as plataformas do Grupo, a MDados, que apoia de forma transversal o negócio das empresas do Grupo, promovendo assim a centralização deste processo.

Neste sentido, a sua abordagem ao mercado visa a criação de valor substancial, sustentável e continuado no tempo, tendo por base cinco pilares fundamentais.



O conhecimento profundo dos mercados de produtos e serviços negociados pela MDados permite antecipar tendências e acompanhar as dinâmicas de transformação dos seus clientes e fornecedores.



01

02

03

04

05

06

07

PROCESSO DE CONSULTA AO MERCADO

O Grupo José de Mello implementou um processo de consulta e avaliação de propostas, garantindo assim que todas as normas e critérios são cumpridos, e que todos os fornecedores e parceiros se encontram alinhados com os seus objetivos estratégicos.

Kickoff

Reunião entre a MDados e o cliente, para identificação das necessidades, objetivos, fornecedores a consultar, calendário e outros critérios a aplicar na aquisição, da qual resulta a validação do caderno de encargos.

Consulta

Consulta aos fornecedores, visitas às instalações (caso se verifique relevante), reuniões de esclarecimento, entrega de propostas e negociação.

Análise/Recomendação

Análise das propostas e apresentação de relatório de avaliação preliminar - que contempla o enquadramento de mercado; análise de fornecedores; análise de propostas; e avaliação – e, recomendação de adjudicação.

Adjudicação

Feedback do cliente relativo ao fornecedor a adjudicar e respetiva adjudicação, incluindo a transmissão detalhada dos elementos negociados.

A este propósito, são solicitadas evidências das boas práticas ESG implementadas, sendo realizado um *deep dive* ao setor, quando aplicável. Para tal, são integrados nos cadernos de encargos critérios de qualificação que refletem o compromisso com os princípios da Carta das Nações Unidas e o contributo dos fornecedores e parceiros para os ODS.



No que concerne ao desempenho social, os contratos incluem cláusulas relativas a temas do âmbito dos direitos humanos e trabalho infantil, e da gestão do capital humano, designadamente através da análise dos Códigos de Conduta ou de certificações de referência. Complementarmente, são realizadas visitas aos locais e instalações, reuniões com os responsáveis e conversas com os *stakeholders* de referência. Dependendo das categorias em negociação, podem, ainda, ser aplicados critérios de sustentabilidade no processo de avaliação.

Em 2023 verificou-se novamente a necessidade de definir planos de mitigação, devido a fortes pressões e riscos nas cadeias de abastecimento, nomeadamente associadas ao aumento das matérias-primas, energia e força de trabalho, o constrangimento na continuidade de fornecimento e prazos de entrega, e a inflação generalizada a nível nacional e global. Para melhor gerir estas questões, mitigando potenciais impactos negativos, a José de Mello implementou as seguintes estratégias de gestão:

Planear com a maior antecedência possível as necessidades de bens / serviços de forma a constituir stocks para reduzir o risco de falhas no abastecimento;

Gerir contratos a terminar nos próximos 6 meses numa perspetiva de mitigação de aumentos de preços e evitar cristalizar cotações em alta;

Monitorizar tendências de evolução dos principais drivers de custos para mitigar aumentos sem colocar em causa a sustentabilidade da operação;

Gerir expectativas dos principais *stakeholders*, nomeadamente áreas operacionais relativamente ao desenvolvimento da situação atual e principais consequências.

01

02

03

04

05

06

07



A Bondalti acredita que só um trabalho conjunto das empresas com a sua cadeia de valor tornará possível alcançar modelos de desenvolvimento verdadeiramente sustentáveis. Por isso, procura envolver e apoiar os parceiros de negócio na adoção das melhores práticas ESG.

Mapeamento End-to-End

O projeto **Mapeamento da Cadeia End-to-End**, iniciado em 2023, com o objetivo de analisar todo o percurso dos produtos, representa um dos pilares da atenção da Bondalti à sua cadeia de valor. A iniciativa, promovida no quadro da gestão de risco operacional, pretende reforçar a robustez no acesso e movimentação de matérias primas, e da expedição de produtos para clientes.

Os objetivos passam por identificar e mitigar potenciais desafios nas cadeias de abastecimento e expedição do Grupo, sejam devidos a interrupções logísticas, restrições na produção de matérias primas, questões geopolíticas ou outros imprevistos.

Certificação da sustentabilidade de cadeias de abastecimento

A Bondalti Chemicals, em concreto a unidade industrial de Estarreja, foi sujeita, em dezembro de 2023, a uma auditoria que validou o cumprimento, pela empresa, dos princípios que integram a prestigiada Certificação de Sustentabilidade e Carbono (ISCC Plus – International Sustainability & Carbon Certification), padrão internacional para cadeias de abastecimento totalmente rastreáveis e ambiental, social e economicamente sustentáveis.

Focada no rastreio da cadeia de valor, esta certificação representa um marco significativo para a Bondalti no quadro de um futuro sustentável, que passa pela oferta de produtos mais circulares nos mercados onde opera.

Em paralelo, a empresa Aguas Rioja, pertencente à BWS | AEMA, foi sujeita ao processo de certificação pela norma ISCC EU. Com esta certificação, Aguas Rioja garante o ponto de origem na sua gestão de lamas de depuradoras e ainda na sua utilização como biocombustíveis.

Esta certificação demonstra um passo importante no negócio de Tratamento de Águas, uma vez que valida a conformidade com os requisitos de sustentabilidade específicos das Diretivas Europeias que regulamentam as energias renováveis e a qualidade dos combustíveis.



01

02

03

04

05

06

07



Mais informação em
"Relatório Integrado Bondalti 2023"

A CUF tem vindo a definir um conjunto de instrumentos, com o objetivo de fortalecer o alinhamento da sua cadeia de valor com a sua missão e estratégia, nomeadamente a **Política de Relacionamento com Fornecedores e Parceiros Comerciais**, o **Questionário de Avaliação da Prestação de Serviços de Apoio Clínico** e o **Processo de Gestão de fornecedores**.

Em 2023, aprofundou o seu processo de gestão e avaliação de fornecedores, com o objetivo futuro de realizar uma análise ESG dos seus principais fornecedores, reforçando a sustentabilidade na sua cadeia de valor.

Adicionalmente, a CUF atualizou o seu Código de Conduta e a sua Política de Relacionamento com Fornecedores e Parceiros, no sentido de exigir a avaliação destes *stakeholders* de forma prévia à celebração de negócio, contrato ou parceria, dando a conhecer os códigos, que integram o contrato ou protocolo a ser celebrado, e obrigando a que estes respeitem as normas de direitos humanos, ambientais, anticorrupção, e outras matérias relevantes. Neste sentido, é possível garantir a robustez do processo de qualificação e seleção de fornecedores, identificando e mitigando os riscos e impactos negativos reais e potenciais.

Ao nível do *procurement*, a CUF dispõe de uma Central de Negociação de Compras, responsável pela gestão de todas as etapas, desde o fornecimento, à gestão dos fornecedores e parceiros, centralizando assim todo o processo. Algumas áreas específicas, como a de Planeamento, a de Desenvolvimento e Monitorização e a de Logística, desenvolveram mecanismos complementares que permitem melhorar de forma contínua a sua abordagem a esta temática.

Em paralelo, têm sido implementados projetos verticais em todas as áreas de compras e logísticas, promovendo a consistência, inovação e rastreabilidade em toda a rede de fornecimento, nomeadamente:



Plataforma de gestão e controlo de processos de *procurement*



CUFBuy, catálogo de compras eletrónico (disponível em 2024)



Evolução para EDI do processo de gestão de encomendas



Reorganização do Centro Logístico

Acreditando na importância de trabalhar estes temas diretamente com os seus fornecedores e parceiros, a CUF realizou uma sessão de sensibilização relativa à “Sustentabilidade na Cadeia de Valor”, abordando os seus objetivos estratégicos, as grandes tendências, melhores práticas a adotar, e a introdução ao novo quadro regulatório de reporte da Comissão Europeia.



Mais informação em “Relatório Integrado CUF 2023”





A José de Mello Residências e Serviços, à semelhança das restantes empresas do Grupo, recorre à MDados para a aquisição dos produtos e serviços, que são negociados de forma centralizada, contando ainda com o apoio desta central em processos de compra mais complexos, específicos da sua atividade. Adicionalmente, para o fornecimento de produtos e serviços comuns à área da saúde, a José de Mello Residências e Serviços usufrui ainda do suporte e condições da área de compras da CUF.

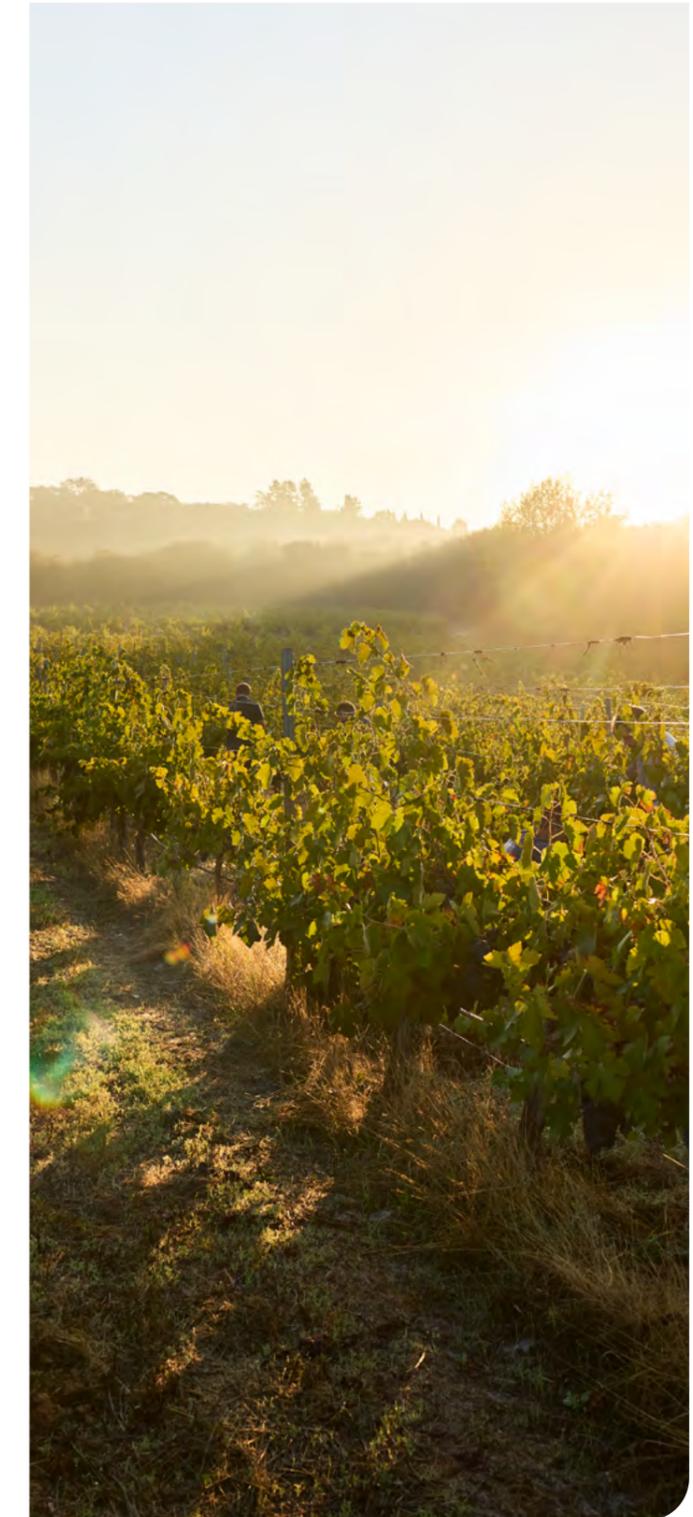


Em 2023, a WineStone implementou um procedimento de controlo e avaliação de fornecedores, que define um conjunto de requisitos mínimos obrigatórios e requisitos complementares, consoante o tipo de material fornecido/serviço prestado. A avaliação do fornecedor tem como base 8 indicadores:

- Cumprimento dos requisitos mínimos obrigatórios;
- Cumprimento dos requisitos mínimos obrigatórios;
- Cumprimento dos requisitos complementares;
- Relação qualidade/preço;
- Qualidade de produto/serviço prestado;
- Reclamações;
- Resposta a encomendas;
- Resposta a esclarecimentos e informações.

A resposta a estes indicadores é avaliada em 3 níveis, sendo o mínimo o nível 1 e o máximo o nível 3. Esta metodologia permite à empresa monitorizar a sua cadeia de fornecimento, identificando e monitorizando os seus riscos, tanto ao nível do impacto ambiental e social, como nas possíveis consequências no produto final da WineStone.

Desta forma, a WineStone visa estender os seus compromissos de sustentabilidade a toda a sua cadeia de valor, estimulando os seus fornecedores a adotarem estratégias de melhoria e políticas de funcionamento mais rigorosas, mantendo a relação de confiança. A empresa é consciente que o não cumprimento de determinados requisitos por parte dos fornecedores poderá colocar em causa os seus objetivos estratégicos, nomeadamente relacionados com certificações e, como tal, assume a missão de os apoiar na sua jornada sustentável.



01

02

03

04

05

06

07



JOSÉ DE MELLO

07

Anexos

7.1	Demonstrações financeiras individuais e documentos complementares	112
7.2	Demonstrações financeiras consolidadas e documentos complementares	153
7.3	Posições acionistas	237
7.4	Tabela GRI	239



01

02

03

04

05

06

07



7.1

Demonstrações financeiras e individuais e documentos complementares



01

02

03

04

05

06

07

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	4	3 449 503	1 923 490
Reversões de perdas por imparidade	5	3 754 884	37 078
Reversões de provisões	6	71 693 060	2 556 841
Outros rendimentos operacionais	7	3 311 530	985 925
Total de rendimentos operacionais		82 208 977	5 503 334
Gastos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	8	(4 322 035)	(2 586 362)
Gastos com o pessoal	9	(14 802 824)	(10 599 204)
Amortizações e depreciações	10	(667 730)	(655 299)
Perdas por imparidade	11	(72 865 028)	(37 499)
Outros gastos operacionais	12	(708 360)	(499 658)
Total de gastos operacionais		(93 365 977)	(14 378 021)
Resultados operacionais		(11 157 000)	(8 874 687)
Gastos financeiros	13	(6 414 373)	(2 531 860)
Rendimentos financeiros	13	1 851 769	728 606
Resultados relativos a empresas associadas	13, 22	98 619 273	98 118 357
Resultados financeiros		94 056 669	96 315 103
Resultados antes de impostos		82 899 669	87 440 416
Impostos sobre o rendimento	14	13 036 557	5 075 928
Resultado líquido do exercício		95 936 226	92 516 344

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Resultado por ação:			
Básico	16	19,19	18,50
Diluído	16	19,19	18,50

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativos não correntes:			
Goodwill	17	551 156 640	551 156 640
Ativos intangíveis	18	143 889	181 002
Direito de uso	19	481 268	484 221
Ativos fixos tangíveis	20	11 012 721	10 827 084
Propriedades de investimento	21	857 221	882 695
Investimentos em empresas subsidiárias	22	579 328 539	582 974 299
Outros investimentos	22	21 327 203	40 031 993
Outros devedores	24	-	69 659 991
Total de Ativos não correntes		1 164 307 481	1 256 197 925
Ativos correntes:			
Clientes e adiantamentos a fornecedores	23	291 921	334 435
Outros devedores	24	148 701	2 169 008
Estado e outros entes públicos	25	4 545 190	1 714 262
Outros ativos correntes	26	2 015 780	1 991 211
Caixa e equivalentes a caixa	27	95 765 454	23 029 608
Total de Ativos correntes		102 767 047	29 238 524
Total do Ativo		1 267 074 527	1 285 436 449
Capital próprio:			
Capital	28	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	29	5 000 000	5 000 000
Ajustamentos em ativos financeiros	29	305 422 541	338 126 882
Resultados transitados		612 746 370	506 289 423
Resultado líquido do exercício		95 936 226	92 516 344
Total do Capital próprio		1 044 105 138	966 932 649

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Passivos não correntes:			
Empréstimos obtidos	30	202 011 619	167 704 545
Credores por locações financeiras	31	277 734	285 238
Provisões	6	-	71 693 060
Outros credores	33	2 174 980	2 902 337
Total de Passivos não correntes		204 464 332	242 585 179
Passivos correntes:			
Empréstimos obtidos	30	8 319 759	72 520 684
Credores por locações financeiras	31	211 238	204 702
Fornecedores e adiantamentos de clientes	32	1 090 721	453 269
Estado e outros entes públicos	25	561 941	540 650
Outros credores	33	4 199 704	1 575 718
Outros passivos correntes	34	4 121 694	623 600
Total de Passivos correntes		18 505 057	75 918 622
Total do Passivo		222 969 390	318 503 801
Total do Passivo e Capital próprio		1 267 074 527	1 285 436 449

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

01

02

03

04

05

06

07

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

	Capital	Reserva legal	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	25 000 000	5 000 000	266 520 635	520 673 953	57 929 389	875 123 976
Aplicação do resultado de 2021						
Lucros não atribuídos	-	-	68 775 293	(68 775 293)	-	-
Dividendos recebidos	-	-	(2 750 000)	2 750 000	-	-
Transferência para resultados transitados	-	-	(11 374)	57 940 763	(57 929 389)	-
Variações decorrentes de alterações nos capitais próprios das subsidiárias	-	-	5 592 329	-	-	5 592 329
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	(6 300 000)	-	(6 300 000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	92 516 344	92 516 344
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25 000 000	5 000 000	338 126 882	506 289 423	92 516 344	966 932 649
Aplicação do resultado de 2022						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	92 516 344	(92 516 344)	-
Dividendos recebidos	-	-	(123 731 545)	123 731 545	-	-
Lucros não atribuídos	-	-	101 246 916	(101 245 062)	-	1 854
Variações decorrentes de alterações nos capitais próprios das subsidiárias	-	-	(12 205 591)	50 000	-	(12 155 591)
Outras variações nos capitais próprios (reclassificações)	-	-	1 985 880	(1 985 880)	-	-
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	(6 610 000)	-	(6 610 000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	95 936 226	95 936 226
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25 000 000	5 000 000	305 422 541	612 746 370	95 936 226	1 044 105 138

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

01

02

03

04

05

06

07



JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		3 782 988	2 191 628
Pagamentos a fornecedores		(5 368 836)	(4 390 068)
Pagamentos ao pessoal		(11 035 083)	(10 017 799)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		13 113 524	5 167 972
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		3 497 142	991 791
Fluxos das atividades operacionais (1)		3 989 734	(6 056 476)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	35	7 511 748	5 793
Ativos tangíveis		28 000	5 000
Juros e rendimentos similares		-	737 060
Dividendos	35	123 731 545	2 750 000
Outros		20 002 436	22 242 744
		151 273 729	25 740 597
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	35	(1 024 964)	(138 811)
Ativos tangíveis		(84 311)	(234 395)
Ativos intangíveis		(50 362)	(108 049)
Outros		(49 674 400)	(5 650 000)
		(50 834 037)	(6 131 255)
Fluxos das atividades de investimento (2)		100 439 692	19 609 343

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		33 933 122	-
Subsídios e doações		-	998
		33 933 122	998
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(54 927 139)	(3 880 000)
Juros e gastos similares		(4 089 562)	(2 492 492)
Dividendos pagos e resultados distribuídos		(6 610 000)	(6 300 000)
		(65 626 701)	(12 672 492)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(31 693 579)	(12 671 494)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		72 735 847	881 373
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		23 029 608	22 148 235
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	27	95 765 454	23 029 608

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A José de Mello Capital, S.A. (“Sociedade” ou “JMCapital”) foi constituída em 22 de outubro de 2001 e tem sede na Avenida 24 de Julho, 24 – 1200-480 Lisboa. Tem como objeto social as atividades de prestação de serviços de consultadoria económica e financeira, consultadoria de gestão e investimento, reorganização de empresas, planeamento estratégico, serviços de contabilidade, assessoria em recursos humanos, *marketing*, comunicação e imagem, a gestão de ativos próprios, bem como a realização de todas as atividades e operações conexas.

A Sociedade, de base maioritariamente familiar, consubstancia-se como um dos maiores grupos económicos portugueses.

Nos termos do artigo 68.º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”), a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com os International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e com as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee

(“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”), tal como adotados pela União Europeia (“UE”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário. Quando a Sociedade efetua uma alteração de política contabilística, uma correção de um erro ou a reclassificação de um item, é apresentada uma demonstração da posição financeira adicional em referência ao início do exercício comparativo mais antigo apresentado.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no caso dos outros investimentos, que se encontram mensurados ao justo valor e os empréstimos obtidos, mensurados ao custo amortizado.

Os montantes apresentados são expressos em euros (EUR), salvo indicação em contrário.

2.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES A NORMAS

2.2.1 Novas normas, alterações ou interpretações aplicáveis ao exercício de 2023

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela UE as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS <i>Practice Statement 2</i> : Divulgação de políticas contabilísticas - Alterações à IAS 1 exigem que as entidades divulguem as informações materiais acerca das suas políticas contabilísticas em vez de divulgarem as políticas contabilísticas significativas. As emendas à IFRS <i>Practice Statement 2</i> proporcionam orientações sobre como deve ser aplicado o conceito da materialidade nas divulgações sobre as políticas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023

01

02

03

04

05

06

07

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 8 - Rêdito: Divulgação de estimativas contabilísticas - Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento: Regras Modelo do Pilar Dois - Esta alteração constitui a resposta do IASB, às questões levantadas pela implementação das regras do <i>Global Anti-Base Erosion</i> (“GloBE”) da OCDE, e compreende: a) uma exceção temporária obrigatória à contabilização de impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e b) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos).	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação - Exige que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. As transações sujeitas respeitam a: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 - Contratos de Seguro (substitui a IFRS 4): A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. A IFRS 17 não se aplica aos tomadores de seguro.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 - Contratos de Seguro e IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa. Esta alteração aplica-se somente às entidades seguradoras na sua transição para a IFRS 17, permitindo a adoção de um “ <i>overlay</i> ” na classificação de um ativo financeiro para o qual a seguradora não efetua a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas normas não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Sociedade.

2.2.2 Novas normas, alterações ou interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras aprovadas (“endorsed”) pela UE:

a) Já endossadas pela União Europeia

Em 31 de dezembro de 2023, as seguintes melhorias das Normas e Interpretações, emitidas pelo IASB, já se encontravam endossadas pela UE, contudo, a sua aplicação só é obrigatória para os exercícios que se iniciem após 1 de janeiro de 2024:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras: Passivos não correntes com “ <i>covenants</i> ” - Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 - Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação - Esta alteração à norma das locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“ <i>sale & leaseback</i> ”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes.	1 de janeiro de 2024

Estas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, apesar de aprovadas (“endorsed”) pela UE, não foram adotadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

01

02

03

04

05

06

07

b) Ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela UE:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros (Divulgações) : Acordos de financiamento de fornecedores - as alterações publicadas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores, ou <i>reverse factoring</i> , para permitir: a) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e b) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024
IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade - A IAS 21 define a taxa de câmbio que uma entidade deve utilizar quando relata transações em moeda estrangeira ou transpõem os resultados de uma unidade operacional estrangeira, quando a sua moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do grupo. Esta alteração visa clarificar: i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutável); ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo.	1 de janeiro de 2025

2.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Sociedade adotou as IFRS, que são aplicáveis a exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2023.

Tendo por base o disposto nas IFRS, as principais políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade foram as seguintes:

a) Mensuração ao justo valor

A Sociedade valoriza os instrumentos financeiros derivados ao justo valor na data do balanço. As divulgações relativas ao justo valor estão resumidas nas seguintes notas:

- Divulgações quanto ao método de avaliação, estimativas significativas e pressupostos: Nota 3;
- Hierarquia do justo valor: Nota 2.3 a); e

- Instrumentos financeiros (incluindo os mensurados ao custo amortizado): Nota 2.3 n).

O justo valor é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo, numa transação regular entre participantes de mercado na data de mensuração. A mensuração ao justo valor é baseada na presunção de que uma transação para vender um ativo ou transferir um passivo ocorre:

- No mercado principal para esse ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse ativo e passivo.

A Sociedade tem de ter acesso a este mercado principal ou ao mercado mais vantajoso.

O justo valor de um ativo ou passivo é mensurado utilizando as suposições que os participantes de mercado usam quando definem o preço do ativo ou do passivo, assumindo que eles atuam no seu melhor interesse económico.

A mensuração de um ativo não corrente tem em conta a capacidade dos participantes de mercado de gerar benefícios económicos com esse ativo, na sua mais alta e melhor produtividade (“highest and best use”) ou vendendo esse ativo a outro participante de mercado que o usaria na sua mais alta e melhor produtividade.

A Sociedade utiliza técnicas de valorização, que são apropriadas às circunstâncias, e para as quais existe informação disponível suficiente para mensurar o justo valor, maximizando o uso dos inputs observáveis mais relevantes e minimizando o uso de inputs não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o justo valor é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras, são categorizados na hierarquia do justo valor. Esta hierarquia é descrita como segue, baseada no nível de inputs mais baixo que é significativo para a mensuração do justo valor como um todo:

- **Nível 1:** cotação de mercado (não ajustada) num mercado ativo para esse ativo ou passivo;
- **Nível 2:** técnicas de valorização para as quais o nível de *inputs* mais baixo que é significativo para mensurar o justo valor é direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de valorização para as quais o nível de *inputs* mais baixo que é significativo para mensurar o justo valor não é observável.

01

02

03

04

05

06

07

Para os ativos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras numa base recorrente, a Sociedade determina se ocorreram transferências entre os níveis da hierarquia reavaliando a categorização (baseada no nível mais baixo de inputs que são significativos para a mensuração do justo valor como um todo) no final de cada período de reporte.

Para efeitos das divulgações relativas ao justo valor, a Sociedade determina classes de ativos e passivos com base na sua natureza, características e riscos do ativo e do passivo e no nível da hierarquia de justo valor tal como explicados acima.

b) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da Sociedade. O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada; e
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade.

O rédito relativo a juros a receber é especializado e reconhecido pelo método do juro efetivo, de forma a ser reconhecido no exercício a que respeita, independentemente de ser, ou não, emitido o respetivo documento de suporte.

c) Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra refletido na rubrica Outros passivos correntes.

Com a publicação da Lei n.º 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.º 294-A/2013, entraram em vigor no dia 1 de outubro os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho (“FCT”) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (“FGCT”). Neste contexto, as empresas que contratem um novo trabalhador são obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial da indemnização em caso de despedimento. Tendo em conta as características de cada Fundo foi considerado o seguinte:

- as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas na demonstração dos resultados: Nota 2.3 n.1); e
- as entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como gasto do exercício a que respeitam.

Em 2023, é publicada a Lei n.º 13/2023 de 3 de abril, que estabelece, no artigo 32.º, que ficam suspensas as obrigações relativas ao FCT e ao FGCT.

d) Encargos financiamento

Os encargos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente, e correspondentes a um

investimento específico, são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

e) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é composto por imposto corrente e impostos diferidos.

e.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado tributável da Sociedade de acordo com a legislação fiscal em vigor.

Com efeitos a partir de 2014, a Sociedade passou a ser tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no respetivo código, sendo o resultado fiscal agregado apurado na JMCapital sociedade dominante. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada Sociedade é registada nas respetivas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

e.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os impostos diferidos ativos e passivos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Sociedade.

A Sociedade reconhece os impostos diferidos de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos

01

02

03

04

05

06

07

fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

Os Ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada; e
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente as seguintes condições:

- A Sociedade é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e

- É provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data da demonstração da posição financeira; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data da demonstração da posição financeira, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe uma razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. O valor dos impostos diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do ativo por imposto diferido.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, considera-se a taxa de IRC de 21% e nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram impostos diferidos ativos.

f) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Sociedade, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário

da Sociedade (aumentado pela quantia após impostos de dividendos reconhecidos no período com respeito às potenciais ações ordinárias diluidoras, e ajustado por quaisquer outras alterações nos rendimentos ou gastos, que resultariam da conversão das potenciais ações ordinárias diluidoras), pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade, convertíveis em ações da Sociedade.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem e compreendem essencialmente programas de computador.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Sociedade, sejam por ela controlados, sejam identificáveis e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

g.1) Aquisição separada

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

01

02

03

04

05

06

07

g.2) Ativos gerados internamente

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando incorridos, sempre que num projeto interno não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento deste tipo de ativos intangíveis:

Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos Programas de computador, são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

g.3) Amortização de Ativos Intangíveis

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para os ativos. Os ativos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros, são designados ativos intangíveis de vida útil indefinida. Estes

ativos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais.

A Sociedade determina a vida útil e o método de amortização dos seus ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados a este ativo.

As amortizações são calculadas por duodécimos, segundo o método das quotas constantes, utilizando taxas que permitam a sua completa amortização até ao final da respetiva vida útil estimada.

Para um ativo com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, isto é, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis são conforme se segue:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3

A imparidade dos ativos intangíveis é avaliada conforme se encontra divulgado na Nota 2.3 j).

h) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.

Este custo inclui o custo apurado à data de transição para IFRS e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os gastos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como custo de aquisição / construção do ativo.

Com exceção dos terrenos e das obras de arte, que não são depreciables, os ativos fixos tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada, pelo método das quotas constantes a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	2
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	8

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis não inclui o valor residual que se estima no final das respetivas vidas úteis, exceto nos casos em que o mesmo se estima ser imaterial ou exista incerteza quanto à sua realização. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das

01

02

03

04

05

06

07

alterações são tratados como alterações de estimativas, isto é, o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com depreciação é reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica Amortizações e depreciações. Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda menos custos da venda e o valor líquido contábilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais (Notas 7 e 12).

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que, comprovadamente, aumentem a vida útil dos ativos ou a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

i) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente imputáveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo, correspondendo o valor escriturado ao custo deduzido das depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos incorridos relacionados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas nesta rubrica.

As vidas úteis estimadas para as propriedades de investimento são conforme se segue:

Edifícios e outras construções

Anos de vida útil

10 - 40

j) Imparidade de ativos não correntes, excluindo goodwill

A Sociedade avalia se existe qualquer indício de que um ativo possa estar com imparidade à data de reporte, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de algum indício, a Sociedade procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda de imparidade (a imparidade é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso).

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a sociedade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;

- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;

- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;

- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;

- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada; e

- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado do ativo e da sua

01

02

03

04

05

06

07

alienação no final da sua vida útil, descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

k) Participações financeiras em subsidiárias e associadas

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial (“MEP”), exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método. O *goodwill* relacionado com a participada está incluído no valor do investimento financeiro e não é testado individualmente.

Os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias e associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

l) Outros investimentos

Os outros investimentos incluem instrumentos de capital próprio e encontram-se valorizados ao justo valor ou ao custo de aquisição, deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, quando respeitem a contribuições para o FCT (Nota 2.3 a)) ou a títulos de participação no capital de outras empresas, respetivamente.

m) Locações

Um contrato constituiu, ou contém, uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

SOCIEDADE COMO LOCATÁRIA

A Sociedade reconhece um direito de uso ou responsabilidades de locações, para todos os contratos de locação exceto para os contratos de curta duração e de baixo valor.

Direito de Uso

A Sociedade reconhece um direito de uso no momento em que o ativo se encontra disponível para uso. O direito de uso inclui os custos iniciais incorridos para colocar o ativo disponível.

O direito de uso é depreciado numa base duodecimal, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada:

Equipamento de transporte

Anos de vida útil

4 - 5

O direito de uso encontra-se valorizado pelo respetivo custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade, quando aplicável.

Passivo de Locações

A Sociedade reconhece um passivo por locações mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros. Os pagamentos incluem pagamentos fixos e variáveis. Os pagamentos variáveis que não dependem de indexantes e taxas, são reconhecidos como gasto do exercício.

O passivo da locação é mensurado: i) aumentando e reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação; ii) remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração do prazo da locação ou taxa.

Tendo em conta que os contratos de locação não apresentam uma taxa implícita, considerou-se, para o desconto das rendas, uma taxa de juro incremental que varia de acordo com a maturidade do contrato de locação da categoria identificada pela Sociedade - equipamento de transporte.

Contratos de curta duração e de baixo valor

A Sociedade adotou a exceção do reconhecimento de locações de curta duração (contratos com duração inferior a 12 meses) e de baixo valor (inferior a 5 mil euros). Para os contratos de curta duração e de baixo valor, a Sociedade reconhece os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

SOCIEDADE COMO LOCADORA

As locações nas quais a Sociedade não transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo são classificadas como locações operacionais. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período da locação e são apresentados no rédito, devido à sua natureza operacional.

01

02

03

04

05

06

07

As locações em que a Sociedade é locadora, respeitam ao arrendamento de imóveis destinados ao comércio e escritórios, classificados como Propriedades de investimento.

n) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos, quando a Sociedade se torna parte na respetiva relação contratual. São desreconhecidos quando os direitos ou as obrigações subjacentes se extinguem pelo recebimento/pagamento, são canceladas ou expiram.

n.1) Ativos financeiros

Mensuração no reconhecimento inicial

Os ativos financeiros classificam-se, no momento inicial, como:

- i. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados;
- ii. Empréstimos e contas a receber; ou
- iii. Derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efetiva.

No momento inicial todos são valorizados ao justo valor acrescidos dos custos atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro (com exceção dos ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de aquisição são reconhecidos como gastos do exercício).

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente depende da classificação dos ativos. A Sociedade apenas tem ativos financeiros designados como ativos financeiros ao justo valor, empréstimos e contas a receber.

i. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros designados no reconhecimento inicial como ativos ao justo valor através de resultados.

Após o reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados ao justo valor, de acordo com a hierarquia do justo valor descrita na Nota 2.3 a), com as variações de justo valor a serem reconhecidas como resultados do ano.

ii. Empréstimos e Contas a receber

Incluem-se nesta rubrica os saldos a receber de Clientes e Outros devedores.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo seu respetivo valor nominal, deduzido de perdas de realização estimadas. Quando existe evidência de que se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados na rubrica Perdas por imparidade, sendo subsequentemente revertidas por resultados na rubrica Reversões de perdas por imparidade, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Imparidade de ativos financeiros - Devedores e Outros Ativos Financeiros

No final do ano, a Sociedade avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Sociedade reconheceu uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Sociedade, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira; e
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito. A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

n.2) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Mensuração no reconhecimento inicial

Os passivos financeiros classificam-se, no momento inicial, como:

- i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- ii. Empréstimos bancários e obrigacionistas;
- iii. Contas a pagar; ou
- iv. Derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efetiva.

01

02

03

04

05

06

07

No momento inicial todos são valorizados ao justo valor deduzidos dos custos atribuíveis à aquisição desse passivo financeiro (apenas no caso dos empréstimos e contas a pagar; nos outros casos os custos de aquisição são reconhecidos como gasto do exercício).

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente depende da classificação dos passivos, como segue.

ii. Empréstimos bancários e obrigacionistas

Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente e não corrente (neste último caso quando a sua maturidade ultrapassa os 12 meses após a data da demonstração da posição financeira).

iii. Contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor e, subsequentemente, são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva (sempre que o efeito temporal seja conhecido e significativo).

n.3) Instrumentos de Capital Próprio

Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Sociedade, após dedução dos passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

o) Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Na data de cada demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira, são transpostos para euros utilizando-se a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração do resultado do exercício.

p) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalentes a caixa, correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira no passivo corrente.

q) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. No que respeita aos ativos não foi

reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

r) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

s) Rubricas de Capital Próprio

s.1) Capital realizado

Em cumprimento do disposto no artigo 272.º do CSC o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Todo o capital está integralmente subscrito e realizado.

s.2) Reserva Legal

De acordo com o artigo 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social. Por regra, a reserva legal não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artigo 296.º do CSC).

s.3) Ajustamentos em ativos financeiros

Esta rubrica inclui os ajustamentos em investimentos registado pelo método de equivalência patrimonial (“MEP”), nomeadamente os lucros não atribuíveis e a proporção das variações verificadas nos capitais próprios das subsidiárias e associadas.

01

02

03

04

05

06

07

s.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados em exercícios anteriores e que estão disponíveis para distribuição.

t) Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- i. Existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado;
- ii. Seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e
- iii. O montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Sociedade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade de saída de recursos para pagamento dos mesmos seja considerada remota.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação, utilizando uma taxa antes de imposto, que reflete a avaliação de mercado para o período de desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultem de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisão. Considera-se existir um contrato oneroso quando a Sociedade é parte

integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não são possíveis evitar e que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sociedade sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha criado uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

u) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controlo da Sociedade. Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente surge quando existe uma possível obrigação resultante de acontecimentos passados, que se confirmará pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da entidade, ou uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados. Estes passivos não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Contudo, são divulgados nas notas anexas, a menos que a probabilidade de saída de fundos seja remota.

v) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações

financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data, são divulgadas nas notas às demonstrações financeiras.

3. JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS SIGNIFICATIVOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, a Administração da Sociedade utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são como segue:

a) Imparidade de ativos, exceto o goodwill

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser desencadeada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Sociedade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à mesma.

01

02

03

04

05

06

07

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

b) Imparidade do *goodwill*

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição em relação aos Capitais Próprios identificáveis à data da aquisição ou da alteração de controlo. O *goodwill* é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para realização dos testes de imparidade.

O *goodwill* não é amortizado, sendo abatidas ao seu valor as respetivas perdas por imparidade, determinadas anualmente, na data de reporte, ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda de valor (imparidade) é registada no resultado do período, e não pode ser revertida subsequentemente.

Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma UGC são calculados com inclusão do respetivo *goodwill*.

O valor do *goodwill* é testado anualmente, e sempre que se verifiquem circunstâncias que indiquem que o seu valor contabilístico possa estar em situação de imparidade. Os valores recuperáveis das UGC foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada UGC e a escolha de uma taxa de desconto apropriada.

Os valores das avaliações são suportados pelos resultados passados e pelas perspetivas futuras de desenvolvimento dos mercados em que as participadas atuam, tendo sido

elaboradas projeções a 5 anos dos *cash flows* futuros para cada um dos negócios, de acordo com os planos definidos pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2023 foram efetuadas avaliações das subsidiárias mais relevantes, que concluíram pela inexistência de indícios de imparidade em relação aos valores do *goodwill* que se encontram reconhecidos.

Pelo exposto, a Administração considera que o valor do *goodwill* evidenciado na demonstração da posição financeira se aproxima do respetivo valor recuperável, conforme relatado na Nota 17.

c) Provisões

A Sociedade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d) Continuidade das operações

O relatório e contas da Sociedade do exercício de 2023 foi preparado com base num cenário de continuidade das operações.

e) Locações – Estimativa da taxa incremental, do prazo da locação e método de valorização

O reconhecimento das locações tem inerente a determinação da taxa de juro implícita na locação e o prazo de locação.

A Sociedade não consegue determinar facilmente a taxa implícita na locação, pelo que usa a taxa de juro incremental para mensurar o passivo das locações. A taxa de juro incremental é a taxa de juro que a Sociedade teria de pagar num financiamento com condições similares, o que requer se seja feita uma estimativa da taxa quando não existem dados observáveis disponíveis no mercado ou quando as mesmas tenham de ser ajustadas para refletir as condições de financiamento. Com efeito, a Sociedade estima a taxa de juro incremental com base na taxa de referência de mercado.

O prazo das locações é determinado com base na melhor expectativa da gestão, em permanecer no contrato de locação. A Sociedade avalia o prazo das locações por tipologia de contrato, tendo em consideração a possibilidade de exercer com uma certeza razoável a opção de prorrogação da locação:

- Equipamento de transporte – Este tipo de contratos não tem opção de renovação, pelo que o prazo da locação considerado é o prazo do contrato.

4. RÉDITO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o rédito das prestações de serviços tem a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Prestações de serviços:		
Mercado nacional	746 263	646 401
Mercado intracomunitário	2 703 240	1 277 089
	3 449 503	1 923 490

01

02

03

04

05

06

07

5. REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram revertidas provisões para investimentos financeiros, no valor global de 3 754 884 euros. A perda por imparidade reconhecida em exercícios anteriores, para fazer face a perdas na participada Tecnocapital, SGPS, S.A. (atualmente JMCWSG, S.A.), no valor de 3 630 417 euros, foi revertida na totalidade, na sequência do reforço dos capitais próprios desta sociedade com a utilização de prestações acessórias para cobertura de prejuízos. Adicionalmente, a imparidade para fazer face a perdas no Grupo José de Mello Imobiliária foi ajustada, neste exercício, através da reversão de parte do valor registado, no montante de 124 467 euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi revertida perda por imparidade em investimentos financeiros, no montante 37 078 euros, respeitante à participação na Tecnocapital, SGPS, S.A. (denominação alterada para JMCWSG, S.A., em 2023). Esta reversão foi registada em resultado do aumento do capital próprio da participada, nesse exercício.

6. REVERSÕES DE PROVISÕES

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a Sociedade tinha constituída uma provisão de 152 milhões de euros, para fazer face à possibilidade de serem exercidas contra a Sociedade, dado o princípio de solidariedade acordado, as opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, S.A. e detidos por instituições de crédito, pelo que, num primeiro momento, a Sociedade poderia ter de assumir uma responsabilidade naquele montante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as opções de venda sobre os referidos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis foram exercidas pelas instituições de crédito, tendo a Sociedade passado a deter Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, S.A., no montante de 76 milhões de euros e um crédito sobre a outra entidade envolvida no acordo, no mesmo montante. Posteriormente, os referidos valores mobiliários foram convertidos em ações representativas de capital social da MGI Capital, S.A. e a sociedade Têxtil Manuel Gonçalves, S.A. procedeu ao pagamento de parte da dívida. Na sequência das referidas operações, a provisão existente foi reduzida para 73,1 milhões de euros.

A manutenção da provisão criada em 2020 justificou-se pela prudência que o plano de pagamento definido com a outra entidade envolvida no acordo com as instituições de crédito, a muito longo prazo, exigia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a provisão apresentava o montante de 71,7 milhões de euros.

No exercício em análise, o plano de pagamento da dívida não foi cumprido, pelo que a Sociedade, por prudência, entendeu registar a imparidade sobre a totalidade do crédito existente (Nota 24), acrescido dos juros aplicáveis (Nota 26). A Sociedade considera que o incumprimento se deve a circunstâncias extraordinárias e que o plano de pagamento acordado será retomado, o que irá permitir, em exercícios futuros, o registo da reversão da imparidade registada. A par, a Sociedade procedeu à reversão da provisão que mantinha por prudência.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram revertidas provisões no valor global de 2 556 841 euros, composto pelas parcelas de 2 012 940 euros, 43 901 euros e 500 000 euros, conforme descrito nos pontos seguintes:

- a) Foi revertida parte da provisão constituída em exercícios anteriores, no valor de 2 012 940 euros, correspondentes ao valor do crédito de 76 milhões de euros, recebido no exercício;

- b) Foi revertida provisão, no montante de 43 901 euros respeitante a processo judicial de recuperação de dívida de cliente. A par desta reversão, procedeu-se à classificação da dívida em clientes de cobrança duvidosa e reconhecimento de imparidade sobre a referida dívida; e
- c) Foi, ainda, revertida uma provisão para fazer face a outros riscos e encargos identificados pela Gestão no exercício de 2018, no montante de 500 000 euros, uma vez que os riscos identificados naquela data deixaram de existir.

7. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Outros rendimentos operacionais tem o seguinte detalhe:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Benefícios de penalidades contratuais (a.)	2 998 416	-
Cedência e aluguer de espaço	176 216	223 929
Reembolso IVA	21 332	690 394
Ganhos obtidos na alienação e abate de tangíveis	20 000	5 000
Rendimentos suplementares	12 603	5 717
Subsídios à exploração	-	998
Outros rendimentos operacionais	82 963	59 887
	3 311 530	985 925

- (a.) A rubrica Benefícios de penalidades contratuais, no exercício de 2023, respeita ao resultado, líquido de despesas incorridas em exercícios anteriores, da conciliação judicial de dois processos que envolveram uma participada da Sociedade, entretanto dissolvida.

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Fornecimentos e serviços externos tem a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Trabalhos especializados	2 971 456	1 389 142
Rendas e alugueres	386 818	239 708
Deslocações e estadas	136 392	97 362
Vigilância e segurança	122 803	89 483
Combustíveis	113 100	121 084
Conservação e reparação	89 626	95 588
Limpeza, higiene e conforto	86 276	82 012
Outros fornecimentos	71 800	73 144
Seguros	71 231	65 163
Comunicação	60 826	82 862
Artigos para oferta	44 021	49 352
Honorários	34 848	70 558
Eletricidade	20 513	29 640
Despesas de representação	14 953	17 212
Material de escritório	11 354	16 151
Água	7 740	7 003
Ferramentas e utensílios	4 921	2 483
Publicidade e propaganda	4 862	4 069
Contencioso e notariado	2 624	1 264
Comissões	1 021	629
Outros serviços	64 847	52 456
	4 322 035	2 586 362

9. GASTOS COM O PESSOAL

Os Gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Remunerações dos órgãos sociais	8 120 000	4 846 626
Remunerações do pessoal	4 727 395	3 972 876
Encargos sobre remunerações	1 390 185	1 285 578
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	47 361	39 835
Indemnizações	-	25 000
Outros gastos com pessoal	517 884	429 289
	14 802 824	10 599 204

O número de colaboradores ao serviço da Sociedade, no final do exercício 2023 foi de 90 (82, em 2022).

10. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIações

A rubrica Amortizações e depreciações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, decompõe-se como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativos intangíveis (Nota 18)	84 608	96 596
Direito de uso (Nota 19)	241 797	225 317
Ativos fixos tangíveis (Nota 20)	315 851	305 789
Propriedades de investimento (Nota 21)	25 474	27 597
	667 730	655 299

11. PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	Clientes (Nota 23)	Outros devedores (Nota 24)	Outros ativos (Nota 26)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	121 184	455 471	-	576 655
Reforço	37 499	-	-	37 499
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158 683	455 471	-	614 153
Reforço	-	71 693 060	1 171 968	72 865 028
Saldo em 31 de dezembro de 2023	158 683	72 148 531	1 171 968	73 479 182

12. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica Outros gastos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, decompõe-se como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Donativos	314 652	135 813
Impostos indiretos	274 859	171 968
Quotizações	72 902	53 678
Impostos diretos	13 097	12 840
Multas e penalidades	705	573
Taxas	93	775
Outros gastos	32 052	124 011
	708 360	499 658

13. RESULTADOS FINANCEIROS

Os Resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, têm a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Gastos financeiros:		
Juros suportados	6 385 219	2 491 729
Comissões e serviços bancários	28 958	40 130
Encargos com emissão de empréstimos obrigacionistas	196	-
	6 414 373	2 531 860
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos	1 851 769	728 606
	1 851 769	728 606
Resultados relativos a empresas associadas (Nota 22):		
Aplicação do método de equivalência patrimonial	102 247 445	100 962 231
Ganhos/(Perdas) na alienação de associadas	1 150	-
Outros resultados de investimentos em associadas	(3 629 322)	70 893
Ganhos/(Perdas) com responsabilidades em investimentos	-	(2 338 393)
Provisões para investimentos	-	(576 373)
	98 619 273	98 118 357

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade está sujeita a IRC, à taxa nominal de 21% sobre a matéria coletável. A estes montantes poderá ser acrescida a Derrama Municipal até uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, quando aplicável, é acrescida a Derrama Estadual de 3% do excedente do lucro tributável entre 1 500 000 euros a 7 500 000 euros, de 5% entre 7 500 000 euros e 35 000 000 euros e 9% superior a 35 000 000 euros. Nos termos do artigo 88.º do CIRC, a Sociedade encontra-se adicionalmente sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo referido.

Conforme referido na alínea e.1) da Nota 2.3, acima, com efeitos a partir de 2014, a Sociedade passou a dominar um grupo de sociedades tributado em sede de IRC segundo o RETGS previsto no respetivo código. A estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registada nas respetivas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Imposto corrente:		
Relativo ao exercício corrente	(124 562)	(178 171)
Diferença de estimativa de imposto do exercício anterior	13 161 119	5 254 099
Encargo do exercício	13 036 557	5 075 928

01

02

03

04

05

06

07

A reconciliação numérica entre a taxa efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é indicada no quadro seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Resultados antes de impostos	82 899 669	87 440 416
Taxa de imposto sobre o rendimento	21%	21%
Imposto sobre o lucro à taxa normal	17 408 931	18 362 487
Rendimentos não tributáveis	(314 743 792)	(106 703 972)
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	204 798 285	7 216 060
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	(27 045 837)	(12 047 496)
Reporte fiscal utilizado	-	-
Taxa de imposto sobre o rendimento	21%	21%
Imposto calculado	-	-
Tributações autónomas	(124 562)	(178 171)
Excesso / (Insuficiência) de estimativa	13 161 119	5 254 099
Imposto corrente	13 036 557	5 075 928
Taxa efetiva de imposto	15,73%	5,81%

No âmbito do RETGS, em 31 de dezembro de 2023, existem diferenças temporárias relativas a prejuízos reportáveis a nível consolidado, no montante global de 137 752 604 euros (172 225 099 euros em 2022) que, de acordo com as taxas de IRC atualmente em vigor, podem resultar em ativos por impostos diferidos de cerca de 28 928 047 euros (36 167 271 euros em 2022).

	31 dez 2023	31 dez 2022
Gerados em 2014	10 013 574	10 013 574
Gerados em 2015	74 742 020	74 742 020

Gerados em 2020

31 dez 2023 — 31 dez 2022

-

1 933 214

Gerados em 2021

52 997 011

85 536 292

137 752 604

172 225 099

A Lei do Orçamento do Estado para 2023 (“OE 2023”), com entrada em vigor a 1 de janeiro, veio eliminar a limitação temporal de dedução de prejuízos fiscais em exercícios seguintes, quer para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de 2023 em diante, quer para os prejuízos fiscais apurados em períodos anteriores e cujo período de dedução ainda se encontre em curso. Ainda no âmbito do OE 2023, o limite anual da dedução ao lucro tributável foi reduzido para 65% a partir de 2023 (em vez de 70%, em vigor até essa data). A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação, limitada, até 2022, a 70% do respetivo lucro tributável, e a partir de 2023, a 65% do respetivo lucro tributável, pode ser incrementada em 10 p.p. quando a diferença resulte de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021, conforme previsto na Lei n.º 27 - A/2022, de 24 de julho (Orçamento Suplementar de 2021).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (cinco anos para a Segurança Social).

Relativamente aos exercícios de 2023 e 2022, a Administração da Sociedade não prevê que venha a ser efetuada qualquer liquidação adicional de IRC, com impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

15. DIVIDENDOS

Na sequência de deliberação em Assembleia Geral de 30 de maio de 2023, a Sociedade procedeu à distribuição de Resultados transitados no montante de 6 610 000 euros, tendo por base a demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2022.

A respeito do exercício corrente, o Conselho de Administração propõe não atribuir dividendos. Esta proposta está sujeita à aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, a realizar em maio.

16. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Resultado líquido do exercício	95 936 226	92 516 344
Número médio ponderado de ações	5 000 000	5 000 000
Resultado básico por ação	19,19	18,50
Resultado diluído por ação	19,19	18,50

Pelo facto de, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

01

02

03

04

05

06

07

≡

132

17. GOODWILL

Os valores registados no *goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respeitam às operações de fusão por incorporação, das subsidiárias Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A., Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. e José de Mello – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., na José de Mello Capital, S.A..

No presente exercício de 2023, não existem indícios de imparidade em relação ao montante de *goodwill* que se encontra reconhecido.

18. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica era composta como segue:

	31 dez 2023		
	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Programas de computador	767 644	(652 587)	115 057
Ativos intangíveis em curso	28 832	-	28 832
	796 476	(652 587)	143 889

	31 dez 2022		
	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Programas de computador	677 273	(567 979)	109 294
Ativos intangíveis em curso	71 708	-	71 708
	748 980	(567 979)	181 002

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	613 560	11 071	624 632
Aquisições	63 712	60 637	124 349
Saldo em 31 de dezembro de 2022	677 273	71 708	748 980
Aquisições	14 779	32 716	47 496
Transferências e abates	75 592	(75 592)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	767 644	28 832	796 476
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	(471 382)	-	(471 382)
Amortizações do período (Nota 10)	(96 596)	-	(96 596)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(567 979)	-	(567 979)
Amortizações do período (Nota 10)	(84 608)	-	(84 608)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(652 587)	-	(652 587)
Valor líquido:			
Em 31 de dezembro de 2022	109 294	71 708	181 002
Em 31 de dezembro de 2023	115 057	28 832	143 889

01

02

03

04

05

06

07

19. DIREITO DE USO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica era composta como segue:

	31 dez 2023		
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Equipamento de transporte	1 006 418	(525 151)	481 268
	1 006 418	(525 151)	481 268

	31 dez 2022		
	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Equipamento de transporte	892 636	(408 414)	484 221
	892 636	(408 414)	484 221

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Equipamento de transporte
Ativo bruto:	
Saldo em 1 de janeiro de 2022	869 473
Adições	270 396
Alienações, abates e regularizações	(247 234)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	892 636
Adições	238 843
Alienações, abates e regularizações	(125 061)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1 006 418
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:	
Saldo em 1 de janeiro de 2022	(430 332)
Depreciação do período (Nota 10)	(225 317)
Alienações, abates e regularizações	247 234
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(408 414)
Depreciação do período (Nota 10)	(241 797)
Alienações, abates e regularizações	125 061
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(525 151)
Valor líquido:	
Em 31 de dezembro de 2022	484 221
Em 31 de dezembro de 2023	481 268

Não foram identificados indícios de imparidade relativamente aos ativos registrados como direito de uso.

20. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica era composta como segue:

	31 dez 2023		
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	2 344 473	-	2 344 473
Edifícios e outras construções	10 973 843	(5 939 906)	5 033 937
Equipamento básico	17 810	(6 781)	11 029
Equipamento de transporte	80 219	(80 219)	-
Equipamento administrativo	2 293 340	(2 173 277)	120 063
Outros ativos fixos tangíveis	3 110 843	(141 537)	2 969 306
Ativos fixos tangíveis em curso	533 913	-	533 913
	19 354 440	(8 341 719)	11 012 721

	31 dez 2022		
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	2 344 473	-	2 344 473
Edifícios e outras construções	10 947 258	(5 686 990)	5 260 268
Equipamento básico	7 288	(4 244)	3 045
Equipamento de transporte	146 460	(131 181)	15 279
Equipamento administrativo	2 247 252	(2 118 882)	128 370
Outros ativos fixos tangíveis	3 110 843	(140 658)	2 970 185
Ativos fixos tangíveis em curso	105 464	-	105 464
	18 909 038	(8 081 954)	10 827 084

01

02

03

04

05

06

07

Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:								
Saldo em 1 de janeiro de 2022	2 344 473	10 861 067	5 212	142 719	2 158 255	3 110 843	22 162	18 644 730
Aquisições	-	86 191	2 077	16 241	88 997	-	83 302	276 808
Alienações	-	-	-	(12 500)	-	-	-	(12 500)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2 344 473	10 947 258	7 288	146 460	2 247 252	3 110 843	105 464	18 909 038
Aquisições	-	26 585	10 522	-	46 947	-	428 449	512 502
Alienações	-	-	-	(66 241)	(858)	-	-	(67 099)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2 344 473	10 973 843	17 810	80 219	2 293 340	3 110 843	533 913	19 354 440
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade:								
Saldo em 1 de janeiro de 2022	-	(5 439 247)	(2 490)	(138 136)	(2 069 014)	(139 778)	-	(7 788 665)
Depreciação do período (Nota 10)	-	(247 742)	(1 753)	(5 545)	(49 868)	(879)	-	(305 789)
Alienações	-	-	-	12 500	-	-	-	12 500
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(5 686 990)	(4 244)	(131 181)	(2 118 882)	(140 658)	-	(8 081 954)
Depreciação do período (Nota 10)	-	(252 916)	(2 538)	(4 790)	(54 729)	(879)	-	(315 851)
Alienações	-	-	-	55 752	334	-	-	56 086
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(5 939 906)	(6 781)	(80 219)	(2 173 277)	(141 537)	-	(8 341 719)
Valor líquido:								
Em 31 de dezembro de 2022	2 344 473	5 260 268	3 045	15 279	128 370	2 970 185	105 464	10 827 084
Em 31 de dezembro de 2023	2 344 473	5 033 937	11 029	-	120 063	2 969 306	533 913	11 012 721

01

02

03

04

05

06

07

21. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica era composta como segue:

	31 dez 2023		31 dez 2022			
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	285 793	-	285 793	285 793	-	285 793
Edifícios e outras construções	920 589	(349 161)	571 429	920 589	(323 687)	596 902
	1 206 382	(349 161)	857 221	1 206 382	(323 687)	882 695

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram como segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	285 793	920 589	1 206 382
Saldo em 31 de dezembro de 2022	285 793	920 589	1 206 382
Saldo em 31 de dezembro de 2023	285 793	920 589	1 206 382
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	-	(296 090)	(296 090)
Depreciação do período (Nota 10)	-	(27 597)	(27 597)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(323 687)	(323 687)
Depreciação do período (Nota 10)	-	(25 474)	(25 474)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(349 161)	(349 161)
Valor líquido:			
Em 31 de dezembro de 2022	285 793	596 902	882 695
Em 31 de dezembro de 2023	285 793	571 429	857 221

22. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS

O detalhe dos investimentos em subsidiárias, associadas e outros investimentos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Subsidiárias e conjuntamente controladas - MEP	534 387 277	556 582 614
Subsidiárias e conjuntamente controladas - prestações acessórias	21 119 745	3 094 568
Subsidiárias e conjuntamente controladas - suprimentos	23 821 517	23 297 117
Total investimentos em subsidiárias, associadas e controlo conjunto	579 328 539	582 974 299
Investimentos noutras empresas	4 420 842	4 375 313
Investimentos noutras empresas - prestações acessórias	-	30 000
Investimentos noutras empresas - suprimentos	16 906 360	35 626 680
Total outros investimentos	21 327 203	40 031 993

01

02

03

04

05

06

07

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade detinha as seguintes participações registadas pelo método de equivalência patrimonial:

	31 dez 2023						
	Sede	Percentagem de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	Funchal	100,00%	327 915 517	138 420 755	189 494 762	24 956 691	189 494 762
Bondalti Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	420 008 493	248 713 846	171 294 647	50 696 004	188 865 303
CUF, S.A.	Lisboa	65,85%	1 007 402 458	796 877 690	210 524 769	37 817 963	140 391 740
JMCWSG, S.A. (a.)	Lisboa	100,00%	47 709 046	16 492 956	31 216 089	1 672 692	13 216 089
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	Lisboa	62,99%	24 225 692	19 900 486	4 325 206	52 631	1 993 923
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	Lisboa	100,00%	18 163 119	12 673 802	5 489 317	131 005	-
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	702 655	277 195	425 460	28 272	425 460
Lifthium Energy, S.A. (b.)	Lisboa	85,00%	1 960 081	2 402 718	(442 637)	(1 392 637)	-
							534 387 277

	31 dez 2022						
	Sede	Percentagem de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	Funchal	100,00%	518 002 783	266 410 335	251 592 448	26 685 747	251 592 448
Bondalti Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	378 267 216	218 353 855	159 913 362	51 822 711	177 095 641
CUF, S.A.	Lisboa	65,85%	900 970 157	711 967 697	189 002 460	34 527 872	125 536 572
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	Lisboa	62,99%	25 301 453	21 055 486	4 245 968	(475 429)	1 960 766
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	Lisboa	100,00%	29 731 646	24 348 169	5 383 478	(2 280 594)	-
Tecnocapital, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	100 335	1 046	99 290	37 078	-
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	795 918	398 730	397 188	16 685	397 188
							556 582 614

(a.) Em 2023, a Tecnocapital, SGPS, S.A. alterou a sua designação social para JMCWSG, S.A..

(b.) No exercício de 2023, foi adquirida uma participação de 85% na sociedade Lifthium Energy, S.A., que se dedica à refinação em larga escala de lítio verde e ao desenvolvimento de um ecossistema de refinação inovador, marcado pela elevada eficiência e pela adoção de tecnologias sustentáveis.

O capital próprio das subsidiárias, evidenciado nos quadros, poderá incluir os interesses que não controlam.

As subsidiárias José de Mello Imobiliária, SGPS S.A. e Lifthium Energy, S.A. apresentam capitais próprios negativos, se expurgados das prestações acessórias concedidas, situação que justifica a quantia escriturada nula.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade detinha as seguintes participações em empresas associadas, entidades conjuntamente controladas e outras empresas:

	31 dez 2023						
	Sede	Percentagem de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
Empresas associadas							
Bem Comum, Soc. Capital de Risco, S.A. Entidades conjuntamente controladas	Lisboa	32,00%		Informação não disponível			80 000
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	Lisboa	50,00%		Informação não disponível			-
Outras empresas							
Guimarães de Mello II - Portugal, S.A. (a.)	Lisboa	-		Informação não aplicável			-
Guimarães de Mello, S.A.	Lisboa	10,00%	26 424 576	17 107 158	9 317 418	6 409 204	97 500
Fundo Bem Comum FCR	Lisboa	n/a		Informação não disponível			500 000
Fundo Shilling Founders Fund (b.)	Lisboa	0,91%		Informação não disponível			3 128 871
Fundo Faber Tech II (c.)	Lisboa	0,82%	41 572 529	31 331	41 541 198	1 522 154	337 037
Faber Partners, SA (associação em participação) (d.)	Lisboa	n/a		Informação não aplicável			237 767
Fundo de Compensação do Trabalho	Lisboa	n/a		Informação não aplicável			39 667
							4 420 842
31 dez 2022							
	Sede	Percentagem de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
Empresas associadas							
Bem Comum, Soc. Capital de Risco, S.A. Entidades conjuntamente controladas	Lisboa	32,00%		Informação não disponível			80 000
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	Lisboa	48,94%		Informação não disponível			-
Outras empresas							
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	Funchal	10,00%	142 740	25 593	117 147	27 556	5 050
Guimarães de Mello, S.A.	Lisboa	10,00%	38 886 242	35 889 224	2 997 018	(303 396)	97 500
Fundo Bem Comum FCR	Lisboa	n/a		Informação não disponível			500 000
Fundo Shilling Founders Fund (b.)	Lisboa	0,91%	53 189 725	719 963	52 469 763	623 006	3 090 000
Fundo Faber Tech II (c.)	Lisboa	0,82%	40 049 946	30 902	40 019 044	(1 714 806)	324 383
Faber Partners, SA (associação em participação) (d.)	Lisboa	n/a		Informação não aplicável			244 208
Fundo de Compensação do Trabalho	Lisboa	n/a		Informação não aplicável			34 171
							4 375 313

01

02

03

04

05

06

07

- (a.) Em 2023, esta participada alterou a sua designação social de Scauri – Consultadoria Económica e Participações, S.A. para Guimarães de Mello II – Portugal, S.A.. No mesmo exercício, concretizou uma operação de redução do capital social, por extinção das ações detidas pela José de Mello Capital, deixando a Sociedade de participar no seu capital social.
- (b.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade contratou o investimento no Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund, no montante de 3 090 000 euros, com entradas no capital diferidas no prazo máximo de 6 anos. Em 31 de dezembro de 2023, o capital por realizar ascende a 2 086 mil euros (Nota 33).
- (c.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade subscreveu 250 unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Tech II, no montante de 250 000 euros. Em 31 de dezembro de 2023, o capital por realizar ascende a 89 230 euros (Nota 33), correspondendo a quantia escriturada ao justo valor do investimento, na data de reporte.
- (d.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade celebrou um contrato de associação em participação, contribuindo com 250 000 euros para uma capital pool no montante global de 1 500 000 euros, com o objetivo de participar na atividade da Faber Partners, S.A.. A quantia escriturada corresponde ao valor do investimento, deduzido dos reembolsos efetuados pela sociedade de capital de risco, em pro rata, aos investidores.

Esta rubrica inclui participações de capital, prestações acessórias e empréstimos de financiamento concedidos.

O detalhe dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados relativos a participações em subsidiárias, associadas, controlo conjunto e outras participações, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como se segue:

	31 dez 2023					
	Equivalência patrimonial (Nota 13)	Ganhos/ (Perdas) na alienação	Imparidade	Provisões (Nota 6)	Outros (Nota 13)	Total
JMCWSG, S.A.	1 672 692	-	-	-	(3 682 271)	(2 009 579)
CUF, S.A.	24 903 129	-	-	-	-	24 903 129
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	33 157	-	-	-	-	33 157
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	28 272	-	-	-	-	28 272
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	24 956 691	-	-	-	-	24 956 691
Bondalti Capital, S.A.	50 696 004	-	-	-	-	50 696 004

	31 dez 2023					
	Equivalência patrimonial (Nota 13)	Ganhos/ (Perdas) na alienação	Imparidade	Provisões (Nota 6)	Outros (Nota 13)	Total
Lifthium Energy, S.A.	(42 500)	-	-	-	-	(42 500)
Fundo Faber Tech II	-	-	-	-	51 524	51 524
Fundo de Compensação do Trabalho	-	-	-	-	1 425	1 425
Outros	-	1 150	-	-	-	1 150
	102 247 445	1 150	-	-	(3 629 322)	98 619 273

	31 dez 2022					
	Equivalência patrimonial (Nota 13)	Ganhos/ (Perdas) na alienação	Imparidade	Provisões (Nota 6)	Outros (Nota 13)	Total
CUF, S.A.	22 736 604	-	-	-	-	22 736 604
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	-	-	(2 287 133)	-	-	(2 287 133)
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	(299 516)	-	-	-	-	(299 516)
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	16 685	-	-	-	-	16 685
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	26 685 747	-	-	-	-	26 685 747
Bondalti Capital, S.A.	51 822 711	-	-	-	-	51 822 711
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	-	-	(51 260)	-	-	(51 260)
MGI Capital, S.A.	-	-	-	(576 373)	-	(576 373)
Fundo Faber Tech II	-	-	-	-	72 355	72 355
Fundo de Compensação do Trabalho	-	-	-	-	(1 462)	(1 462)
	100 962 231	-	(2 338 393)	(576 373)	70 893	98 118 357

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade realizou a cobertura de prejuízos na Tecnocapital, SGPS, S.A., mediante a conversão de prestações acessórias, no montante de 3 682 271 euros. Posteriormente, conforme acima referido, a Tecnocapital, SGPS, S.A. alterou a sua denominação para JMCWSG, S.A., assumindo, a partir dessa data, o papel de holding da atividade vitivinícola do Grupo.

O montante de 1 150 euros relativo a ganhos e perdas na alienação de investimentos em associadas, resulta de uma perda de 50 euros na sequência da já referida redução de capital social da Scauri – Consultadoria Económica e Participações, S.A. (atualmente Guimarães de Mello II – Portugal, S.A.), mediante a entrega das ações detidas pela José de Mello Capital e de um ganho de 1 200 euros na sequência da entrega para participação na Ravasqueira Vinhos, S.A., adquirida neste exercício, para aumento de capital da JMCWSG, S.A..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidos ganhos de justo valor na valorização do Fundo Faber Tech II e Fundo de Compensação do Trabalho, nos montantes de 51 524 euros e 1 425 euros, respetivamente (72 355 euros e 1 462 euros, respetivamente, em 2022).

Em resultado dos testes de imparidade realizados com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, efetuados de acordo com o descrito na alínea k) da Nota 2.3, a Sociedade registou perdas por imparidade sobre o *goodwill* relativo ao aumento de capital MGI Capital – Sistemas de Gestão, S.A. e sobre as prestações acessórias concedidas à José de Mello Imobiliária SGPS S.A..

As partes de capital detidas em empresas subsidiárias, associadas e outras empresas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31 dez 2023		
	MEP	Outras	Total
Saldo em 1 janeiro	556 582 614	4 375 313	560 957 927
Aplicação de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados	102 247 445	-	102 247 445
Efeito em capital próprio	(12 153 737)	-	(12 153 737)
Dividendos recebidos	(123 731 545)	-	(123 731 545)
Provisões e perdas por imparidade	-	-	-
Aquisições e aumentos	22 841 300	57 327	22 898 627
Alienações, abates e diminuições	(11 398 800)	(11 798)	(11 410 598)
Saldo em 31 de dezembro	534 387 277	4 420 842	538 808 119

	31 dez 2022		
	MEP	Outras	Total
Saldo em 1 janeiro	452 778 055	4 047 899	456 825 954
Aplicação de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados	100 962 231	-	100 962 231
Efeito em capital próprio	5 592 329	-	5 592 329
Dividendos recebidos	(2 750 000)	-	(2 750 000)
Provisões e perdas por imparidade	(51 260)	-	(51 260)
Aquisições e aumentos	51 260	335 468	386 728
Alienações, abates e diminuições	-	(8 054)	(8 054)
Saldo em 31 de dezembro	556 582 614	4 375 313	560 957 927

As prestações acessórias e suprimentos tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Saldo em 1 de janeiro	62 048 365	78 878 225
Reforços	50 674 400	5 187 078
Reduções	(54 630 027)	(19 766 882)
Reversões de perdas por imparidade	3 754 884	37 078
Perdas por imparidade	-	(2 287 133)
Saldo em 31 de dezembro	61 847 622	62 048 365

01

02

03

04

05

06

07

23. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores, tinha a seguinte composição:

	31 dez 2023		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 11)	Valor líquido
Clientes - conta corrente	282 817	-	282 817
Clientes de cobrança duvidosa	158 683	(158 683)	-
Adiantamentos a fornecedores	9 104	-	9 104
Total	450 604	(158 683)	291 921

	31 dez 2022		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 11)	Valor líquido
Clientes - conta corrente	228 679	-	228 679
Clientes de cobrança duvidosa	158 683	(158 683)	-
Adiantamentos a fornecedores	105 757	-	105 757
Total	493 118	(158 683)	334 435

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade, as quais foram estimadas de acordo com uma análise dos riscos económicos associados à sua cobrança. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 1 janeiro de 2022, a antiguidade de clientes era a que se encontra detalhada abaixo:

	Total	Em Imparidade	Sem imparidade ou antiguidade	Vencidas mas sem Imparidade				
				< 30 dias	30-60 dias	61-90 dias	91-120 dias	> 120 dias
Em 31 de dezembro de 2023	282 817	(158 683)	133 256	93 501	8 097	3 843	-	202 803
Em 31 de dezembro de 2022	228 679	(158 683)	114 224	59 411	2 891	-	-	210 835
Em 1 de janeiro de 2022	145 206	(121 184)	9 693	63 328	10 855	-	6 023	176 491

24. OUTROS DEVEDORES CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas têm a seguinte composição:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Outros devedores	4 690 396	67 606 591	2 622 695	69 659 991
Pessoal	246	-	1 784	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 11)	(4 541 940)	(67 606 591)	(455 471)	-
	148 701	-	2 169 008	69 659 991

Em 31 de dezembro de 2023, os montantes de 4 milhões de euros e 67,6 milhões de euros, incluídos na rubrica Outros devedores no ativo corrente e ativo não corrente (2 milhões de euros e 69,7 milhares de euros, em 2022) respeitam a um crédito resultante das opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital. Tal como referido na Nota 6, no exercício de 2023, a Sociedade reverteu a provisão constituída em exercícios anteriores e reconheceu imparidade sobre o valor em dívida, uma vez que o plano de pagamento da mesma não está a ser cumprido pela entidade devedora.

25. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos com estas entidades eram como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Saldos devedores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	4 130 351	1 412 677
Imposto sobre o Valor Acrescentado	414 839	301 586
	4 545 190	1 714 262
Saldos credores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	-	133 283
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	395 622	263 208
Contribuições para a Segurança Social	157 319	144 158
Outros impostos	9 000	-
	561 941	540 650

26. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Acréscimo de rendimentos		
Juros a receber	1 645 196	473 012

	31 dez 2023	31 dez 2022
Outros acréscimos de rendimentos	1 287 943	1 278 198
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 11)	(1 171 968)	-
	1 761 171	1 751 210
Gastos diferidos		
Seguros	197 002	157 840
Fornecimentos e serviços externos diversos	57 607	82 161
	254 609	240 001
	2 015 780	1 991 211

Em 31 de dezembro de 2023, parte do valor evidenciado em Juros a receber, no montante de 1 171 968 euros, respeita aos juros da dívida que resultou da conversão das opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, para o qual foi reconhecida perda por imparidade no mesmo valor (Nota 5).

27. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Caixa	1 482	899
Depósitos à ordem	12 563 973	13 028 709
Depósitos a prazo	83 200 000	10 000 000
	95 765 454	23 029 608

A rubrica caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica Depósitos à ordem inclui depósitos, no montante de 3 239 317 euros (6 351 497 euros em 2022), dados como penhor para fazer face a financiamentos contraídos junto de instituições financeiras (Nota 37).

28. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 5.000.000 de ações nominativas, com o valor nominal de cinco euros por ação.

À data da demonstração da posição financeira não existem títulos emitidos que confirmam aos seus detentores direitos especiais para além daqueles que se encontram consignados nos estatutos da Sociedade (caso das ações) e nas condições gerais de emissão dos empréstimos obrigacionistas (caso das obrigações).

29. RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DO CAPITAL PRÓPRIO

Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reserva legal ascendia a 5 000 000 euros.

De acordo com a legislação em vigor, a Sociedade é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, a não ser em caso de dissolução da Sociedade, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Ajustamentos de partes de capital em associadas

No decorrer dos exercícios de 2023 e 2022, as alterações ocorridas nesta rubrica resultam de ajustamentos nas participações por via do método de equivalência patrimonial (Nota 22), cujas variações são reconhecidas em capital próprio e não em resultados.

30. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os empréstimos obtidos eram como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários	103 385 747	144 444 545
Empréstimos por obrigações	98 625 871	23 260 000
	202 011 619	167 704 545
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários	7 512 751	4 860 111
Empréstimos por obrigações	807 008	67 660 572
	8 319 759	72 520 684

a) Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários apresentam os seguintes prazos de reembolso, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Até 1 ano	7 512 751	4 860 111
	7 512 751	4 860 111
Até 2 anos	7 213 923	3 953 458
Até 3 anos	7 466 054	4 455 322
Até 4 anos	9 068 819	5 957 453
Até 5 anos	9 071 853	7 560 218
Mais de 5 anos	70 565 098	122 518 094
	103 385 747	144 444 545
	110 898 498	149 304 656

b) Empréstimos por obrigações

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os empréstimos por obrigações (não convertíveis) eram compostos pelas seguintes emissões:

	31 dez 2023				
	Taxa de juro	Maturidade	Emissão	Em circulação nominal	Obrigações em carteira
José Mello 2007 1ª	Euribor a 6M + 0,75%	jun/27	22 750 000	11 500 000	11 250 000
José Mello 2008 1ª	Euribor a 6M + 0,75%	jun/28	51 130 000	51 130 000	-
José Mello 2010 1ª	Euribor a 6M + 2,00%	dez/25	200 000	200 000	-
GMP 2010 1ª	Euribor a 6M + 2,00%	jun/25	310 000	310 000	-
José Mello 2023 1ª (a.)	Taxa fixa - 4,5%	jun/28	29 900 000	29 900 000	-
Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028 (b.)	Euribor a 6M + 1,275%	dez/28	4 000 000	4 000 000	-
			108 290 000	97 040 000	11 250 000

	31 dez 2022				
	Taxa de juro	Maturidade	Emissão	Em circulação nominal	Obrigações em carteira
José Mello 2007 1ª	Euribor a 6M + 0,75%	jun/27	35 000 000	22 750 000	12 250 000
José Mello 2007 2ª	Euribor a 3M + 4,50%	jun/23	40 000 000	16 500 000	23 500 000
José Mello 2008 1ª	Euribor a 6M + 0,75%	jun/23	53 180 000	51 130 000	2 050 000
José Mello 2010 1ª	Euribor a 6M + 2,00%	dez/25	200 000	200 000	-
GMP 2010 1ª	Euribor a 6M + 2,00%	jun/25	310 000	310 000	-
			128 690 000	90 890 000	37 800 000

(a.) A emissão obrigacionista “José Mello 2023 1ª” corresponde a obrigações escriturais e nominativas, com data de reembolso no dia 15 de junho de 2028 e taxa de juro fixa bruta de 4,5% e visa refinar novos projetos e gerir a tesouraria.

(b.) A emissão obrigacionista “Sustainability Bond José de Mello Capital 2023 – 2028” visa financiar o projeto de investimento realizado pela José de Mello Capital na remodelação do seu edifício de escritórios na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, o qual incorporará diversas medidas de eficiência energética e utilização de materiais mais sustentáveis e sem substâncias nocivas, mas também de valorização do capital humano (incluindo a criação de espaços mais confortáveis, modernizados e seguros para os colaboradores, assim como a criação de acesso a utentes de mobilidade reduzida na entrada do edifício) tendo, assim, impactos ambientais e sociais positivos.

31. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os passivos de locação têm a seguinte maturidade:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Até 1 ano	277 734	285 238
	277 734	285 238
Entre 2 a 5 anos	211 238	204 702
	211 238	204 702

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram reconhecidos os seguintes montantes em gasto:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Depreciação do direito de uso (Nota 10)	241 797	225 317
Juros dos contratos de locação	12 193	11 881
Rendas dos contratos de curta duração e de baixo valor	20 761	10 387
	274 751	247 585

32. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Fornecedores, conta corrente	1 090 721	453 269
	1 090 721	453 269

33. OUTROS CREDORES CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas (Nota 36)	4 053 072	-	1 319 012	-
Pessoal	3 019	-	379	-
Credores por subscrições não liberadas:				
Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund	-	2 085 750	-	2 781 000
Fundo de Capital de Risco Faber Tech II	-	89 230	-	121 337
Outros credores	143 612	-	256 327	-
	4 199 704	2 174 980	1 575 718	2 902 337

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes respeitantes a entidades relacionadas resultam principalmente de pagamentos antecipados por conta de IRC, no âmbito do RETGS (Nota 14).

Os montantes respeitantes a Credores por subscrições não liberadas respeitam a investimentos noutras empresas, referidos na Nota 22.

34. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar ao pessoal	3 641 482	568 347
Estudos e consultas	412 527	-
Imposto Municipal sobre Imóveis	12 968	12 840
Seguros a liquidar	265	265
Outros acréscimos de gastos	39 283	22 366
	4 106 524	603 818
Rendimentos diferidos:		
Rendas e alugueres	3 927	5 500
Outros rendimentos diferidos	11 243	14 282
	15 170	19 782
	4 121 694	623 600

35. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

35.1 RECEBIMENTOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os recebimentos relacionados com investimentos financeiros respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2023	31 dez 2022
JMCWSG, S.A.	7 500 000	-
Guimarães de Mello II - Portugal, S.A.	5 000	-
Fundo Faber Partners	6 441	4 988
Fundo de Compensação do Trabalho	307	804
	7 511 748	5 793

35.2 DIVIDENDOS RECEBIDOS

Os dividendos recebidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2023	31 dez 2022
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	74 964 295	-
Bondalti Capital, S.A.	30 000 000	2 750 000
CUF, S.A.	18 767 250	-
	123 731 545	2 750 000

35.3 PAGAMENTOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os pagamentos relativos a investimentos financeiros respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Fundo Shilling Founders Fund	695 250	-
Ravasqueira Vinhos, S.A.	203 480	-
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	51 260	-
Lifthium Energy, S.A.	42 500	-
Fundo Faber Tech II	28 150	128 663
Fundo de Compensação do Trabalho	4 325	10 147
	1 024 964	138 811

36. PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a natureza dos saldos com empresas subsidiárias, associadas e outras partes relacionadas estão descritas abaixo:

Partes relacionadas	Atividade	Localização	Serviços prestados	Serviços recebidos
CUF, S.A.	Saúde	Lisboa		Empréstimos
Hospital CUF Tejo, S.A.	Saúde	Lisboa		Empréstimos
Sagies - Segurança e Saúde no Trabalho, S.A.	Saúde	Lisboa		Higiene e segurança no trabalho
S.P.S.I. - Soc. Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos S.A.	Residências assistidas	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Bondalti Capital, S.A.	Indústria química	Lisboa	Empréstimos, serviços de apoio à gestão	Empréstimos
Comitur Imobiliária, S.A.	Imobiliário	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	

Partes relacionadas	Atividade	Localização	Serviços prestados	Serviços recebidos
Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A.	Imobiliário	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária S.A.	Imobiliário	Sesimbra	Serviços de apoio à gestão	
MGI Capital, S.A.	Consultoria	Lisboa	Cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redêbito de despesas	
MGICapital - International Financing, SGPS, S.A.	Consultoria	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
MGIGP - Gestão de Ativos, S.A.	Consultoria	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
GEMP Invest, S.A.			Serviços de apoio à gestão	
Guimarães de Mello, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
Guimarães de Mello II - Portugal, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	SGPS	Funchal	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	SGPS	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	Empréstimos
Sociedade Agrícola D.Diniz, S.A.	Exploração agrícola	Arraiolos	Cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redêbito de despesas	
JMCWSG, S.A.	Vitivinícola	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
Ravasqueira Vinhos, S.A.	Vitivinícola	Arraiolos	Empréstimos, cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redêbito de despesas	
Quinta do Côtto Vinhos, Unipessoal Lda.	Vitivinícola	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Quinta do Retiro Novo, Unipessoal Lda.	Vitivinícola	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Negociação	Lisboa	Cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redêbito de despesas	Negociação de contratos

01

02

03

04

05

06

07

Os saldos e transações ocorridas entre a Sociedade e as empresas associadas e outras partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como segue:

	31 dez 2023								
	Clientes	Outros ativos correntes	Aquisição de ativos fixos tangíveis	Fornecedores e adiantamentos de clientes	Outros credores	Outros passivos correntes	Emprést. obtidos	Emprést. conced.	Prest. suplement.
Subsidiárias	60 359	22 361	-	-	4 053 072	25 593	-	23 821 517	21 119 745
Outras partes relacionadas	173 679	-	-	8 845	-	2 972	61 180 000	16 906 360	-
	234 038	22 361	-	8 845	4 053 072	28 565	61 180 000	40 727 877	21 119 745

	31 dez 2022								
	Clientes	Outros ativos correntes	Aquisição de ativos fixos tangíveis	Fornecedores e adiantamentos de clientes	Outros credores	Outros passivos correntes	Emprést. obtidos	Emprést. conced.	Prest. suplement.
Subsidiárias	18 645	250	-	18 066	1 242 499	2 867	17 750 000	23 297 117	5 358 882
Outras partes relacionadas	168 375	859	7 491	17 806	76 512	12 712	71 180 000	35 626 680	30 000
	187 020	1 109	7 491	35 872	1 319 012	15 578	88 930 000	58 923 797	5 388 882

01

02

03

04

05

06

07

As transações ocorridas entre a Sociedade e as empresas associadas e outras partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como segue:

	31 dez 2023				
	Aquisição de bens e serviços	Vendas e prestações de serviços	Rendimentos suplementares	Rendimentos financeiros	Gastos financeiros
Subsidiárias	53 241	182 317	16 518	-	625 127
Outras partes relacionadas	55 518	529 859	31 122	22 361	249 167
	108 759	712 176	47 640	22 361	874 294

	31 dez 2022				
	Aquisição de bens e serviços	Vendas e prestações de serviços	Rendimentos suplementares	Rendimentos financeiros	Gastos financeiros
Subsidiárias	45 344	158 178	16 144	-	472 596
Outras partes relacionadas	81 660	487 023	130 976	-	59 875
	127 004	645 201	147 120	-	532 471

Os termos ou condições praticadas entre as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Benefícios atribuídos aos membros dos órgãos sociais

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos sociais da José de Mello Capital, S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram os seguintes:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Remunerações	8 120 000	4 846 626

37. CONTINGÊNCIAS

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade tinha prestado garantias a terceiros conforme segue:

- Fiança constituída para garantia de todas as obrigações decorrentes de financiamentos bancários no montante de 265 000 euros;
- Penhor financeiro sobre qualquer montante pago pela CUF, S.A. a título de distribuições, a favor de instituições bancárias, para garantia de financiamento;
- Penhor financeiro de 1.679.040 ações da CUF, S.A., a favor de instituições bancárias, para garantia de financiamentos;
- Promessa de penhor financeiro sobre as novas ações da CUF, S.A. e Bondalti Capital, S.A. para garantia de um financiamento;
- Hipoteca sobre as frações A, B, D, I e M do prédio urbano sito na Rua D. Luís I, n. ^{os} 19, 19-A, 19-B e 19-C e sobre as frações A, B, C, D, E, F, G, H e I do prédio urbano sito na Avenida 24 de Julho, n. ^{os} 24, 24-A e 24-B, ambos em Lisboa, para garantia de financiamento;
- Penhor financeiro sobre o saldo disponível de 3 239 317 euros de contas bancárias junto de instituições crédito (Nota 27);
- Penhor financeiro de 4.084.400 ações Bondalti Capital, S.A., a favor de instituições bancárias, para garantia de financiamentos;
- Penhor mercantil sobre 475.500 ações da CUF, S.A., a favor dos titulares das obrigações emitidas no âmbito da emissão de obrigações com oferta particular;
- Aval prestado sob livrança subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. para garantia de Contrato de Mútuo;
- Aval prestado sob livrança subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. para garantia de Contrato de Abertura de Crédito;

01

02

03

04

05

06

07

- Livrança em branco subscrita para garantir as responsabilidades assumidas no âmbito da emissão de obrigações de sustentabilidade “Sustainability Bonds José de Mello 2023-2028”.

38. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

38.1 PRINCÍPIOS GERAIS

A Sociedade, à semelhança da generalidade das empresas, encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo José de Mello, o qual a Sociedade integra, tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira do Grupo e na respetiva sustentabilidade.

No âmbito do processo de gestão de riscos a Sociedade identificou um conjunto de riscos associados ao seu desempenho financeiro considerados materialmente mais relevantes, dos quais se destacam o risco de mercado, de crédito e de liquidez.

A Sociedade tem um modelo de gestão do risco que procura minimizar os potenciais efeitos adversos, utilizando os instrumentos adequados à cobertura dos riscos a que se encontra exposta. Todas as operações de gestão de risco financeiro são

submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada, os principais riscos financeiros a que a Sociedade se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

38.2 RISCOS DE MERCADO

O risco de mercado é o risco que as alterações nos preços dos mercados, como sejam taxas de juro, variações cambiais ou evolução das bolsas de valores, possam alterar os resultados da Sociedade e a sua posição financeira.

A Sociedade encontra-se, essencialmente, exposta aos riscos decorrentes das alterações das taxas de juro, pelo que a gestão de riscos de mercado foca-se essencialmente na monitorização da evolução das taxas de juro, que influenciam os passivos financeiros remunerados (contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados) e o seu impacto nas demonstrações financeiras.

a) Risco de exposição às variações de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo minimizar a exposição à variação das taxas de juro e o seu impacto nas demonstrações financeiras.

Através da política de controlo adotada, é monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados da Sociedade.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, a Sociedade procura contratar financiamentos com taxa de juro fixa.

38.3 RISCOS DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais relacionadas com instrumentos financeiros ou contratos com clientes, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais da Sociedade, especificamente os riscos de crédito a clientes e das suas atividades de investimento.

a) Clientes e Outros devedores

O risco de crédito está relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores. Este risco é monitorizado da seguinte forma: seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos; estabelecendo limites ao crédito aos clientes, com base em critérios de avaliação interna (prazo médio de recebimento); análises de imparidade aos valores a receber, numa base regular; e monitorização regular dos valores em dívida.

A Sociedade não apresenta nenhum risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

O movimento nas Perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 5.

Em 31 de dezembro de 2023 é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber encontram-se adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

38.4 RISCOS DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez resulta da incapacidade potencial de financiar os ativos da Sociedade, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento.

01

02

03

04

05

06

07

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objetivos:

- assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- diminuir o endividamento de curto prazo; e
- continuar a alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com os ativos de longo prazo detidos pela Sociedade.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, a Sociedade procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas que a cada momento pareçam ser as mais eficientes.

39. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 10 de abril de 2024 foi constituída, no Luxemburgo, a sociedade Lifthium Energy Capital, uma sociedade de responsabilidade limitada ao abrigo das leis Grand Duchy of Luxembourg, com um capital social de 50 000 euros, subscrito em 85% pela JMCapital e em 15% pela Bondalti Capital, S.A., mediante entradas em espécie correspondendo a ações representativas do capital social da Lifthium Energy, S.A., cujo objeto social é a aquisição de participações.

Não existem quaisquer outros acontecimentos com impactos materiais entre a data da demonstração da posição financeira

e a data de autorização para a sua emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

40. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 9 de maio de 2024, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

41. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do artigo 66.º A do Código das Sociedades Comerciais, o Revisor Oficial de Contas da José de Mello Capital, S.A. é a RSM & Associados – Sroc, Lda., a qual faturou à Sociedade, no exercício de 2023, honorários no valor de 43 200 euros (acrescidos de IVA à taxa legal), relativos à revisão legal das contas individuais e consolidadas.

42. OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade global da sociedade José de Mello Capital, S.A. encontra-se descrita no Relatório do Conselho de Administração, considerado parte integrante do presente conjunto de Relatório e Contas, referente a 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

01

02

03

04

05

06

07

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



RSM & Associados - Srocc, Lda
 Av. do Brasil, 15 - 1º 1749-112 Lisboa (Sede)
 T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
 Rua da Saudade, 132 - 3º 4150-682 Porto
 T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt
 www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de José de Mello Capital, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 1.267.074.527 euros e um total de capital próprio de 1.044.105.138 euros, incluindo um resultado líquido de 95.936.226 euros), a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de José de Mello Capital, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
 AUDIT | TAX | CONSULTING



RSM & Associados - Srocc, Lda é uma firma independente no âmbito da RSM Network, a qual inclui RSM International e a demonstração de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultoria. RSM é licenciada para o exercício de funções de auditoria, em Portugal, a nível nacional, regional e reconhecida.
 Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 N.º 501 61 2 181 Capital Social 144 000€ Inscrição na Lista de Auditores da CNVM sob o nº 20161860



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetar sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



01

02

03

04

05

06

07



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de maio de 2024

RSM & ASSOCIADOS – SRUC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)
Registado na CMVM com o n.º 20160076



RSM & Associados – Sroc, Lda
Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132- 3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Exercício de 2023 -

Senhores Accionistas,

- Em conformidade com as disposições legais e com contrato da Sociedade o Fiscal Único da «José de Mello Capital, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2023, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
- Com a periodicidade que julgou conveniente manteve o acompanhamento da actividade da «José de Mello Capital, S.A.», através dos contactos que manteve com os Serviços e com a Administração e da análise da documentação contabilística e dos seus elementos de suporte.
- Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
- No seu Relatório de Gestão o Conselho de Administração refere a forma como se processou a actividade da empresa no decorrer do exercício e os principais factores condicionantes que estiveram na origem dos resultados alcançados.
- O Fiscal Único, tendo presente a melhoria do Capital próprio no exercício de 2022 de 8% face ao exercício anterior (em cerca de 77,2 milhões de euros), é de

PARECER

- que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2023 apresentadas pelo Conselho de Administração;
- que a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 95.936.226 euros apresentada pelo Conselho de Administração, seja aprovada.

Lisboa, 10 de maio de 2024

O FISCAL ÚNICO

RSM & ASSOCIADOS – SRUC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)
Registado na CMVM com o n.º 20160076

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro do RSM International e a denominação de sua rede interna tem o carácter de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.
Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21 NP 501/61 - IRI Capital Sprink 144 0000 Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20161380

7.2

Demonstrações financeiras consolidadas e documentos complementares



01

02

03

04

05

06

07

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	6, 7	1 286 895 844	1 234 736 225
Reversões de perdas por imparidade	39	3 920 623	4 274 229
Reversões de provisões	39	72 058 297	2 808 745
Outros rendimentos operacionais	8	32 315 442	20 695 595
Total de rendimentos operacionais		1 395 190 207	1 262 514 794
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	9	(388 760 287)	(438 866 947)
Variação da produção	10	(13 048 857)	5 786 910
Fornecimentos e serviços externos	11	(440 400 522)	(404 059 925)
Gastos com o pessoal	12	(257 760 648)	(214 771 822)
Amortizações e depreciações	6, 19	(77 144 326)	(66 082 487)
Provisões	6, 39	(543 368)	(3 800 229)
Perdas por imparidade	6, 39	(76 025 935)	(4 588 035)
Outros gastos operacionais	13	(15 132 490)	(11 429 101)
Total de gastos operacionais	6	(1 268 816 434)	(1 137 811 635)
Resultados operacionais	6	126 373 773	124 703 159
Gastos financeiros	6, 14	(49 283 794)	(42 019 594)
Rendimentos financeiros	6, 14	4 311 072	3 196 411
Resultados relativos a empresas associadas	6, 14	39 282 363	34 754 724
Resultados relativos a atividades de investimento	6, 14	213 033	(53 249)
Resultados financeiros	6	(5 477 325)	(4 121 708)

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Resultados antes de impostos	6	120 896 447	120 581 451
Impostos sobre o rendimento	6, 15	(11 022 548)	(17 433 399)
Resultado líquido do exercício das operações em continuação		109 873 899	103 148 052
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas	6	(1 675 266)	1 029 205
Resultado líquido consolidado		108 198 633	104 177 258
Atribuível a:			
Detentores de capital	6, 17	95 145 076	92 459 106
Interesses que não controlam	6, 35	13 053 556	11 718 151
Resultado por ação:			
Básico	17	19,03	18,49
Diluído	17	19,03	18,49

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativos não correntes:			
Goodwill	6, 18	678 528 237	655 320 177
Ativos intangíveis	6, 19	46 618 184	33 554 142
Direito de uso	20	115 365 246	81 694 462
Ativos fixos tangíveis	6, 21	758 997 942	677 948 722
Propriedades de investimento	22	15 728 069	18 970 526
Investimentos em associadas	23	300 243 426	468 042 521
Ativos financeiros disponíveis para venda	25	6 727 204	6 466 743
Ativos por impostos diferidos	26	18 709 192	16 401 999
Outros devedores	27	104 451	70 433 113
Total de ativos não correntes		1 941 021 952	2 028 832 405
Ativos correntes:			
Inventários	29	65 275 044	58 002 969
Clientes e adiantamentos a fornecedores	6, 30	154 258 002	160 872 313
Outros devedores	27	28 419 184	46 972 380
Ativo por imposto corrente	31	5 868 603	2 359 925
Estado e outros entes públicos	31	8 089 390	6 388 505
Outros ativos correntes	28	32 884 003	31 974 267
Investimentos detidos até à maturidade	24	-	7 000 000
Caixa e equivalentes a caixa	6, 32	235 404 919	140 572 794
Total de ativos correntes		530 199 145	454 143 153
TOTAL DO ATIVO	6	2 471 221 097	2 482 975 558
Capital próprio:			
Capital	33	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	34	5 000 000	5 000 000

	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura	34	(440 674)	-
Revalorização de ativos fixos tangíveis	34	45 301 062	34 976 562
Resultados transitados	34	874 622 279	810 065 237
Resultado líquido consolidado	17	95 145 076	92 459 106
Capital próprio atribuível a acionistas		1 044 627 744	967 500 906
Interesses que não controlam	35	75 964 712	69 661 960
Total do capital próprio		1 120 592 456	1 037 162 866
Passivos não correntes:			
Empréstimos não correntes	6, 36	693 617 085	801 949 941
Credores por locações	6, 37	92 392 921	61 943 964
Benefícios aos empregados	38	2 695 248	2 994 268
Provisões	39	19 397 825	88 524 756
Outros credores	40	7 843 522	11 416 223
Passivo por impostos diferidos	26	25 266 482	22 330 547
Outros passivos não correntes	41	11 352 364	-
Instrumentos financeiros derivados	44	862 383	-
Total de passivos não correntes		853 427 830	989 159 699
Passivos correntes:			
Empréstimos	6, 36	147 733 042	176 166 018
Credores por locações	6, 37	22 246 387	17 855 530
Fornecedores e adiantamentos de clientes	6, 42	167 644 817	154 979 279
Passivos por imposto corrente	31	23 413 306	17 745 831
Estado e outros entes públicos	31	11 602 420	11 431 542
Outros credores	40	30 289 396	14 366 703
Outros passivos correntes	41	94 271 442	64 108 091
Total de passivos correntes		497 200 811	456 652 992
TOTAL DO PASSIVO	6	1 350 628 641	1 445 812 691
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		2 471 221 097	2 482 975 558

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

01

02

03

04

05

06

07

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

	31 dez 2023	31 dez 2022
Resultado líquido consolidado	108 198 633	104 177 258
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio que poderão vir a ser reclassificados para resultados:		
Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados	(669 209)	-
Subsídios	(5 554 980)	(433 729)
Direitos de emissão	-	1 204 816
	(6 224 189)	771 087
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio que não serão reclassificados para resultados:		
Plano de Pensões	(11 303)	157 952
Variação da reserva de conversão cambial	(910 340)	-
Aquisição de interesses sem controlo	(8 946 316)	(137 164)
Alterações na percentagem de controlo	625 013	-
Revalorização de ativos fixos tangíveis	16 209 355	7 547 021
Outros	170 023	(591 322)
Alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	(8 934 803)	(528 824)
	(1 798 371)	6 447 663
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio	(8 022 560)	7 218 750
Rendimentos integrais consolidados	100 176 073	111 396 008

Atribuível a:

Detentores do capital

Interesses que não controlam

31 dez 2023 — 31 dez 2022

83 491 780	96 708 704
16 684 292	14 687 304

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

01

02

03

04

05

06

07

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

	Capital	Reserva legal	Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura	Revalorização de ativos fixos tangíveis	Resultados transitados	Resultado líquido consolidado	Interesses que não controlam	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	25 000 000	5 000 000	-	33 187 831	754 992 222	58 212 798	57 986 685	934 379 536
Aplicação do resultado consolidado de 2021:								
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(6 300 000)	-	-	(6 300 000)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	58 212 798	(58 212 798)	-	-
Revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	-	4 969 713	-	-	2 577 308	7 547 021
Variações resultantes de alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	-	-	-	-	917 518	-	(2 482 069)	(1 564 552)
Variações resultantes de alterações do perímetro de consolidação, reforços e alienações	-	-	-	-	819 318	-	168 837	988 154
Varição nas reservas de conversão cambial	-	-	-	-	(1 446 341)	-	(361 585)	(1 807 927)
Planos de pensões - ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	104 011	-	53 941	157 952
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(433 729)	-	(3 269)	(436 997)
Outros	-	-	-	-	18 459	-	3 962	22 421
Transferências / Reclassificações	-	-	-	(3 180 982)	3 180 982	-	-	-
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	92 459 106	11 718 151	104 177 258
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25 000 000	5 000 000	-	34 976 563	810 065 237	92 459 106	69 661 960	1 037 162 866
Aplicação do resultado consolidado de 2022:								
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	1 565 172	(1 565 172)	(983 635)	(983 635)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	90 893 934	(90 893 934)	-	-
Varição no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(440 674)	-	-	-	(228 535)	(669 209)
Revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	-	10 673 860	(1 026 303)	-	5 535 495	15 183 052
Variações resultantes de alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	-	-	-	-	340 456	-	-	340 456
Variações resultantes de alterações do perímetro de consolidação, reforços e alienações	-	-	-	-	(12 090 083)	-	-	(12 090 083)
Varição nas reservas de conversão cambial	-	-	-	-	(910 340)	-	(227 585)	(1 137 926)
Planos de pensões - ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	(7 443)	-	(3 860)	(11 303)
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(5 554 980)	-	(3 269)	(5 558 248)
Interesses sem controlo atribuídos de/a acionistas	-	-	-	-	(1 074 320)	-	(1 814 240)	(2 888 560)
Outros	-	-	-	(349 361)	(969 050)	-	(104 129)	(1 422 540)
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	(6 610 000)	-	(8 921 047)	(15 531 047)
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	95 145 076	13 053 556	108 198 633
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25 000 000	5 000 000	(440 674)	45 301 062	874 622 279	95 145 076	75 964 712	1 120 592 456

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



01

02

03

04

05

06

07

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

Notas – 31 dez 2023 — 31 dez 2022

ATIVIDADES OPERACIONAIS:

Recebimentos de clientes	1 423 556 224	1 341 251 228
Pagamentos a fornecedores	(920 561 462)	(954 912 067)
Pagamentos ao pessoal	(239 425 234)	(201 779 243)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(9 089 975)	(5 164 056)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	(28 448 394)	(44 636 719)
Fluxos das atividades operacionais (1)	226 031 158	134 759 142

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:**Recebimentos provenientes de:**

Investimentos financeiros	43	211 426 226	322 488
Ativos tangíveis		63 932	5 787 499
Ativos intangíveis		50 467	152 213
Propriedades de investimento		771 067	10 020 967
Subsídios de investimento		18 506 919	229 545
Juros e rendimentos similares		1 499 255	1 155 954
Dividendos	43	190 226	19 794 505
Outros		51 266	17 968 108
		232 559 359	55 431 280

Pagamentos respeitantes a:

Investimentos financeiros	43	(35 686 354)	(5 562 472)
Ativos tangíveis		(66 512 834)	(36 044 527)
Ativos intangíveis		(10 892 784)	(7 617 678)
Outros		(1 523 000)	(673 853)
		(114 614 972)	(49 898 530)

Notas – 31 dez 2023 — 31 dez 2022

Fluxos das atividades de investimento (2) 117 944 387 5 532 750

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:**Recebimentos provenientes de:**

Empréstimos obtidos	545 886 388	535 778 039
Subsídios e doações	-	67 404
Outros	25 577	-
	545 911 965	535 845 443

Pagamentos respeitantes a:

Empréstimos obtidos	(710 395 553)	(602 218 278)	
Amortização de contratos de locação financeira	(23 663 366)	(16 369 200)	
Juros e gastos similares	(47 204 108)	(30 029 091)	
Dividendos pagos e resultados distribuídos	43	(16 514 682)	(6 477 229)
	(797 777 709)	(655 093 798)	
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(251 865 744)	(119 248 355)	
Efeito cambial (4)	(210 143)	-	
Variação de caixa e seus equivalentes (5)=(1)+(2)+(3)+(4)	91 899 658	21 043 537	
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	32	140 496 981	119 453 443
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	32	232 396 639	140 496 981

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

01

02

03

04

05

06

07

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A José de Mello Capital, S.A. (“Empresa” ou “JM Capital”), é uma sociedade anónima, constituída em Portugal em 22 de outubro de 2001, com o NIPC 505 765 640, inicialmente, com a denominação SOGEFI II – Sociedade de Gestão e Financiamentos, SGPS, S.A.. Tem como atividade principal a prestação de serviços de consultadoria económica e financeira, consultadoria de gestão e investimento, reorganização de empresas, planeamento estratégico, serviços de contabilidade e assessoria em recursos humanos, *marketing* e comunicação e imagem. A sua sede social situa-se em Lisboa, na Av. 24 de Julho, 24.

O universo empresarial da JM Capital (“Grupo”) é formado pela Empresa e pelas suas empresas subsidiárias e associadas descritas na Nota 4. O Grupo consubstancia-se como um dos maiores grupos empresariais portugueses, liderando áreas estruturantes da economia nacional. Opera em quatro plataformas base de negócio: i) Indústria química; ii) Saúde; iii) Vinho; e, iv) Infra-estruturas e mobilidade. A crescer a estas áreas, tem operações no sector do imobiliário, energia e ambiente.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) quer os *International Accounting Standards* (“IASs”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e respetivas interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”) e *Standing Interpretation Committee* (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo em operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, operacional, comercial e outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a qual considerou as expectativas de crescimento da atividade e os prazos de reembolso da dívida contratualmente estabelecidos, bem como os compromissos assumidos, incluindo os resultados dos eventos ocorridos após a data da demonstração consolidada da posição financeira, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades e cumprir integralmente com as suas obrigações, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto de continuidade das operações nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros, em valores arredondados às unidades, salvo indicação em contrário, uma vez que esta é a moeda funcional das operações da Empresa.

01

02

03

04

05

06

07

2.1.1 Novas normas, alterações ou interpretações aplicáveis ao exercício de 2023

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS <i>Practice Statement</i> 2: Divulgação de políticas contabilísticas - Alterações à IAS 1 exigem que as entidades divulguem as informações materiais acerca das suas políticas contabilísticas em vez de divulgarem as políticas contabilísticas significativas. As emendas à IFRS <i>Practice Statement</i> 2 proporcionam orientações sobre como deve ser aplicado o conceito da materialidade nas divulgações sobre as políticas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023
IAS 8 - Rêdito: Divulgação de estimativas contabilísticas - Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento: Regras Modelo do Pilar Dois - Esta alteração constitui a resposta do IASB, às questões levantadas pela implementação das regras do <i>Global Anti-Base Erosion</i> (“GloBE”) da OCDE, e compreende: a) uma exceção temporária obrigatória à contabilização de impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e b) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos).	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação - Exige que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. As transações sujeitas respeitam a: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 - Contratos de Seguro (substitui a IFRS 4): A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. A IFRS 17 não se aplica aos tomadores de seguro.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 - Contratos de Seguro e IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - informação comparativa. Esta alteração aplica-se somente às entidades seguradoras na sua transição para a IFRS 17, permitindo a adoção de um “ <i>overlay</i> ” na classificação de um ativo financeiro para o qual a seguradora não efetua a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas normas não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

2.1.2 Novas normas, alterações ou interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

a) Já endossadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras: Passivos não correntes com “ <i>covenants</i> ” - Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 - Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação - Esta alteração à norma das locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“ <i>sale & leaseback</i> ”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes.	1 de janeiro de 2024

Estas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas.

01

02

03

04

05

06

07

b) Ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros (Divulgações) : Acordos de financiamento de fornecedores - as alterações publicadas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores, ou <i>reverse factoring</i> , para permitir: a) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e b) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024
IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade - A IAS 21 define a taxa de câmbio que uma entidade deve utilizar quando relata transações em moeda estrangeira ou transpõem os resultados de uma unidade operacional estrangeira, quando a sua moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do grupo. Esta alteração visa clarificar: i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutável); ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo.	1 de janeiro de 2025

Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, o Grupo ainda não concluiu o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo não se espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2.2 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Exceto pelo impacto da adoção das novas normas e interpretações ou das suas alterações que entraram em vigor para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2022, com impactos na posição financeira consolidada ou no resultado consolidado das operações, nem foram detetados erros ou omissões materiais, relativos a exercícios anteriores.

2.3 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo (i) detenha, direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), (ii) se encontre exposto ou tenha direitos e retornos variáveis do seu envolvimento nas operações da participada; e (iii) tenha a capacidade de usar os seus direitos de voto para afetar o seu retorno, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas, é apresentada separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam (Nota 35). Esta rubrica corresponde à proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não direta, ou indiretamente, atribuíveis ao Grupo.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição e até à data da perda do respetivo controlo.

As transações, os saldos significativos e os dividendos distribuídos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Quando aplicável, as demonstrações financeiras das empresas controladas podem ser ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as políticas contabilísticas do Grupo, antes de poderem ser integradas.

01

02

03

04

05

06

07

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas.

b) Interesses que não controlam

Os interesses que não controlam são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo correspondente justo valor dos ativos e passivos das entidades controladas que não são direta ou indiretamente, atribuíveis ao Grupo na data de aquisição de controlo.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo grupo tenha sido recuperada.

Alterações nos interesses detidos pelo Grupo em entidades controladas que não resultem na perda do controlo sobre as mesmas são contabilizadas como transações de capital próprio. Os valores contabilísticos dos interesses detidos pelo Grupo e por interesses que não controlam são ajustados para refletir alterações dos seus interesses relativos (percentagem detida no controlo) detidos nas mesmas. Qualquer diferença entre o valor contabilístico dos interesses que não controlem e o justo valor recebido ou pago é reconhecido diretamente em resultados transitados e atribuído aos detentores do Grupo.

Quando o Grupo perde o controlo de uma entidade, um ganho ou uma perda são reconhecidos em resultados, calculados pela diferença entre (i) a soma do justo valor recebido e o justo valor de qualquer interesse retido na entidade e (ii) o valor líquido contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*)

e passivos daquela entidade e quaisquer interesses que não controlam. Todos os montantes previamente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados em relação àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse desreconhecido os correspondentes ativos ou passivos da subsidiária (i.e, reclassificando-os para resultados).

c) Empresas associadas

Uma associada (Nota 23) é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, ou na qual tenha o direito de nomear membros dos respetivos órgãos de gestão.

Estes investimentos financeiros em associadas encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação do Grupo nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida da rubrica Resultados relativos a empresas associadas (Nota 14), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica Resultados transitados, bem como pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

Quando aplicável, as demonstrações financeiras das associadas podem ser ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as políticas contabilísticas do grupo, antes de poderem ser usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial.

No caso particular de variações patrimoniais em empresas associadas, decorrentes do aumento de capital com prémios de emissão, dos quais resulta uma diluição de participação detida, o ajustamento correspondente no valor de participação financeira é efetuado por contrapartida de ganhos relativos a investimentos.

As perdas em associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

01

02

03

04

05

06

07

d) Concentração de atividades empresariais e Goodwill

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de subsidiárias, é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transação, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida.

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, enquadrados no âmbito da IFRS 3, são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e empresas associadas, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses que não controlam e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica *Goodwill* ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas, conforme aplicável.

O *goodwill* de empresas subsidiárias sedeadas no estrangeiro bem como os ajustamentos de justo valor dos ativos e passivos na data de aquisição da subsidiária, encontram-se registados na moeda funcional dessas empresas, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração consolidada da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Ajustamentos de conversão cambial.

O valor do *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão do Grupo ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade de *goodwill* constatadas

no exercício são registadas na demonstração consolidada dos resultados do exercício na rubrica Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a *goodwill* não podem ser revertidas, excetuando no caso do *goodwill* implícito nos investimentos em associadas.

Nas situações em que as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas associadas, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses que não controlam e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, sejam negativas, as mesmas são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

Decorrente da exceção prevista na IFRS 1, o Grupo adotou as disposições da IFRS 3 às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2006. O *goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para as IFRS foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e objeto de análises de imparidade anualmente.

e) Outros investimentos

Os Outros investimentos relativos a instrumentos de capital não cotado, cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, encontram-se reconhecidos pelo respetivo custo de aquisição.

2.4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**2.4.1 Rédito**

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados quando ocorre

a transferência do controlo do bem ou serviço prestado para o comprador e o montante dos rendimentos é fiavelmente mensurável.

Para cada contrato, o Grupo avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço da transação deva ser atribuída. Na determinação do preço da transação, o Grupo tem em conta eventuais retribuições variáveis, a eventual existência de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não-monetárias e a eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

Fazendo uso do expediente prático previsto na IFRS 15, o Grupo não ajusta o valor da retribuição pelo efeito financeiro quando tem a expectativa, no momento inicial, que o período entre a transferência do bem ou serviço para o cliente e o momento em que o cliente paga o bem ou serviço é menor do que um ano, o que ocorre na generalidade dos serviços que o Grupo presta. O mesmo acontece quando o Grupo recebe adiantamentos de curto-prazo dos seus clientes – neste caso, também o valor da retribuição não é ajustado pelo efeito financeiro.

2.4.2 Encargos financeiros

Os encargos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do exercício a que respeitam.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis qualificáveis, ou seja, ativos cujo período de construção ou produção seja superior a um ano, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final

01

02

03

04

05

06

07

de produção ou construção do ativo ou durante os períodos em que o desenvolvimento do ativo seja interrompido.

2.4.3 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são compostos por imposto corrente e impostos diferidos.

A Empresa estima os impostos sobre o rendimento de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), abrangendo todas as empresas em que a sociedade dominante detém uma participação, direta ou indireta, em pelo menos 75% do respetivo capital social e que reúnam as condições necessárias à sua inclusão neste regime. Estas condições passam por as empresas serem residentes em Portugal e tributadas pelo regime geral em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), além de existirem critérios de existência ou não de prejuízos fiscais em exercícios anteriores à entrada no regime. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a sociedade dominante do RETGS foi a José de Mello Capital, S.A..

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento das empresas controladas e das empresas associadas é calculado com base nas taxas em vigor dos países das respetivas sedes:

	Taxa
Portugal	21%
Espanha	25%
Angola	25%

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pela IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base no método do balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, bem como os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração consolidada da posição financeira.

Os ativos e passivos por imposto diferido são calculados periodicamente e avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por imposto diferido são reconhecidos unicamente quando existem provas suficientes que suportem, com um grau de segurança elevado, a possibilidade de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor nas diversas jurisdições em que as empresas desenvolvem a sua atividade, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período que varia entre quatro e cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 2019 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Grupo considere que

eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas referidas à data de 31 de dezembro de 2023.

Para todas as transações que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal e para todos os processos de contencioso fiscal, o Grupo procede a uma avaliação da probabilidade de desfecho desses processos, e sempre que seja provável que as Autoridades Fiscais aceitem um tratamento tributário incerto os valores de imposto registados são consistentes com os declarados. Quando existe incerteza na posição das Autoridades Fiscais, essa incerteza é refletida na mensuração do imposto, em cumprimento do IFRC 23.

2.4.4 Ativos e Passivos por impostos diferidos

O Grupo reconhece os impostos diferidos de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos quando é provável que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. O valor dos impostos diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente

01

02

03

04

05

06

07

aprovadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do ativo por imposto diferido ou de liquidação do passivo por imposto diferido. De acordo com a legislação em vigor, considerou-se, em Portugal, a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, as respetivas derramas sobre o valor das diferenças temporárias que originaram impostos ativos e impostos passivos diferidos.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

2.4.5 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da empresa-mãe, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da empresa-mãe (aumentado pela quantia após impostos de dividendos reconhecidos no período com respeito às potenciais ações ordinárias diluidoras e ajustado por quaisquer outras alterações nos rendimentos ou gastos, que resultariam da conversão das potenciais ações ordinárias diluidoras), pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da empresa-mãe.

2.4.6 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. O custo dos ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais é o seu justo valor à data de aquisição. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido no resultado líquido do ano em que o gasto ocorre.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração dos resultados consolidados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, os valores incorridos são classificados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controlados pelo Grupo, identificáveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis podem ser finitas ou indefinidas. Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados periodicamente quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade. Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

Para os ativos intangíveis com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada. As vidas úteis definidas para cada categoria de ativo são as seguintes:

	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3 - 5
<i>Software</i>	3 - 4
Propriedade industrial e direitos	3 - 20
Outros ativos intangíveis	3 - 5

Não existiam, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Amortizações e depreciações.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na Nota 2.4.11. As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se a imparidade nunca tivesse sido registada.

01

02

03

04

05

06

07

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contábilístico) é reconhecido em resultados no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos intangíveis relevantes do Grupo são os seguintes:

a) Projetos de desenvolvimento

Os custos de pesquisa são considerados como gastos no período que ocorrem.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando o Grupo pode demonstrar:

- a exequibilidade técnica de completar o ativo intangível de forma a que fique disponível para uso ou venda;
- a sua intenção para o completar e que reúne condições para usar ou vender o ativo;
- como o ativo irá gerar benefícios económicos futuros;
- a disponibilidade de recursos para completar o ativo;
- a capacidade de medir fiavelmente o dispêndio durante o desenvolvimento.

b) Software

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não

são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

c) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização. A amortização é efetuada no período de utilização exclusiva de cada patente.

d) Direitos

d.1) Direitos de exploração

Nesta rubrica encontra-se refletido o direito de exploração de um parque de estacionamento por um período de 50 anos; inclui ainda os trespasses de três clínicas e o direito de exploração de uma convenção sobre serviços de radiologia.

d.2) Direitos de emissão

As licenças de emissão de CO₂ atribuídas ao Grupo no âmbito do PNALE (Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂), são reconhecidas de acordo com a IAS 38 – Ativos intangíveis, na rubrica Ativos intangíveis por contrapartida de Diferimentos, pelo valor de mercado na data da atribuição.

As licenças adquiridas são reconhecidas em Ativos intangíveis por contrapartida da correspondente conta a pagar ou de disponibilidades.

Pelas emissões de CO₂ efetuadas pelo Grupo, e tendo por base o critério FIFO, é reconhecido um gasto em Depreciação e amortização por contrapartida de Amortizações acumuladas de ativos intangíveis e, simultaneamente, é transferido para Outros rendimentos operacionais, por contrapartida

de Subsídios, um montante equivalente à redução da quota parte de subsídio correspondente.

Sempre que o Grupo efetua emissões de CO₂ sem ser detentor das respetivas licenças, é reconhecida uma provisão, nos termos da IAS 37 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, pelo montante correspondente à melhor estimativa de preço para a sua obtenção, acrescido da estimativa do montante das penalizações em que se incorrerá pela emissão de CO₂ sem licença.

As vendas de direitos de emissão dão origem a um ganho ou perda apurada entre o valor de realização e o respetivo custo de aquisição, o qual é registado em Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais, respetivamente.

Uma vez que existe um mercado ativo para direitos de emissão, os mesmos são revalorizados no final de cada período ao valor de mercado sendo simultaneamente ajustada a rubrica Diferimentos consoante se trate de licenças atribuídas ou licenças adquiridas.

2.4.7 Locações

Um contrato constituiu, ou contém, uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

a) Grupo como Locatário

O Grupo avalia se um contrato contém ou não um ativo por direito de uso no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo por direito de uso e o correspondente passivo de locação em relação a todos os contratos em que é locatário, exceto para os contratos de curta duração (prazo de doze meses ou inferior) e de baixo valor. Para esses contratos, o Grupo

01

02

03

04

05

06

07

reconhece os gastos de locação numa base linear como um gasto operacional.

Direito de uso

O Grupo reconhece um direito de uso no momento em que o ativo se encontra disponível para uso. O direito de uso inclui os custos iniciais incorridos para colocar o ativo disponível.

Os Ativos por direito de uso são mensurados pelo valor inicial do Passivo de locação correspondente, acrescido de pagamentos de locação efetuados antes ou na data de início da locação e eventuais gastos diretos iniciais e deduzido de eventuais montantes recebidos. Os Ativos por direito de uso são mensurados subsequentemente ao custo deduzido de amortizações, depreciações e perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos por direito de uso são amortizados ou depreciados pelo menor período de entre o prazo da locação e a vida útil do ativo subjacente, conforme segue:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	3 - 7
Equipamento administrativo	4-8
Equipamento de transporte	4
Direito de superfície	40
Outros ativos	4 - 8

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na Nota 2.4.11 Imparidade de ativos não correntes.

Sempre que o Grupo espere vir a incorrer em custos de desmantelamento do ativo por direito de uso, ou em gastos com a reparação do local onde o mesmo se encontra instalado ou do ativo subjacente à locação por via de condição exigida pelos termos e condições do contrato de locação, é reconhecida uma provisão e mensurada de acordo com a IAS 37. Os referidos gastos são incluídos no correspondente ativo por direito de uso, na medida em que os gastos estejam relacionados com o mesmo.

Se um arrendamento transferir a propriedade do ativo subjacente ou o preço do direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação inicia-se na data de início do contrato de locação.

Os ativos por direito de uso são apresentados numa linha separada da demonstração consolidada da posição financeira. O Grupo aplica a IAS 36 na determinação do valor recuperável do ativo subjacente, sempre que necessário, tendo por base os critérios descritos na Nota 2.4.11 Imparidade de ativos não correntes.

As parcelas de renda variável que não dependam de um índice ou de uma taxa não são incluídas na mensuração do passivo e do ativo por direito de uso. Os respetivos pagamentos são reconhecidos como um gasto operacional, na demonstração consolidada dos resultados, no exercício a que os mesmos dizem respeito.

Passivo de locação

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros. Os pagamentos incluem pagamentos fixos e variáveis. Os pagamentos variáveis que não dependem de indexantes e taxas, são reconhecidos como gasto operacional do exercício.

O passivo da locação é mensurado subsequentemente: i) aumentando e reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação; ii) remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração do prazo da locação ou taxa; e, iii) reduzindo pelos pagamentos de locação efetuados.

Contratos de curta duração e de baixo valor

O Grupo adotou a exceção do reconhecimento de locações de curta duração (contratos com duração inferior a 12 meses) e de baixo valor (inferior a 5 mil euros). Para os contratos de curta duração e de baixo valor, o Grupo reconhece os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

b) Grupo como Locador

As locações nas quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo são classificadas como locações operacionais. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período da locação e são apresentados no rédito, devido à sua natureza operacional.

As locações em que o Grupo é locador, respeitam à cedência de espaços existentes nos hospitais (para exploração de atividades não clínicas) e de espaços no Edifício Sede (para exploração de atividades administrativas e de apoio à gestão).

2.4.8 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo e encontram-se valorizados pelo respetivo custo de aquisição, incluindo todos os custos associados à sua aquisição e instalação, deduzidos das correspondentes depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

01

02

03

04

05

06

07

O Grupo considera os Imóveis afetos a serviços de saúde de unidades hospitalares (“IASS”) (que englobam as rubricas Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções) e os Terrenos e recursos naturais do segmento da atividade imobiliária (“TAI”) como uma classe de ativos separada, encontrando-se esta escriturada pela quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data de revalorização. Quando a quantia escriturada dessa classe é aumentada ou diminuída como resultado de uma revalorização, a variação é reconhecida no capital próprio; no caso das diminuições, a redução é reconhecida até ao ponto de qualquer saldo remanescente existente no capital próprio com respeito a esse bem.

Os custos de manutenção e reparação correntes, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem. As benfeitorias e melhorias apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência normal, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos.

As depreciações são calculadas numa base linear por duodécimos, desde o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis, Edifícios e outras construções	3 - 50
Equipamento básico	2 - 20
Equipamento administrativo	2 - 17
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 20

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos Nota 2.4.11.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo de vender e o valor contabilístico) é reconhecido nos resultados do ano como Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais (Notas 8 e 13), no ano em que o ativo é desreconhecido.

Para os ativos existentes, considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os Ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção, de instalação ou de desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

2.4.9 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem imóveis detidos para obter rendas, não se destinando ao fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos.

O Grupo adotou o modelo do custo como critério de mensuração das Propriedades de investimento. O valor das Propriedades de investimento inclui o custo de aquisição, o imposto de selo (suportado com a aquisição) e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”). Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, como o Imposto Municipal sobre Imóveis (“IMI”) e o Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (“AIMI”), são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As benfeitorias ou melhorias em propriedades

de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica Propriedades de investimento; caso contrário, são reconhecidas como um gasto no exercício em que ocorrem.

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método da linha reta durante o período de vida útil estimado, que varia entre 10 e 50 anos.

2.4.10 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Esta rubrica inclui ativos não correntes (ou grupos para alienação) cuja quantia escriturada será recuperada através de uma venda, ao invés de o ser pelo uso continuado, e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos e;
- A sua venda é altamente provável, isto é: i) a hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupos para alienação); ii) foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano; iii) o ativo foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente; e, iv) a venda será concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Os acontecimentos ou circunstâncias que podem prolongar o período para concluir a venda para além de um ano não excluem que um ativo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova

01

02

03

04

05

06

07

suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o ativo.

Na data do reconhecimento inicial, os ativos não correntes (ou grupos para alienação) detidos para venda são mensurados pelo menor de entre o valor contabilístico antes da classificação e o justo valor menos os custos de vender ou, se adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais, pelo justo valor menos os custos de vender.

Qualquer redução posterior do ativo (ou grupo para alienação) para o justo valor menos os custos de vender, é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no justo valor menos os custos de vender um ativo, é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente.

Os ativos não correntes, enquanto estiverem classificados como detidos para venda ou enquanto fizerem parte de um grupo para alienação classificado como detido para venda, não são depreciados (ou amortizados).

Uma operação descontinuada é uma componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente dos restantes do Grupo. A classificação de uma operação como descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como detida para venda. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme previsto pela IFRS 5, a face da demonstração consolidada dos resultados para os exercícios findos naqueles anos reflete numa única rubrica (resultado líquido do exercício das operações descontinuadas), os resultados, após impostos, das unidades operacionais descontinuadas (Nota 5.3).

2.4.11 Imparidade de ativos não correntes, excluindo goodwill

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos não correntes com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence. A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre i) o justo valor deduzido de custos para vender e ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato no resultado líquido do exercício, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da quantia recuperável do ativo. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida no resultado líquido do exercício. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

2.4.12 Inventários e Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados, os subprodutos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculada em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. Este corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

O custo dos inventários inclui: i) custos de compra; ii) custos de conservação; e iii) outros custos incorridos para colocar os inventários nas condições pretendidas.

Sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda) é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor líquido dos inventários através do reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é repostado quando deixem de existir os motivos que a originaram.

As estimativas do preço de venda tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do exercício na medida em que tais acontecimentos confirmam condições existentes no fim do exercício.

01

02

03

04

05

06

07

2.4.13 Responsabilidades por benefícios a empregados

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos benefícios:

a) Cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um empregado aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se pode demonstrar estar comprometido a uma cessação de emprego de funcionários atuais, de acordo com um plano formal detalhado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada ou estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles são descontados para o seu valor atual.

b) Férias e Subsídio de férias

De acordo com a lei laboral, os empregados têm direito a 22 dias úteis de férias anuais, bem como a um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento. Estas responsabilidades do Grupo são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento e são refletidas na rubrica Outros passivos correntes, por contrapartida de resultados.

c) Benefícios com Pensões de Reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo

com os critérios consagrados no IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Os gastos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada período contabilístico, são obtidos estudos atuariais, elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período de acordo com o método das “unidades de crédito projetadas”. As responsabilidades assim estimadas são reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica Benefícios dos empregados.

Os gastos com Pensões são registados na rubrica Gastos com o pessoal, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no exercício, e o custo dos juros, o qual resulta da atualização das responsabilidades passadas.

A remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, inclui os ganhos (perdas) atuariais, sendo essas quantias reconhecidas em Outro rendimento integral dentro do âmbito do capital próprio.

Os gastos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

d) Benefícios de saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com alguns dos antigos e atuais colaboradores um regime de assistência

na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas conforme indicado para os planos de benefício definido, na rubrica Gastos com o pessoal.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico é obtido um estudo atuarial elaborado por uma entidade independente, de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

e) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT)

Com a publicação da Lei n.º 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.º 294-A/2013, tinham entrado em vigor no dia 1 de outubro desse ano os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho (“FCT”) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (“FGCT”). Nesse contexto, as empresas que contratassem um novo trabalhador eram obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial de uma indemnização em caso de despedimento. Tendo em conta as características de cada Fundo era considerado o seguinte:

- as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, eram reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas no rendimento integral;
- as entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, eram reconhecidas como gasto do exercício a que respeitavam.

No entanto, a Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, veio alterar o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito

01

02

03

04

05

06

07

da agenda do trabalho digno e veio introduzir diversas alterações em vários diplomas legislativos.

No que diz respeito ao Fundo de Compensação, ainda que se não proceda a qualquer alteração aos respetivos regimes jurídicos, a sua entrada em vigor apresenta impactos significativos pela suspensão de algumas obrigações que a Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, impõe aos empregadores.

Com efeito, as disposições transitórias previstas na Lei n.º 13/2023, estabelecem que:

- estas alterações determinam que partir do dia 01 de maio de 2023, e enquanto vigorar o disposto no regime transitório, para cada um dos fundos, se encontra suspensa a obrigação dos empregadores efetuarem as entregas aos Fundos de Compensação previstas na Lei n.º 70/2013;
- da suspensão resulta também que as entregas referentes ao mês de abril a pagar no mês de maio de 2023, podem, por opção, não ser liquidadas, ainda que devidas. O não pagamento não implica qualquer penalização para o empregador, ou seja, o pagamento de juros ou despesas administrativas;
- os valores em dívida referentes a meses anteriores a abril de 2023, continuam a constituir dívida dos empregadores e devem ser regularizados sob pena de não ser possível a devolução das entregas já liquidadas em períodos anteriores. Nestes casos, ao valor em dívida acresce despesas administrativas e juros de mora que não são suspensos na vigência do regime transitório;
- enquanto vigorar o regime transitório, os empregadores podem, no entanto, cessar ou anular contratos que se encontrem inseridos nos fundos e solicitar o reembolso do saldo da conta individual de trabalhador na sequência da cessação do respetivo contrato de trabalho;

- estão previstas alterações significativas nestes regimes até ao final do ano de 2024.

2.4.14 Provisões

São constituídas provisões quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) em resultado de ações passadas, quando é provável uma saída de recursos económicos para fazer face a essa obrigação e esta possa ser medida com fiabilidade. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido, para liquidar a obrigação presente à data de cada demonstração consolidada da posição financeira, revistas periodicamente e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Em particular são constituídas provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou em consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários.

2.4.15 Rubricas do capital próprio

a) Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no artigo 272.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato da sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, como capital social.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida, como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos ou gastos inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica Resultados transitados.

b) Reserva legal

De acordo com o artigo 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado, apurado nas demonstrações financeiras separadas da Empresa-mãe, tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artigo 296.º do CSC).

c) Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis

Esta rubrica inclui as variações por aumentos ou reduções no justo valor dos IASS e dos TAI que, de acordo com o n.º 2 do artigo 32.º do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, realizados, extintos ou liquidados.

d) Justo valor dos instrumentos de cobertura

Esta rubrica inclui as variações no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro. De acordo com a legislação em vigor, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor, através de componentes de Capital próprio, apenas relevam para poderem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados.

01

02

03

04

05

06

07

e) Resultados transitados

Esta rubrica reflete a apropriação dos resultados de anos anteriores realizados e não distribuídos, da Empresa, das empresas controladas e das empresas associadas.

f) Dividendos antecipados

Esta rubrica reflete os eventuais adiantamentos sobre lucros efetuados no decurso do exercício ao abrigo do disposto no artigo 297.º do CSC, desde que cumpra os seguintes termos: (i) sejam efetuados no segundo semestre de cada ano; e, (ii) não exceda metade das importâncias que seriam distribuíveis à data a que se reporta o balanço intercalar.

2.4.16 Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo que resulta de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente surge quando existe:

- uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou
- uma obrigação presente que resulte de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

- não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; ou
- a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros, seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.4.17 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade.

a) Ativos financeiros**Reconhecimento e mensuração inicial**

Os ativos financeiros são inicialmente classificados e subsequentemente mensurados em categorias.

A classificação inicial dos ativos financeiros depende das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que o Grupo adota para os gerir. O Grupo mensura um ativo financeiro ao seu justo valor, adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação no momento inicial. As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa, ou para as quais o Grupo adota o expediente prático, são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamento de juros (“*solely payments of principal and interest*” - SPPI) sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos “fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamento de juros”, é realizada para cada instrumento financeiro.

O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como o Grupo gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos.

Um Ativo financeiro é classificado como corrente quando (i) o Grupo espera realizar o ativo no decurso normal do seu ciclo operacional ou até doze meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira, (ii) o ativo é detido essencialmente para finalidades de negociação, ou (iii) o ativo é um caixa ou um equivalente de caixa, conforme definido na IAS 7 – Demonstrações dos fluxos de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

Mensuração subsequente

Para a sua mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados;

01

02

03

04

05

06

07

iii) Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento;

iv) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

i) Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para receber os fluxos de caixa previstos contratualmente; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a testes de imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade.

Os ativos financeiros que o Grupo mensura ao custo amortizado incluem as contas a receber de Clientes, Outros devedores, Outros ativos e Outros instrumentos financeiros.

O Grupo considera que o justo valor destas contas é equivalente ao seu valor nominal.

iii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Aquando do reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar de forma irrevogável os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

Ganhos e perdas nestes ativos financeiros nunca são recicladas para os resultados. Os dividendos são registados como ganho financeiro nos resultados quando o direito a receber o pagamento do dividendo estiver estabelecido, exceto quando o Grupo beneficia desses dividendos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro e, nesse caso, os dividendos são registados no outro rendimento integral. Os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral não são sujeitos a avaliação de imparidade.

O Grupo decidiu classificar os seus investimentos em instrumentos de capital de entidades não cotadas nesta categoria.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da demonstração consolidada da posição financeira) quando:

- Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- O Grupo transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos,

no âmbito de um acordo no qual o Grupo: i) não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original; ii) está proibido pelos termos do contrato transferir, vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e, iii) o Grupo tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos; e

- O Grupo transferiu substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo, ou o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando o Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve.

Imparidade de ativos financeiros

Clientes, Outros devedores e Outros ativos financeiros

O Grupo reconhece uma imparidade para as perdas esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma

01

02

03

04

05

06

07

taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

Para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, o Grupo adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas. Assim, o Grupo não monitoriza alterações no risco de crédito, mas ao invés reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico.

Contudo, e nomeadamente no que respeita a contas a receber de partes relacionadas, se não ocorrer qualquer aumento do risco de crédito do respetivo instrumento financeiro, o Grupo mensura a perda por imparidade daquele instrumento por um montante equivalente às perdas esperadas no período de doze meses (“12 months expected credit losses”).

Outros instrumentos financeiros

O Grupo aplica a simplificação para riscos de crédito baixos. A cada data de relato, o Grupo avalia se o instrumento de dívida pode ser considerado como de risco baixo de crédito utilizando para isso toda a informação relevante e razoável que está disponível a um custo/esforço aceitável. Ao fazer essa avaliação, o Grupo tem em conta o rating de crédito do instrumento de dívida.

Os Investimentos detidos até à maturidade dizem respeito a obrigações emitidas por uma entidade relacionada, pelo que são considerados investimentos com baixo risco

de crédito. O Grupo analisa a informação financeira disponível mais recente, de modo a detetar situações de risco.

O Grupo considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido há mais de 90 dias. Porém, em certos casos, o Grupo pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que o Grupo venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expectativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são classificados como empréstimos (incluindo descobertos bancários), contas a pagar a fornecedores, outros credores, outros passivos e outros passivos financeiros ou derivados (designados como instrumento de cobertura numa relação de cobertura eficaz).

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos e das contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os Passivos financeiros são classificados como correntes quando (i) se espera que venham a ser liquidados no decurso normal do ciclo operacional do Grupo, (ii) o passivo seja detido essencialmente para finalidades de negociação, (iii) a liquidação do passivo esteja prevista para um período de doze meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira ou o Grupo não tinha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação inicial, como segue:

Empréstimos

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados no resultado líquido quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração consolidada dos resultados.

Fornecedores, Outros credores, Outros passivos e Outros passivos financeiros

Os saldos de Fornecedores, Outros credores, Outros passivos e Outros passivos financeiros são inicialmente registados pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, sempre que aplicável, são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Estas rubricas são reconhecidas como passivos correntes, exceto se estiver contratualizada a sua liquidação após doze meses seguintes à data da demonstração consolidada da posição financeira.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente é satisfeita, cancelada ou expira.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro da mesma contraparte e com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro são substancialmente modificados, a troca ou modificação são

01

02

03

04

05

06

07

tratadas como um desreconhecimento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

O Grupo considera que o justo valor dos passivos financeiros se aproxima do seu valor contabilístico.

c) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Reconhecimento inicial e subsequente

O Grupo tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações de taxas de juro.

Tais instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados ao justo valor na data em que o derivado é contratado e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os derivados são apresentados no ativo quando o seu justo valor é positivo e no passivo quando o seu justo valor é negativo.

No início da relação de cobertura, o Grupo designa formalmente e documenta a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura bem como a finalidade de gestão e estratégia dessa cobertura.

Nos termos da IFRS 9, a documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e o modo como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de contabilidade de cobertura. O relacionamento de cobertura é qualificável para contabilidade de cobertura se satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:

- Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e
- O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que o que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os relacionamentos de cobertura que satisfaçam os critérios de elegibilidade acima, são contabilizados como se segue:

Cobertura de Fluxos de Caixa

A parcela eficaz do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reconhecida no Capital próprio, enquanto que a parcela ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Capital próprio deve permanecer se se esperar que os fluxos de caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração consolidada dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção (assim que o fluxo de caixa coberto ocorra), qualquer quantia acumulada remanescente no rendimento integral é contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente.

2.4.18 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações

de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de perda de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada de fluxos de caixa, esta rubrica compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica Empréstimos, da demonstração consolidada da posição financeira.

2.4.19 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgados os influxos e exfluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

2.4.20 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);
- cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

01

02

03

04

05

06

07

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão providenciado aos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo. Estes são responsáveis pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas.

2.4.21 Especialização de exercícios

Os dividendos de investimentos classificados como Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos como rendimentos no exercício em que são atribuídos.

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas Outros ativos correntes, Outros ativos não correntes, Outros passivos correntes e Outros passivos não correntes.

2.4.22 Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas, que não euros, são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Em cada data da demonstração consolidada da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira, são transpostos para euros utilizando-se para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração consolidada da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários, cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio, nomeadamente:

- as diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira que, na prática, se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- as diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 e desde que cumpram os critérios de eficiência estabelecidos na IFRS 9.

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira

é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da demonstração consolidada da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de Capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração consolidada dos resultados e dos fluxos de caixa.

De acordo com a IAS 21, o *goodwill* e as correções de justo valor apuradas na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração consolidada da posição financeira.

2.4.23 Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos líquidos de impostos diferidos. Estes subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que o Grupo cumprirá/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido. Especificamente, os subsídios ao investimento cuja principal condição respeita à compra, construção ou outra forma de aquisição de ativos não correntes (incluindo ativos fixos tangíveis) são reconhecidos como diferimentos passivos na demonstração consolidada da posição financeira e transferidos para resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil dos ativos relacionados.

Os subsídios à exploração, que não estejam relacionados com ativos, nomeadamente para formação de colaboradores, são

01

02

03

04

05

06

07

reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do exercício de acordo com os gastos incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- no que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- no que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, isto é, amortizações e depreciações e/ou ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

2.5 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração consolidada da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre situações que existiam a essa data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas, caso originem um impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração consolidada da posição financeira que proporcionem informação sobre situações significativas ocorridas após a data de balanço, são divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.6 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS DA GESTÃO

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados, bem como os seus rendimentos e gastos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento, na experiência de eventos passados e/ou recorrentes e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

Análise de imparidade do *Goodwill*

O valor do *goodwill* é testado anualmente e sempre que haja evidências de estar em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada. Para esse efeito, o Grupo prepara projeções com base nos orçamentos

e planos de negócio mais recentes aprovados pelo Conselho de Administração.

Vida útil de Ativos Tangíveis, Intangíveis, Direito de uso e Propriedades de investimento

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Grupo espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e é revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Grupo opera.

Custos de desenvolvimento

Os custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4.6. a). A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica, normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um produto alcançou um marco de acordo com o modelo de projeto estabelecido pelo Conselho de Administração. Na determinação das quantias a serem capitalizadas o Conselho de Administração faz suposições acerca dos fluxos de caixa esperados que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

Revalorização de Ativos

A categoria de Imóveis Afetos a Serviços de Saúde de unidades hospitalares (“IASS”) e os Terrenos e recursos naturais do segmento da atividade imobiliária (“TAI”), incluídos

01

02

03

04

05

06

07

em Ativos fixos tangíveis são, à data da demonstração consolidada da posição financeira, valorizados pela sua quantia escriturada revalorizada com base em avaliações efetuadas por entidades externas independentes, através do método do rendimento e do custo de reposição. Quando, à data da demonstração consolidada da posição financeira, o justo valor dos Imóveis Afetos a Serviços de Saúde em curso não seja fiavelmente mensurável, os mesmos são valorizados ao custo até que o seu justo valor possa ser fiavelmente mensurável o que habitualmente ocorre com a conclusão da respetiva construção.

Locações – Estimativa da taxa incremental, do prazo da locação e método de valorização

O reconhecimento das locações tem inerente a determinação da taxa de juro implícita na locação e o prazo da locação.

O Grupo não consegue determinar facilmente a taxa implícita na locação, pelo que usa a taxa de juro incremental para mensurar o passivo das locações. A taxa de juro incremental é a taxa de juro que o Grupo teria de pagar num financiamento com condições similares, o que requer que seja feita uma estimativa da taxa quando não existem dados observáveis disponíveis no mercado ou quando as mesmas tenham de ser ajustadas para refletir as condições do financiamento. Com efeito, o Grupo estima a taxa de juro incremental com base na taxa de referência de mercado a que tem acesso.

O prazo das locações é determinado com base na melhor expectativa da gestão em permanecer no contrato de locação. O Grupo avalia o prazo das locações por tipologia de contrato, tendo em consideração a possibilidade de exercer com uma certeza razoável a opção de prorrogação da locação:

- Hospitais e clínicas - o Grupo avalia a possibilidade de exercer com “uma certeza razoável a opção de prorrogação” da locação deste tipo de ativos. Nesse sentido, e tendo em consideração o crescimento do Grupo nos últimos anos

e a crescente necessidade de expandir, o Grupo não consegue afirmar com uma certeza razoável que estes contratos de locação serão renovados no final do prazo inicial;

- Outros imóveis – para esta categoria, o Grupo analisa contrato a contrato, e em caso de renovação, é aferida a razoabilidade e a expectativa de renovar o contrato;
- Equipamentos e Viaturas – este tipo de contratos não tem opção de renovação, pelo que o prazo da locação considerado é o prazo do contrato.

Imparidade de Contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos ao longo de um período de 5 anos, ajustada por fatores prospetivos específicos identificados pelo Grupo como os mais adequados a cada grupo de clientes, com características e histórico de incumprimentos semelhantes. Adicionalmente, o Grupo tem em consideração os seguintes aspetos:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em insolvência.

Imparidade de ativos não correntes

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo a pressupostos julgamentais, nomeadamente:

- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além do período explícito de projeção;
- Taxa de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

Impostos sobre o rendimento e impostos diferidos

A determinação dos montantes de impostos sobre o rendimento e impostos diferidos requer o exercício de julgamento e está sujeito a interpretações. Diferentes interpretações poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

Somente são reconhecidos impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual possam ser utilizados.

Reconhecimento e Mensuração de Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua

01

02

03

04

05

06

07

mensuração com fiabilidade, para a qual o Grupo recorre, sempre que necessário, a peritos especialistas nas matérias em apreço.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por alterações dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Provisões contratuais

As provisões contratuais respeitam a provisões reconhecidas para fazer face a responsabilidades relativas ao término dos contratos de gestão dos Hospitais de Vila Franca de Xira e de Braga.

Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. (“Escala Vila Franca”)

Decorrem nesta data processos de conferência com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (“ARSLVT”), relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2013 a 2021 do Estabelecimento Hospital de Vila Franca.

Relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2013 a 2021 encontravam-se em curso à data de fecho, o processo de encerramento de apuramento da Produção real, sendo que o mesmo já deveria ter sido concluído em junho do ano seguinte, respetivamente.

O Conselho de Administração do Grupo CUF entende que se encontra devidamente fundamentada para fazer prevalecer as suas pretensões, no âmbito daquelas provisões e perdas por imparidade sem que daí decorra qualquer impacto financeiro negativo que tenha um efeito significativo nas contas.

Provisões para desmantelamento e restauro

As provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauração do local onde estes estão localizados está dependente de pressupostos estimativas que as tornam sensíveis a:

- Expectativa de custo a ser incorrido;
- Data previsível da ocorrência dos custos; e
- Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Benefícios pós-emprego

A avaliação das responsabilidades por Benefícios de Reforma e de Saúde atribuídos a alguns dos antigos e atuais colaboradores do Grupo Bondalti é efetuada anualmente com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Todos os indicadores utilizados são os específicos dos países onde os benefícios a empregados são atribuídos e incluem, entre outros:

- Taxa de Crescimento Salarial, Taxa de Rendimento do Fundo e Taxa Técnica de juro;
- Tábuas de mortalidade disponíveis para o público de Portugal; e
- Aumentos futuros de salários e pensões baseados nas taxas de inflação esperadas para o futuro, específicas de Portugal.

Alterações nos pressupostos podem ter um impacto relevante nas responsabilidades.

Continuidade das operações

O Grupo teve em atenção os resultados atingidos e entende que as medidas em vigor e as que estão a ser tomadas ao nível da libertação de meios operacionais (por redução de consumos e aumento de produtividade), são suficientes para garantir o normal funcionamento da atividade, bem como o cumprimento do reembolso da dívida, não estando, por conseguinte, posta em causa a continuidade das operações.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras, incluindo a informação dos eventos subsequentes (Nota 49). No entanto, dado o número de fatores qualitativos envolvidos, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas são registadas em resultados de forma prospetiva em conformidade com o disposto no IAS 8.

2.7 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

2.7.1 Princípios gerais

O Grupo, à semelhança da generalidade dos grupos empresariais, encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira do Grupo e na respetiva sustentabilidade.

01

02

03

04

05

06

07

No âmbito do processo de gestão de riscos o Grupo identificou um conjunto de riscos associados ao desempenho financeiro de cada empresa incluída na consolidação considerados materialmente mais relevantes, dos quais se destacam o risco de mercado, de crédito e de liquidez.

O Grupo detém um modelo de gestão do risco que procura minimizar os potenciais efeitos adversos, utilizando os instrumentos adequados à cobertura dos riscos a que se encontra exposto. Todas as operações de gestão de risco financeiro são submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada, os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

2.7.2 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco que as alterações nos preços dos mercados, como sejam taxas de juro, variações cambiais ou evolução das bolsas de valores, possam alterar os resultados do Grupo e a sua posição financeira.

O Grupo encontra-se, essencialmente, exposto aos riscos decorrentes das alterações das taxas de juro, pelo que a gestão de riscos de mercado foca-se essencialmente na monitorização da evolução das taxas de juro, que influenciam os passivos financeiros remunerados (contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados) e o seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

a) Risco de exposição às variações de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo minimizar a exposição à variação das taxas de juro e o seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Através da política de controlo adotada procuram-se seleccionar as estratégias adequadas para cada área de negócio, com o objetivo de assegurar que este fator de risco não afeta negativamente a respetiva capacidade operacional. Por outro lado, é ainda monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados do Grupo.

Periodicamente, o Grupo analisa a situação de mercado, procurando o equilíbrio correto entre taxa fixa e taxa variável.

b) Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultado de alterações nas taxas de câmbio. O Grupo encontra-se exposto às variações cambiais, em particular à variação cambial do dólar americano (USD) e do kwanza angolano (Kz).

2.7.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais relacionadas com instrumentos financeiros ou contratos com clientes, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais do Grupo, especificamente os riscos de crédito a clientes e das suas atividades de investimento.

a) Clientes e Outros devedores

O risco de crédito está relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores. Este risco é monitorizado da seguinte forma: seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos; estabelecendo limites ao crédito aos clientes, com base em critérios de avaliação interna (prazo médio de recebimento); análises de imparidade aos valores a receber, numa base regular; e, monitorização regular dos valores em dívida.

O Grupo não apresenta nenhum risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

O Grupo tem em vigor contratos de *factoring* sem recurso mediante os quais cede os créditos e em que o controlo dos créditos e parte dos riscos e benefícios são transferidos para a entidade de *factoring*.

O movimento nas Perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 39.

Em 31 de dezembro de 2023 é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber encontram-se adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os saldos evidenciados na rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda respeitam, essencialmente, ao FCT, o qual é garantido pelo Instituto de Gestão e Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. e pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P..

01

02

03

04

05

06

07

c) Investimentos detidos até à maturidade

A monitorização dos Investimentos detidos até à maturidade, que incluíam em 2022 obrigações emitidas pela Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. era feita periodicamente pela gestão, mediante a análise dos relatórios e contas das entidades emitentes, sendo tidos em consideração os seguintes indicadores: análise da situação patrimonial das sociedades; análise do grau de solvabilidade; capacidade de gerar recursos líquidos a partir da utilização dos ativos e análise da evolução da situação financeira; e, análise dos pareceres dos respetivos revisores. Adicionalmente, era analisado o *rating* desta entidade pela Agência DB.

2.7.4 Risco meteorológico

Existem riscos meteorológicos que podem afetar significativamente as vinhas e as operações de vinificação. Condições climáticas adversas, como geadas, tempestades de granizo, calor excessivo ou chuvas fortes, podem danificar as videiras, afetar a qualidade das uvas e afetar o desempenho geral do negócio.

Apesar de se terem verificado, durante o ano 2023, situações meteorológicas extremas, com ondas de calor prolongadas e condições climatéricas propícias ao desenvolvimento de pragas, a maioria das regiões vitivinícolas em Portugal tiveram uma boa produtividade, uma das mais elevadas das últimas duas décadas, em contraciclo com o que se verificou com a produção de vinho no resto do mundo, uma das menores colheitas dos últimos 60 anos.

Adicionalmente, a disponibilidade de água tem sido de extrema importância para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, tornando fundamental que o Grupo seja mais eficiente no uso desta, mas também que garanta o seu armazenamento em barragens e albufeiras próprias. A este nível é inevitável algum investimento futuro nestas infraestruturas, na procura alternativa de água no subsolo, na adequação de centrais de bombagem e sistemas de rega como um todo, para um melhor e mais eficiente uso deste bem escasso.

2.7.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez resulta da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objetivos:

- assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- diminuir o endividamento de curto prazo; e,
- continuar a alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com os ativos de longo prazo detidos pelo Grupo.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, o Grupo procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas que a cada momento pareçam ser as mais eficientes.

3. ESTIMATIVA DE JUSTO VALOR

A hierarquia para efeitos de determinação do justo valor deverá ter os seguintes níveis e bases de mensuração:

- **Nível 1:** cotações de mercados líquidos de ativo e aos quais o Grupo tem acesso à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira;
- **Nível 2:** modelos de avaliação geralmente aceites, baseados em *inputs* observáveis no mercado alternativos aos referidos no nível 1;
- **Nível 3:** modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

01

02

03

04

05

06

07

O Grupo tem valorizado ao justo valor, os ativos e passivos indicados nos quadros seguintes, nos quais está também indicada a respetiva hierarquia:

	31 dez 2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos valorizados ao justo valor			
Direitos de emissão (Nota 47)	8 370 810	-	-
Ativos fixos tangíveis [IASS e TAI] (Nota 21)	-	-	525 315 580
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	-	2 457 601	65 866
Passivos valorizados ao justo valor			
Instrumentos financeiros derivados (Nota 44)	-	862 383	-
		31 dez 2022	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos valorizados ao justo valor			
Direitos de emissão (Nota 47)	5 783 489	-	-
Ativos fixos tangíveis [IASS e TAI] (Nota 21)	-	-	484 793 340
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	-	2 150 585	49 869

O justo valor dos Direitos de emissão, uma vez que existe um mercado ativo, foi apurado com base no seu valor de mercado.

O justo valor (valor revalorizado) das rubricas Terrenos e Edifícios, relativa a IASS e a TAI foi determinado por avaliadores independentes externos, tendo por base *inputs* não observáveis no mercado.

O justo valor dos Ativos financeiros disponíveis para venda é determinado pela cotação de mercado e não diferem substancialmente do seu custo.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados, em 31 de dezembro de 2023, foi determinado por entidades terceiras, tendo por base *inputs* observáveis no mercado e de acordo com os modelos e técnicas geralmente aceites.

4. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

4.1 EMPRESAS CONSOLIDADAS

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são as seguintes:

Empresa	Sede	31 dez 2023			31 dez 2022		
		% efetiva	% de controlo				
Serviços comuns e outros:							
JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A. ("JM Capital")	Lisboa				Empresa-mãe		
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%			
Infra-estruturas:							
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira) ("JM Investimentos")	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%			
José de Mello International, S.à r.l. (a.)	Luxemburgo	-	-	100,00%			
Saúde:							
CUF, S.A. ("CUF") e subsidiárias ("Grupo CUF")	Lisboa	65,85%	65,85%	65,85%			
CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Porto	65,85%	100,00%	100,00%			
CUF - Serviços de Saúde, Administrativos e Operacionais, ACE	Oeiras	65,80%	99,92%	99,41%			
CUF - Gestão de Clientes e de Serviços de Saúde, S.A.	Lisboa	65,85%	100,00%	100,00%			
CUF - Serviços de Logística, ACE (a.)	Oeiras	-	-	99,29%			
Academia CUF, Sociedade Unipessoal Lda.	Oeiras	65,85%	100,00%	100,00%			
Hospital CUF Açores, S.A. (b.)	S.Miguel	65,85%	100,00%	100,00%			
Hospital CUF Cascais, S.A. (c.)	Cascais	65,85%	100,00%	100,00%			
Hospital CUF Coimbra, S.A. (d.)	Coimbra	65,85%	100,00%	100,00%			
Hospital CUF Descobertas, S.A. (e.)	Oeiras	65,85%	100,00%	100,00%			

01

02

03

04

05

06

07

Empresa	Sede	31 dez 2023		31 dez 2022
		% efetiva	% de controlo	% de controlo
Hospital CUF Santarém, S.A.	Oeiras	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Porto S.A. (f.)	Oeiras	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Trindade, S.A. (g.)	Carnaxide	-	-	100,00%
Hospital CUF Tejo, S.A. (h.)	Oeiras	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Torres Vedras, S.A. (i.)	Oeiras	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Viseu, S.A.	Viseu	65,85%	100,00%	100,00%
Clínica CUF Alvalade S.A.	Lisboa	65,85%	100,00%	100,00%
Clínica CUF Belém S.A. (j.)	Lisboa	63,48%	96,40%	62,81%
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A. (j.)	Lisboa	63,48%	96,40%	62,81%
Clínica Dr. Luís Álvares S.A.	Lisboa	65,85%	100,00%	100,00%
HD Medicina Nuclear, S.A.	Lisboa	46,09%	70,00%	70,00%
Ecografia de Cascais Lda.	Cascais	65,85%	100,00%	100,00%
CENES - Centro de Reprocessamento de Dispositivos Médicos, Lda.	Lisboa	65,85%	100,00%	100,00%
Centro Logístico CUF Unipessoal Lda.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda.	Viseu	65,85%	100,00%	100,00%
Infrahealth – Gestão de Infraestruturas Unipessoal, Lda.	Oeiras	65,85%	100,00%	100,00%
SIMPLYGREEN - Investimentos Imobiliários, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospimob - Imobiliária, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Imo Health Cascais - Investimentos Imobiliários, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
CUF – Investimentos Imobiliários, S.A.	Lisboa	65,85%	100,00%	100,00%
Digihealth, S.A.	Carnaxide	57,95%	88,00%	88,00%
Vigorous Proposal Lda. (a.)	Carnaxide	-	-	100,00%
Sagies - Segurança e Saúde no Trabalho, S.A.	Oeiras	65,85%	100,00%	100,00%
Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A. (k.)	Porto	33,58%	51,00%	-
Cliave – Clínica do Vale do Ave, Lda. (k.)	Porto	18,14%	27,54%	-
Clínicas Expresso, Lda. (k.)	Porto	23,51%	35,70%	-
Expresso à Noite – Serviços de Médicos de Urgência, Lda. (k.)	Porto	25,71%	39,05%	-

Empresa	Sede	31 dez 2023		31 dez 2022
		% efetiva	% de controlo	% de controlo
Clínica Médico – Cirúrgica Nossa Senhora da Guia, Lda. (k.)	Porto	26,87%	40,80%	-
Medentine – Medicina Dentária, Lda. (k.)	Porto	28,55%	43,35%	-
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A. e subsidiárias (“Grupo JM Residências”)	Lisboa	69,58%	69,58%	69,58%
S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos S.A.	Lisboa	48,71%	70,00%	70,00%
Burkina - Sociedade Imobiliária, S.A.	Lisboa	48,71%	70,00%	70,00%
Imobiliário:				
José de Mello Imobiliária, SGPS, S.A. (JM Imobiliária) e subsidiárias (“Grupo JM Imobiliária”)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Comitur Imobiliária, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária S.A.	Sesimbra	66,67%	66,67%	66,67%
Indústria química:				
Bondalti Capital, S.A. (“Bondalti”) e subsidiárias (“Grupo Bondalti”)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Chemicals, S.A. (“B. Chemicals”)	Estarreja	100,00%	100,00%	100,00%
Renoeste - Valorização de Recursos Naturais, S.A.	Pombal	100,00%	100,00%	100,00%
Elnosa - Eletroquímica del Noroeste, S.A.	Pontevedra	100,00%	100,00%	100,00%
Nutriquim - Produtos Químicos, S.A.	Barreiro	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Cantábria, S.A.	Torrelavega	100,00%	100,00%	100,00%
Miralcalis - Activos de Produção de Cloro, S.A.	Porto Salvo	100,00%	100,00%	100,00%
Innovnano Materiais Avançados, S.A.	Coimbra	100,00%	100,00%	100,00%
Dolopand - Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.	Porto Salvo	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Water Solutions, S.A.	Porto Salvo	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti H2, S.A. (“Bondalti H2”)(L.)	Estarreja	100,00%	100,00%	-
Enkrott - Gestão e Tratamento de Águas, S.A.	Sintra	100,00%	100,00%	100,00%

01

02

03

04

05

06

07

Empresa	Sede	31 dez 2023		31 dez 2022
		% efetiva	% de controlo	% de controlo
Enkrott Madeira - Gestão e Tratamento de Águas, Lda.	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%
Enkrott África - Gestão e Tratamento de Águas, Lda.	Luanda	80,00%	80,00%	80,00%
Enkrott Espanha, S.L.U.	Barcelona	100,00%	100,00%	100,00%
Grupo Aguas Alfaro, S.L.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Agua, Energia y Medioambiente, Servicios Integrales, S.L.U.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Laboratorios Alfaro, S.L.U.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Aguas Rioja Medioambiente, S.L.U.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Agua, Gestion y Tratamientos, Servicios Integrales, S.L.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Lifthium Energy, S.A. (m.)	Lisboa	100,00%	100,00%	-
Vinho:				
JMCWSG, S.A. e subsidiárias (“WS Group”) (n.)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Quinta do Côtto Vinhos, Unipessoal Lda. (n.)	Lisboa	100,00%	100,00%	-
Quinta do Retiro Novo, Unipessoal Lda. (n.)	Lisboa	100,00%	100,00%	-
Ravasqueira Vinhos, S.A. (n.)	Arraiolos	100,00%	100,00%	-
Ravasqueira Bio, Unipessoal Lda. (n.)	Arraiolos	100,00%	100,00%	-

- (a.) Estas entidades foram liquidadas no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- (b.) O Grupo CUF concretizou, em 24 de março de 2023, a aquisição de 100% do capital social da HIA - Hospital Internacional dos Açores, S.A.; em setembro de 2023, a empresa alterou a sua designação social para Hospital CUF Açores, S.A..
- (c.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Cascais, da Clínica CUF São Domingos de Rana, da Clínica CUF Nova SBE e do Hospital CUF Sintra.
- (d.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Coimbra e da Clínica CUF Leiria, cuja abertura ocorreu em janeiro de 2023.
- (e.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CF Descobertas e da Clínica CUF Montijo, a qual abriu ao público a 5 de dezembro de 2022.

- (f.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Porto, do Hospital CUF Trindade e da Clínica CUF São João da Madeira.
- (g.) Em 7 de outubro de 2022, o Hospital CUF Porto, S.A. e a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade assinaram um contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 53,22% das ações representativas do capital social do Hospital CUF Trindade, S.A. (anteriormente designado Hospital da Ordem da Trindade, S.A.) pelo montante de, aproximadamente, 3,8 milhões de euros, passando o Grupo, na referida data, a controlar a totalidade do capital e as operações daquela entidade. O Hospital CUF Trindade iniciou a sua atividade a 12 de outubro de 2022 e em dezembro de 2023, foi alvo de fusão por incorporação no Hospital CUF Porto, S.A., com efeitos contabilísticos e fiscais reportados a 1 de janeiro de 2023.
- (h.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Tejo, da Clínica CUF Miraflores, da Clínica CUF Almada e da Clínica CUF Barreiro, a qual foi adquirida em outubro de 2023, passando a marca CUF em fevereiro de 2024. Inclui ainda a atividade de serviços domiciliários desenvolvida pelo Grupo CUF.
- (i.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Torres Vedras e da Clínica CUF Mafra.
- (j.) Em novembro e dezembro de 2023, a CUF celebrou contratos de compra e venda de ações para a aquisição dos interesses que não controlam de ações representativas do capital social da Clínica CUF Belém e, indiretamente, da Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A., anteriormente detidas pelo Montepio Geral, pela Mundinter e outros acionistas, pelo montante de, aproximadamente, 2,9 milhões de euros.
- (k.) Em junho de 2023 foi celebrado um acordo de aquisição entre a CUF e a Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A. (“ATL”), no qual os acionistas da ATL alienaram à CUF 51% do capital social desta sociedade. A ATL é acionista de cinco empresas, que formam o Grupo Atlanticare, e dedica-se à prestação de serviços de saúde, segurança e higiene no trabalho.
- (l.) Em maio de 2023 foi constituída a sociedade Bondalti H2, S.A. com o intuito de liderar o projeto H2 Enable que consiste na construção de uma infraestrutura para a produção de hidrogénio verde.
- (m.) A Lifthium Energy, S.A. (“Lifthium”) foi constituída em 29 de maio de 2023 e tem como objeto social a atividade de refinação em larga escala de lítio verde e o desenvolvimento de um ecossistema de refinação inovador. A Lifthium nasceu após uma reflexão estratégica por parte do Grupo José de Mello e da Bondalti em que foi identificado o potencial de refinação de lítio verde, aproveitando o forte conhecimento da Bondalti na implementação deste processo no setor do cloro-álcalis. Desta forma, a Lifthium tem o propósito de se assumir como uma referência mundial na refinação sustentável de lítio, um desígnio apoiado por uma vasta experiência na indústria química. A 31 de dezembro 2023, o capital da Lifthium é detido em 85% pela José de Mello Capital, S.A. e em 15% pela Bondalti Capital S.A..
- (n.) Em 16 de março de 2023 a Tecnocapital, SGPS, S.A. (“Tecnocapital”) alterou a sua denominação social para JMCWSG, S.A. (“JMCWSG”), tornando-se, assim, na sociedade holding do setor vitivinícola, tendo, para tal, procedido à aquisição, à JM Capital (participação que a JM Capital tinha adquirido em janeiro de 2023) da Ravasqueira Vinhos, S.A. e posteriormente, no segundo semestre, adquirido um conjunto de ativos (quintas), por forma a aumentar o seu portfólio, a relevância no mercado e, em simultâneo, potenciar a eficiência das suas operações. A JMCWSG é acionista, direta ou indiretamente, de quatro empresas que atuam no setor vitivinícola, que formam o WS Group.

01

02

03

04

05

06

07

4.2 EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas registadas pelo método da equivalência patrimonial, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são as seguintes:

Empresa	Sede	31 dez 2023		31 dez 2022
		% efetiva	% de controlo	% de controlo
MGICAPITAL - Sistemas de Gestão, S.A.	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%
Rubicone Bidco, S.A. ("Rubicone") (a.)	Lisboa	16,73%	16,73%	17,10%
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	Lisboa	22,39%	34,00%	34,00%
Greenimolis - Investimentos, S.A.	Carnaxide	32,93%	50,00%	50,00%
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	Estarreja	49,90%	49,90%	49,90%
Enkrott Química Cabo Verde (b.)	Cidade da Praia	50,00%	50,00%	50,00%

(a.) Em fevereiro de 2023 a Rubicone procedeu ao aumento de capital, por novas entradas em espécie, através da emissão de 132.195 novas ações, totalmente subscritas pelo acionista maioritário, pelo que a participação da JM Investimentos diminuiu para 16,73%.

(b.) A sociedade Enkrott Química Cabo Verde encontra-se praticamente sem atividade nos últimos anos.

5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respeitaram essencialmente a:

5.1 ENTRADAS EM 2023

Subsidiária	Sede social	Data de aquisição	Percentagem do capital detido	
			Efetiva	Controlo
Hospital CUF Açores, S.A.	S.Miguel	mar/23	65,85%	100,00%
Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A.	Porto	jun/23	33,58%	51,00%
Ravasqueira Vinhos, S.A. ("RAVV")	Arraiolos	jan/23	100,00%	100,00%

Em outubro de 2022, foi assinado um acordo de princípio com os acionistas da HIA - Hospital Internacional dos Açores, S.A., para aquisição da totalidade do capital daquela unidade hospitalar, localizada no município de Lagoa, em São Miguel, tendo-se concretizado a respetiva transação em 24 de março de 2023. De salientar que em setembro de 2023 a empresa alterou a sua designação social para Hospital CUF Açores, S.A..

Em junho de 2023 foi celebrado um acordo de aquisição entre a CUF e os acionistas da Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A. ("ATL"), segundo o qual os seus acionistas alienaram à CUF 51% do capital social da ATL pelo montante de 3,32 milhões de euros, incluindo 51% dos créditos acionistas na ATL, no montante de 87 milhares de euros, gerando um goodwill no montante de 3,2 milhões de euros. A ATL é acionista de cinco empresas que formam o Grupo Atlanticare e dedica-se à prestação de serviços de saúde, segurança e higiene no trabalho.

Em janeiro de 2023, no âmbito da implementação de um Plano Estratégico de desenvolvimento das suas atividades no setor vitivinícola, o Grupo adquiriu a totalidade do capital social da RAVV.

À data de aquisição, o justo valor dos ativos e passivos adquiridos era como se segue:

	Hospital CUF Açores, S.A.	Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A.	Ravasqueira Vinhos, S.A.	Total
Ativos líquidos adquiridos:				
Ativos intangíveis	197 110	2 131	152 032	351 273
Direito de uso	604 707	904 416	-	1 509 123
Ativos fixos tangíveis	31 288 993	1 082 958	4 390 417	36 762 368
Ativos financeiros disponíveis para venda	74 350	40 108	40 266	154 725
Ativos por impostos diferidos	952 822	-	-	952 822
Inventários	513 931	21 991	8 633 388	9 169 310
Clientes e adiantamentos a fornecedores	527 599	1 749 403	6 605 225	8 882 227
Estado e outros entes públicos	-	18 055	504 074	522 130
Outros devedores	320 724	454 898	2 250 816	3 026 437
Outros ativos	591 624	1 015 082	66 424	1 673 130
Caixa e equivalentes a caixa	475 445	203 618	1 586 139	2 265 202
Empréstimos	(20 499 866)	(1 391 632)	(7 358 371)	(29 249 868)
Credores por locações	(598 138)	(1 179 129)	-	(1 777 267)
Provisões	-	-	(883 540)	(883 540)
Fornecedores e adiantamentos de clientes	(670 970)	(1 751 509)	(3 588 641)	(6 011 120)
Estado e outros entes públicos	(132 102)	(184 227)	(745 348)	(1 061 676)
Outros passivos	(12 141 372)	(757 945)	(1 185 074)	(14 084 391)
Outros credores	(4 041 279)	(240 422)	(4 650)	(4 286 351)
Capital Próprio adquirido	(2 536 422)	(12 203)	10 463 158	7 914 533
Percentagem de participação	100,00%	100,00%	100,00%	
<i>Goodwill</i> (Nota 18)	11 333 705	3 245 503	8 436 842	23 016 051
Valor de aquisição	8 797 283	3 233 300	18 900 000	30 930 583

O Grupo adquiriu o controlo do Hospital CUF Açores, S.A. em abril de 2023 e da ATL em outubro de 2023. Assim, os resultados incluídos na consolidação, compreendem o período de nove meses e três meses, respetivamente, ocorridos após as datas das referidas transações. A aquisição do controlo da RAVV ocorreu em janeiro de 2023, pelo que os resultados incluídos na consolidação compreendem o período de doze meses.

5.2 ENTRADAS EM 2022

Subsidiária	Sede social	Data de aquisição	Percentagem do capital detido	
			Efetiva	Controlo
Vigorous Proposal, Lda.	Lisboa	jul/22	65,85%	100,00%
Hospital CUF Trindade, S.A.	Carnaxide	out/22	65,85%	100,00%

Em 29 de julho de 2022, o Grupo adquiriu 100% do capital social da Vigorous Proposal, Lda., entidade cujo objeto social é a compra e venda de imóveis.

Em 7 de outubro de 2022, o Grupo adquiriu 53,22% das ações representativas do capital social do Hospital CUF Trindade, S.A., passando naquela data a controlar as operações daquela entidade.

01

02

03

04

05

06

07

A entrada destas entidades no perímetro de consolidação, teve o seguinte impacto nas presentes demonstrações financeiras consolidadas:

	Vigorous Proposal, Lda.	Hospital CUF Trindade, S.A.	Total
Ativos Líquidos adquiridos:			
Ativos intangíveis	-	147 835	147 835
Direito de uso	-	610 714	610 714
Ativos fixos tangíveis	-	2 574 415	2 574 415
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	17 366	17 366
Inventários	-	4 354	4 354
Clientes e adiantamentos a fornecedores	-	1 001 100	1 001 100
Outros devedores	35	6 884	6 919
Outros ativos	-	325 496	325 496
Caixa e equivalentes a caixa	-	90 993	90 993
Credores por locações	-	(594 600)	(594 600)
Provisões	-	(6 800)	(6 800)
Fornecedores e adiantamentos de clientes	-	(795 745)	(795 745)
Estado e outros entes públicos	-	(28 111)	(28 111)
Outros passivos	-	(7 232 430)	(7 232 430)
Outros credores	(35)	(129 878)	(129 878)
Capital Próprio adquirido	-	(4 008 409)	(4 008 374)
Percentagem de participação	100,00%	100,00%	
<i>Goodwill</i> (Nota 18)	-	9 894 551	9 894 551
Valor de aquisição	5 000	5 886 142	5 891 142
Liquidação por meios monetários (Nota 43)	5 000	2 189 160	2 194 160
Valor em dívida (Nota 40)	-	1 504 781	1 504 781

Os resultados incluídos na demonstração consolidada dos resultados compreende, apenas, os resultados gerados nos períodos ocorridos após as datas destas transações, respetivamente, cinco e três meses.

5.3 OUTRAS OPERAÇÕES

Rubicone Bidco

Em 13 de outubro de 2020, a JM Investimentos, a Tagus e a Arcus European Infrastructure Fund GP LLP procederam à alienação de 90.208.089, 243.497.061 e 114.557.795 ações representativas do capital social da Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A. (“Brisa”), respetivamente, à sociedade Rubicone Bidco, S.A. (“Rubicone”), detida, indiretamente, por um consórcio de investidores internacionais. No âmbito do acordo de venda, a JM Investimentos manteve-se como acionista de referência da Brisa com cerca de 15,41% de participação, a que correspondiam 16,73% dos direitos de voto, sendo considerada uma associada na qual o Grupo exercia uma influência significativa, uma vez que era necessário o seu voto nas decisões estratégicas e financeiras.

Em 21 de janeiro de 2021, a Brisa procedeu à extinção de todas as 47.352.614 ações próprias, passando a participação da JM Investimentos para 16,73% do capital da Brisa e a da Rubicone para 81,11%.

Durante o exercício de 2022, a JM Investimentos e a Rubicone consideraram estrategicamente relevante concentrar as suas participações no capital social da Brisa num veículo comum – a Rubicone – pelo que, em novembro de 2022, a JM Investimentos passou a deter 17,1% do capital social da Rubicone e prestações acessórias (sujeitas ao regime previsto no n.º 1 do artigo 213.º do CSC, em troca das ações Brisa que detinha, bem como uma influência significativa na Rubicone.

Em 29 de dezembro de 2022, a Rubicone recorreu a uma ação potestativa e comprou o remanescente das ações Brisa aos acionistas minoritários, ficando assim titular de 100% do capital social da Brisa.

Conforme referido na Nota 4.2, em fevereiro de 2023 a Rubicone procedeu a um aumento de capital totalmente subscrito pelo seu acionista maioritário, pelo que, em 31 de dezembro de 2023, a participação da JM Investimentos nesta sociedade é de 16,73%.

01

02

03

04

05

06

07

Digihealth e Haspac

No dia 6 de novembro de 2007, o Ministério da Saúde denunciou o contrato de concessão com a sociedade Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A. (“HAS”), atualmente denominada Digihealth, S.A. (“Digihealth”), que geria o Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca EPE, cuja transferência da gestão teve efeitos a partir de 1 de janeiro de 2009, razão pela qual esta atividade foi descontinuada. Consequentemente, a atividade de uma outra empresa do Grupo (participada diretamente pela Digihealth), a HASPAC - Patologia Clínica, S.A. (“Haspac”) que explorava em regime exclusivo o Serviço de Patologia Clínica da Digihealth, foi, igualmente, descontinuada.

No âmbito do processo de arbitragem em curso, o tribunal arbitral proferiu em 12 de dezembro de 2012 um acórdão condenando a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (“ARSLVT”) a pagar à Digihealth a importância de 18 123 526 euros, como compensação pela denúncia do contrato de concessão. Apesar de condenada e de interpelada para o efeito, a ARSLVT nunca pagou o montante condenatório. A ARSLVT instaurou uma ação de anulação do acórdão arbitral que corre termos pelo Tribunal Central Administrativo Sul e que ainda se encontra pendente de decisão.

No final do primeiro trimestre de 2014, a Digihealth constatou que os esforços de cobrança junto da ARSLVT não estavam a produzir os resultados desejados. Por esse motivo, e com o objetivo de satisfazer, ainda que parcialmente, as responsabilidades contraídas junto dos seus credores, a Digihealth sondou o mercado e logrou encontrar uma entidade, a Finanfarma – Sociedade de *Factoring*, S.A., sociedade controlada por uma entidade relacionada, disposta a celebrar um contrato de *factoring* e a pagar uma quantia muito avultada pela aquisição do crédito da Digihealth sobre a ARSLVT, prevendo expressamente a possibilidade de recorrer ao Processo Especial de Revitalização (“PER”). A estratégia

preconizada pela Digihealth mereceu a concordância de uma larga maioria de credores (74,46%) representativos do seu passivo. Em 1 de agosto de 2014 a Digihealth instaurou o processo PER tendo sido aprovado por 84% dos credores, e posteriormente homologado pelo Tribunal de Comércio de Lisboa em 5 de março de 2015.

Pese embora se tenha obtido o apoio de diversos Credores (47,98%) representativos do passivo da Haspac, a verdade é que não foi possível alcançar a maioria qualificada de 67% que permitisse efetuar um acordo de credores. Neste contexto, a Administração da Haspac viu-se forçada a avançar com um pedido de apresentação voluntária à insolvência junto do Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste, tendo sido decretada insolvente no dia 19 de fevereiro de 2015 e nomeado o respetivo e atual Administrador de Insolvência.

À semelhança de exercícios anteriores, foi considerado pelo Grupo CUF que não se verifica um controlo efetivo da subsidiária Haspac, sob gestão de um Administrador de Insolvência, pelo que a mesma foi excluída do perímetro de consolidação.

No que respeita à subsidiária atualmente designada por Digihealth, o Conselho de Administração desenvolveu a sua atividade de acordo com o enquadramento e os compromissos assumidos com os credores, nomeadamente o Processo Especial de Revitalização (PER). Este processo limita a atuação da Administração à realização de ativos com o único propósito de liquidar os passivos relativos aos credores reconhecidos no âmbito do PER.

Não obstante, após o trânsito em julgado da sentença homologatória do PER, a Digihealth manteve-se em atividade e com um novo objeto social, alteração essa concretizada em Assembleia Geral de acionistas.

A Digihealth começou a redirecionar a sua atividade (objeto social) para um novo sector, o que lhe irá permitir gerar receitas durante os próximos anos. Exceto quanto à utilização dos eventuais ativos recuperáveis, cujo destino será a liquidação das responsabilidades que se materializem na parte vendida dos ativos financeiros efetivamente recuperados, o Grupo CUF entende que detém o controlo efetivo sobre a referida entidade, assim como, o poder e capacidade de usar esse mesmo poder para afetar o valor dos resultados da nova atividade.

Operações descontinuadas

Os contratos de gestão e exploração dos estabelecimentos hospitalares de Braga e Vila Franca de Xira terminaram em 31 de agosto de 2019 e 31 de maio de 2021, respetivamente.

Durante os exercícios de 2023 e 2022, as operações económicas associadas a estes contratos relacionaram-se, fundamentalmente, com a gestão do processo de transmissão dos dois hospitais para o Estado e a gestão de clientes e fornecedores e das respetivas contas a receber e a pagar. Foi ainda objeto de atividade o acompanhamento de processos litigiosos em curso com o Estado em resultado do desenvolvimento daquelas atividades.

Conforme previsto pela IFRS 5, a demonstração consolidada dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 reflete numa única rubrica (resultado líquido do exercício das operações descontinuadas), os resultados líquidos, após impostos, desta unidade operacional descontinuada.

01

02

03

04

05

06

07

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os resultados das operações descontinuadas foram como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Rendimentos operacionais:		
Vendas e prestações de serviços	-	44 189
Outros rendimentos operacionais	294 806	570 063
Total de rendimentos operacionais	294 806	614 252
Gastos operacionais:		
Custo das vendas	(168 343)	(276 956)
Fornecimentos e serviços externos	(51 651)	(183 071)
Gastos com o pessoal	(65 642)	(109 465)
Amortizações e depreciações	(142)	(4 375)
Provisões e perdas por imparidade	(1 651 926)	1 218 737
Outros gastos operacionais	(32 132)	(230 198)
Total de gastos operacionais	(1 969 836)	414 672
Resultados operacionais	(1 675 030)	1 028 924
Rendimentos financeiros	-	371
Resultados financeiros	-	371
Resultados antes de impostos	(1 675 030)	1 029 295
Impostos sobre o rendimento	-	(89)
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas	(1 675 030)	1 029 205

No exercício de 2023, o Tribunal da Relação decidiu solicitar a repetição do julgamento em Tribunal Arbitral (“TA”) para analisar de prova não analisada no julgamento do processo de Subsistemas e da Hepatite C, relativamente à atividade

de prestação de serviços de cuidados de saúde públicos desenvolvidos pela entidade Escala Braga (entretanto fusionada na CUF, S.A.). Como resultado, e ao abrigo da decisão do TA, o Grupo devolveu o montante de 1,6 milhões de euros, anteriormente liquidados pela Administração Regional de Saúde do Norte (“ARSN”). Face ao enquadramento descrito, o Grupo constituiu uma conta a receber e uma provisão no mesmo montante (Nota 27 (c.) e Nota 39.3 (f.)).

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Tal como preconizado na IFRS 8, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados no modelo interno de informação de gestão. A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo é consistente com a forma como o Conselho de Administração aloca recursos ao segmento, avalia o seu desempenho, toma decisões estratégicas e gere e controla os negócios.

Assim, o Grupo apresenta os seguintes segmentos reportáveis:

- Saúde (inclui Residências);
- Indústria química;
- Vinho;
- Outros (inclui Serviços comuns, Imobiliária e Outros serviços).

O segmento “Saúde” agrega o Grupo CUF e o Grupo JM Residências. O Grupo CUF tem como atividade principal a prestação de cuidados de saúde nas seguintes áreas: i) Prestação de cuidados de saúde privados, através da exploração de onze hospitais, doze clínicas de ambulatório e quatro

unidades de imagiologia clínica; ii) Setor imobiliário e infraestruturas, que inclui cinco entidades cujo objeto social é o da compra, venda, gestão e arrendamento de infraestruturas de saúde, espaços comerciais e parques de estacionamento; iii) Medicina no trabalho, que inclui, quer unidades que prestam serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho, quer unidades que prestam cuidados personalizados de saúde no domicílio; e iv) Prestação, além da gestão de participações sociais, de serviços de gestão, formação, contabilidade, consultoria, limpeza e manutenção, aluguer de equipamento, de negociação e aprovisionamento. A área de Prestação Pública, anteriormente desenvolvida pelo Grupo CUF, foi considerada uma unidade operacional descontinuada. O Grupo JM Residências, em estreita articulação com o Grupo CUF, centra a sua atividade no desenvolvimento de soluções residenciais para idosos e de programas de recuperação e reabilitação ortopédica, geriátrica e neurológica, através da gestão e exploração de duas unidades residenciais.

O segmento “Indústria Química” é composto pelo Grupo Bondalti, produtor industrial químico que atua em 3 áreas: i) Área dos Químicos, com produção e comercialização de produtos químicos industriais nos segmentos orgânicos (anilina e derivados) e inorgânicos (cloro-alcalis); ii) Área Imobiliária, atuando na compra e venda de bens imóveis; e, iii) Área de tratamento e reciclagem de águas para consumo humano e industrial, com produção e comercialização de produtos e tecnologias para o tratamento de águas residuais. Este segmento inclui, ainda, o contributo da Lifthium, que tem como objetivo a refinação de lítio através de eletrólise, aproveitando os conhecimentos e experiência do Grupo Bondalti no setor cloro-alcalis.

O segmento “Vinho” é a mais recente plataforma de negócios do Grupo José de Mello, que reforça assim a sua atuação empresarial no setor do vinho reunindo num só portfolio vinhos e quintas, tendo para tal utilizado uma sociedade (já sem atividade) que fazia parte do seu perímetro

01

02

03

04

05

06

07

– a Tecnocapital – e, posteriormente, para além de proceder à aquisição, em janeiro de 2023, da Ravasqueira Vinhos, adquirir um conjunto de ativos (quintas). Assim, este segmento é composto, para além da sociedade holding, por 4 entidades que se dedicam à exploração vitícola de propriedades, à atividade vitivinícola, ao engarrafamento e comercialização de vinhos e, ainda, ao aproveitamento turístico dessas atividades (enoturismo).

O segmento “Outros” inclui entidades cujas atividades vão desde a prestação de serviços de consultadoria e contabilidade, serviços de negociação centralizada de bens e serviços, e, ainda, atividade imobiliária (promoção e administração de bens imóveis e gestão de investimentos imobiliários e turísticos).

Os resultados de cada segmento (após a eliminação de transações intrasegmento), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram os seguintes:

	31 dez 2023					Consolidado
	Saúde	Indústria química	Vinho	Outros	Eliminações	
Vendas e prestações serviços	755 514 279	503 630 414	23 309 435	5 761 309	(1 319 592)	1 286 895 844
Outros rendimentos operacionais	12 640 501	19 767 429	1 034 773	74 859 032	(7 372)	108 294 363
Outros gastos operacionais	(694 692 261)	(456 410 324)	(21 901 597)	(97 176 117)	1 363 864	(1 268 816 434)
Resultado operacional do segmento	73 462 520	66 987 518	2 442 611	(16 555 776)	36 900	126 373 773
Gastos financeiros	(29 984 828)	(3 406 850)	(347 044)	(19 078 934)	3 533 862	(49 283 794)
Rendimentos financeiros	1 217 593	3 920 246	15 234	2 728 761	(3 570 762)	4 311 072
Resultados relativos a associadas	133 861	439 830	-	38 708 672	-	39 282 363
Resultados de atividades de investimento	156 931	1 358	1 278	53 466	-	213 033
Resultados financeiros	(28 476 442)	954 584	(330 532)	22 411 966	(36 900)	(5 477 325)
Resultados antes de impostos	44 986 078	67 942 102	2 112 078	5 856 190	-	120 896 448
Impostos sobre o rendimento	(5 141 353)	(18 302 397)	(439 387)	12 860 588	-	(11 022 548)
Resultado das operações descontinuadas	(1 675 266)	-	-	-	-	(1 675 266)
Interesses sem controlo	(13 229 707)	160 792	-	15 359	-	(13 053 556)
Resultado líquido consolidado	24 939 751	49 800 497	1 672 692	18 732 137	-	95 145 077

01

02

03

04

05

06

07

31 dez 2022

	Saúde	Indústria química	Vinho	Outros	Eliminações	Consolidado
Vendas e prestações serviços	637 704 321	595 072 827	-	2 732 400	(773 322)	1 234 736 225
Outros rendimentos operacionais	10 418 079	13 990 274	-	3 375 340	(5 124)	27 778 569
Outros gastos operacionais	(590 795 793)	(528 668 043)	-	(19 141 246)	793 446	(1 137 811 635)
Resultado operacional do segmento	57 326 607	80 395 058	-	(13 033 506)	15 000	124 703 159
Gastos financeiros	(17 931 195)	(14 520 667)	-	(10 251 387)	683 655	(42 019 594)
Rendimentos financeiros	1 150 226	1 715 266	-	1 029 574	(698 655)	3 196 411
Resultados relativos a associadas	(669 801)	132 803	-	35 291 722	-	34 754 724
Resultados de atividades de investimento	(87 084)	(38 600)	-	72 436	-	(53 249)
Resultados financeiros	(17 537 854)	(12 711 198)	-	26 142 345	(15 000)	(4 121 708)
Resultados antes de impostos	39 788 753	67 683 859	-	13 108 839	-	120 581 451
Impostos sobre o rendimento	(6 717 606)	(15 858 185)	-	5 142 392	-	(17 433 399)
Resultado das operações descontinuadas	1 029 205	-	-	-	-	1 029 205
Interesses sem controlo	(11 698 141)	(31 863)	-	11 852	-	(11 718 151)
Resultado líquido consolidado	22 402 212	51 793 811	-	18 263 084	-	92 459 106

As transações intrasegmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transações com terceiros.

As políticas contabilísticas nos diversos segmentos são consistentes com as políticas do Grupo.

01

02

03

04

05

06

07

Os ativos e passivos dos segmentos e a respectiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram como segue:

	31 dez 2023					Consolidado
	Saúde	Indústria química	Vinho	Outros	Eliminações	
<i>Goodwill</i>	71 810 723	23 472 148	8 436 842	574 808 525	-	678 528 237
Ativos intangíveis	34 228 737	9 543 734	2 701 823	143 889	-	46 618 184
Direito de uso	94 531 377	20 307 436	-	526 433	-	115 365 246
Ativos fixos tangíveis	588 561 372	134 992 614	11 007 486	24 436 470	-	758 997 942
Clientes e adiantamentos a fornecedores	87 340 201	58 448 036	8 335 344	519 350	(384 930)	154 258 002
Caixa e equivalentes a caixa	62 337 282	60 765 801	2 605 396	109 696 440	-	235 404 919
Outros ativos	82 478 739	135 561 347	14 622 154	487 581 155	(238 194 828)	482 048 567
Ativos relativos aos segmentos	1 021 288 432	443 091 116	47 709 046	1 197 712 262	(238 579 758)	2 471 221 097
Empréstimos e credores por locação	571 853 093	105 753 182	8 490 449	333 615 158	(63 722 447)	955 989 435
Fornecedores e adiantamentos de clientes	93 499 626	69 135 610	4 191 776	1 137 417	(319 611)	167 644 817
Outros passivos	139 251 795	77 990 776	3 810 731	39 596 068	(33 654 982)	226 994 388
Passivos relativos aos segmentos	804 604 514	252 879 568	16 492 956	374 348 642	(97 697 040)	1 350 628 641

	31 dez 2022					Consolidado
	Saúde	Indústria química	Vinho	Outros	Eliminações	
<i>Goodwill</i>	57 230 053	23 281 599	-	574 808 525	-	655 320 177
Ativos intangíveis	26 371 641	7 001 499	-	181 002	-	33 554 142
Direito de uso	77 540 886	3 621 635	-	531 941	-	81 694 462
Ativos fixos tangíveis	529 194 705	124 495 370	-	24 258 646	-	677 948 722
Clientes e adiantamentos a fornecedores	86 847 175	73 630 595	-	507 952	(113 408)	160 872 313
Caixa e equivalentes a caixa	46 874 782	35 626 885	-	58 071 127	-	140 572 794
Outros ativos	87 569 669	71 601 312	-	728 891 168	(155 049 201)	733 012 948
Ativos relativos aos segmentos	911 628 911	339 258 895	-	1 387 250 362	(155 162 610)	2 482 975 558
Empréstimos e credores por locação	536 540 691	108 093 718	-	413 281 043	-	1 057 915 453
Fornecedores e adiantamentos de clientes	86 205 715	67 678 418	-	1 161 731	(66 586)	154 979 279
Outros passivos	110 300 134	46 694 880	-	195 086 022	(119 163 077)	232 917 960
Passivos relativos aos segmentos	733 046 540	222 467 017	-	609 528 797	(119 229 663)	1 445 812 691

01

02

03

04

05

06

07

A informação adicional relevante em termos de relato por segmentos, é conforme segue:

	31 dez 2023					
	Saúde	Indústria química	Vinho	Outros	Eliminações	Consolidado
Dispêndios de capital	75 170 630	36 390 376	9 748 384	883 523	-	122 192 911
Amortizações em resultados	(49 429 967)	(26 414 851)	(580 188)	(719 319)	-	(77 144 326)
Provisões e perdas por imparidade	(2 717 238)	(924 383)	-	(72 927 683)	-	(76 569 304)
	31 dez 2022					
	Saúde	Indústria química	Vinho	Outros	Eliminações	Consolidado
Dispêndios de capital	58 730 750	17 822 218	-	790 475	-	77 343 443
Amortizações em resultados	(41 674 383)	(23 699 743)	-	(708 360)	-	(66 082 487)
Provisões e perdas por imparidade	(4 868 573)	(641 504)	-	(2 878 186)	-	(8 388 264)

7. RÉDITO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as vendas e prestações de serviços têm a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Vendas:		
Produtos Acabados e Intermédios	492 786 063	542 783 627
Mercadorias	50 586 490	52 915 488
Subprodutos, Resíduos e Refugos	236 467	264 492
Outras	(3 542 036)	4 013 697
Descontos e devoluções	(25 795 068)	(18 597 320)
	514 271 915	581 379 985

Prestações de serviços:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Atividade hospitalar e clínica	729 831 720	617 621 465
Gestão e tratamento de águas	11 898 692	10 816 139
Higiene, Segurança e Medicina no trabalho	11 487 467	7 306 797
Serviços de apoio e assistência	8 019 799	7 274 149
Estacionamento	5 678 296	4 922 589
Performance Fee	2 703 240	1 277 089
Serviços de contabilidade e apoio à gestão	2 664 698	3 670 004
Rendas	252 892	234 117
Formação	6 971	7 467
Outros	80 154	226 424
	772 623 929	653 356 241
	1 286 895 844	1 234 736 225

Vendas

O valor das vendas no exercício de 2022 deveu-se a um volume significativo de quantidades vendidas, mas também ao aumento dos preços, cujo mecanismo de formação está indexado à cotação de diversas matérias-primas, que em 2022 atingiram máximos históricos. Em 2023, apesar do aumento das quantidades produzidas, os preços das matérias-primas reduziram consideravelmente, em comparação com ano anterior, o que fez com que o valor das vendas fosse mais baixo. Em sentido contrário, e devido à inclusão das atividades do WS Group, as vendas de produtos acabados e intermédios sofreram um acréscimo de 23 milhões de euros, pelo contributo das vendas de vinho.

Prestações de serviços

O exercício findo em 31 de dezembro de 2023 demonstra um aumento da atividade hospitalar e clínica do Grupo CUF face ao exercício anterior, tendo-se verificado a realização de mais cirurgias e uma maior afluência aos serviços permanentes, assim como o forte crescimento nalgumas áreas como Ortopedia e Urologia. Por outro lado, a expansão da atividade através da aquisição de novos hospitais e clínicas (Hospital CUF Açores e Atlanticare) justificam também o aumento desta rubrica.

01

02

03

04

05

06

07

8. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os Outros rendimentos operacionais têm a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Apoio à prestação do serviço de banda de reserva de regulação (a.)	11 543 000	-
Indemnizações e Compensações recebidas (b.)	2 998 416	367 826
Subsídios	2 883 477	1 195 200
Utilização de Direitos de emissão CO ₂ (c.)	2 123 603	2 047 761
Cedência de espaço e materiais (d.)	1 587 119	976 842
Recuperação de dívidas (e.)	1 186 559	49 719
Diferenças de câmbio operacionais (f.)	886 327	1 144 352
Cedência de exploração e de utilização de ativos	807 824	1 394 040
Ganhos em inventários	570 196	1 433
Ensaio, exames, análises clínicas e consumíveis	477 660	435 692
Aluguer de equipamentos	408 767	379 190
Licenças CO ₂ (g.)	337 000	317 000
Trabalhos para a própria empresa	316 982	315 042
Descontos contratuais e de pronto pagamento	219 908	230 601
Transporte de doentes	213 047	-
Regularização de saldos e estimativas	174 975	430 689
Ganhos obtidos na alienação de ativos (h.)	61 176	5 425 989

	31 dez 2023	31 dez 2022
Ganhos na alienação Direitos de emissão CO ₂	-	688 019
Reembolsos de IVA	-	734 854
Prestação de serviços de apoio à gestão	-	591 000
Outros rendimentos operacionais e suplementares	5 519 406	3 970 346
	32 315 442	20 695 595

- (a.) Nesta rubrica foi considerado o apoio à prestação do serviço de Banda de Reserva de Regulação no valor de 11,5 milhões de euros. Em anos anteriores este apoio tinha características diferentes, sendo denominado por “Mecanismo de Interruptibilidade” e era considerado na rubrica Fornecimentos e serviços externos a abater aos gastos com eletricidade (Nota 11 (e.)). Em 2022 o valor foi cerca de 4,9 milhões de euros.
- (b.) No exercício de 2023 esta rubrica respeita ao resultado, líquido de despesas incorridas em exercícios anteriores, da conciliação judicial de dois processos que envolveram uma participada do Grupo, entretanto dissolvida.
- (c.) Os ganhos com utilização de direitos de emissão, respeitam à imputação do subsídio atribuído pelo Fundo Português de Carbono, pela redução de emissões de CO₂ (Nota 47).
- (d.) A rubrica Cedência de espaço e materiais inclui, essencialmente, os valores relativos à exploração dos parques de estacionamento e das áreas de cafetaria das unidades hospitalares do Grupo.
- (e.) No exercício de 2023 a rubrica Recuperação de dívidas inclui o montante de 1,2 milhões de euros para as quais tinham sido registadas perdas por imparidade e cujas respetivas contas a receber e perdas por imparidade acumuladas tinham sido desreconhecidas em exercícios anteriores.
- (f.) As diferenças de câmbio operacionais registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, resultam exclusivamente da variação cambial do dólar face ao euro e decorrem da aquisição de matérias-primas.
- (g.) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica está relacionada com a entrega de Licenças de CO₂ a um parceiro e à devolução dos valores pagos a mais em anos anteriores por parte de um ACE em que o Grupo participa.
- (h.) Nesta rubrica estão incluídas as mais valias contabilísticas obtidas na alienação de Propriedades de investimento (Nota 22) e de Ativos fixos tangíveis (Nota 21).

9. CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o custo das vendas foi apurado como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Saldo inicial (Nota 29)	51 473 807	41 209 273
Alteração de perímetro		
- entradas (Nota 5)	1 130 590	-
Regularização de inventários	(16 057 116)	805 303
Transferência de Propriedades de investimento (Nota 22)	-	4 121 750
Atividades descontinuadas	(168 343)	(276 956)
Compras	402 915 943	444 481 384
Custo das vendas	(388 760 287)	(438 866 947)
Saldo final (Nota 29)	50 534 593	51 473 807

10. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a variação da produção foi apurada como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Existências iniciais (Nota 29)	11 536 062	6 148 340
Regularização de inventários	12 540 205	(399 188)
Alteração de perímetro		
- entradas (Nota 5)	7 502 811	-
Existências finais (Nota 29)	(18 530 221)	(11 536 062)
	(13 048 857)	5 786 910

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Honorários (a.)	232 324 518	196 580 554
Trabalhos especializados (b.)	44 822 324	34 732 029
Subcontratos (c.)	36 261 948	30 285 369
Transportes de pessoal e de mercadorias (d.)	29 967 206	27 134 424
Conservação e reparação	29 552 697	24 784 481
Eletricidade (e.)	22 368 465	51 270 649
Combustíveis e outros fluidos	11 407 123	11 231 965
Rendas e alugueres	5 702 007	5 318 058
Publicidade e propaganda	5 339 528	4 160 227
Seguros	4 543 640	4 062 721
Comunicação	3 502 481	3 379 693
Deslocações e estadas	3 266 032	1 853 708
Água	3 176 634	2 790 257
Recolha de resíduos	1 204 343	1 056 873
Material de escritório	986 778	656 869
Ferramentas e utensílios	923 779	632 314
Vigilância e segurança	842 575	793 852
Limpeza, higiene e conforto	768 839	592 212
Contencioso e notariado	400 524	361 247
Serviços e materiais de consumo operacional	287 506	353 230
Comissões	249 437	30 648

	31 dez 2023	31 dez 2022
Outros fornecimentos e serviços	2 502 138	1 998 545
	440 400 522	404 059 925

A rubrica Fornecimentos e serviços externos registou uma variação de cerca de 9% face ao exercício anterior, a qual é, essencialmente, justificada pelo aumento do Volume de negócios em 4%.

- (a.) A rubrica Honorários, que em 31 de dezembro de 2023 representa 53% do total dos fornecimentos e serviços externos, engloba, essencialmente, os montantes pagos a profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e auxiliares) das diversas unidades clínicas e hospitalares do Grupo CUF.
- (b.) A rubrica Trabalhos especializados engloba Trabalhos clínicos, Outsourcing de sistemas de informação, Consultoria (relativa a novos projetos) e Assistência técnica administrativa.
- (c.) A rubrica Subcontratos engloba, essencialmente, a contratação de serviços específicos como (i) *Catering*, (ii) Limpeza, (iii) Transporte de doentes, (iv) Engarrafamento externo, (v) Subcontratação de pessoal e (vi) Meios complementares de diagnóstico e terapêutica (“MCDTs”).
- (d.) Durante o exercício de 2023, o aumento das vendas e a subida dos custos de transporte, impulsionados pelo aumento do preço dos combustíveis, originaram o aumento da rubrica Transportes de pessoal e de mercadorias.
- (e.) Durante o exercício de 2023, no Grupo Bondalti, observaram-se as seguintes evoluções: i) as tarifas reguladas de acesso à rede (“TAR”) reduziram significativamente; ii) os resultados do leilão do serviço de banda de reserva de regulação foram melhores que no período homólogo; e, iii) nos contratos, os valores de mercado de energia elétrica foram menores, com impacto médio favorável, na parte aberta a *spot*. Estas três componentes, justificam uma redução superior a 20 milhões de euros nos gastos de eletricidade. Adicionalmente, decorrente da reclassificação dos valores recebidos referentes ao “Mecanismo de Interruptibilidade”, que passaram a ser considerados em Outros rendimentos operacionais (Nota 8 (a.)), verificou-se um decréscimo de cerca de 4,9 milhões de euros nesta rubrica.

As rubricas Honorários, Trabalhos especializados e Subcontratos são das mais relevantes e estão diretamente ligadas ao Volume de negócios. O grau em que o Grupo recorre à subcontratação e trabalhos especializados reflete

o *mix* dos negócios do Grupo e dos segmentos em que eles se desenvolvem.

12. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Remunerações dos órgãos sociais	16 828 306	12 601 072
Remunerações do pessoal	160 583 225	135 393 799
Encargos sobre remunerações	39 692 971	34 034 582
Gastos de ação social	12 573 832	10 354 501
Seguros	6 953 752	5 903 874
Indemnizações	1 629 040	1 549 281
Formação	966 061	377 984
Pessoal deslocado	528 342	4 446
Benefícios aos empregados	190 762	108 805
Outros gastos com o pessoal	17 814 357	14 443 478
	257 760 648	214 771 822

O aumento dos gastos com o pessoal deve-se, essencialmente, ao incremento do número de colaboradores. Adicionalmente, e de forma a colmatar os impactos da conjuntura económica no poder de compra dos seus colaboradores, nomeadamente o efeito da inflação verificada no ano de 2023, o Grupo procedeu a uma revisão salarial.

A rubrica Outros gastos com o pessoal inclui, entre outros, prémios de desempenho e assistência médica.

O número de colaboradores ao serviço das empresas incluídas no perímetro de consolidação nos exercícios findos naquelas datas, por segmento de negócio, foi o seguinte:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Saúde	7 284	6 693
Vinho	77	-
Indústria química	749	702
Outros	98	93
	8 208	7 488

13. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica Outros gastos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, decompõe-se como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Impostos diretos e indiretos (a.)	5 721 008	4 855 189
Donativos (b.)	2 681 499	2 098 495
Perdas na alienação e abate de ativos (c.)	1 665 997	43 425
Diferenças de câmbio operacionais (d.)	1 513 292	1 831 213
Quotizações	1 010 780	939 977
Perdas em inventários (e.)	996 170	-
Taxas	759 995	510 282
Dívidas incobráveis	40 071	530 256
Multas e penalidades contratuais	38 548	24 866

	31 dez 2023	31 dez 2022
Ofertas e amostras de inventários	16 384	506
Outros	688 748	594 892
	15 132 490	11 429 101

- (a.) A rubrica Impostos diretos e indiretos reflete, essencialmente, os montantes relativos a IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), AIMI (Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis) e Imposto do selo.
- (b.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Donativos inclui, entre outros valores entregues a instituições de solidariedade social, o montante de um milhão de euros entregue à Universidade Católica Portuguesa (no âmbito de um protocolo celebrado entre o Grupo e esta instituição de ensino) e 500 mil euros concedidos ao evento “Jornada Mundial da Juventude”, em ambos os exercícios.
- (c.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica Perdas na alienação e abate de ativos refere-se, essencialmente, à venda de um terreno em Loulé.
- (d.) As diferenças de câmbio operacionais registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, resultam exclusivamente da variação cambial do dólar face ao euro e decorrem da aquisição de matérias-primas.
- (e.) A rubrica Perdas em inventários é relativa a quebras registadas para regularização/acertos de inventários.

14. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, têm a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Gastos financeiros:		
Juros suportados (a.)	42 604 090	26 585 009
Swap de cobertura de matérias-primas (b.)	-	10 612 574
Comissões e serviços bancários	4 875 144	4 324 894

	31 dez 2023	31 dez 2022
Encargos financeiros com <i>factoring</i>	1 688 141	468 334
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3 975	1 768
Encargos com emissão de empréstimos obrigacionistas	196	-
Outros gastos financeiros	112 248	27 015
	49 283 794	42 019 594

Rendimentos financeiros:

Juros obtidos	3 259 902	1 293 067
Rendimentos de imóveis	143 094	218 952
Swap de cobertura de matérias-primas (b.)	-	1 293 847
Outros rendimentos financeiros	908 076	390 544
	4 311 072	3 196 411

Resultados relativos a empresas associadas:

Aplicação do método de equivalência patrimonial	39 282 363	7 772 982
Outros resultados de investimentos em associadas	-	(79 482)
Ganhos/(Perdas) com alienação de investimentos	-	27 061 224
	39 282 363	34 754 724

Resultados relativos a atividades de investimento:

Ganhos/(Perdas) em instrumentos financeiros ao justo valor (c.)	178 611	(53 249)
Outros resultados de atividades de investimento	34 422	-
	213 033	(53 249)

- (a.) A rubrica Juros Suportados engloba os juros referentes a Empréstimos bancários, Empréstimos por obrigações, Papel Comercial, Contas Correntes Caucionadas, Outros empréstimos bancários, Financiamento por intermédio de *factoring*, Locações e de Descobertos bancários.

01

02

03

04

05

06

07

(b.) Em 31 de dezembro de 2022, os gastos e os rendimentos nos *swaps* de cobertura de matérias-primas correspondiam a operações não especulativas para mitigar o impacto de variações nas cotações daqueles bens sobre os *cash flows* operacionais da B. Chemicals.

(c.) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos Ganhos/(Perdas) em instrumentos financeiros ao justo valor é o seguinte:

	31 dez 2023	—	31 dez 2022
Fundo de Compensação do Trabalho	127 086		(127 632)
Fundo Faber Tech II	12 654		74 383
Fundo Shilling Founders Fund	38 871		-
	178 611		(53 249)

15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Com efeitos a partir de 2014, a JM Capital e as suas subsidiárias nacionais detidas direta ou indiretamente em mais de 75% passaram a ser tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades; coexistem ainda mais dois grupos ao abrigo deste regime – o Grupo CUF e o Grupo SPSI, em conjunto com as suas respetivas subsidiárias nacionais detidas direta ou indiretamente em mais de 75%. O RETGS consiste na soma algébrica dos resultados tributáveis de todas as empresas incluídas no perímetro de tributação, deduzidos dos dividendos distribuídos, aos quais é aplicável a taxa de IRC, acrescida da respetiva Derrama. As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual; as responsabilidades apuradas são, no entanto, reconhecidas como devidas à sociedade dominante de cada grupo fiscal, a quem compete o apuramento global e a liquidação do imposto. Para as empresas não abrangidas pelo RETGS, o imposto corrente é calculado com

base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras e regimes fiscais aplicáveis no território da sede de cada empresa.

A Empresa e as suas subsidiárias sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC, à taxa nominal de 21%; em simultâneo, numa ótica individual, as empresas do Grupo são tributadas à taxa nominal de 17% aplicável aos primeiros 50 000 euros de matéria coletável (com atividade e direção efetiva em territórios do Interior, é possível a aplicação de taxa de 12,5%), se qualificada como pequena e média empresa ou empresa de pequena-média capitalização (*Small Mid Cap*), e à taxa nominal de 21%, a partir desse limite, à qual pode ser acrescida a Derrama Municipal à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, se aplicável, é acrescida a Derrama Estadual de 3% do excedente do lucro tributável entre 1 500 000 euros a 7 500 000 de euros, de 5% entre 7 500 000 euros a 35 000 000 de euros e de 9% superior a 35 000 000 euros. Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, o Grupo encontra-se adicionalmente sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo referido.

A Lei do Orçamento do Estado para 2023 (“OE 2023”), com entrada em vigor a 1 de janeiro, veio eliminar a limitação temporal de dedução de prejuízos fiscais em exercícios seguintes, quer para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de 2023 em diante, quer para os prejuízos fiscais apurados em períodos anteriores e cujo período de dedução ainda se encontre em curso. Ainda no âmbito do OE 2023, o limite anual da dedução ao lucro tributável foi reduzido para 65% a partir de 2023 (em vez de 70%, em vigor até essa data). A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação, limitada, até 2022, a 70% do respetivo lucro tributável, e, a partir de 2023, a 65% do respetivo lucro tributável, pode ser incrementada em 10 p.p. quando a diferença resulte de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020

e 2021, conforme previsto na Lei n.º 27-A/2022, de 24 de julho (Orçamento Suplementar de 2021).

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais (casos em que se estende por um período de dez anos), tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos podem ser alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas sedeadas em Portugal dos anos 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correções à matéria coletável declarada, que tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram como segue:

	31 dez 2023	—	31 dez 2022
Imposto corrente:			
Relativo ao exercício corrente	33 113 886		22 764 637
Diferença de estimativa de imposto do exercício anterior	(17 290 639)		(6 407 570)
	15 823 247		16 357 067
Imposto diferido (Nota 26)	(4 800 698)		1 076 332
Encargo do exercício	11 022 548		17 433 399

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 26).

16. DIVIDENDOS

Na sequência de deliberação em Assembleia Geral de 30 de maio de 2023, a Empresa procedeu à distribuição de Resultados transitados no montante de 6 610 000 euros.

A respeito do exercício corrente, o Conselho de Administração propõe não atribuir dividendos. Esta proposta está sujeita à aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, a realizar no mês de maio.

17. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Resultado por ação básico		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	95 145 076	92 459 106
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	5 000 000	5 000 000
Resultado líquido por ação básico	19,03	18,49

Pelo facto de nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

18. GOODWILL

Os valores do *goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respeitam às seguintes entidades:

Participada	31 dez 2023	31 dez 2022
José de Mello - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (a.)	342 701 952	342 701 952
Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. (a.)	208 451 745	208 451 745
Window Blue, SGPS, S.A. e Impegest, SGPS, S.A. (b.)	23 293 281	23 293 281
Hospital CUF Porto, S.A.	22 499 909	22 498 446
Bondalti Capital, S.A.	19 052 956	18 862 408
Hospital CUF Tejo, S.A.	13 937 569	13 937 569
Hospital CUF Açores, S.A. (c.)	11 333 705	-
Ravasqueira Vinhos, S.A. (d.)	8 436 842	-
Hospital CUF Coimbra, S.A.	7 703 735	7 703 736
Hospital CUF Santarém, S.A.	7 035 102	7 035 102
Grupo Aguas Alfaro	4 418 631	4 418 631
Atlanticare - Serviços de Saúde. S.A. (e.)	3 245 503	-
CUF, S.A.	2 627 945	2 627 945
Sagies - Segurança e Saúde no Trabalho, S.A.	1 584 193	1 584 193
CENES - Centro de Reprocessamento de Dispositivos Médicos, Lda.	616 412	616 412
Hospital CUF Viseu	624 000	624 000
Hospital CUF Cascais, S.A.	491 285	491 285
Comitur Imobiliária, S.A.	361 547	361 547
Hospital CUF Descobertas, S.A.	97 265	97 265
CUF - Investimentos Imobiliários, S.A.	13 261	13 261

Participada	31 dez 2023	31 dez 2022
Clínica de Serviços Médicos e Computorizados de Belém, S.A.	837	837
Dolopand - Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.	561	561
	678 528 237	655 320 177

- (a.) No exercício de 2017 as sociedades José de Mello – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. foram incorporadas por fusão na, anteriormente designada, SOGEFI – Sociedade de Gestão e Financiamentos, SGPS, S.A. (atualmente José de Mello Capital, S.A.). Destas operações de fusão não decorreram quaisquer impactos nas contas consolidadas, pelo que o valor de *goodwill* se mantém, face ao registado em 31 de dezembro de 2016.
- (b.) Nos exercícios de 2010 e 2011, por forma a concentrar num único veículo as entidades acionistas da Brisa, ocorreram no Grupo operações de fusão por incorporação das subsidiárias Window Blue, SGPS, S.A. e Egadi, SGPS, S.A. na JM Investimentos, da Impegest, SGPS, S.A. na Orla, SGPS, S.A. e, posteriormente, da Orla, SGPS, S.A. na JM Investimentos.
- (c.) Em outubro de 2022, foi assinado um acordo de princípio com os acionistas da HIA - Hospital Internacional dos Açores, S.A., para aquisição da totalidade do capital daquela unidade hospitalar, tendo-se concretizado a respetiva transação em 24 de março de 2023. Inaugurado em março de 2021, o Hospital Internacional dos Açores é já uma unidade de saúde de referência, dispo de uma capacidade instalada diferenciada e de uma oferta alargada de serviços, designadamente, atendimento urgente, bloco operatório, internamento, cuidados intensivos, hospital de dia e exames especiais. De salientar que em setembro de 2023 a empresa alterou a sua designação social para Hospital CUF Açores, S.A..
- (d.) Em janeiro de 2023, a JM Capital adquiriu à Guimarães de Mello, S.A. a participação de 100% no capital social da RAVV. No dia 31 de março de 2023, foi celebrado um contrato de compra e venda de ações e cessão de créditos, entre a JM Capital e a JMCWSG, para adquirir a totalidade do capital da Ravasqueira Vinhos, S.A.. Este conjunto de transações geraram um *goodwill* devido à aquisição do controlo da empresa.
- (e.) Em junho de 2023, foi celebrado um acordo de aquisição entre a CUF, S.A. e os acionistas da Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A. (“ATL”), segundo o qual os seus acionistas alienaram à CUF 51% do capital social da ATL pelo montante de 3,32 milhões de euros, incluindo 51% dos créditos acionistas na ATL, no montante de 87 milhares de euros, gerando um *goodwill* no montante de 3,2 milhões de euros. A ATL é acionista de cinco empresas que formam o Grupo Atlanticare e dedica-se à prestação de serviços de saúde, segurança e higiene no trabalho.

01

02

03

04

05

06

07

Estes valores não incluem o *goodwill* reconhecido em empresas que consolidam pelo método de equivalência patrimonial, sendo, para esses, apresentado na rubrica Investimentos em associadas.

Foram efetuados testes de imparidade aos valores do *goodwill*. Em 2022, estes testes concluíram pela existência de imparidade no Hospital CUF Coimbra, S.A., no montante de, aproximadamente, 2 milhões de euros, em relação ao valor do *goodwill* que se encontrava então reconhecido (Nota 39.1).

19. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Projetos de desenvolvimento	Software	Propriedade industrial e Direitos (a.)	Outros intangíveis	Intangíveis em curso (b.)	Total
Ativo bruto:						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	3 289 971	17 952 625	6 266 379	3 772 704	22 742 623	54 024 303
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	316 416	-	-	-	316 416
Adições	-	2 056 340	989 600	-	7 437 747	10 483 687
Direitos de emissão atribuídos	-	-	4 043 034	-	-	4 043 034
Utilização de direitos de emissão	-	-	(2 268 545)	-	-	(2 268 545)
Variação de justo valor (Nota 47)	-	-	247 347	-	-	247 347
Alienações	-	-	-	-	(1 653 543)	(1 653 543)
Reclassificações (Outros devedores)	-	-	-	-	(2 499 975)	(2 499 975)
Abates e regularizações	(118 004)	(40 518)	(61 864)	(34 604)	(6 315 117)	(6 570 107)
Reclassificações (internas)	(20 000)	10 742 093	1 611 706	(3 054 703)	(10 709 564)	(1 430 468)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3 151 967	31 026 956	10 827 657	683 397	9 002 172	54 692 149
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	726 398	100 000	-	26 532	852 930
Adições	45 963	3 075 184	2 792 305	-	9 285 505	15 198 956
Variação de justo valor (Nota 47)	-	-	1 785 883	-	-	1 785 883
Direitos de emissão atribuídos	-	-	4 031 137	-	-	4 031 137
Utilização de direitos de emissão	-	-	(2 056 603)	-	-	(2 056 603)
Transferências	-	170 206	-	-	(170 206)	-
Abates e regularizações	(829 230)	(9 675)	(13 486)	-	-	(852 390)
Reclassificações (internas)	-	-	-	-	(68 561)	(68 561)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2 368 701	34 989 068	17 466 893	683 397	18 075 443	73 583 502

01

02

03

04

05

06

07

	Projetos de desenvolvimento	Software	Propriedade industrial e Direitos (a.)	Outros intangíveis	Intangíveis em curso (b.)	Total
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	(2 348 462)	(15 884 780)	(2 600 806)	828 433	-	(20 005 614)
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	(166 581)	-	-	-	(166 581)
Abates e regularizações	8 070	8 095	2 332 142	41 189	-	2 389 496
Utilização de imparidade	-	-	404	-	-	404
Reclassificações (internas)	16 667	2 008 255	946 262	(1 540 716)	-	1 430 468
Amortização	-	(2 630 047)	(2 156 133)	-	-	(4 786 180)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2 323 725)	(16 665 058)	(1 478 131)	(671 094)	-	(21 138 007)
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	(501 359)	-	-	-	(501 359)
Abates e regularizações	987	12 961	2 070 219	-	-	2 084 167
Reclassificações (internas)	-	-	(1 097 255)	-	-	(1 097 255)
Amortização	(1 277)	(3 950 431)	(2 361 156)	-	-	(6 312 863)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2 324 015)	(21 103 887)	(2 866 323)	(671 094)	-	(26 965 318)
Valor líquido:						
Em 31 de dezembro de 2022	828 243	14 361 898	9 349 526	12 303	9 002 172	33 554 142
Em 31 de dezembro de 2023	44 686	13 885 182	14 600 570	12 303	18 075 443	46 618 184

(a.) A rubrica Direitos inclui:

- i) Direitos de exploração (Parque de estacionamento): o montante de 2,47 milhões de euros, correspondente a um direito de exploração de um parque de estacionamento. Inicialmente foi celebrada uma parceria entre o Hospital CUF Tejo, S.A., a ESLI – Parques de Estacionamento, S.A. e a Câmara Municipal de Lisboa, a qual atribuiu o direito de exploração do parque de estacionamento pelo período de 50 anos (cujo início decorreu em 2015). No ano de 2016 o Hospital CUF Tejo, S.A. cedeu a posição contratual à Infrahealth – Gestão de Infraestruturas, Lda.;
- ii) Direitos de exploração (Marcas): correspondem a um direito de exploração de Marcas (que inclui Marcas, Arquivos fotográficos e Materiais gráficos), de Vinhas (fruto, planta e terreno), de Adegas, Equipamentos e Armazéns, no montante de 1 286 305 euros. O contrato, assinado em agosto de 2023, prevê o pagamento de uma retribuição anual de 80 000 euros, durante um período de 20 anos, atualizada anualmente de acordo com o Índice de Preços do Consumidor (“IPC”). De acordo com o estabelecido na IFRS 9, no reconhecimento inicial, este ativo foi contabilizado por contrapartida do reconhecimento da obrigação futura de liquidação da retribuição anual. A rubrica inclui, adicionalmente, o montante de 100 000 euros referente ao registo da marca “Guarda Rios”;

- iii) Trespases: a rubrica inclui o montante de 990 milhares de euros referentes ao trespasse da Clínica CUF Montijo (adquirido durante o exercício de 2022), o trespasse da Clínica CUF São Domingos de Rana pelo montante de 150 milhares de euros, o trespasse da Clínica do Barreiro pelo montante de 206 milhares de euros e o montante de 350 milhares de euros respeitante a uma convenção celebrada para a prestação de serviços de radiologia pelo Hospital CUF Sintra;
- iv) Direitos de emissão de gases: inclui o montante de 8,4 milhões de euros, correspondente às licenças de emissão de CO₂ atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças (Nota 47); e
- v) Direitos de utilização: correspondem à aquisição de um conjunto de marcas e logótipos (com registo nacional e internacional) e dos respetivos direitos de utilização exclusivos, no montante de 1 300 000 euros. É esperado que da exploração destes direitos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sendo os mesmos controladas pelo Grupo e correspondendo a quantia escriturada ao seu custo de aquisição.

(b.) O valor registado na rubrica Intangíveis em curso inclui:

- i) Projeto *Go Forward*: gastos incorridos, desde 2020, com o desenvolvimento e implementação do projeto *Go Forward*, o qual consiste na reformulação dos sistemas operacionais das unidades de prestação de serviços de cuidados de saúde do Grupo CUF no montante global de 17,2 milhões de euros. Parte do referido projeto foi concluído em 2022 tendo iniciado a sua amortização. Os restantes componentes do projeto encontravam-se ainda em desenvolvimento e implementação em 31 de dezembro de 2023, pelo que se encontravam classificados como ativos intangíveis em curso, sendo expectável a sua conclusão no decorrer do exercício de 2024. Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo CUF procedeu a alterações no desenho do referido projeto e chegou a um acordo parcial de rescisão do contrato de licenciamento do *software* e prestação de serviços com o principal fornecedor do projeto *Go Forward*. Do referido acordo resultou a devolução, a título de ressarcimento, do montante de, aproximadamente, 5 milhões de euros (dos quais foram recebidos, até 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 2,5 milhões de euros (Nota 27 (b.)) e o remanescente recebido subsequentemente, em 2024); e

- ii) Direito de superfície: respeita ao direito de superfície em subsolo, no montante de 1,7 milhões de euros, sobre uma parcela de terreno adjacente ao estacionamento do Edifício Expansão do Hospital das Descobertas, concedido pela Câmara Municipal de Lisboa, para o qual existe um projeto para a construção de um parque de estacionamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi assinado um contrato de compra e venda com a Placegard, no qual foi acordado um valor de venda daquele direito por 1,8 milhões de euros; deste total de 1,8 milhões de euros, encontra-se ainda por liquidar, em 31 de dezembro de 2023, 1,2 milhões de euros.

Durante os exercícios de 2023 e 2022 a rubrica Amortizações, depreciações e perdas por imparidade teve as seguintes contrapartidas na Demonstração consolidada da posição financeira:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativos intangíveis		
Amortização	6 312 863	4 786 180
Direito de uso (Nota 20)		
Amortização	20 565 245	18 056 865
Depreciação	65 237	54 713
Ativos fixos tangíveis (Nota 21)		
Depreciação	50 090 737	43 068 757
Revisão de estimativa	-	(4 048 593)
Perdas por imparidade	58 534	127 640
Propriedades de investimento (Nota 22)		
Depreciação	110 243	115 972
Total de Amortizações e depreciações	77 144 325	66 082 487
Total de Perdas por imparidade (Nota 39)	58 534	127 640

01

02

03

04

05

06

07

20. DIREITO DE USO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas amortizações, depreciações e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento de transporte	Direito de superfície	Outros ativos	Total
Ativo bruto:							
Saldo em 1 de janeiro de 2022	41 212 725	86 271 865	847 754	5 060 220	2 210 007	200 695	135 803 266
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	711 879	-	-	-	-	711 879
Adições (a.)	13 128 510	8 507 874	-	1 429 705	-	-	23 066 089
Alienações, abates e regularizações	-	73 036	200	(542 573)	-	-	(469 337)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	54 341 235	95 564 654	847 955	5 947 352	2 210 007	200 695	159 111 898
Alterações de perímetro (Nota 5)	419 866	1 466 632	-	-	-	-	1 886 498
Adições (b.)	22 018 316	11 252 788	-	3 328 466	-	34 550	36 634 120
Alienações, abates e regularizações	(1 532 729)	(2 797 720)	-	(1 155 032)	-	-	(5 485 482)
Transferências	-	139 979	-	-	364 000	(34 550)	469 429
Regularizações	11 904 738	-	-	185 453	-	-	12 090 192
Saldo em 31 de dezembro de 2023	87 151 426	105 626 334	847 955	8 306 239	2 574 007	200 695	204 706 655
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo em 1 de janeiro de 2022	(13 398 242)	(40 959 133)	(659 962)	(2 653 999)	(263 183)	(200 695)	(58 135 214)
Amortização	-	-	-	-	(54 713)	-	(54 713)
Depreciação	(4 827 788)	(11 837 703)	(118 454)	(1 272 920)	-	-	(18 056 865)
Alienações, abates e regularizações	(1 377 225)	(48 859)	-	254 438	1 002	-	(1 170 644)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(19 603 255)	(52 845 695)	(778 416)	(3 672 480)	(316 894)	(200 695)	(77 417 436)
Amortização	-	-	-	-	(65 237)	-	(65 237)
Depreciação	(6 381 212)	(12 389 865)	(69 203)	(1 724 965)	-	-	(20 565 245)
Alienações, abates e regularizações	1 374 941	2 692 290	-	1 077 483	-	-	5 144 714
Regularizações	3 225 006	91 509	-	287 032	-	-	3 603 547
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	(41 752)	-	-	-	-	(41 752)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(21 384 519)	(62 493 513)	(847 619)	(4 032 931)	(382 131)	(200 695)	(89 341 409)

01

02

03

04

05

06

07

	Terrenos e Edifícios – Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento de transporte	Direito de superfície	Outros ativos	Total	
Valor líquido:							
Em 31 de dezembro de 2022	34 737 980	42 718 959	69 538	2 274 872	1 893 113	-	81 694 462
Em 31 de dezembro de 2023	65 766 907	43 132 821	335	4 273 307	2 191 876	-	115 365 246

(a.) O aumento verificado no exercício 2022, na rubrica Terrenos e edifícios, é justificado pelo contrato de arrendamento do Hospital CUF Trindade, S.A., cuja operação iniciou em outubro de 2022 (Nota 5.2). O Grupo CUF é atualmente responsável pela gestão da prestação dos cuidados de saúde hospitalares no Hospital CUF Trindade, sendo a propriedade do imóvel da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, motivo pelo qual, na data de aquisição do controlo, foi igualmente reconhecido nas contas consolidadas do Grupo um ativo e um passivo por direito de uso associado ao respetivo contrato de locação que entrou em vigor naquela data. Adicionalmente, em dezembro de 2022 foi registado o contrato relacionado com o início da atividade da Clínica CUF Montijo, garantindo o acesso a cuidados de saúde diferenciados no concelho do Montijo e vizinhos. Decorreram também obras no Hospital de Coimbra e Santarém, assim como na Clínica Luís Alvares, que justificam as restantes adições do exercício de 2022.

(b.) O aumento verificado no exercício 2023, na rubrica Terrenos e edifícios, diz respeito, essencialmente, à renegociação do contrato de arrendamento do Hospital CUF Viseu, que passou a ter mais frações arrendadas e que teve efeito a partir de 1 de janeiro de 2023 por um período de 17 anos, pelo que uma extensão adicional levaria o contrato para 27 anos muito acima do período que a Comissão Executiva da CUF tem mandato para se comprometer em nome do Grupo CUF. Nesse sentido, entendeu-se como não razoável considerar um período de extensão. Não existe uma opção de término antecipado, pelo que nenhuma das partes pode denunciar o contrato antecipadamente. Na cidade de Viseu existe uma vasta oferta de instalações com as condições para instalar o Hospital, pelo que não existe nenhuma condicionante à alteração de localização. Foi também assinado um novo contrato de arrendamento em Carnaxide para serviços partilhados, com a duração de 11 anos.

Os valores registados na rubrica Terrenos e Edifícios respeitam essencialmente a contratos de arrendamento de instalações de saúde e contratos de arrendamento de instalações utilizadas em serviços de cariz administrativos e de apoio à atividade assistencial (serviços partilhados e *call center*).

A rubrica Equipamento básico engloba, essencialmente, direitos de uso relativos a contratos de locação de equipamentos médicos. As adições ocorridas no exercício de 2023, de equipamento básico, respeitam essencialmente à aquisição de um robot cirúrgico, uma ressonância magnética e diversos equipamentos de radiologia.

O valor registado na rubrica Direito de Superfície respeita a um contrato de cedência em regime de direito de superfície, da Câmara Municipal de Cascais ao Hospital CUF Cascais, S.A.. Este contrato respeita à cedência do direito de superfície do Hospital Ortopédico José de Almeida, composto por dois imóveis situados no município de Cascais, e foi constituído pelo período de 40 anos.

Todos os ativos classificados como Direito de uso encontram-se valorizados ao custo.

01

02

03

04

05

06

07

21. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	IASS e TAI (a.) (b.)	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções (b.)	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Adiantamentos e tangíveis em curso (c.)	Total
Ativo bruto:								
Saldo em 1 de janeiro de 2022	528 027 395	10 688 895	107 501 235	486 335 164	38 842 753	11 466 695	7 370 995	1 190 233 132
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	309 191	3 297 640	435 902	-	18 986	4 061 718
Adições	11 438 197	2 703 244	2 488 213	16 834 750	3 164 634	206 867	6 957 762	43 793 668
Alienações e abates	-	(29 271)	(10 788)	(3 387)	(20 166)	(232 136)	-	(295 748)
Transferências	-	-	1 507 712	870 378	116 099	80 444	(2 523 295)	51 338
Efeito da variação cambial	-	(338 636)	(2 438 944)	(199 112)	(282 006)	(925 481)	-	(4 184 179)
Regularizações	-	-	-	-	(156 007)	4 760	-	(151 247)
Excedente de reavaliação	10 341 899	-	-	-	-	-	-	10 341 899
Saldo em 31 de dezembro de 2022	549 807 491	13 024 232	109 356 619	507 135 434	42 101 208	10 601 150	11 824 447	1 243 850 582
Alterações de perímetro (Nota 5)	26 021 810	-	863 354	13 191 111	1 493 383	1 389 054	3 017 274	45 975 986
Adições	3 343 172	2 450 315	7 574 134	22 215 006	3 738 168	933 131	30 094 568	70 348 495
Alienações e abates	-	(4 461)	(1 572 191)	(119 030)	(17 308)	(72 703)	-	(1 785 694)
Transferências	-	-	5 820 581	1 127 064	784 428	-	(7 558 082)	173 990
Efeito da variação cambial	-	(44 438)	(339 777)	(44 856)	(72 132)	(245 896)	-	(747 100)
Regularizações	-	-	399 940	(291 002)	(38 970)	-	(59 785)	10 182
Excedente de reavaliação	20 942 961	-	-	-	-	-	-	20 942 961
Saldo em 31 de dezembro de 2023	600 115 434	15 425 648	122 102 661	543 213 726	47 988 777	12 604 735	37 318 421	1 378 769 402
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo em 1 de janeiro de 2022	(57 739 603)	(219 308)	(61 926 975)	(369 216 228)	(31 909 830)	(6 901 870)	-	(527 913 814)
Depreciação	(11 349 948)	-	(3 907 160)	(23 679 638)	(3 638 464)	(493 547)	-	(43 068 757)
Constituição de imparidades	(127 640)	-	-	-	-	-	-	(127 640)
Reversão de imparidades	3 973 976	-	74 617	-	-	-	-	4 048 593

01

02

03

04

05

06

07

	IASS e TAI (a.) (b.)	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções (b.)	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Adiantamentos e tangíveis em curso (c.)	Total
Regularizações	229 063	-	(846)	(104 178)	(15)	1	-	124 025
Efeito da variação cambial	-	-	1 093 900	160 773	204 849	998 169	-	2 457 691
Alienações e abates	-	-	559	3 387	17 210	44 190	-	65 346
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	(329 268)	(968 676)	(189 359)	-	-	(1 487 303)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(65 014 151)	(219 308)	(64 995 173)	(393 804 561)	(35 515 609)	(6 353 057)	-	(565 901 859)
Depreciação	(11 502 612)	-	(7 097 928)	(27 358 182)	(3 613 673)	(518 342)	-	(50 090 737)
Constituição de imparidades	-	-	(79 294)	-	-	-	-	(79 294)
Reversão de imparidades	3 275 407	-	74 617	-	-	-	-	3 350 023
Regularizações	(209 508)	3 509	(116 715)	106 643	14 119	55 669	-	(146 283)
Efeito da variação cambial	-	-	199 068	35 969	67 630	296 267	-	598 933
Alienações e abates	-	-	1 546 879	86 784	16 784	60 878	-	1 711 326
Alterações de perímetro (Nota 5)	(1 348 739)	-	(243 259)	(5 818 117)	(939 618)	(863 836)	-	(9 213 568)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(74 799 604)	(215 799)	(70 711 805)	(426 751 465)	(39 970 367)	(7 322 420)	-	(619 771 460)
Valor líquido:								
Em 31 de dezembro de 2022	484 793 340	12 804 924	44 361 446	113 330 872	6 585 599	4 248 093	11 824 447	677 948 722
Em 31 de dezembro de 2023	525 315 830	15 209 849	51 390 856	116 462 261	8 018 410	5 282 315	37 318 421	758 997 942

O Grupo determinou que os Imóveis afetos a serviços de saúde de unidades hospitalares (“IASS”) e os Terrenos e recursos naturais da atividade imobiliária (“TAI”), constitui uma classe de ativos separada, baseada na natureza, características, utilização e riscos a ela associados. Esta classe encontra-se escriturada pela quantia revalorizada e o ganho/perda, líquido do efeito de imposto é reconhecido no capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de imparidade acumulada para os IASS era de 5,3 e 8,6 milhões de euros, respetivamente.

(a.) As avaliações dos imóveis são efetuadas anualmente por decisão da gestão e elaboradas por uma entidade externa registada na CMVM. Com referência a 31 de dezembro de 2023, a entidade especializada independente que realizou a avaliação foi a Ktesios Appraisal – Consultoria e Avaliações Imobiliárias, Lda.. As avaliações seguem métodos distintos, de acordo com as características de cada imóvel:

i) **Hospital CUF Tejo, Hospital CUF Sintra, Hospital CUF Descobertas 1 e 2, Clínica CUF Almada, Clínica CUF S. João da Madeira, Clínica**

CUF Belém, Hospital CUF Cascais, Instituto CUF, Hospital CUF Torres Vedras e Hospital CUF Porto

Para a avaliação destes imóveis foi utilizado o Método do Rendimento. O método de capitalização do rendimento visa determinar o valor de um imóvel em função da sua capacidade de produzir rendimentos. Relaciona o rendimento futuro (num pressuposto de otimização e em atenção ao tempo de vida económica), com o seu valor presente e de forma a obter-se o valor de mercado (numa ótica de continuidade da utilização). Este método vocaciona-se para a determinação do valor presente de rendimentos futuros, segundo o valor e o estado atuais.

Neste método as taxas de capitalização utilizadas refletem o comportamento do mercado de habitação em Portugal, quando analisada a rentabilidade de projetos de investimento de médio/longo prazo. Pela análise das taxas de capitalização médias do mercado imobiliário de Portugal, concluiu-se que a taxa de 6,5% (6,5% em 2022) reflete o valor do rendimento esperado por um investidor no mercado de espaços destinados a serviços, para imóveis devolutos (imóveis que se encontram no mercado para arrendar).

No método do rendimento, o valor do imóvel concluído, considerando o arrendamento, foi estimado tendo em conta a capitalização direta da renda atual. O método do rendimento por capitalização direta é utilizado em casos em que se pode considerar a renda como perpétua e constante, sendo que no imobiliário a perpetuidade do rendimento é considerada em cenários de 20 a 25 anos.

ii) **Hospital CUF Santarém e Hospital CUF Açores**

Estes imóveis são os únicos imóveis afetos a serviços de saúde de unidades hospitalares que não possuem contrato de arrendamento, uma vez que são detidos pela sociedade prestadora de cuidados de saúde (Hospital CUF Santarém, S.A. e Hospital CUF Açores, S.A.). Para a avaliação destes imóveis é utilizado o Método do Custo.

O Método do Custo tem por base a “obra nova” (construída recorrendo a tecnologia e materiais modernos) idêntica à do bem patrimonial em avaliação, acrescido de todos os encargos indiretos tidos com o desenvolvimento do projeto de investimento e de uma margem normal para o mercado e o risco do investimento considerado.

01

02

03

04

05

06

07

O custo da construção será afetado com um fator (fator ou coeficiente de conservação patrimonial) de modo a traduzir o estado de conservação patrimonial do bem à data da avaliação. A aplicação do método do Custo obriga à estimativa dos valores do terreno edificado e do logradouro (infraestruturado ou livre). O valor do terreno é estimado com base no princípio da máxima utilidade (ou aptidão) e uso otimizado, tal como se estivesse livre.

As avaliações dos imóveis acima identificados foram ainda efetuadas tendo em conta o estado de uso atual dos imóveis. Para efeitos de cálculo foi utilizado o valor de transação de propriedades similares, obtido a partir da prospeção realizada, tendo sido ajustada às características dos imóveis em avaliação.

iii) Edifício Infante Santo 34

Em dezembro de 2021 foi assinado um contrato-promessa de compra e venda do imóvel “Edifício Infante Santo 34”, em que foi acordado um valor de venda de 7,4 milhões de euros. Na data da assinatura do contrato foi feito um adiantamento no montante de 2,22 milhões de euros, tendo sido registada uma perda por imparidade para este imóvel, no montante de 369 milhares de euros, no final de 2021. Em julho de 2022 foi efetivada a venda do imóvel pelo montante acordado no contrato-promessa de compra e de venda, tendo o respetivo excedente de revalorização no valor de 4 831 milhares de euros, sido reclassificado para a rubrica Resultados Transitados.

Os imóveis, considerados estratégicos para a operação privada da saúde, como os Hospital CUF Sintra, Hospital CUF Porto, Instituto CUF, Hospital CUF Descobertas (Expansão), Hospital CUF Descobertas, Clínica CUF Almada, Hospital CUF Tejo, Hospital CUF Cascais, Hospital CUF Torres Vedras, Hospital CUF Santarém e Clínica CUF São João da Madeira foram dados como garantia real de empréstimos detidos pelo Grupo (Nota 36 e Nota 46).

(b.) O saldo da classe IASS e TAI inclui, ainda, um terreno (com uma área total de 3.685.000 m²), situado em Sesimbra, para fins de promoção imobiliária (pertencente à filial Herdade do Vale da Fonte - Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária S.A.). Este terreno foi reavaliado em 2008, com base num relatório da CB Richard Ellis, S.A., que lhe atribuiu um valor de 18 milhões de euros. Durante o exercício de 2021 a CBRE Consultoria e Avaliação de Imóveis, Unipessoal, Lda. efetuou uma nova avaliação, determinando que o valor de mercado do terreno era de 12 milhões de euros; em consequência, nessa data, foi efetuado um ajuste negativo na revalorização do terreno no montante de 5,5 milhões de euros.

(c.) Os ativos que se qualificam como Ativos tangíveis em curso respeitam, essencialmente, a ativos que irão ser reconhecidos como Terrenos e recursos naturais ou como Edifícios e outras construções, quando estiverem disponíveis para uso nas condições pretendidas pela Administração. Estes ativos encontram-se à data da Demonstração consolidada da posição financeira, valorizados ao custo.

22. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são detidas para obter rendas ou para valorização de capital ou para ambas as finalidades. Por isso, uma propriedade de investimento gera fluxos de caixa altamente independentes dos outros ativos detidos pela entidade, os quais ou são rentabilizados através do seu uso na produção de bens e serviços ou são ocupados pelas empresas do Grupo. Neste último caso a propriedade não se qualifica como propriedade de investimento nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo reclassificada para Ativos fixos tangíveis, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário na perspetiva de Grupo; porém, da perspetiva da entidade que a possui, tal propriedade é uma propriedade de investimento nas suas demonstrações financeiras separadas.

Conforme descrito na Nota 2.4.9. o Grupo adota o modelo do custo na valorização das suas propriedades de investimento.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos no valor da rubrica Propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	19 218 401	11 979 182	31 197 583
Alienações e abates	(4 846 123)	(1 319 653)	(6 165 776)
Transferência para inventários (a.)	-	(4 487 120)	(4 487 120)
Transferências e regularizações	66 443	565 848	632 290
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14 438 721	6 738 256	21 176 977
Aumentos	11 340	-	11 340
Alienações e abates (b.)	(1 497 922)	(1 285 174)	(2 783 096)
Transferências e regularizações	(460 456)	(565 847)	(1 026 303)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12 491 683	4 887 235	17 378 918
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	-	(5 427 308)	(5 427 308)
Depreciação	-	(115 972)	(115 972)
Utilização de imparidade	-	77 558	77 558
Transferência para inventários (a.)	-	-	-
Depreciações	-	365 371	365 371
Perdas por imparidade	-	1 851 456	1 851 456
Alienações	-	1 042 445	1 042 445
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(2 206 451)	(2 206 451)
Depreciação	-	(110 243)	(110 243)
Utilização de imparidade	-	555 782	555 782
Abates	-	(3 044)	(3 044)
Alienações	-	113 106	113 106
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1 650 849)	(1 650 849)
Valor líquido:			
Em 31 de dezembro de 2022	14 438 721	4 531 805	18 970 526
Em 31 de dezembro de 2023	12 491 683	3 236 386	15 728 069

01

02

03

04

05

06

07

- (a.) Em 2022, o Grupo transferiu 11 lojas do empreendimento “Aveiro Centrum” registadas em Propriedades de Investimento, no valor líquido de 2 270 294 euros, para Inventários, por entender que num futuro breve iria vender as mesmas.
- (b.) No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Bondalti alienou um terreno localizado em Loulé (Nota 13 (c.)); adicionalmente, em agosto de 2023, o Grupo procedeu à alienação de um conjunto de 195 lugares de estacionamento no empreendimento “Aveiro Centrum”, o que justifica a redução evidenciada na rubrica Edifícios e outras construções.

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2023
Terrenos - Estarreja	4 300 113
Terreno - Lavradio	3 831 278
19 apartamentos - Junqueira	2 920 817
1 loja no empreendimento “Aveiro Centrum”	454 781
Outros	4 221 079
	15 728 069

23. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

O detalhe dos investimentos em associadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Rubicone Bidco, S.A.	294 019 670	462 381 482
Greenimolis - Investimentos, S.A.	4 726 855	4 542 678
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	1 056 630	807 027
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	431 115	302 181
Enkrott Química Cabo Verde	9 155	9 153
	300 243 426	468 042 521

Esta rubrica inclui participações de capital, prestações suplementares, empréstimos de financiamento concedidos e *goodwill*.

Os ativos, passivos, capital próprio e resultado líquido, relativos a dados estatutários das Sociedades, isto é, antes de ajustamentos extra contabilísticos de harmonização às políticas contabilísticas do Grupo, das empresas associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Empresa	Ativo	Passivo	Capitais próprios	Resultado líquido
Rubicone Bidco, S.A.	2 568 273 243	992 745 815	1 575 527 428	35 091 009
Greenimolis - Investimentos, S.A.	13 509 837	3 715 507	9 794 331	379 217
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	3 795 872	1 678 376	2 117 496	881 423
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	2 332 437	1 064 452	1 267 985	379 217
Enkrott Química Cabo Verde	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Saldo em 1 de janeiro	468 042 521	464 255 093
Aquisições e aumentos	-	61 053 311
Aplicação de equivalência patrimonial:		
Efeito em resultados	39 282 363	7 772 982
Efeito em capital próprio	(12 090 083)	269 718
Dividendos recebidos	(190 226)	(19 641 505)
Outros	2	(78 646)
Prestações acessórias	(194 980 401)	426 005 708
Prestações suplementares	179 250	1 084 878
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	576 000
Alienações e abates	-	(473 255 019)
Saldo em 31 de dezembro	300 243 426	468 042 521

O detalhe dos valores reconhecidos na demonstração de resultados relativos a participações em associadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como se segue:

Empresa	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Equivalência patrimonial (Nota 14)	Ganhos/ (Perdas) na alienação (Nota 14)	Total	Equivalência patrimonial (Nota 14)	Ganhos/ (Perdas) na alienação (Nota 14)	Total
Rubicone Bidco, S.A.	38 708 672	-	38 708 672	2 361 603	-	2 361 603
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	439 830	-	439 830	190 226	-	190 226
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	128 934	-	128 934	68 472	-	68 472
Greenimolis - Investimentos, S.A.	4 928	-	4 928	(16 811)	-	(16 811)
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	-	-	-	32 930 119	-	32 930 119
Hospital CUF Trindade, S.A.	-	-	-	(721 462)	-	(721 462)
Enkrott Química Cabo Verde	-	-	-	(25)	-	(25)
Outras	-	-	-	-	22 084	22 084
	39 282 363	-	39 282 363	34 812 122	22 084	34 834 206

O *goodwill* relativo a investimentos em empresas associadas, não é sujeito a amortização e é sujeito a testes anuais de imparidade, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, tal como disposto na Nota 2.3 (c.).

24. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os investimentos detidos até à maturidade eram como segue:

Maturidade	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Farminveste 2020-2023	-	-	-	7 000 000
	-	-	-	7 000 000

No final de junho de 2020, venceram-se as obrigações da Farminveste — Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (“Farminveste”), no montante de 10 milhões de euros tendo sido as mesmas reembolsadas na totalidade. Em junho de 2020 foi emitido pela Farminveste um empréstimo obrigacionista no montante de 7 milhões de euros, com vencimento inicial em junho de 2022 e totalmente subscrito pelo Grupo. Em março de 2022, em resultado de negociações realizadas, a referida maturidade foi estendida até junho de 2023, por contrapartida de melhores condições e garantias adicionais. Estas obrigações foram integralmente reembolsadas na maturidade, em junho de 2023.

25. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados ao justo valor através de resultados, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como segue:

	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
Ativos com valor de mercado disponível:						
Ações:						
Ynvisible Interactive Inc.	25 576	-	25 576	24 219	-	24 219
Outros:						
Fundo de Compensação do Trabalho (“FCT”)	2 490 347	(369 783)	2 120 564	2 195 860	(369 658)	1 826 202
Fundo Faber Tech II (a.)	337 037	-	337 037	324 383	-	324 383
	2 852 961	(369 783)	2 483 177	2 544 462	(369 658)	2 174 804
Ativos sem valor de mercado disponível:						
Empréstimos concedidos:						
Guimarães de Mello II - Portugal, S.A. (b.)	-	-	-	30 000	-	30 000

	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
Partes de capital:						
Fundo Shilling Founders Fund (c.)	3 128 871	-	3 128 871	3 090 000	-	3 090 000
Fundo Bem Comum FCR	500 000	-	500 000	500 000	-	500 000
Faber Partners, S.A. (associação em participação) (d.)	237 767	-	237 767	244 208	-	244 208
Hytlantic, S.A.	209 750	(117 446)	92 304	209 750	-	209 750
Guimarães de Mello, S.A.	97 500	-	97 500	97 500	-	97 500
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.	80 000	-	80 000	80 000	-	80 000
Erase - Agrupamento para a Regeneração Ambiental dos Solos de Estarreja, ACE	22 628	(13 400)	9 228	22 628	(13 400)	9 228
Guimarães de Mello II - Portugal, S.A. (b.)	-	-	-	5 050	-	5 050
Outros	98 357	-	98 357	26 204	-	26 204
	4 374 873	(130 846)	4 244 027	4 305 340	(13 400)	4 291 940
	7 227 833	(500 629)	6 727 204	6 849 801	(383 058)	6 466 743

(a.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram subscritas 250 unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Tech II, no montante de 250 milhares de euros; em 31 de dezembro de 2023 o justo valor deste investimento corresponde a 337 037 euros, tendo-se procedido à valorização correspondente pelo montante de 12 654 euros (Nota 14); o capital por realizar ascende a 89 230 euros (Nota 40).

(b.) Em 2023, esta sociedade alterou a sua designação social de Scauri – Consultadoria Económica e Participações, S.A. para Guimarães de Mello II – Portugal, S.A..

(c.) Em 2021, o Grupo contratou o investimento no Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund, no montante de 3 090 000 euros, com entradas no capital diferidas no prazo máximo de 6 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o capital por realizar ascende a 2 086 mil euros (Nota 40).

(d.) Em 2021, o Grupo celebrou um contrato de associação em participação, contribuindo com 250 000 euros para uma capital pool no montante global de 1 500 000 euros, com o objetivo de participar na atividade da Faber Partners, S.A.. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a quantia escriturada corresponde ao valor do investimento, deduzido dos reembolsos efetuados pela sociedade de capital de risco, em pro rata, aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os Ativos financeiros disponíveis para venda, relativamente aos quais não existe valor de mercado disponível (por não existirem preços de mercado, nem transações comparáveis), encontram-se, por essa razão, registados ao respetivo valor de custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

26. IMPOSTOS DIFERIDOS

O Grupo registou impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos seus ativos e passivos. O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, era o seguinte:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis (a.)	6 193 477	-	3 993 671	-
Provisões não aceites fiscalmente	6 181 073	-	6 338 869	-
Benefícios dos empregados (b.)	974 040	-	1 070 707	-
Imparidades	882 434	-	1 118 665	-
Revalorização de ativos (c.)	227 411	25 241 681	673 693	20 709 068
Instrumentos financeiros derivados (d.)	193 174	-	-	-
Inventários	155 150	-	-	-
Subsídios	-	-	-	1 596 702
Outros	3 902 434	24 801	3 206 394	24 777
	18 709 192	25 266 482	16 401 999	22 330 547

(a.) Os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis respeitam, essencialmente, a resultados gerados pelas subsidiárias dos Grupos Bondalti e CUF nos montantes de 2,6 milhões de euros e 3,15 milhões (3,6 milhões de euros e 0,2 milhões de euros em 2022). À data de 31 de dezembro de 2023 existem diferenças temporárias relativas a prejuízos fiscais reportáveis no montante de 138,6 milhões de euros que, de acordo com as taxas de IRC atualmente em vigor, podem resultar em ativos por impostos diferidos. Com a aprovação do OE 2023, os prejuízos fiscais deixaram de ter data limite de reporte, mas ficaram limitados à dedução de 65% do lucro tributável.

(b.) O montante de impostos diferidos ativos respeitantes aos benefícios dos empregados respeita a um seguro de rendas vitalícias contratado pela CUF em janeiro de 2016. Este seguro permitiu dar cumprimento a um contrato existente

desde 2000, onde a CUF se responsabilizou por assegurar o pagamento vitalício de uma renda a uma colaboradora que se reformou pela Segurança Social em 1 de janeiro de 2016.

(c.) No que concerne aos impostos diferidos passivos, estes dizem respeito à revalorização dos ativos fixos tangíveis, bem com às diferenças temporárias decorrentes das depreciações consideradas para efeitos fiscais.

(d.) A rubrica ativos por impostos diferidos relativos a instrumentos financeiros derivados apresenta um saldo de 193 mil euros em 31 de dezembro de 2023, decorrente da celebração de um novo contrato de instrumento de cobertura em fevereiro de 2023 (Nota 44).

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado das diferenças temporárias existentes entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico. Nos casos em que essas diferenças originaram impostos diferidos ativos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados e nas oportunidades de otimização fiscal disponíveis e identificadas.

01

02

03

04

05

06

07

27. OUTROS DEVEDORES CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas	16 906 360	-	35 601 680	-
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A. (a.)	4 086 469	67 606 591	2 033 069	69 659 991
Projeto <i>Go Forward</i> (b.)	2 499 975	-	2 499 975	-
Adiantamento processo HBCC (c.)	1 641 757	-	-	-
Expropriações e Cauções	1 491 974	-	449 163	-
Direito de superfície (d.)	1 254 882	-	1 254 882	-
Depósito caução (e.)	1 084 908	-	230 826	-
Devedores duvidosos	724 787	-	1 567 071	-
Pessoal	679 590	-	674 323	-
Hospital de Vila Franca de Xira, E.P.E. (f.)	642 298	-	795 851	-
Cauções (g.)	160 000	-	-	-
Adiantamentos para aquisição de participações (h.)	112 296	-	120 000	112 296
Reclamações fiscais e judiciais	84 524	-	93 076	-
Fornecedores - saldos devedores	14 819	-	111 356	-
Outros devedores (i.)	2 675 638	104 451	3 108 180	660 825
	34 060 277	67 711 042	48 539 451	70 433 113
Perdas por imparidade (Nota 39)	(5 641 092)	(67 606 591)	(1 567 071)	-
	28 419 184	104 451	46 972 380	70 433 113

- (a.) Em 31 de dezembro de 2023, os montantes de 4 milhões de euros e 67,6 milhões de euros, incluídos na rubrica Outros devedores no ativo corrente e ativo não corrente (2 milhões de euros e 69,7 milhares de euros, em 2022) respeitam a um crédito resultante das opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (“VMOC”) emitidos pela MGI Capital. Tal como referido na Nota 39.3 (e.), no exercício de 2023, o Grupo reverteu a provisão constituída em exercícios anteriores e reconheceu uma imparidade sobre o valor em dívida, uma vez que o plano de pagamento da mesma não está a ser cumprido pela entidade devedora.
- (b.) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante a receber de 2,5 milhões de euros, resulta do acordo de rescisão do contrato com o principal fornecedor do projeto *Go Forward* (Nota 19), o qual foi recebido subsequentemente no início do ano 2024.
- (c.) O montante de 1,6 milhões de euros é relativo ao processo de subsistemas e Hepatite C. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Tribunal da Relação decidiu solicitar a repetição do julgamento em Tribunal Arbitral (“TA”), para analisar prova não analisada no julgamento do processo de subsistemas e da Hepatite C, relativamente à atividade da entidade Escala Braga (entretanto fusionada na CUF, S.A.). Como resultado, e ao abrigo da decisão do Tribunal Arbitral, o Grupo devolveu o montante de 1,6 milhões de euros anteriormente liquidados pela ARSN. Face ao descrito, o Grupo constituiu uma conta a receber e uma provisão no mesmo montante (Nota 39.3).
- (d.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi assinado um contrato de compra e venda com a Placegard, resultante da venda do direito de superfície em subsolo sobre a parcela de terreno adjacente ao estacionamento do Edifício Expansão do Hospital das Descobertas, no qual foi acordado um valor de venda daquele direito por 1,8 milhões de euros. Do total de 1,8 milhões de euros, encontram-se ainda por liquidar 1,2 milhões de euros.
- (e.) No exercício de 2022, para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal (Processo “SISA Expocomitur”), o Grupo constituiu um depósito caução, no montante de 230 826 euros, a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, em substituição parcial de uma hipoteca prestada pela subsidiária SIT Cojo. Em 2023, essa garantia foi novamente parcialmente substituída, através do reforço, no montante de 854 082 euros, do depósito caução. Em 31 de dezembro de 2023, o montante total do depósito caução ascende a 1 084 908 euros.
- (f.) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de 642 milhares de euros e 796 milhares de euros, respetivamente, englobam os valores de inventários que não foram devolvidos pelo Hospital Vila Franca de Xira, aquando do término do contrato de parceria público privada em 2021, o qual está incluído no acerto de contas final com a ARSLVT. Este montante tem associado uma perda por imparidade no mesmo montante.
- (g.) Esta rubrica respeita ao montante de 160 000 euros, concedido como caução e garantia pela assinatura de um contrato, referido na Nota 19, ao abrigo do qual, em troca de uma retribuição anual, se passou a exercer os direitos de exploração de um conjunto de marcas, imóveis, vinhas, instalações e equipamentos.
- (h.) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes registados em adiantamentos para aquisição de participações financeiras respeitam ao contrato de alienação da participação do Grupo na Campos Costa.
- (i.) Em 31 de dezembro de 2023, o montante registado no ativo não corrente de 104 451 euros (660 825 euros em 2022) respeita a um investimento financeiro da participada AEMA nas instalações de um cliente.

01

02

03

04

05

06

07

28. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Acréscimos de rendimentos:		
Rendimentos por produção não faturada (a.)	14 847 082	14 847 293
Prestação de serviços médicos não faturados (b.)	13 298 973	17 804 097
<i>Rappel</i>	6 715 465	5 973 270
Juros a receber	1 746 733	1 067 540
<i>Performance fee</i>	1 287 943	1 277 089
Outros acréscimos de rendimentos	1 775 374	19 893
	39 671 570	40 989 182
Gastos diferidos:		
Seguros	3 988 303	1 378 373
Contratos de outsourcing de sistemas de informação	723 595	223 284
Diferimento do preço de venda	28 093	148 093
Juros diferidos	40 806	57 129
Rendas e alugueres	20 734	25 544
Outros gastos diferidos	887 021	437 217
	5 688 553	2 269 640
Perdas por imparidade (Nota 39) (a.)	(12 476 119)	(11 284 555)
	32 884 003	31 974 267

(a.) Na rubrica Rendimentos por produção não faturada estão incluídos os acréscimos de rendimentos com a ARSLVT, IP, decorrentes do apuramento da produção real de 2013 a 2020 (e que, ainda, se encontram em processo de confissão e encerramento), de acordo com o previsto no Contrato de Gestão, bem como acréscimos de serviços prestados e não faturados a terceiros e, ainda, medicamentos a faturar. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Produção do exercício de 2013	2 443 757	2 443 757
Produção do exercício de 2014	2 770 113	2 770 113
Produção do exercício de 2015	115 595	115 595
Produção do exercício de 2016	388 617	388 617
Produção do exercício de 2017	663 633	663 633
Produção do exercício de 2018	3 406 131	3 406 400
Produção do exercício de 2019	4 120 458	4 120 400
Produção do exercício de 2020	938 778	938 778
	14 847 082	14 847 293
Perdas por imparidade (Nota 39)	(12 476 119)	(11 284 555)
	2 370 963	3 562 738

(b.) A rubrica Prestação de serviços médicos não faturados respeita a atos médicos prestados mas ainda não faturados aos clientes. Estes pendentes de faturação resultam essencialmente das seguintes situações: falta de termo de responsabilidade, faturação apenas no final do tratamento e falta de confirmação dos códigos de faturação.

29. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
Mercadorias e matérias-primas (Nota 9):						
Matérias-primas (a.)	25 332 484	(1 491 472)	23 841 012	25 741 497	(1 224 500)	24 516 997
Materiais diversos	9 677 117	-	9 677 117	8 016 094	-	8 016 094
Mercadorias (b.)	8 270 067	(2 298 299)	5 971 769	12 042 440	(3 782 400)	8 260 040
Matérias subsidiárias	5 115 295	-	5 115 295	4 659 952	-	4 659 952
Embalagens	1 338 471	-	1 338 471	192 293	-	192 293
Matérias em trânsito	801 158	-	801 158	821 531	-	821 531
	50 534 593	(3 789 770)	46 744 823	51 473 807	(5 006 899)	46 466 907
Produtos em curso e acabados (Nota 10):						
Produtos acabados e intermédios	11 624 650	(467 662)	11 156 988	10 851 244	(467 648)	10 383 595
Produtos e trabalhos em curso	7 373 233	-	7 373 233	1 152 467	-	1 152 467
	18 997 883	(467 662)	18 530 221	12 003 710	(467 648)	11 536 062
	69 532 476	(4 257 432)	65 275 044	63 477 517	(5 474 548)	58 002 969

(a.) Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica Matérias-primas engloba: i) matérias (essencialmente benzeno) para a produção de produtos orgânicos e inorgânicos (9,9 milhões de euros); ii) material de consumo clínico (8,3 milhões de euros), iii) produtos farmacêuticos (4,5 milhões de euros) e iv) vinho (1,5 milhões de euros).

(b.) Em abril de 2023, foram alienadas 9 lojas no empreendimento Aveiro Centrum, pelo montante de 1,35 milhões de euros.

30. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores, tinha a seguinte composição:

	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
Clientes, conta corrente	152 080 121	-	152 080 121	159 877 058	(1 517 232)	158 359 826
Clientes de cobrança duvidosa	15 799 608	(17 026 641)	(1 227 033)	16 138 528	(15 489 013)	649 514
Clientes, títulos a receber	273 435	-	273 435	914 990	-	914 990
Adiantamentos a fornecedores	3 131 478	-	3 131 478	947 983	-	947 983
	171 284 643	(17 026 641)	154 258 002	177 878 559	(17 006 246)	160 872 313

Os montantes apresentados na Demonstração consolidada da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade (Nota 39.2).

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico dos clientes e adiantamentos a fornecedores é próximo do seu justo valor, uma vez que as mesmas não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

No final do ano de 2023 foram desreconhecidos créditos de clientes no montante de 43,3 milhões de euros (35,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) no âmbito de contratos de *factoring* celebrados com uma entidade bancária, considerando que, em resultado das respetivas condições contratuais o Grupo deixou de reter o controlo sobre os referidos créditos, não retendo os respetivos riscos e benefícios significativos à data da demonstração consolidada da posição financeira.

31. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos do Imposto corrente eram como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	5 868 603	2 359 925
	5 868 603	2 359 925
Saldos credores:		
RETGS, retenções e outros	23 212 134	17 720 072
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	201 172	25 759
	23 413 306	17 745 831

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os restantes saldos de Estado e outros entes públicos eram como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8 071 343	6 373 730
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	3 178	-
Outros	14 870	14 775
	8 089 390	6 388 505
Saldos credores:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 755 450	4 230 843
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	3 129 229	3 180 589
Contribuições para a Segurança Social	4 702 351	4 014 324
Outros	15 390	5 786
	11 602 420	11 431 542

32. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Depósitos bancários à ordem	123 034 472	128 017 636
Depósitos bancários a prazo	108 289 729	10 237 225
Numerário	4 080 719	2 315 343
Outros títulos negociáveis	-	6 580
	235 404 919	140 576 784
Perdas por imparidade	-	(3 990)
	235 404 919	140 572 794
Descobertos bancários (Nota 36)	(3 008 280)	(79 804)
	232 396 639	140 496 981

A rubrica Caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas de depósitos à ordem em instituições financeiras.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Depósitos bancários à ordem inclui o montante de 12 933 mil euros e 15 122 mil euros, respetivamente, referentes a créditos recebidos de clientes cedidos a entidades bancárias no âmbito de contratos de *factoring*.

33. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital no montante de 25 000 000 euros, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 5.000.000 de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

34. OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Reserva legal ascendia a 5 000 000 euros, encontrando-se totalmente constituída. A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual apurado nas contas deparadas tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura

Esta rubrica inclui as variações no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro, líquidos de efeito fiscal. De acordo com a legislação em vigor, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, apenas relevam para poderem ser distribuídos, quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados.

Revalorização de ativos fixos tangíveis

Esta rubrica inclui as variações por aumentos ou reduções de justo valor dos IASS e TAI (Nota 21), líquidos de efeito fiscal. De acordo com a legislação em vigor, os incrementos decorrentes

da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, apenas relevam para poderem ser distribuídos, quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados.

Resultados transitados

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de Resultados transitados distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras separadas da Empresa, apresentadas de acordo com as IFRS.

35. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a quota parte dos interesses que não controlam no resultado líquido e capitais próprios consolidados, tem a seguinte composição:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio
Saúde:				
CUF, S.A.	13 187 091	72 487 296	11 975 696	65 820 156
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	42 616	1 791 179	(277 555)	1 748 562
Indústria química:				
Bondalti Capital, S.A.	(160 792)	(683 335)	31 863	(294 958)
Outros:				
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	(15 359)	2 369 572	(11 852)	2 388 200
	13 053 556	75 964 713	11 718 151	69 661 960

36. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os empréstimos obtidos eram como segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários	491 136 924	627 418 399
Empréstimos por obrigações	129 696 868	96 687 387
Papel comercial	72 696 227	77 239 274
Outros empréstimos obtidos	87 067	604 881
	693 617 085	801 949 941
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários	108 224 225	99 790 408
Papel comercial	20 124 109	40 406 011
Empréstimos por obrigações	2 939 988	20 147 807
Factoring (a.)	12 933 482	15 741 988
Descobertos bancários (Nota 32)	3 008 280	79 804
Outros empréstimos obtidos	502 957	-
	147 733 042	176 166 018
	841 350 127	978 115 959

(a.) A 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica refere-se a créditos de clientes cedidos no âmbito de contratos de *factoring* com recurso.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo mantinha contratado, mas não utilizado, com o sistema bancário, entre linhas de crédito de curto prazo e contas correntes caucionadas, um montante total máximo de 103,3 milhões de euros e 101,6 milhões de euros, respetivamente.

36.1 EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os empréstimos por obrigações eram compostos pelas seguintes emissões:

Emitente	Taxa de juro	Maturidade	Valor em dívida em 31 dez 2023		
			Nominal	Corrente	Não corrente
Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 2,00%	jun/25	310 000	152	310 000
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 0,75%	jun/28	1 450 000	560	1 450 000
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 2,00%	dez/25	200 000	98	200 000
José de Mello 2023 1ª (b.)	Taxa fixa, 4,5%	jun/28	29 900 000	28 319	29 864 765
Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028 (c.)	Euribor a 6M + 1,275%	dez/28	4 000 000	777 879	3 078 659
José de Mello Saúde 2019/2025 (d.)	Euribor a 6M + 3,75%	mai/25	35 000 000	1 890 493	33 353 433
José de Mello Saúde 2019/2027 (d.)	Euribor a 6M + 3,875%	jan/27	61 710 000	242 487	61 440 010
				2 939 988	129 696 868

Emitente	Taxa de juro	Maturidade	Valor em dívida em 31 dez 2022		
			Nominal	Corrente	Não corrente
Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 2,00%	jun/25	310 000	-	310 000
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 0,75%	jun/23	53 180 000	1 450 617	-
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 2,00%	dez/25	200 000	-	200 000
José de Mello Saúde 2017/2023 (d.)	Taxa fixa, 4%	set/23	21 720 000	17 678 018	-
José de Mello Saúde 2019/2025 (d.)	Euribor a 6M + 3,875%	jan/27	61 710 000	827 403	61 370 143
José de Mello Saúde 2019/2027 (d.)	Euribor a 6M + 3,75%	mai/25	35 000 000	191 769	34 807 244
				20 147 807	96 687 387

(a.) Em 2017, ocorreram no Grupo quatro operações de fusão por incorporação das subsidiárias José de Mello Participações II, SGPS, S.A., Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A., Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. e José de Mello, S.G.P.S. S.A. na sociedade, anteriormente denominada, SOGEFI – Sociedade de Gestão e Financiamentos, SGPS, S.A., a qual passou a designar-se José de Mello Capital, S.A..

(b.) A emissão obrigacionista “José de Mello 2023 1ª” corresponde a obrigações escriturais e nominativas, com data de reembolso no dia 15 de junho de 2028 e taxa de juro fixa bruta de 4,5% e visa refinar novos projetos e gerir a tesouraria.

(c.) A emissão obrigacionista “Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023 – 2028” visa financiar o projeto de investimento realizado pela JM Capital na remodelação do seu edifício de escritórios localizado na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, o qual incorporará diversas medidas de eficiência energética e utilização de materiais mais sustentáveis e sem substâncias nocivas, mas também de valorização do capital humano (incluindo a criação de espaços mais confortáveis, modernizados e seguros para os colaboradores, assim como a criação de acesso a utentes de mobilidade reduzida na entrada do edifício) tendo, assim, impactos ambientais e sociais positivos.

(d.) Os empréstimos por obrigações emitidos pela CUF, S.A. foram colocados junto de investidores institucionais e aprovada a admissão à negociação nos mercados regulamentados Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. e Bourse de Luxembourg – Société de la Bourse de Luxembourg, S.A.. Estes contratos têm incluídas obrigações de cumprimento do rácio de endividamento Dívida Financeira Líquida / EBITDA. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo CUF cumpria os covenants financeiros em todos os empréstimos por obrigações.

Em julho de 2022 foram recompradas 4,17 milhões de euros de obrigações da emissão José de Mello Saúde 2017/2023, sendo o saldo final em dívida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de 17 678 milhares de euros; no decurso do exercício de 2023, estas obrigações foram integralmente reembolsadas na respetiva maturidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os valores evidenciados nesta rubrica apresentam-se líquidos das obrigações próprias detidas em carteira, que ascendem a 11 250 milhares de euros e 37 800 milhares de euros, respetivamente.

36.2 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica Empréstimos bancários tem a seguinte composição:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Financiamentos sindicados (a.)	51 182 069	265 919 384	74 587 804	435 646 191
Contratos de Mútuo (b.)	52 503 258	188 325 195	22 918 518	170 638 590
Outros financiamentos	4 538 898	36 979 412	2 284 085	21 738 498
	108 224 225	491 223 990	99 790 408	628 023 280

(a.) Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica inclui:

- i) o montante de, aproximadamente, 76,6 milhões de euros (99,4 milhões de euros em 2022) relativos a um financiamento sindicado de longo prazo contraído pela B. Chemicals em 2019, que lhe permitiu refinar a totalidade da sua dívida e criar condições para novos investimentos nos exercícios seguintes; este financiamento pressupõe o cumprimento de rácios de autonomia financeira com um mínimo de 25% e do endividamento líquido sobre o EBITDA com um máximo de 4,0X. Na data do fecho do exercício os rácios estavam a ser cumpridos.
- ii) o montante de, aproximadamente, 233,6 milhões de euros (410,8 milhões de euros em 2022) relativos a dois sindicados bancários da JM Capital e da JM Investimentos; ambos os financiamentos obedecem a limites contratuais padrão de mercado, que, na data de fecho do corrente exercício, se encontram cumpridos.

(b.) Nos Contratos de Mútuo, o indexante de referência usado é a taxa EURIBOR, cujo prazo varia entre 3M e 12M, acrescido de um spread em linha com o praticado no mercado para operações similares.

Alguns destes financiamentos têm associado garantias e co-laterais descritos na Nota 46.

Os empréstimos bancários apresentam os seguintes prazos de reembolso em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Até 1 ano	108 224 225	99 790 408
	108 224 225	99 790 408
Mais de um ano e não mais de cinco anos	309 456 349	280 930 695
Mais do que cinco anos	181 767 641	347 092 585
	491 223 990	628 023 280
	599 448 216	727 813 688

36.3 PAPEL COMERCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a dívida por papel comercial apresentava a seguinte decomposição:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Saúde	20 124 109	72 696 227	40 406 011	77 239 274
	20 124 109	72 696 227	40 406 011	77 239 274

O Grupo tem contratados quatro programas de Papel comercial para financiamento de tesouraria de curto prazo com um limite de 71 milhões de euros, dos quais 17,3 milhões de euros se encontravam utilizados à data da demonstração consolidada da posição financeira.

O Grupo tem ainda contratados dois programas de Papel comercial de longo prazo para financiamento da obra do Hospital CUF Tejo com um limite de 95 milhões de euros, encontrando-se à data da posição financeira por liquidar um montante de 75,7 milhões de euros.

Apesar de existirem programas com maturidade superior a um ano, existem renovações anuais, pelo que o Papel Comercial é todo classificado como corrente, com exceção do programa de papel comercial da subsidiária CUF Investimentos (contratado com a Caixa de Crédito Agrícola para financiamento da construção do Hospital CUF Tejo), dado que existe uma tomada firme por parte do banco até à maturidade contratada do programa.

Estes programas de papel comercial preveem *covenants* financeiros comuns em contratos de financiamento. Os contratos têm incluídas obrigações de cumprimento dos seguintes

rácios de endividamento: Dívida Financeira Líquida (considerada dívida financeira bruta deduzidos de caixa e depósitos bancários e outros instrumentos financeiros) / EBITDA (correspondente ao Resultado Operacional acrescido de Amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade); Rácio de cobertura do serviço da dívida (EBITDA / Gastos Financeiros) e Autonomia financeira (Capital próprio / Ativo). Estes *covenants* financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CUF.

Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo CUF, cumpria todos os *covenants* financeiros nos programas de papel comercial. De salientar que, embora não tenham existido alterações nos montantes ou prazos contratados, foram assinados dois aditamentos ao financiamento do Hospital CUF Tejo, que inclui *covenant's* ESG (“*Environmental, Social and Governance*”), nomeadamente a medição anual de *performance* ao nível da Qualidade e Segurança Clínica, bem como de indicadores de Sustentabilidade de acordo com os índices GRI, tendo sido definidos KPIs (“*Key Performance Indicator*”) graduais a partir de 2023 e até final dos programas de financiamento, cujo incumprimento não impacta a segregação da dívida.

O imóvel do Hospital CUF Tejo encontra-se constituído como garantia real no programa de Papel Comercial com o montante contratado de 95 milhões de euros.

01

02

03

04

05

06

07

37. CREDORES POR LOCAÇÕES

As rendas vincendas de contratos de locação em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentavam as seguintes maturidades:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Pagamentos mínimos da locação financeira:		
Não mais de um ano	22 246 387	17 855 530
Mais de um ano e não mais de cinco anos	53 670 954	37 210 220
Mais do que cinco anos	38 721 967	24 733 743
	114 639 308	79 799 494

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram reconhecidos os seguintes montantes em gasto:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Valor dos gastos reconhecidos no exercício:		
Amortizações do direito de uso	20 630 482	18 056 865
Juros dos contratos de locação	1 591 496	1 081 350
Rendas dos contratos de curta duração e de baixo valor (a.)	5 702 007	5 318 058

(a.) O Grupo tem alguns contratos de locação com duração inferior a 12 meses e de baixo valor. Nessas situações o Grupo reconhece as respetivas rendas como gastos operacionais.

38. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Existem no Grupo planos de benefícios definidos com pensões de reforma e planos de saúde, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o custo determinado por esses estudos. Estes planos são os seguintes:

38.1 BENEFÍCIOS DE REFORMA

Segmento Saúde

A subsidiária Hospital CUF Tejo, S.A. (“HCT”) tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma de alguns dos seus colaboradores, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi constituída uma provisão para o efeito que é atualizada anualmente de acordo com um estudo atuarial realizado com uma entidade especializada e independente.

Foi formalmente, e de acordo com a legislação em vigor, pedida a caducidade do Acordo de Empresa ao Ministério do Trabalho produzindo efeito a 6 de fevereiro de 2013, relativamente aos empregados que ainda se encontram no ativo. A lei prevê, de acordo com um parecer jurídico, a manutenção da “retribuição, categoria e respetiva definição, duração do tempo de trabalho e regimes de proteção social cujos benefícios sejam substitutivos dos assegurados pelo regime geral de segurança social ou com protocolo de substituição do Serviço Nacional de Saúde”. O complemento de reforma não se enquadra nesta obrigatoriedade e deixa de ter efeito a partir de fevereiro

de 2013. Assim, a responsabilidade exigida mantém-se para os empregados reformados do Hospital CUF Tejo.

Segundo o relatório de avaliação preparado pela CFPO Consulting – Soluções Atuariais e Financeiras, Lda., o valor atual das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma, à data da demonstração da posição financeira, é estimado em 803 mil euros (872 mil euros em 2022), tendo a provisão para pensões de reforma sido ajustada em conformidade.

A avaliação atuarial das responsabilidades com o plano de pensões foi efetuada segundo o método “*Projected Unit Credit*”, tendo em consideração os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Taxa de desconto	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade:		
Para homens	TV 88/90	TV 88/90
Para mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Número de reformados	45	47
Idade média	79,07	78,57

Segmento Indústria química

Conforme indicado na Nota 2.4.13., algumas empresas do Grupo Bondalti têm compromissos para com alguns dos seus antigos e atuais colaboradores, e somente com estes, com quem foi assumida essa responsabilidade, pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência.

01

02

03

04

05

06

07

A fim de estimar as suas responsabilidades, as empresas do Grupo Bondalti têm o procedimento de obter no final de cada ano, um relatório de avaliação atuarial, apresentado pela Actuariado – Estudos Actuariais Económicos e Financeiros, Lda.. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os estudos atuariais quantificaram o montante dos compromissos por serviços passados em 1 657 mil euros e 1 851 mil euros, respetivamente.

Os estudos atuariais supra referidos foram efetuados utilizando o método denominado por “*Projected Unit Credit*”, e têm os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	31 dez 2023	– 31 dez 2022
Taxa de crescimento salarial para a Segurança Social	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de desconto	3,00%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Taxa técnica (rendas vitalícias)	0,75%	0,75%
Revalorização dos salários da Segurança Social	1,00%	1,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV80	EKV 80

38.2 BENEFÍCIOS DE SAÚDE

A B. Chemicals tem ainda a responsabilidade de suportar os custos com internamento, consultas e intervenções cirúrgicas conforme regulamento dessa subsidiária e acordo vigente com o Hospital CUF Tejo, S.A. (anteriormente denominado Hospital CUF Infante Santo, S.A.), bem como a parte não comparticipada dos medicamentos parcialmente comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde (apenas dos medicamentos sujeitos a comparticipação pelo Serviço Nacional de Saúde) de alguns dos seus antigos (oriundos da ex-Quimigal) e atuais

colaboradores, e somente a estes, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi criada uma provisão para o efeito, a qual é atualizada de acordo com um estudo atuarial realizado por uma entidade especializada independente. Segundo o relatório de avaliação apresentado pela Actuariado – Estudos Actuariais Económicos e Financeiros, Lda. o valor das responsabilidades com serviços passados da B. Chemicals com Atos Médicos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é estimada em 235 mil euros e 271 mil euros, respetivamente, registada na rubrica Benefícios aos empregados.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na rubrica Benefícios aos empregados foi o seguinte:

	Plano Pensões de Reforma	Plano de atos médicos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	3 509 008	266 396	3 775 404
Custo dos juros	16 844	-	16 844
Benefícios pagos	(366 529)	-	(366 529)
Ganhos e perdas atuariais	(435 740)	4 288	(431 452)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2 723 584	270 684	2 994 268
Custo dos juros	51 745	-	51 745
Benefícios pagos	(420 082)	-	(420 082)
Ganhos e perdas atuariais	104 778	(35 461)	69 317
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2 460 025	235 223	2 695 248

01

02

03

04

05

06

07

39. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

39.1 PERDAS POR IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de ativos não correntes durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	<i>Goodwill</i> (Nota 18)	Direito de Uso (Nota 20)	Ativos tangíveis (Nota 21)	Propriedades de investimento (Nota 22)	Investimentos em associadas (Nota 23)	Ativos disponíveis para venda (Nota 25)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	1 135 390	102 321	16 566 157	2 658 230	11 440 112	342 417	32 244 626
Imparidades	2 009 612	-	127 640	-	-	-	2 137 252
Regularizações	(15 896)	-	571 985	-	-	-	556 089
Transferência de imparidades	-	-	-	(1 851 456)	-	-	(1 851 456)
Reversão	-	-	(4 048 593)	-	-	-	(4 048 593)
Atividades descontinuadas (Nota 5.3)	-	-	-	-	-	43 476	43 476
Utilização	-	-	-	(77 558)	-	(2 835)	(80 393)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3 129 106	102 321	13 217 188	729 216	11 440 112	383 058	29 001 001
Imparidades	-	-	58 534	-	-	117 571	176 105
Regularizações	-	-	75 785	-	-	-	75 785
Reversão	-	-	(3 408 557)	-	-	-	(3 408 557)
Utilização	-	(102 321)	-	(555 782)	-	-	(658 103)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3 129 106	-	9 942 950	173 434	11 440 112	500 629	25 186 230

01

02

03

04

05

06

07

39.2 PERDAS POR IMPARIDADE DE ATIVOS CORRENTES

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de ativos correntes durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	Outros devedores (Nota 27)	Outros ativos (Nota 28) (a.)	Inventários (Nota 29)	Clientes (Nota 30)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	1 555 386	11 479 184	3 516 143	18 697 108	35 247 822
Reforço	57 610	-	1 079 051	1 314 122	2 450 783
Utilização	-	-	(972 103)	228 037	(744 065)
Reversão	-	-	-	(225 636)	(225 636)
Regularizações	15 167	(179 571)	-	(39 622)	(204 026)
Atividades descontinuadas (Nota 5.3)	(76 150)	-	-	(2 967 765)	(3 043 915)
Reclassificação	15 058	(15 058)	-	-	-
Transferências	-	-	1 851 456	-	1 851 456
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 567 071	11 284 555	5 474 548	17 006 246	35 332 419
Reforço	71 693 060	1 171 968	1 048 510	1 936 292	75 849 830
Utilização	-	-	(2 003 736)	(1 754 116)	(3 757 852)
Reversão	-	-	(261 903)	(250 163)	(512 066)
Regularizações	7 148	-	-	-	7 148
Atividades descontinuadas (Nota 5.3)	-	-	-	(31 711)	(31 711)
Transferências	(19 596)	19 596	-	-	-
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	13	120 094	120 108
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73 247 683	12 476 119	4 257 432	17 026 641	107 007 875

(a.) Em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecida a imparidade, no montante de 1 171 968 euros, sobre os juros da dívida que resultou da conversão das opções de venda sobre os VMOC emitidos pela MGI Capital (Nota 39.3 (e.)).

01

02

03

04

05

06

07

39.3 PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	Contingências fiscais e judiciais (a.)	Outras responsabilidades (b.) (c.) (d.) (e.)	Investimentos em associadas (f.)	Outros (g.)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	2 234 110	7 772 558	73 129 627	6 037 350	89 173 645
Reforço	2 656 568	500 000	576 373	67 288	3 800 229
Utilização	-	(62 741)	-	(23 213)	(85 954)
Reversão	(764 712)	-	(2 012 940)	(31 093)	(2 808 745)
Atividades descontinuadas (Nota 5.3)	(55 201)	(1 562 431)	-	15 660	(1 601 972)
Alterações de perímetro (Nota 5)	6 601	-	-	31 433	38 034
Variação cambial	1 961	-	-	-	1 961
Regularizações	-	-	-	7 559	7 559
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4 079 326	6 647 386	71 693 060	6 104 983	88 524 756
Reforço	100 307	275 000	-	168 062	543 368
Utilização	(52 245)	(60 760)	-	(75 941)	(188 945)
Reversão	(13 797)	-	(71 693 060)	(351 440)	(72 058 297)
Transferências	15 000	7 559	-	(22 559)	-
Atividades descontinuadas (Nota 5.3)	35 000	1 648 637	-	-	1 683 637
Alterações de perímetro (Nota 5)	112 743	-	-	770 797	883 540
Regularizações	-	-	-	9 765	9 765
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4 276 334	8 517 823	-	6 603 667	19 397 825

(a.) Esta rubrica inclui as seguintes provisões:

- i) Processos judiciais: provisões que decorrem de processos interpostos pelos clientes das várias unidades do Grupo CUF, no montante de 1.540 milhares de euros, no âmbito da atividade de prestação de serviços hospitalares; estas provisões são constituídas com base na avaliação e graduação do risco dos processos. Em 31 de dezembro de 2023 existiam processos interpostos contra o Grupo sendo a responsabilidade estimada pelo Grupo aquela que não se encontra coberta pelos seguros por si contratados, no montante de, aproximadamente, 27,5 milhões de euros (21 milhões de euros em 2022).

Adicionalmente esta rubrica inclui, para além do montante de 283 mil euros, o montante de 113 mil euros relativo a um processo judicial, instaurado pelo Sport Lisboa e Benfica e Sport Lisboa e Benfica - Futebol SAD à subsidiária RAVV, resultante da rescisão/resolução de um contrato de patrocínio.

- ii) Contingências fiscais: em março de 2022, o Tribunal Constitucional concedeu provimento a um recurso do Ministério Público e ordenou a reforma da decisão do Supremo Tribunal Administrativo, relativamente a uma ação de oposição à execução tributária instaurada pela JM Imobiliária e relativa a uma dívida de SISA imputada pela Autoridade Tributária e Aduaneira à sociedade, na sua qualidade de acionista da Expocomitur - Promoção e Gestão Imobiliária, S.A., entretanto liquidada. Apesar do processo não estar ainda concluído,

mas tendo por base a apreciação dos seus advogados e consultores legais, a JM Imobiliária constituiu uma provisão pela totalidade do valor em causa de 2 264 314 euros. Em 2023, o valor foi reforçado em 62 655 euros, para 2 326 969 euros, na sequência da atualização dos valores relativos a juros compensatórios, juros de mora e custas.

- (b.) No âmbito da Nutriquim – Produtos Químicos, S.A. e por forma a contemplar o plano de reestruturação da atividade da empresa, foi constituída em 2013 uma provisão, no montante global de 1 150 milhares de euros; no decorrer dos exercícios de 2015 a 2023, esta provisão foi sendo utilizada, para fazer face a custos nesse âmbito, sendo que o montante de provisão disponível a 31 de dezembro de 2023 ascende a 471 milhares de euros.
- (c.) Em fevereiro de 2009 o Grupo Bondalti decidiu descontinuar em definitivo as atividades produtivas de ureia e amoníaco. Para fazer face

01

02

03

04

05

06

07

às responsabilidades decorrentes dessa decisão de descontinuação, o Grupo tinha, inicialmente, constituída uma provisão no montante de 58 milhões de euros; nos exercícios de 2009 a 2017 a provisão foi reduzida no montante de 53 milhões de euros por se terem já liquidado as responsabilidades inerentes a indemnizações a trabalhadores, rescisões contratuais com fornecedores, operações de desmantelamento das instalações desativadas e limpeza de terrenos. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a presente provisão foi reforçada em 275 milhares de euros e 500 milhares de euros, respetivamente, por se considerar que decorrente do aumento dos preços verificado nos últimos anos, já não estaria adequada ao valor de mercado. O montante de provisão disponível a 31 de dezembro de 2023 ascende a 5,775 milhões de euros, a qual, no entender do Conselho de Administração do Grupo, será suficiente para fazer face a eventuais responsabilidades que ainda possam advir do processo de descontinuação dessa atividade produtiva.

- (d.) Em 2022 a anulação de provisões na linha “Atividades descontinuadas” inclui o montante de, aproximadamente, de 1 071 milhares de euros, que diz respeito a uma provisão constituída em 2014, na Escala Braga (incorporada por fusão na CUF, S.A., em 2021), referente a valores imputados à CUF e não aceites (relativos aos exercícios de 2009 a 2014), que se entendia existir risco de ser exigido no âmbito do processo negocial de término da parceria público privada. Considerando o fim do referido do processo negocial em 2022 e a antiguidade dos mesmos, é entendimento que aquele montante não era exigível a 31 de dezembro de 2022.
- (e.) Com referência a 31 de dezembro de 2020, o Grupo tinha constituída uma provisão de 152 milhões de euros, para fazer face à possibilidade de serem exercidas contra a JM Capital, dado o princípio de solidariedade acordado, as opções de venda sobre os VMOC emitidos pela MGI Capital, S.A. e detidos por instituições de crédito, pelo que, num primeiro momento, a JM Capital poderia ter de assumir uma responsabilidade naquele montante. Em 2021, as opções de venda sobre os referidos VMOC foram exercidas pelas instituições de crédito, tendo a JM Capital passado a deter Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, S.A., no montante de 76 milhões de euros e um crédito sobre a outra entidade envolvida no acordo, no mesmo montante. Posteriormente, os referidos valores mobiliários foram convertidos em ações representativas de capital social da MGI Capital, S.A. e a sociedade Têxtil Manuel Gonçalves, S.A. procedeu ao pagamento de parte da dívida. Na sequência das referidas operações, a provisão existente foi reduzida para 73,1 milhões de euros. A manutenção da provisão criada em 2020 justificou-se pela prudência que o plano de pagamento definido com a outra entidade envolvida no acordo com as instituições de crédito, a muito longo prazo, exigia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a provisão apresentava o montante de 71,7 milhões de euros. No exercício em análise, o plano de pagamento da dívida não foi cumprido, pelo que a JM Capital, por prudência, entendeu registar a imparidade sobre a totalidade do crédito existente, acrescido dos juros aplicáveis. A JM Capital considera que o incumprimento se deve a circunstâncias extraordinárias e que o plano de pagamento acordado será retomado, o que irá permitir, em exercícios futuros, o registo da reversão da imparidade registada. A par, a JM Capital procedeu à reversão da provisão que mantinha por prudência.
- (f.) Riscos contratuais - As provisões para outros riscos contratuais foram constituídas para fazer face a um conjunto de riscos decorrentes do término dos Contratos de Gestão em Regime de Parceria Público-Privada com as sociedades Escala Braga – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. (entretanto fusionada na CUF, S.A.) e Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. No exercício de 2023, o Tribunal da Relação decidiu solicitar a repetição do julgamento em Tribunal Arbitral (“TA”), para analisar prova não analisada no julgamento do processo de subsistemas e da Hepatite C, relativamente à atividade da entidade Escala Braga (entretanto fusionada na CUF, S.A.). Como resultado, e ao abrigo da decisão do Tribunal Arbitral, o Grupo devolveu o montante de 1,6 milhões de euros anteriormente liquidados pela ARSN. Face ao descrito, o Grupo constituiu uma conta a receber e uma provisão no mesmo montante (Nota 27).

Os valores provisionados foram baseados na experiência do Grupo suportado na opinião dos seus assessores legais, entendendo o Grupo não existirem responsabilidades adicionais no âmbito dos processos acima referidos que não se encontrem registados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023. Acresce a existência de montantes em disputa incluídos na rubrica Outros ativos correntes, conforme divulgado na Nota 28 (a.).

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nas rubricas de Perdas por imparidade e Provisões, tiveram as seguintes contrapartidas em resultados:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Reforço	Reversão	Reforço	Reversão
Imparidade de ativos não correntes	176 105	(3 408 557)	2 137 252	(4 048 593)
Imparidade de ativos correntes	75 849 830	(512 066)	2 450 783	(225 636)
	76 025 935	(3 920 623)	4 588 035	(4 274 229)
Provisões	543 368	(72 058 297)	3 800 229	(2 808 745)
	543 368	(72 058 297)	3 800 229	(2 808 745)

01

02

03

04

05

06

07

40. OUTROS CREDORES CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas	-	2 458 269	-	2 530 454
Fornecedores de investimentos (a.) (b.)	10 444 185	1 221 512	5 350 860	1 699 568
Honorários (c.)	7 047 574	-	6 002 908	-
Adiantamento IAPMEI (d.)	5 989 000	-	-	-
Aquisição de investimentos financeiros (e.)	3 025 469	1 675 375	320 719	3 283 864
Direito de concessão (f.)	1 206 305	-	-	-
Adiantamentos ao pessoal e sindicatos	678 554	-	795 416	-
Licenças CO ₂ (g.)	337 000	-	-	-
Autoridade Nacional de Proteção Civil (h.)	280 000	-	-	-
Garantias e cauções	63 554	-	51 154	-
Credores a regularizar	10 282	-	6 136	-
Credores por subscrições não liberadas (i.)	-	2 174 980	-	3 902 337
Outros credores	1 207 474	313 386	1 839 510	-
	30 289 396	7 843 522	14 366 703	11 416 223

(a.) Não corrente: Esta rubrica, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, diz respeito à dívida de 1 221 512 euros (1 699 568 euros em 2022) da Bondalti Cantábria, S.A. ao principal fornecedor (Solvay) da reconversão da fábrica de cloro-álcalis, situada em Torrelavega, que iniciou a produção em 2020 e que só será liquidada num prazo superior a um ano.

(b.) Corrente: O saldo de Fornecedores de investimentos diz respeito, em grande parte, ao saldo de três fornecedores, no montante de 4 milhões de euros, referente à Reconversão Tecnológica da Eletrólise em Estarreja.

(c.) A rubrica Honorários refere-se aos valores a liquidar aos colaboradores do Grupo CUF sem vínculo contratual permanente.

(d.) Esta rubrica, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, corresponde a um adiantamento efetuado pelo IAPMEI, I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. no âmbito da agenda New Generation Storage (NGS) do Plano de Recuperação e Resiliência, projeto que ainda se encontra numa fase inicial.

(e.) Esta rubrica inclui os montantes a pagar relativos à aquisição dos seguintes investimentos financeiros: Clínica CUF Montijo (300 mil euros em 2023 e 2022); Clínica Dr. Luís Álvares, S.A. (360 mil euros em 2023 e 450 mil euros em 2022); Hospital CUF Trindade (1 049 mil euros em 2023 e 1 505 mil euros em 2022); ICIL (1 355 mil euros em 2023 e 2022); e, dois adiantamentos para a aquisição de terrenos localizados em Faro e no Seixal (560 mil euros em 2023).

(f.) Este montante corresponde ao valor presente da obrigação futura de pagamento do Direito de exploração do WS Group (Nota 19 a ii)), cuja mensuração subsequente, de acordo com a IFRS 9, é efetuada pelo justo valor através de resultados.

(g.) A rubrica Licenças CO₂ refere-se ao valor a liquidar junto de um parceiro.

(h.) Em 31 de dezembro de 2023, este montante corresponde a um acordo de participação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil a liquidar em 2024 e 2025.

(i.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica inclui:

- i) 767 mil euros a liquidar junto dos anteriores acionistas do Grupo Alfaró (no prazo de três anos), referente à aquisição de um investimento num Fundo de Capital de Risco;
- ii) o capital por realizar, no montante de 2 086 mil euros (2 781 mil euros em 2022), do investimento no Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund (Nota 25 (c.)); e
- iii) o capital por realizar, no montante de 89 mil euros (121 mil euros em 2022), no prazo máximo de 5 anos, do investimento no Fundo de Capital de Risco Faber Tech II (Nota 25 (a.)).

01

02

03

04

05

06

07

41. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Acréscimos de gastos:				
Remunerações a liquidar ao pessoal	51 958 356	-	39 364 272	-
Gastos operacionais (a.)	13 592 297	-	7 459 789	-
Honorários médicos a liquidar (b.)	6 116 903	-	6 262 500	-
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	897 821	-	1 096 320	-
Informática	879 579	-	1 337 326	-
Juros, comissões e encargos bancários	450 367	-	322 727	-
Taxas de recursos híbridos e tratamento de afluentes	416 000	-	-	-
Estudos e consultas	412 527	-	-	-
<i>Rappel</i>	356 047	-	-	-
Distribuição e <i>marketing</i>	280 133	-	-	-
Contratos plurianuais	-	-	33 793	-
Outros acréscimos de gastos	329 367	-	2 134 889	-
	75 689 396	-	58 011 616	-
Rendimentos diferidos:				
Subsídios de Direitos de emissão	8 034 155	-	-	-
Responsabilidade por emissão de notas de crédito (c.)	4 708 666	-	4 708 666	-
Subsídios para investimento	3 990 107	11 352 364	-	-
Direitos de superfície	419 650	-	439 560	-
Notas de crédito	142 950	-	-	-
Adiantamentos (d.)	38 719	-	-	-

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Rendas e alugueres	20 605	-	25 681	-
Direitos de uso e habitação - Condomínios Residenciais	-	-	82 635	-
Outros rendimentos diferidos	1 227 194	-	839 932	-
	18 582 046	11 352 364	6 096 475	-
	94 271 442	11 352 364	64 108 091	-

(a.) Nesta rubrica constam os acréscimos de gastos efetuados no fecho do ano, referentes a Custo das vendas, Fornecimentos e serviços externos (MCDTs, Seguros e Trabalhos Especializados), Gastos com o pessoal e Outros gastos operacionais.

(b.) A rubrica Honorários refere-se à estimativa de valores a liquidar aos colaboradores do Grupo CUF sem vínculo contratual permanente. Esta estimativa é baseada no histórico mensal pago, nos acordos estabelecidos com cada prestador de serviço e nos tempos de trabalho realizados.

(c.) A rubrica Responsabilidade por emissão de notas de crédito respeita a responsabilidades reconhecidas para com a ARSLVT, IP em resultado da diferença entre os montantes adiantados ao longo dos exercícios 2020 e 2021 e a produção real efetuada. Esta situação resulta do fecho do valor faturado, que é o contratado, ser superior ao valor real de produção apurado pelo Grupo CUF naqueles exercícios.

(d.) O saldo desta rubrica é respeitante a adiantamentos efetuados por conta das uvas aptas a mosto generoso para vinho do Porto; a regularização deste saldo ocorrerá em janeiro de 2024, pela emissão das faturas finais referentes à venda destas uvas.

42. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Fornecedores, conta corrente	141 508 810	131 502 855
Fornecedores, faturas em receção e conferência	16 943 650	14 766 296
Fornecedores, títulos a pagar	3 042	4 009
Adiantamentos de clientes	9 189 316	8 706 118
	167 644 817	154 979 279

43. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

43.1 RECEBIMENTOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos mais significativos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respeitam às seguintes entidades:

Contraparte	Classificação	31 dez 2023	31 dez 2022
Rubicone Bidco, S.A.	Prestações acessórias	195 074 645	-
Guimarães de Mello, S.A.	Prestações acessórias	9 000 000	-
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Reembolso de obrigações	7 000 000	-

Contraparte	Classificação	31 dez 2023	31 dez 2022
Fundo de Compensação do Trabalho	Reembolsos	165 141	197 500
Dr. Campos Costa - Cons. de Tomografia Computorizada, S.A.	Alienação da participação financeira	120 000	120 000
Guimarães de Mello II - Portugal, S.A.	Prestações acessórias	55 000	-
Faber Partners, S.A.	Reembolsos	6 441	4 988
Guimarães de Mello II - Portugal, S.A.	Redução de capital social	5 000	-
		211 426 227	322 488

43.2 DIVIDENDOS RECEBIDOS

Os dividendos recebidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2023	31 dez 2022
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	190 226	397 288
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	-	19 244 217
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	-	153 000
	190 226	19 794 505

43.3 PAGAMENTOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os pagamentos mais significativos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respeitam às seguintes entidades:

		31 dez 2023	31 dez 2022
Hospital CUF Açores, S.A.	Aquisição de participação	21 000 000	-
Hospital CUF Açores, S.A.	Disponibilidades adquiridas	(475 445)	-
Guimarães de Mello, S.A.	Prestações acessórias	9 000 000	-
Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A.	Aquisição de participação	3 233 000	-
Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A.	Prestações acessórias	87 000	-
Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A.	Disponibilidades adquiridas	(203 618)	-
Clínica CUF Belém S.A.	Reforço de participação	2 888 560	-
Fundo Shilling Founders Fund	Reforço de participação	695 250	-
Hospital CUF Trindade, S.A.	Aquisição de participação	456 188	2 189 160
Ravasqueira Vinhos, S.A.	Aquisição de participação	203 480	-
Ravasqueira Vinhos, S.A.	Disponibilidades adquiridas	(1 602 841)	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	Prestações acessórias	179 250	1 085 000
Rubicone Bidco, S.A.	Prestações acessórias	94 244	-
Clínica Dr. Luís Álvares S.A.	Aquisição de participação	90 000	-
Fundo Faber Tech II	Entregas	28 150	128 633
Fundo de Compensação do Trabalho	Entregas	13 138	77 507
Sagies - Segurança e Saúde no Trabalho, S.A.	Aquisição de participação	-	1 147 000
Enkrott - Gestão e Tratamento de Águas, S.A.	Aquisição de participação	-	727 171
Hytlantic, S.A.	Prestações acessórias	-	203 000
Vigorous Proposal, Lda.	Aquisição de participação	-	5 000
		35 686 354	5 562 472

43.4 DIVIDENDOS PAGOS

Os dividendos pagos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram efetuados pelas seguintes entidades:

	31 dez 2023	31 dez 2022
CUF, S.A.	9 732 750	-
José de Mello Capital, S.A.	6 610 000	6 300 000
HD - Medicina Nuclear, S.A.	77 044	-
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.	61 746	-
Clínica CUF Belém, S.A.	33 142	177 229
	16 514 682	6 477 229

44. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros do Grupo CUF foi contratado em fevereiro de 2023 um instrumento financeiro destinado a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro sob a forma de *swap* de taxas de juro, para cobrir 33,8 milhões de euros do papel comercial do Hospital CUF Tejo. O instrumento financeiro derivado contratado respeita as características do referido papel comercial por forma a ser considerado produto de cobertura.

Existe uma relação entre o item coberto e o instrumento de cobertura, na medida em que as condições (período e taxa de referência) dos financiamentos e dos instrumentos de cobertura são as mesmas. O Grupo estabelece um rácio de cobertura 1:1 para a relação de cobertura. Os testes de eficácia são efetuados no início da cobertura e períodos posteriores; esperando-se que a cobertura seja altamente eficaz em alcançar alterações de compensação nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto relativamente ao qual a cobertura foi designada. Esta expectativa é demonstrada pela elevada correlação estatística entre os fluxos de caixa do item coberto e os do instrumento de cobertura.

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento eram as seguintes:

Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa				31 dez 2023
	Montante	Maturidade	Objetivo económico	Justo valor
Swap's de taxa de juro	33 800 000	jun 2032	Cobertura <i>cash flow</i> de Papel comercial	(862 383)
	33 800 000			(862 383)

45. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a JM Capital (“Empresa-mãe”) e as empresas do grupo foram eliminados no processo de consolidação.

Os saldos entre o Grupo e as outras partes relacionadas estão descritos abaixo:

	31 dez 2023				
	Saldos devedores			Saldos credores	
	Clientes	Devedores e acionistas	Outros ativos	Fornecedores	Credores e acionistas
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	-	2 569 758
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	8 168	-	-	355 135	-
Greenimolis - Investimentos Imobiliários, S.A.	86 769	-	139 981	19 175	-
Grupo Rubicone Bidco	61 294	231 025 308	-	-	-
Grupo MGICapital	15 636	-	-	15 835	700
Guimarães de Mello, S.A.	3 506	16 906 360	-	202 833	-
LHEA - Association for Lifelong Health	-	-	1 350 000	-	-
Guimarães de Mello II - Portugal, S.A.	1 292	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	3 093	-	-	599	2 272

	31 dez 2023				
	Saldos devedores			Saldos credores	
	Clientes	Devedores e acionistas	Outros ativos	Fornecedores	Credores e acionistas
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	-	69 760
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	-	91 718
	179 758	247 931 668	1 489 981	593 577	2 734 207

	31 dez 2022				
	Saldos devedores			Saldos credores	
	Clientes	Devedores e acionistas	Outros ativos	Fornecedores	Credores e acionistas
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	-	2 589 900
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	84 718	-	-	19 280	55 687
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	-	-	-	-	2 107
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	-	7 000 000	-	-
Greenimolis - Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	84 769	-	-
Grupo Rubicone Bidco	101 745	426 139 469	-	321	-
Grupo MGICapital	296 847	31 611	21 879	881 672	10 726
Guimarães de Mello, S.A.	2 706	35 601 680	-	202 833	-
L.A.R.F. - Imobiliária, S.A.	289	-	-	-	-
LHEA - Association for Lifelong Health	-	-	250 000	-	-
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	308	25 000	30 000	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	2 669	-	-	854	4 998
Ravasqueira Vinhos, S.A.	127 257	635	-	-	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	-	69 760
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	-	91 718
	616 539	461 798 396	7 386 648	1 104 960	2 824 896

01

02

03

04

05

06

07

Adicionalmente, as transações ocorridas entre o grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão descritas abaixo:

	31 dez 2023				
	Transações				
	Prestação de serviços	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	51 859	-
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	-	-	1 151 898	-	12 000
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	4 435	-	207 000	-	-
Greenimolis - Investimentos Imobiliários, S.A.	12 000	-	327 556	-	4 928
Grupo Rubicone Bidco	174 290	-	784 249	-	-
Grupo MGICapital	-	10 472	28 999	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	34 200	-	-	-	-
L.A.R.F. - Imobiliária, S.A.	1 500	-	-	-	-
Guimarães de Mello II - Portugal, S.A.	4 200	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	32 904	-	13 737	-	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	3 257	-
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	4 282	-
	263 530	10 472	2 513 440	59 397	16 928

Partes relacionadas	31 dez 2022				
	Transações				
	Prestação de serviços	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	54 720	-
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	381 931	-	1 132 511	13 400	-
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	4 531	-	-	-	-
Greenimolis - Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	12 000	-	-
Grupo Rubicone Bidco	172 539	863	660 340	-	-
Grupo MGICapital	699 449	92 046	7 843 942	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	26 400	-	952 020	-	-
L.A.R.F. - Imobiliária, S.A.	1 613	-	-	-	-
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	3 000	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	220 331	28 582	19 876	-	-
Ravasqueira Vinhos, S.A.	123 093	9 485	-	-	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	1 012	-
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	1 035	-
	1 632 887	130 976	10 620 689	70 167	-

Os termos ou condições praticados entre o Grupo e as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração

Os benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais da José de Mello Capital, S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram de 8 120 milhares de euros e 4 846 milhares de euros, respetivamente.

46. CONTINGÊNCIAS

46.1 GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado garantias a terceiros conforme segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
EDP Clientes S.A.U.	700 000	-
REN Rede Elétrica Nacional, SA	260 213	-
Autarquias locais	74 282	74 282
Merlin Properties, Socimi, SA	28 948	-
Autoridad Portuaria de Vigo	24 500	24 500
Instituto Superior Técnico	23 500	23 500
Agência Portuguesa do Ambiente	21 122	21 122
Fornecimentos diversos	14 964	14 964
Bureau of Indian Standards	10.000 USD	-
Outros	6 500	6 500
	1 154 028	164 868

46.2 SEGUROS DE CAUÇÕES

Os seguros de caução assumidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como se segue:

	31 dez 2023	31 dez 2022
Autoridade Tributária e Aduaneira	200 000	200 000
Autoridade Tributária e Aduaneira - Alfândega de Aveiro	75 000	75 000
Autoridade Tributária e Aduaneira - Alfândega de Aveiro	75 000	75 000
AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais	76 628	16 875
	426 628	366 875

46.3 DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado as seguintes garantias reais a terceiros (a favor de instituições bancárias para garantia de financiamento), que consistem no penhor sobre as seguintes ações (número de ações):

	31 dez 2023	31 dez 2022
Ações Bondalti Capital, S.A.	4 084 400	4 084 400
Ações CUF, S.A.	2 154 540	1 679 040

46.4 GARANTIAS REAIS PRESTADAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo tinha prestado garantias reais a instituições financeiras, através da hipoteca dos seguintes imóveis: Hospital CUF Sintra, Hospital CUF Porto, Instituto CUF, Hospital CUF Descobertas (Expansão), Hospital

CUF Descobertas, Clínica CUF Almada, Hospital CUF Tejo, Hospital CUF Cascais, Hospital CUF Torres Vedras, Hospital CUF Santarém e Clínica CUF São João da Madeira.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a CUF Cascais constituiu a favor de instituições financeiras hipoteca de primeiro grau sobre o Direito de Superfície por si detido, livre de ónus ou encargos, até ao pagamento integral das obrigações emergentes do contrato de financiamento entre a LHEA Association for Lifelong Health Education, da qual a CUF Cascais é parceira e a Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, C.R.L. e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures Sintra e Litoral, C.R.L..

Outras garantias

- No âmbito de um contrato de financiamento celebrado (em junho de 2019) pela B. Chemicals e para garantia do bom cumprimento das obrigações decorrentes do mesmo, foi constituída hipoteca sobre terrenos, penhor de equipamentos, penhor de saldos de contas bancárias, penhor sobre as ações representativas do capital social da Elnosa e Bondalti Cantábria, ações e suprimentos da Miralcalis e cedidos em garantia alguns créditos e suprimentos.
- Garantia sob a forma de hipoteca sobre as frações A, B, D, I e M do prédio urbano sito na Rua D. Luís I, n.ºs 19, 19-A, 19-B e 19-C e sobre as frações A, B, C, D, E, F, G, H e I, do prédio urbano sito na Avenida 24 de Julho, n.º 24, ambos em Lisboa, para garantia de financiamentos.
- Fiança constituída pela José de Mello Capital, S.A. para garantia de todas as obrigações decorrentes de financiamentos bancários no valor de 265 000 euros.
- Penhor financeiro sobre qualquer montante pago pela CUF, S.A. a título de distribuições, a favor de instituições bancárias, para garantia de financiamentos.

- Aval prestado pela José de Mello Capital, S.A. sobre uma livrança subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. para garantia de Contrato de Mútuo.
- Aval prestado pela José de Mello Capital, S.A. sobre uma livrança subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. para garantia de Contrato de Abertura de Crédito.
- Livrança em branco subscrita pela José de Mello Capital, S.A. para garantir as responsabilidades assumidas no âmbito da emissão de obrigações de sustentabilidade “Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028”.
- Fiança constituída pela José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira) para garantia de todas as obrigações decorrentes de financiamentos bancários.
- Penhor financeiro sobre o saldo disponível de 13 080 199 euros de contas bancárias junto de instituições crédito.
- Promessa de penhor sobre novas ações da CUF, S.A. e Bondalti Capital, S.A. para garantia de financiamentos.
- A CUF, S.A. é avalista no âmbito dos contratos de leasing financeiro de equipamentos médicos, celebrados com várias sociedades do Grupo CUF.
- Livrança em branco subscrita pela CUF Investimentos Imobiliários, S.A. e avalizada pela CUF, S.A. e o Hospital CUF Tejo, S.A.. Especificamente, para o papel comercial contratado pela CUF Investimentos foi apresentada como garantia a consignação das rendas pagas pelo Hospital CUF Tejo, S.A..
- A consignação de todos e quaisquer rendimentos provenientes de contratos de arrendamento que tenham por objeto o imóvel Hospital CUF Cascais e o Hospital CUF Sintra, foi apresentada como garantia dos financiamentos contraídos pela Imo Health Cascais - Investimentos Imobiliários, S.A. e Simplygreen - Investimentos Imobiliários, S.A., respetivamente.
- Duas livranças em branco subscritas pela Hospimob – Imobiliária, S.A. e avalizadas pela CUF, S.A. e o Hospital CUF Porto, S.A..
- Duas livranças em branco subscritas pela CUF – Investimentos Imobiliários, S.A. e avalizadas pela CUF, S.A., no âmbito da contratação de dois mútuos com hipoteca.
- No âmbito de um financiamento mútuo, a CUF – Investimentos Imobiliários, S.A. subscreeveu uma livrança em branco, avalizada pela CUF, S.A..
- O Hospital CUF Santarém, S.A. subscreeveu, como forma de garantia para os financiamentos mútuos celebrados com uma instituição bancária, uma livrança em branco.
- Livrança em branco, subscrita pelo Hospital CUF Tejo, S.A., Clínica CUF Alvalade, S.A., Hospital CUF Santarém, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A., Clínica CUF Belém, S.A., Hospital CUF Cascais, S.A., Hospital CUF Torres Vedras, S.A., Hospital CUF Coimbra, S.A., Hospital CUF Porto, S.A. e Hospital CUF Viseu, S.A. no âmbito de vários contratos de locação.
- No âmbito do Papel Comercial contratado foram subscritas, para cada contrato, uma livrança em branco pelas entidades emitentes, CUF, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A. e Hospital CUF Tejo, S.A..
- Aval prestado pela CUF, S.A. e Hospital CUF Descobertas, S.A. no âmbito do contrato de mútuo.
- Livrança em branco subscrita pela CUF - Investimentos Imobiliários, S.A., no âmbito do contrato de financiamento mútuo.
- No âmbito da locação contratada pela CUF, S.A. foi subscrita uma livrança e dada como garantia a consignação de todos e quaisquer rendimentos provenientes do contrato de arrendamento do equipamento médico.
- Hipoteca em primeiro grau sobre o imóvel no qual será construído o Edifício Hospitalar de Leiria.
- Consignação dos rendimentos provenientes do Edifício Hospitalar de Leiria e do parque de estacionamento anexo ao mesmo.
- No âmbito da Conta Corrente Cauçionada contratada, foram subscritas pelo Hospital CUF Açores S.A. duas livranças em branco e uma livrança em branco subscrita, também pelo Hospital CUF Açores S.A., no âmbito do contrato de financiamento mútuo.
- No âmbito dos contratos de financiamentos mútuos, foram subscritas nove livranças em branco pela Atlanticare, S.A..
- Livrança em branco subscrita pela Greenimolis – Investimentos, S.A. e avalizada em 50% pela CUF, S.A. no âmbito da contratação do financiamento mútuo destinado à construção do Edifício Hospitalar de Leiria, no montante de 23,6 milhões de euros.
- Garantias prestadas no âmbito do “Processo Contraordenacional da AdC”, no montante equivalente a 50% da coima aplicada pela AdC.
- Aval prestado pela JMCWSG, S.A. sob a forma de livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira para garantia do contrato de abertura de crédito em regime de conta corrente.
- Onze livranças em branco subscritas pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de várias instituições financeiras para o financiamento de contratos de locação financeira de vários equipamentos.

01

02

03

04

05

06

07

- Livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato de mútuo.
- Livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato de abertura de crédito.
- Livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato de abertura de crédito em regime de conta corrente.
- Livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato de gestão de pagamentos a fornecedores.
- Livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato do contrato de *factoring*.
- Duas livranças em branco subscritas pela Burkina – Sociedade Imobiliária, S.A. e avalizadas pela S.P.S.I. – Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos, S.A. e pela José de Mello – Residências e Serviços, SGPS S.A., para garantia do contrato de mútuo.
- Hipoteca de primeiro grau sobre os dois edifícios afetos a Residências Assistidas, um sito na Rua Arquitecto Resende Carvalheira, na união das freguesias da Carcavelos e Parede, concelho de Cascais e o outro sito na Travessa da Praia, n.º 1 e 1-A, na freguesia da Alcântara, concelho de Lisboa, para garantia do contrato de mútuo.
- Hipoteca sobre a fração autónoma designadas pela letra E do prédio urbano “Aveiro Centrum” a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira.

46.5 OUTROS COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

- No âmbito de um projeto de substituição dos eletrolisadores na fábrica de cloro em Estarreja, a B. Chemicals contraiu um crédito documentário no valor de 10 200 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 2025.
- A 1 de julho de 2022, a CUF foi notificada pela Autoridade da Concorrência (AdC) da decisão relativa ao processo de contra-ordenação levantado, por esta entidade, em 14 de março de 2019 contra a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) e os grupos hospitalares CUF, Trofa Saúde, Hospital Particular do Algarve, Lusíadas e Luz Saúde por alegado envolvimento num acordo ou prática concertada restritivos da concorrência na contratação de serviços de saúde hospitalares privados por parte dos subsistemas de saúde públicos ADSE e IASFA, e cuja Nota de Ilícitude havia sido notificada em 29 de julho de 2021.

Em termos muito resumidos, a AdC arquivou o processo de contraordenação no que se refere a uma eventual coordenação e/ou concertação de comportamentos no sentido de pressionar a regularização da dívida do IASFA, em particular, por parte das visadas Luz e CUF, por concluir não existir prova suficiente para permitir a responsabilização das visadas.

Distintamente, no que se refere às negociações com a ADSE, a AdC concluiu que as empresas visadas coordenaram os seus interesses e comportamentos no âmbito das negociações com a ADSE, relativamente à sua tabela de preços e regras, bem como ao processo de regularização das faturas de 2015 e 2016, sobretudo, através e com a participação da APHP, o que configura um acordo ou prática concertada, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei da Concorrência, tendo como objeto impedir, falsear ou restringir, de forma sensível, a concorrência.

Nesses termos, foram aplicadas coimas a todas as empresas visadas, sendo que no caso da CUF, S.A. a coima ascende a 74,98 milhões de euros, sendo a José de Mello Capital, S.A. responsável solidária pelo pagamento da coima.

Convicta do escrupuloso cumprimento da Lei da Concorrência, a CUF, S.A. e a José de Mello Capital, S.A., rejeitam em absoluto a decisão da AdC e o seu fundamento legal, pelo que recorreram junto das instâncias judiciais competentes, com vista a garantir o total esclarecimento da verdade dos factos e a reposição da justiça, numa situação que de forma grave atenta contra a sua boa conduta e bom nome. Como resultado, o Grupo não reconheceu nenhuma provisão para o processo acima referido. Em maio de 2023 foi emitido um despacho pelo Tribunal da Concorrência, Supervisão e Regulação (“TCSR”) condicionando o efeito suspensivo do recurso, e em consequência da obrigação do pagamento da coima aplicada pela AdC à prestação de garantia no valor correspondente a 50% do valor da mesma.

46.6 ATIVOS CONTINGENTES

Na sequência da assinatura de um contrato de comodato com vigência por cinco anos, resultante da operação de cisão ocorrida em 2022 na Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A., procedeu-se à transferência do Direito de exploração de terrenos e outros ativos para a RAVV, que, por dificuldades na determinação da sua valorização, não se encontra registado na demonstração da sua posição financeira, sendo apenas relevado como ativo contingente.

47. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As medidas relativas às alterações climáticas têm constituído um elemento fundamental da política de ambiente, com

01

02

03

04

05

06

07

óbvias implicações no futuro próximo, tendo sido delineado, neste âmbito, um conjunto inovador de políticas e medidas, pelo qual se conseguiram introduzir importantes elementos de interação com os agentes económicos, numa verdadeira concretização da responsabilidade partilhada.

Dentro desta temática, merece destaque o regime de comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa “CELE” (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), em atividades que são responsáveis por cerca de 45% das emissões de GEE da UE, como seja a queima de combustíveis, a refinação de óleos minerais, a metalurgia, a produção de clínquer, cal e vidro, a cerâmica, a pasta e papel, os químicos e a aviação.

O limite global de emissões da GEE definido a nível da UE tem sido reduzido ao longo do tempo. No quarto período de implementação do CELE (2021-2030) foi introduzido um fator de redução linear de 2,2% na quantidade total de licenças de emissão disponíveis (em vez de 1,74% no período de 2013-2020).

Uma licença de emissão permite a emissão de uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) equivalente durante um determinado período. A obtenção de licenças de emissão é feita, por regra, através de leilão. As receitas geradas pelos leilões das licenças de emissão atribuídas a Portugal integram o Fundo Ambiental.

Parte das licenças de emissão é atribuída gratuitamente, como regra transitória deste regime, nomeadamente para evitar a «fuga de carbono» - a transferência da produção para países onde as restrições em matéria de emissões são menos rigorosas. Ficam de fora da atribuição gratuita de licenças de emissão, a produção de eletricidade e a captura, transporte e armazenamento de dióxido de carbono. A atribuição de licenças de emissão a título gratuito tem vindo a ser reduzida e, à exceção do aquecimento urbano, será eliminada até 2030.

Foram atribuídas à B. Chemicals para o exercício de 2023, 52.183 licenças (50.299 em 2022).

Neste momento a APA - Agência Portuguesa do Ambiente – ainda não publicou a quantidade de licenças que serão atribuídas nos restantes anos (2023-2030) no âmbito do quarto período de implementação do CELE.

O movimento, em toneladas de dióxido de carbono e o seu respetivo valor, referente às licenças de emissão de gases com efeito de estufa, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Toneladas	Valor	Toneladas	Valor
Saldo inicial	83 777	5 783 489	67 536	3 540 869
Utilizadas (Nota 8)	(27 490)	(2 123 603)	(25 476)	(2 047 761)
Variação de Justo valor (Nota 19)	-	1 785 883	-	247 347
Atribuídas	52 183	4 031 137	50 299	4 043 034
Ajustamentos e transferência	(110)	(1 106 097)	-	-
Reversão	-	-	(8 582)	-
Saldo em 31 de dezembro	108 360	8 370 810	83 777	5 783 489

As emissões reais no decorrer do ano 2023 foram de 27.490 toneladas de CO₂ (25.476 toneladas de CO₂ em 2022), verificando-se, relativamente às emissões atribuídas, um diferencial positivo referente aos exercícios decorridos, desde a implementação deste sistema, de 108.360 toneladas de CO₂ que ficam disponíveis para utilização futura.

48. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 9 de maio de 2024, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração espera que as mesmas sejam aprovadas sem alterações significativas.

49. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 5 de janeiro de 2024, o Grupo CUF, através da CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. concluiu o processo de aquisição do Grupo Clínica Médica Arrifana de Sousa, detentor de várias unidades de saúde nos concelhos do Tâmega e Sousa, encontrando-se o Grupo a avaliar os efeitos da referida aquisição. A chegada a esta região é motivo de grande satisfação, pois permitirá disponibilizar a experiência de 78 anos na prestação de cuidados de saúde, bem como reforçar a oferta de cuidados diferenciados, junto do meio milhão de portugueses que aqui reside.

A 1 de janeiro de 2024 foi efetivada a cedência de posição contratual de 17 colaboradores entre a Ravasqueira Vinhos, S.A. e a JMCWSG, S.A.. Esta cessão de posição contratual implicou a assunção por parte da JMCWSG dos direitos de antiguidade, bem como dos direitos a férias e subsídio de férias de 2023 dos 17 colaboradores. O valor do direito a férias e subsídio de férias, assumido pela JMCWSG, ascende a, aproximadamente, 91 155 euros.

A 1 de janeiro de 2024, a sociedade Quinta do Retiro Novo, Unipessoal, Lda., assumiu por cedência de posição contratual, quatro colaboradores vindos de uma entidade externa. Desta forma, foram assumidos os direitos relativos a antiguidade destes colaboradores, bem como os direitos a férias e subsídio de férias de 2023. O valor do direito a férias e subsídio de férias, assumido pela sociedade, totaliza, aproximadamente, 17 820 euros.

Em 4 de janeiro de 2024 a JMCWSG concluiu o processo de aquisição de 100% da Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda., uma sociedade detentora de uma propriedade secular, fundada em 1945 situada no concelho de Alenquer, na região vitivinícola de Lisboa. A operação inclui, no âmbito da aquisição da sociedade, todos os seus ativos, com destaque para os 75 hectares de terreno, dos quais 60 hectares de vinhas.

Em 19 de maio de 2021, a B. Chemicals celebrou um contrato-quadro de venda de ativos, transmissão da concessão, venda de imóveis e transferência de trabalhadores da sua subsidiária totalmente detida, Renoeste. Em 2023 foi acordado com o comprador alterar o contrato, passando este a incidir sobre a venda total das ações da Renoeste. O contrato de compra e venda das ações foi celebrado após o fecho do exercício, no dia 10 de janeiro de 2024.

Em 10 de abril de 2024 foi constituída, no Luxemburgo, a sociedade Lifthium Energy Capital, uma sociedade de responsabilidade limitada ao abrigo das leis Grand Duchy of Luxembourg, com um capital social de 50 000 euros, subscrito em 85% pela JMCapital e em 15% pela Bondalti

Capital, S.A., mediante entradas em espécie correspondendo a ações representativas do capital social da Lifthium Energy, S.A., cujo objeto social é a aquisição de participações.

A Bondalti anunciou, a 5 de março de 2024, o lançamento de uma oferta pública de aquisição (OPA) sobre 100% das ações da sociedade espanhola Ercros, S.A. (“Ercros”), através da sua subsidiária, constituída para esse efeito em fevereiro de 2024, Bondalti Ibérica, S.L.U., com sede em Barcelona. A oferta foi feita a um preço de 3,60 euros por ação da Ercros, o que representa um prémio de 40,6% sobre a cotação de fecho das ações no dia anterior de 2,56 euros, pelo que poderá ascender a 329 170 316,40 euros. A oferta está condicionada à aceitação de mais de 75% do capital e à obtenção de todas as aprovações regulamentares e governamentais relevantes, que serão descritas no prospeto que acompanhou a oferta. O objetivo da Bondalti, após concluída a operação, é retirar as ações da Ercros da bolsa espanhola.

Não existem quaisquer outros acontecimentos entre a data da posição financeira e a data de autorização para a sua emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

01

02

03

04

05

06

07

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



RSM & Associados - Sroc, Lda
 Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
 T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
 Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
 T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt
 www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de José de Mello Capital, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.471.221.097 euros e um total de capital próprio atribuível a acionistas de 1.044.627.744 euros, incluindo um resultado líquido de 95.145.076 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de José de Mello Capital, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
 AUDIT | TAX | CONSULTING



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos

-2-

01

02

03

04

05

06

07



responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria:

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de maio de 2024

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)
Registado na CMVM com o n.º 20160076



RSM & Associados – Sroc, Lda
Av. do Brasil, 15 – 1.º 1749 – 112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132 - 3.º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Contas Consolidadas -

- Exercício de 2023 -

1. Nos termos do art.º 508.º D do Código das Sociedades Comerciais procedemos ao exame do relatório consolidado de gestão e das contas consolidadas das empresas pertencentes à Sociedade consolidante – José de Mello Capital, S.A.
2. De acordo com o mencionado no Relatório Consolidado de Gestão as contas consolidadas agora apresentadas expressam o resultado das operações registadas no exercício.
3. Com base nas análises a que procedemos à documentação que nos foi disponibilizada e o referido na Certificação Legal das Contas consolidadas, que também emitimos, é nosso

PARECER

- a) que os referidos elementos de prestações de contas consolidadas estão elaborados de acordo com os preceitos legais aplicáveis, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia; e
- b) que reflectem a situação financeira a em 31 de dezembro de 2023 do conjunto das empresas compreendidas na Consolidação.

Lisboa, 10 de maio de 2024

O FISCAL ÚNICO

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)
Registado na CMVM com o n.º 20160076

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International, RSM em Portugal e a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultoria. RSM International não responde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.
Inscrição na Base de Dados de Contas, nº 20160076 N.º 1713/2017 (RSM Capital Services, Lda) N.º 00000 Inscrição na Base de Dados de Auditores, nº 20160076

7.3

Posições acionistas



- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07

ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

No capital da sociedade	31 dez 2023		Transmissão gratuita (a.)	31 dez 2022	
	Ações	Percentagem		Ações	Percentagem
Vasco Maria Guimarães José de Mello	192.853	3,86%	-	192.853	3,86%
Pedro Maria Guimarães José de Mello	296.701	5,93%	-	296.701	5,93%
Gonçalo Maria Guimarães José de Mello	369.986	7,41%	891	370.877	7,42%
João Maria Guimarães José de Mello	203.981	4,08%	-	203.981	4,08%
Salvador Maria Guimarães José de Mello	278.157	5,56%	-	278.157	5,56%
Maria Amélia Guimarães José de Mello Bleck	333.789	6,68%	-	333.789	6,68%
João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho	12.369	0,25%	-	12.369	0,25%
João Pedro Stilwell Rocha e Melo	12.369	0,25%	-	12.369	0,25%
Luís Eduardo Brito Freixial de Goes	12.369	0,25%	-	12.369	0,25%
Rui Alexandre Pires Diniz	12.369	0,25%	-	12.369	0,25%

(a.) Transmissão gratuita ocorrida em 17 de maio de 2023

Em sociedades que estão numa relação de domínio ou de grupo com a empresa

Não aplicável

01

02

03

04

05

06

07

7.4

Tabela GRI



- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07

Declaração de utilização	A José de Mello relatou em conformidade com os GRI Standards para o período compreendido entre os dias 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022.
GRI 1 utilizado	GRI 1: Fundamentos 2021
Norma setorial aplicável	-

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 2: Conteúdos Gerais 2021		
	1. Quem somos – 1.4 Onde operamos	
2-1 Detalhes da Organização	José de Mello Capital, SA Avenida 24 de Julho, 24 1200-480 Lisboa	
2-2 Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade da organização	1. Introdução - 1.1 Sobre este relatório	
2-3 Período de relato, frequência e contactos	1. Introdução - 1.1 Sobre este relatório	
2-4 Reformulação das informações	1. Introdução - 1.1 Sobre este relatório Indicador GRI 305-2 Emissões de Âmbito 2	
2-5 Verificação externa	1. Introdução - 1.1 Sobre este relatório	
2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	3. O Grupo José de Mello - 3.4 O nosso portfólio 6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão	

01

02

03

04

05

06

07



Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 2: Conteúdos Gerais 2021		
2-7 Colaboradores	3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas	Informação consolidada indisponível, uma vez que alguns colaboradores integram mais do que uma empresa do grupo e seria impossível evitar a duplicação de pessoas. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo.

	2021				2022				2023				
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti ¹	CUF	JMRS	WineStone
Total de colaboradores temporários	0	51	840	93	0	46	926	107	1	47	890	57	12
Homens	0	40	144	16	0	28	171	17	0	38	166	21	4
Mulheres	0	11	696	77	0	18	755	90	1	9	724	36	8
Total de colaboradores permanentes	87	640	5 207	89	90	683	5 555	79	95	701	6 179	157	65
Homens	44	477	981	19	44	513	1 037	14	48	513	1 147	29	34
Mulheres	43	163	4 226	70	46	170	4 518	65	47	188	5 032	128	31
Total de colaboradores a part-time	4	26	453	13	4	27	545	10	4	21	618	18	1
Homens	4	5	103	6	4	3	122	3	4	3	140	6	0
Mulheres	0	21	350	7	0	24	423	7	0	18	478	12	1
Total de colaboradores a full-time	83	665	5 593	170	86	717	5 936	177	92	731	6 451	197	76
Homens	40	512	1 022	29	40	550	1 086	28	44	552	1 173	45	38
Mulheres	43	153	4 571	141	46	167	4 850	149	48	179	5 278	152	38

¹ Excluem-se do número de colaboradores por carga horária, os membros da Administração.

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-8 Trabalhadores que não são colaboradores	A maioria dos trabalhadores que não são colaboradores do Grupo José de Mello são prestadores de serviços da área da saúde, nomeadamente, Médicos, Enfermeiros, Téc. Diag. Terap. e Téc. Sup. Saúde, que exercem funções na CUF ou na José de Mello Residências e serviços. Complementarmente, na WineStone são considerados trabalhadores da área da consultoria em Adega e Enologia.	Informação referente aos prestadores externos, pertencentes a empresas de prestadores de serviços de manutenção, alimentação, segurança, entre outros, da JdM, Bondalti e JMRS indisponível.

	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	WineStone	Grupo JdM
Trabalhadores que não são colaboradores, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização	1	17	8 183	24	14	8 239

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-9 Estrutura de governance e sua composição	6. O nosso modelo de governo – 6.1 Quem nos governa	-
2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governance	6. O nosso modelo de governo – 6.1 Quem nos governa	-
2-11 Presidente do mais alto órgão de governance	6. O nosso modelo de governo – 6.1 Quem nos governa	-
2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governance na supervisão da gestão dos impactos	6. O nosso modelo de governo – 6.1 Quem nos governa	-
2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	6. O nosso modelo de governo – 6.1 Quem nos governa 4. A nossa estratégia - 4.2 A nossa estratégia de negócio - Abordagem à Sustentabilidade	-
2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governance no relato de sustentabilidade	1. Introdução - 1.1 Sobre este relatório	-
2-15 Conflitos de interesse	6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão 4. A nossa estratégia – 4.4 Envolvimento com stakeholders	-
2-16 Comunicação de preocupações críticas	6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão	-

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governance	6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão	-
2-18 Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governance	Uma parte significativa da remuneração dos Administradores Executivos da José de Mello Capital é determinada pelo grau de sucesso e pelos resultados do Grupo e das suas plataformas/empresas participadas. Assim, o nível de desempenho demonstrado tem a finalidade de evidenciar o crescimento sustentável verificado nos negócios e o comprometimento com os objetivos pré-definidos, medidos através de KPIs. Esta abordagem, através de uma avaliação do cumprimento de objetivos de desempenho, anuais e plurianuais, revistos anualmente, visa também assegurar um alinhamento entre os interesses da gestão, os interesses dos acionistas e o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade a longo prazo dos negócios do Grupo.	-
2-19 Políticas de remuneração	A determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração é da competência da Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral de acionistas, que assegura que as remunerações são adequadas, contribuem para a estratégia empresarial e para a sustentabilidade da Sociedade, refletem o perfil de risco e os objetivos e interesses de longo prazo da Sociedade, mostrando-se ainda em linha com as melhores práticas do setor. A Comissão de Vencimentos está também atenta aos referenciais de mercado, em particular a critérios e práticas de mercado nacionais e internacionais, e socorre-se, sempre que pertinente, a estudos de mercado e benchmarking. A remuneração dos quadros dirigentes, e demais colaboradores da José de Mello Capital, é da competência da Comissão Executiva. No que respeita ao Conselho de Administração, os Administradores não executivos auferem uma remuneração fixa, que deverá ser definida de acordo com as melhores práticas do setor, considerando as respetivas responsabilidades e disponibilidade, e revista periodicamente. Deverá ainda ter em atenção a necessidade de manutenção do foco na atividade e no adequado acompanhamento da vida societária. A remuneração dos Administradores Executivos inclui duas componentes: a remuneração fixa e a remuneração variável.	-

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



Conteúdo GRI	Localização	Omissão	Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-20 Processo para determinação da remuneração	A determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração é competência da Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral de Acionistas. A definição das remunerações dos Administradores deve suportar o alinhamento com os interesses dos acionistas, estar centrada na criação de valor a longo prazo e ser compatível com uma gestão de riscos adequada e rigorosa, contribuindo para a estratégia do Grupo José de Mello, para os seus valores, interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade. Para os quadros dirigentes e outros colaboradores da José de Mello Capital a decisão sobre a determinação da remuneração é da competência da Comissão Executiva, que está necessariamente atenta aos critérios de equidade interna e competitividade externa.	-	2-25 Processos para remediar impactos negativos	4. A nossa estratégia - 4.2 A nossa estratégia de negócio - Abordagem à Sustentabilidade 4. A nossa estratégia – 4.4 Envolvimento com stakeholders 4. A nossa estratégia – 4.5 A resiliência das nossas operações - gestão de riscos e oportunidades 6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão	-
2-21 Rácio da remuneração total anual ²	JdM: 9.26 Bondalti: · Grupo Bondalti Chemicals: 6.99 · Grupo Bondalti Water Solutions - Enkrott: 5.47 · Grupo Bondalti Water Solutions - AEMA: 3.68 CUF: 11.4 JMRS: 3.8 WineStone: 5.17	Informação sobre o aumento percentual da remuneração do indivíduo mais bem pago e da média dos restantes exceto o mais bem pago, indisponível. Informação consolidada indisponível, uma vez que alguns colaboradores integram mais do que uma empresa do grupo e seria impossível evitar a duplicação de pessoas. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo.	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	4. A nossa estratégia – 4.4 Envolvimento com stakeholders 6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão 6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão	-
2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	2. O compromisso da nossa liderança – 2.1 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração 2. O compromisso da nossa liderança – 2.2 Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	-	2-27 Conformidade com leis e regulamentos	6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão Em 2023 não foram registados casos de não conformidade com leis e regulamentos 4. A nossa estratégia - 4.2 A nossa estratégia de negócio - Abordagem à Sustentabilidade	-
2-23 Políticas	4. A nossa estratégia – 4.5 A resiliência das nossas operações - gestão de riscos e oportunidades 6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão	-	2-28 Participação em associações	4. A nossa estratégia - 4.2 A nossa estratégia de negócio - Abordagem à Sustentabilidade <ul style="list-style-type: none"> • A José de Mello Capital é associada, entre outras, das seguintes entidades: • Associação Business Roundtable Portugal Vasco de Mello, Presidente (em representação da José de Mello Capital) • ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores Salvador de Mello, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e membro do Conselho Estratégico (em representação do Grupo José de Mello) • Vasco de Mello, Membro do Conselho Estratégico (em representação da Brisa) • Rui Diniz, Membro da Direção Raúl Galamba, Membro do Conselho Estratégico • Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa • COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação Vasco de Mello, Presidente da Mesa da Assembleia Geral • GRACE - Associação Empresas Responsáveis • Instituto Português de Corporate Governance • PCS – Plataforma do Crescimento Sustentável 	-
2-24 Incorporação de Políticas	4. A nossa estratégia – 4.5 A resiliência das nossas operações - gestão de riscos e oportunidades 6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão	-	2-29 Abordagem de envolvimento de partes interessadas	4. A nossa estratégia – 4.4 Envolvimento com stakeholders	-

² Para efeitos de cálculo do rácio da remuneração total anual não foram considerados os membros dos órgãos sociais.

01

02

03

04

05

06

07



Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-30 Acordos de negociação coletiva	3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas	-

	JdM	Bondalti Chemicals	Bondalti Water Solutions	CUF	JMRS	WineStone
% de colaboradores com acordo de negociação coletiva	0%	82%	46%	95%	0%	0%

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 3: Temas Materiais		
3-1 Processo de definição de temas materiais	1. Introdução - 1.2 Materialidade	-
3-2 Lista de temas materiais	1. Introdução - 1.2 Materialidade	-
Atração, retenção e desenvolvimento do capital humano		
	3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas	
3-3 Gestão dos temas materiais	O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 2-7, 2-21, 2-30, 401-1, 401-2, 401-3, 404-1, 404-1, 405-2 e 406-1.	-
Diversidade e inclusão		
	3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas	
3-3 Gestão dos temas materiais	O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 405-1, 405-2 e 406-1.	-
Inovação		
	4. A nossa estratégia – 4.3 A inovação no centro dos nossos negócios	
3-3 Gestão dos temas materiais	O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, com recurso a KPIs próprios.	-

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
Desempenho económico e eficiência operacional		
	5. O nosso desempenho – 5.1 Os nossos resultados financeiros	
3-3 Gestão dos temas materiais	O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 201-1 e 201-4.	-
Investimento responsável		
	4. A nossa estratégia – 4.2 A estratégia de negócio	
3-3 Gestão dos temas materiais	5. O nosso desempenho – 5.1 Os nossos resultados financeiros	
Ética, transparência e integridade		
	6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão	
3-3 Gestão dos temas materiais	O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 2-23, 2-26, 2-27, 201-4, 204-1, 205-3 e 206-1.	-
Gestão da marca e da reputação		
3-3 Gestão dos temas materiais	4. A nossa estratégia – 4.4 Envolvimento com stakeholders	-
Alterações climáticas		
	5. O nosso desempenho – 5.3 Preservamos o Planeta	
3-3 Gestão dos temas materiais	O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 302-1, 302-3, 305-1, 305-2.	-
Envolvimento com a sociedade		
	5. O nosso desempenho – 5.2 Atuamos na Sociedade	
3-3 Gestão dos temas materiais	O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 203-2 e 413-1	-

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



Conteúdo GRI	Localização	Omissão
Normas temáticas		
GRI 201: Desempenho Económico 2016		
201-1 Valor económico direto gerado e distribuído ³	5. O nosso desempenho – 5.1 Os nossos resultados financeiros	-

	2021	2022	2023
Valor económico gerado	1 046 403 655 €	1 256 277 735 €	1 320 280 466 €
Valor económico distribuído	935 664 900 €	1 087 266 267 €	1 167 962 610 €
Custos operacionais	718 711 105 €	842 783 919 €	849 388 856 €
Salários e benefícios aos colaboradores	184 300 728 €	213 853 305 €	256 744 969 €
Pagamentos a provedores de capital	25 197 619 €	24 820 435 €	51 168 696 €
Impostos	-4 503 317 €	-3 080 252 €	-7 470 709 €
Investimentos na comunidade	2 952 131 €	2 728 356 €	3 189 380 €
Valor económico acumulado	110 738 755 €	169 011 467 €	152 317 856 €

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
201-4 Apoio financeiro recebido do governo	6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão	-

	2021				
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Grupo JdM
Apoio recebido do governo (€)	2 995	2 381 141	62 348	9 084	2 455 567

	2022				
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Grupo JdM
Apoio recebido do governo (€)	998	1 062 879	35 965	15 848	1 115 709

	2023					
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	WineStone	Grupo JdM
Apoio recebido do governo (€)	0	2 570 868	45 412	0	281 359	2 897 639

³ Valores consolidados do Grupo José de Mello.

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 203: Impactos Económicos Indiretos 2016		
203-2 Impactos económicos indiretos significativos	5. O nosso desempenho – 5.2 Atuamos na Sociedade	-
GRI 204: Práticas de Compra 2016		
204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão	-

	2021				Grupo JdM
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	
Percentagem de gastos com fornecedores locais	99,4%	42,2%	99,2%	99,8%	73,1%

	2022				Grupo JdM
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	
Percentagem de gastos com fornecedores locais	96,9%	39,4%	99,3%	99,8%	67,5%

	2023					
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	WineStone	Grupo JdM
Percentagem de gastos com fornecedores locais	98,8%	36,3%	99,3%	99,4%	89,6%	73,5%

01

02

03

04

05

06

07



Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 205: Combate à Corrupção 2016		
205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas adotadas	6. O nosso modelo de governo – 6.2 A responsabilidade da nossa gestão Em 2023 não foram registados casos de corrupção.	Por razões de confidencialidade, não é considerada informação da Bondalti.
GRI 206: Concorrência desleal 2016		
206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas antitrust e monopólio	1 ação judicial pendente referente a concorrência desleal e violações de leis antitrust e antimonopólio em que a JdM foi identificada como participante.	-
GRI 302: Energia 2016		
302-1 Consumo de energia dentro da organização	5. O nosso desempenho – 5.3 Preservamos o Planeta	-

	2021					Grupo JdM
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS		
Energia consumida (GJ)	1 052.1	2 660 030.0	237 700.8	5 506.5		2 904 289.5
	2022					Grupo JdM
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS		
Energia consumida (GJ)	1 251.6	2 639 555.0	247 377.6	5 419.9		2 893 604.1
	2023					Grupo JdM
	JdM	Bondalti ⁴	CUF	JMRS	WineStone	
Energia consumida (GJ)	1 140.0	2 882 299.9	261 324.0	5 565.3	1 659.0	3 151 988.2

⁴ Dos quais 2 757 482 GJ decorrem da atividade do Grupo Bondalti Chemicals

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 305: Emissões 2016		
305-1 Emissões diretas (âmbito 1) de gases de efeito estufa (GEE)	5. O nosso desempenho – 5.3 Preservamos o Planeta A emissões da José de Mello Capital, da José de Mello Residências e serviços e da WineStone são calculadas segundo a metodologia do GHG Protocol, considerando os seguintes fatores de emissão: As metodologias de cálculo utilizadas pela CUF e pela Bondalti são descritas, respetivamente no “Relatório Integrado da CUF 2023” e no “Relatório Integrado Bondalti 2023.”	-

	2021					
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS		
Emissões de âmbito 1 (tCO _{2e})	180.5	29 979.5	7 694.5	351.5		
	2022					
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS		
Emissões de âmbito 1 (tCO _{2e})	185.7	26 950.4	6 804.7	402.5		
	2023					Grupo JdM
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	WineStone	
Emissões de âmbito 1 (tCO _{2e})	155.4	29 929.0	6 307.5	584.0	238.9	37 195.8

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



Conteúdo GRI	Localização			Omissão	
305-2 Emissões indiretas (âmbito 2) de gases com efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	O nosso desempenho – 5.3 Preservamos o Planeta Nota: a informação reportada no Relatório Integrado 2022, referente a emissões de âmbito 2, refere-se a emissões market-based.			O valor de emissões de âmbito 2 location-based da Bondalti inclui somente Bondalti Chemicals por indisponibilidade de informações referente à Bondalti Water Solutions.	
			2023		
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	WineStone
Emissões de âmbito 2 location-based	54.8	99 088.8	9 728.2	267.5	86,8
Emissões de âmbito 2 market-based	60.1	63 328.8 ⁵	9 149.0	291.2	79,7

⁵ Dos quais 63 256 tCO₂ decorrem da atividade do Grupo Bondalti Chemicals.

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



Conteúdo GRI	Localização	Omissão
305-3 Outras emissões indiretas (âmbito 3) de gases de efeito estufa (GEE)	5. O nosso desempenho – 5.3 Preservamos o Planeta	-

	2023				
	JdM	Bondalti ⁶	CUF	JMRS	Grupo JdM
Categoria 1: Bens e Serviços	1.52	526 181.23	101 042.20	0.001	627 224.96
Categoria 2: Bens de Capital	-	3 728.49	7 843.00	6.07	11 577.56
Categoria 3: Combustíveis e Energia	-	26 228.37	3 534.50	-	29 762.87
Categoria 4: Transporte e distribuição	-	19 251.54	8 649.00	-	27 900.54
Categoria 5: Resíduos gerados	7.68	750.72	2 630.30	0.10	3 388.80
Categoria 6: Viagens de negócios	22.38	359.29	228.10	-	609.78
Categoria 7: Mobilidade (deslocações de colaboradores)	18.05	380.10	24 219.00	-	24 617.15
Categoria 8: Ativos alugados	-	-	373.00	-	373.00
Categoria 9: Transportes e distribuição	-	2 953.18	-	-	2 953.18
Categoria 10: Transformação de produtos vendidos	-	387 335.66	-	-	387 335.66
Categoria 15: Investimentos	-	-	79.80	-	79.80
Emissões de âmbito 3	49.63	967 168.59	148 598.90	6.17	1 115 823.29

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07

⁶ Químicos industriais.



Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 401: Emprego 2016		

401-1 Novas contratações e rotatividade de trabalhadores

3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas

Informação consolidada indisponível, uma vez que alguns colaboradores integram mais do que uma empresa do grupo e seria impossível evitar a duplicação de pessoas. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo.

	2021				2022				2023				
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	WineStone
Novas contratações	13	30	1522	74	10	40	1774	117	11	107	1696	122	16
Homens	7	22	312	19	3	25	362	22	8	80	329	39	6
<30 anos	0	8	149	5	1	7	167	8	3	33	132	16	3
30-50 anos	1	12	149	13	0	15	167	9	1	45	169	16	3
>50 anos	6	2	14	1	2	3	28	5	4	2	28	7	0
Mulheres	6	8	1210	55	7	15	1412	95	3	27	1367	83	10
<30 anos	1	3	589	12	0	6	688	30	1	10	574	26	6
30-50 anos	4	5	533	28	7	8	606	50	1	15	714	42	4
>50 anos	1	0	88	15	0	1	118	15	1	2	79	15	0
Taxa de novas contratações	14.9%	8.0%	25.2%	40.4%	11.1%	10.4%	27.4%	62.6%	11.5%	14.2%	24.0%	56.7%	20.8%
Homens	15.9%	7.5%	27.7%	50%	6.7%	8.3%	30.0%	66.7%	16.7%	14.4%	25.1%	76.5%	15.8%
<30 anos	0.0%	18.2%	57.3%	71.4%	33.3%	17.5%	64.5%	160.0%	75.0%	- ⁷	50.0%	133.3%	33.3%
30-50 anos	8.3%	9.5%	21.3%	59.1%	0.0%	10.8%	21.2%	50.0%	3.6%	- ⁷	84.9%	84.2%	15.8%
>50 anos	21.4%	1.6%	8.5%	11.1%	6.9%	2.5%	17.4%	50.0%	25.0%	- ⁷	3.3%	35.9%	0.0%
Mulheres	14.0%	10.1%	24.6%	37.9%	15.2	5.0%	26.8%	65.5%	6.3%	13.7%	23.8%	50.6%	25.6%
<30 anos	33.3%	33.3%	52.7%	57.1%	0.0%	50.0%	58.8%	100.0%	33,3%	- ⁷	46.8%	108.3%	50.0%
30-50 anos	16.0%	10.6%	18.0%	39.4%	23.3%	15.4%	18.6%	71.4%	5.6%	- ⁷	76.4%	55.3%	19.0%
>50 anos	6.7%	0.0%	10.6%	28.3%	0.0%	4.8%	14.0%	34.0%	3.7%	- ⁷	2.2%	23.4%	0.0%

⁷ Não foi possível apurar os dados necessários para assegurar o alinhamento metodológico para efeitos de cálculo do presente indicador.

01

02

03

04

05

06

07

	2021				2022				2023				WineStone
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	
Saídas	7	21	1062	90	7	25	1340	112	5	66	1108	96	10
Homens	6	17	221	20	3	15	279	26	4	53	224	22	7
<30 anos	0	1	85	6	0	3	117	7	2	8	87	9	3
30-50 anos	2	5	114	12	0	4	131	14	1	24	122	11	4
>50 anos	4	11	22	2	3	8	31	5	1	21	15	2	0
Mulheres	1	4	841	70	4	10	1061	86	1	13	884	74	3
<30 anos	0	0	345	16	1	2	460	15	0	5	352	23	2
30-50 anos	1	4	412	36	2	3	493	54	0	5	437	40	1
>50 anos	0	0	84	18	1	5	108	17	1	3	95	11	0
Turnover	8.0%	5.6%	17.6%	49.2%	7.8%	6.5%	20.7%	59.9	5.2%	8.8%	15.7%	44.7%	13.0%
Homens	13.6%	5.8%	19.6%	52.6%	6.6%	5.0%	23.1%	78.8%	8.3%	9.5%	17.1%	43.1%	18.4%
<30 anos	0.0%	2.3%	32.7%	85.7%	0.0%	7.5%	45.2%	140.0%	50.0%	- ⁸	33.0%	75.0%	33.3%
30-50 anos	16.7%	4.0%	16.3%	54.5%	0.0%	2.9%	16.6%	77.8%	3.6%	- ⁸	61.3%	57.9%	21.1%
>50 anos	14.3%	8.8%	13.4%	22.2%	10.3%	6.6%	19.3%	50.0%	6.3%	- ⁸	1.8%	10.0%	0.0%
Mulheres	2.3%	5.1%	17.1%	48.3%	8.7%	11.8%	20.1%	55.8%	2.1%	6.6%	15.4%	45.1%	7.7%
<30 anos	0.0%	0.0%	30.9%	76.2%	50.0%	16.7%	39.3%	50.0%	0.0%	- ⁸	28.7%	95.8%	16.7%
30-50 anos	4.0%	8.5%	13.9%	50.7%	6.7%	5.8%	15.1%	77.1%	0.0%	- ⁸	46.7%	52.6%	4.8%
>50 anos	0.0%	0.0%	10.1%	34.0%	7.1%	23.8%	12.8%	31.5%	3.7%	- ⁸	2.6%	17.2%	0.0%

⁸ Não foi possível apurar os dados necessários para assegurar o alinhamento metodológico para efeitos de cálculo do presente indicador.

01

02

03

04

05

06

07



Conteúdo GRI	Localização	Omissão
401-2 Benefícios oferecidos a trabalhadores em tempo integral que não são oferecidos a trabalhadores temporários ou de período parcial	3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas	-

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
401-3 Licença maternidade/paternidade ⁹	3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas	Informação consolidada e referente às taxas de retorno ao trabalho e de retenção indisponível, uma vez que alguns colaboradores integram mais do que uma empresa do grupo e seria impossível evitar a duplicação de pessoas e que não existe alinhamento metodológico entre empresas. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo.

	2021				2022				2023				
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	WineStone
Colaboradores com direito a tirar licença de parentalidade	87	374	6 046	183	90	21	6 481	187	96	756	7 069	215	77
Homens	44	517	1 125	38	44	553	1 208	33	48	558	1 313	51	38
Mulheres	43	174	4 921	145	46	191	5 273	154	48	198	5 756	164	39
Colaboradores que tiraram licença de parentalidade	3	9	280	2	3	21	289	3	2	45	294	2	3
Homens	2	7	61	1	1	19	56	2	1	34	70	1	1
Mulheres	1	2	219	1	2	2	233	1	1	11	224	1	2
Colaboradores que retornaram ao trabalho depois do fim da licença de parentalidade	3	9	272	2	3	21	275	3	3	41	286	2	2
Homens	2	7	56	1	1	19	52	2	1	31	68	1	1
Mulheres	1	2	216	1	2	2	223	1	2	10	218	1	1
Colaboradores que retornaram ao trabalho depois do fim da licença de parentalidade e continuaram empregados doze meses após o seu retorno ao trabalho	1	9	305	2	3	21	353	3	2	41	366	2	0
Homens	0	7	46	1	2	19	60	2	1	34	55	1	0
Mulheres	1	2	259	1	1	2	293	1	1	9	311	1	0

⁹ Para efeitos de cálculo dos indicadores, a José de Mello, a José de Mello Residências e Serviços e a WineStone consideram os seguintes pressupostos:

- São consideradas as licenças que iniciaram entre 1 de janeiro e 31 de dezembro do ano do reporte.
- Para cada ano, devem ser considerados colaboradores que retornaram ao trabalho depois do fim da licença de maternidade/paternidade, todos os colaboradores que gozaram licença parental em nesse ano e se encontram ativos à data de 31 de dezembro, independentemente se a esta data já terminou o gozo de licença parental.
- Colaboradores que retornaram ao trabalho depois do fim da licença maternidade/paternidade e continuaram empregados 12 meses após seu retorno ao trabalho são colaboradores que tiraram licença de maternidade no ano x-1 e regressaram ao trabalho e que continuam na empresa no ano x.

Os pressupostos e metodologias de cálculo utilizadas pela CUF e pela Bondaldi são descritas, respetivamente no “Relatório Integrado da CUF 2023” e no “Relatório Integrado Bondaldi 2023”.

01

02

03

04

05

06

07

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 404: Capacitação e Educação 2016		
404-1 Média de horas de formação por ano, por colaborador	3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas	Informação consolidada indisponível, uma vez que alguns colaboradores integram mais do que uma empresa do grupo e seria impossível evitar a duplicação de pessoas. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo.

	2021				2022				2023				
	JdM	Bondalti ¹⁰	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	WineStone
Média de horas de formação	3	37	6	11	6	43	6	42	6	60	15	4	6
Órgãos de <i>governance</i>	0	0	0.2	8	1	0.8	6	0	14	- ¹¹	36	0	59
Homens	0	-	0	8	1	1	5	0	18	- ¹¹	28	0	44
Mulheres	0	-	1	0	1	0	8	0	0	- ¹¹	55	0	88
Gestão de topo	6	9	3	2	12	24	15	32	19	- ¹¹	16	5	2
Homens	7	-	3	0	5	21	14	0	20	- ¹¹	15	0	6
Mulheres	6	-	3	3	21	46	17	32	18	- ¹¹	17	5	0
Restantes colaboradores	4	39	6	11	6	47	13	43	4	- ¹¹	14	4	5
Homens	0	-	6	6	4	51	11	27	2	- ¹¹	13	2	6
Mulheres	6	-	6	12	8	35	14	46	6	- ¹¹	14	5	4

¹⁰ Informação por género indisponível.

¹¹ Não foi possível apurar os dados necessário para assegurar o alinhamento metodológico para efeitos de cálculo do presente indicador.

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016		
405-1 Diversidade em órgãos de governança e colaboradores	3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas	Informação consolidada indisponível, uma vez que alguns colaboradores integram mais do que uma empresa do grupo e seria impossível evitar a duplicação de pessoas. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo.

	2021				2022				2023				
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	WineStone
Órgãos de governança													
Homens	87%	83%	79%	100%	88%	77%	69%	100%	82%	100%	71%	100%	67%
Mulheres	13%	17%	21%	0%	13%	23%	31%	0%	18%	0%	29%	0%	33%
<30 anos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
30-50 anos	13%	17%	28%	0%	13%	5%	34%	0%	0%	14%	25%	0%	67%
>50 anos	87%	83%	72%	100%	88%	95%	66%	100%	100%	86%	75%	100%	33%
Gestão de topo													
Homens	62%	82%	44%	25%	57%	89%	45%	0%	63%	85%	50%	0%	40%
Mulheres	38%	18%	56%	75%	43%	11%	55%	100%	38%	15%	50%	100%	60%
<30 anos	0%	0%	1%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
30-50 anos	38%	36%	79%	50%	43%	46%	81%	33%	44%	54%	68%	50%	90%
>50 anos	62%	64%	20%	50%	57%	54%	19%	67%	56%	46%	32%	50%	10%
Restantes colaboradores													
Homens	39%	73%	17%	17%	37%	74%	18%	17%	38%	73%	18%	24%	50%
Mulheres	61%	27%	83%	83%	63%	26%	82%	83%	62%	27%	82%	76%	50%
<30 anos	12%	11%	24%	16%	8%	12%	23%	19%	11%	13%	21%	17%	33%
30-50 anos	51%	63%	60%	51%	53%	63%	62%	48%	48%	63%	63%	44%	45%
>50 anos	37%	26%	16%	33%	38%	25%	15%	33%	41%	24%	16%	39%	22%

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



Conteúdo GRI	Localização	Omissão
405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas A informação referente à proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens da Bondalti, pode ser consultada no respetivo Relatório Integrado.	Informação consolidada indisponível, uma vez que alguns colaboradores integram mais do que uma empresa do grupo e seria impossível evitar a duplicação de pessoas. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo.

	JdM	CUF	JMRS	WineStone
Diretores	0.65	Administrativos 1.00	Auxiliares 1.11	Operations 0.87
Técnicos	0.90	Auxiliares 1.00	Enfermeiros 0.81	Executive 1.06
Apoio	0.88	Suporte ao Negócio 0.80	Técnicos de Saúde 0.88	Specialist 0.68
Administrativos	- ¹²	Enfermeiros 1.00	Serviços Gerais 0.95	Manager 0.70
-	-	Internos 1.00	Administrativos -	-
-	-	Médicos 0.90	Diretores -	-
-	-	Serviços Gerais 1.00	Técnicos Superiores -	-
-	-	Técnicos de Diagnóstico e Terapia 1.00	Outros -	-
-	-	Técnicos Superior de Saúde 1.00	-	-

¹² Os colaboradores que se enquadram nesta categoria profissional têm o mesmo género.

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 406: Não Discriminação 2016		
406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas adotadas	3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas Em 2023 não foram registados casos de discriminação no Grupo José de Mello.	-
GRI 413: Comunidades locais 2016		
413-1 Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	5. O nosso desempenho – 5.2 Atuamos na Sociedade	-
Outros indicadores materiais para as participadas		
GRI 303: Água e efluentes 2018		
303-3 Captação de água	5. O nosso desempenho – 5.3 Preservamos o Planeta	

	2021				2022				2023				Wine Stone ¹⁴	Grupo JdM
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS		
Total de água captada (m3)	1 295	3 003 584	281 193	16 800	2 223	2 904 949	272 533	15 770	2 364	3 057 080 ¹³	270 994	13 940	10 670	3 337 144

¹³ Dos quais 3 057 080 m³ correspondem a água captada pelo Grupo Bondalti Chemicals.

¹⁴ Considera o consumo na adega da Ravasqueira.

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018		
403-9 Acidentes de trabalho	<u>3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas</u>	Informação sobre trabalhadores que não são colaboradores indisponível. Informação consolidada indisponível, uma vez que alguns colaboradores integram mais do que uma empresa do grupo e seria impossível evitar a duplicação de pessoas. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo.

	2021				2022				2023				
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Wine Stone
Óbitos resultantes de acidente de trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0	0	9	0	0	14	11	0	0	1	13	0	1
Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0	0	0.96	0	0	0	1	0	0	0.74	1.11	0	7.50
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0	14	9	6	0	14	11	9	0	12	13	6	4
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0	14.06	0.96	15.5	0	10.21	1	26.6	0	8.87	1.11	16.82	30
Principais tipos de acidente de trabalho	Queda, pancada, mau jeito, esforço, lesões superficiais e fratura simples.												
Número de horas trabalhadas	-	995.957	11 959 558	386 146	-	1.371.832	11 429 578	337 458	-	1 371 349	11 743 195	356 613	133 286

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07



Conteúdo GRI	Localização	Omissão
403-10 Doenças profissionais	3. O Grupo José de Mello - 3.6 As nossas Pessoas	Informação sobre trabalhadores que não são colaboradores não disponível. Informação consolidada indisponível, uma vez que alguns colaboradores integram mais do que uma empresa do grupo e seria impossível evitar a duplicação de pessoas. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo.

	2021			2022				2023					
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	WineStone
Doenças profissionais de comunicação obrigatória	0	0	1	0	0	0	5	0	0	0	3	0	0
Principais tipos de doenças profissionais	Afeções músculo-esqueléticas.												

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07





JOSÉ DE MELLO

josedemello.pt

José de Mello Capital, SA
Avenida 24 de Julho, 24 | 1200-480 Lisboa